

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

A região das Lavras Baianas

Carlos de Almeida Toledo

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo sob a orientação do
professor Heinz Dieter Heidemann.

São Paulo

2008

RESUMO

Esta tese trata da formação de uma região. A formação regional é entendida como um momento da história nacional sobre as bases do colonial. O sentido do processo colonial permanece organizando as relações de produção regionais. São as condições regionais que fazem com que a organização das relações de produção precisem adaptar-se para viabilizar a acumulação de capital. A área estudada diferencia-se em três formas sucessivas de região: a pecuária, a escravista das Lavras e a região das Lavras pós-abolição. Esta sobreposição de regiões marca as transformações sofridas nesta área da qual a cidade de Lençóis, na Bahia, assumiu uma posição de centralidade. Esta apresentação permite levantar questões sobre o processo de formação nacional, especialmente no que se refere à formação da classe trabalhadora regional que mais tarde alimentará a industrialização do centro-sul do país. Nesta perspectiva discute-se historicamente o papel das famílias na formação deste contingente de homens livres e expropriados. Além disso, a tese sugere que o coronelismo não pode ser entendido sem que se leve em conta o processo de formação de uma superpopulação relativa nacional, sendo, desta forma, parte de seu processo de acumulação primitiva.

ABSTRACT:

This thesis deals with the formation of a region. The process of regional formation is understood as a moment of the process of national formation upon colonial historical basis. The sense of the colonial process remains as an organizer of the regional production relations. The regional conditions make the organization of the production relations adapt to make the capital accumulation possible. The area which was studied passes through a process of regional differentiation: the cattle breeding region, the slavery region of Lavras and the post-abolition region of Lavras. The overlaying of regions marks the transformations that took place on the area where the city called Lençóis da Bahia assumed a central position. This presentation allows us to question the process of national formation, especially concerning the formation of the regional labor class that will later feed the industrialization in the center-southern part of the country. This perspective historically discusses the role of the families on the formation of this contingent of free and expropriated men. Besides, the thesis suggests that the colonelism cannot be understood without taking into consideration the process of formation of a national relative overpopulation, being, this way, part of its process of primitive accumulation.

RESUMEN:

Esta tesis se ocupa de la formación de una región. El proceso de formación regional se entiende como un momento del proceso de formación nacional a base histórica colonial. El sentido del proceso colonial sigue siendo como uno de los organizadores de las relaciones de producción regionales. Las condiciones regionales hacen las organizaciones de las relaciones de producción se adaptaren a hacer posible la acumulación de capital. La zona que se estudió pasa a través de un proceso de diferenciación regional: la región pecuaria, la región de esclavitud de Lavras y la región pos abolición de Lavras. La superposición de las regiones marcan las transformaciones que tuvieron lugar en el área en la ciudad llamada Lençóis da Bahia asumiendo una posición central. Esta presentación nos permite cuestionar el proceso de formación nacional, especialmente en lo relativo a la formación de la clase de trabajo regional que posteriormente alimentó la industrialización en el centro-sur del país. Esta perspectiva analiza históricamente el papel de las familias en la formación de este contingente de hombres libres y expropiados. Además, la tesis propone que el coronelismo no puede entenderse sin tener en cuenta el proceso de formación de un relativo exceso de población nacional, siendo, de esta manera, parte de su proceso de acumulación primitiva.

Sumário

Índice de Figuras	5
Índice arquivo digital em mídia anexa	5
Índices Tabelas e Gráficos Digitais	6
Arquivo Digital Completo	6
Índice de siglas:	6
INTRODUÇÃO:	10
Capítulo 1: As lentes do IHGB e o relatório do presidente da Província	32
1.1 - A região do garimpo, território da sesmaria do Alto Sertão	40
1.2 - A propriedade da terra, um pecado primitivo: Guerra dos Bárbaros como territorialização colonial	43
1.3 - Acumulação primitiva, mesmo da perspectiva dos primitivos?	47
Capítulo 2: Da área diamantífera à região do garimpo	56
2.1 Acauã, uma apresentação da área diamantífera	56
2.1 - Cazuzinha do Prado, os quilombolas e os emboabas	67
2.1.2 - Andaraí, território quilombola?	68
2.2 3 - Cazuzinha e os quilombolas de Andaraí: o negociante-garimpeiro e os quilombolas-roceiros, uma história de minerações proibidas	73
2.4 - A mobilidade garimpeira e a mobilização do trabalho	78
Capítulo 3: Um embate entre duas formas de reprodução da regionalização	83
3.1 Quem são os emboabas regionais?	83
3.2 A região escravista	91
3.4 A persistência das práticas garimpeiras na região escravista	106
Capítulo 4 - A apresentação das formas regionais da disputa pelo produto social: os onos, praças e meias praças.	116
4.1 - A possibilidade histórica da existência de um documento, e o que ele revela	116
4.2 - Os donos das terras, como quaisquer pessoas, gostam de colher onde nunca semearam	123
4.3 - Você aqui sem ordem dele, nem para beber a água	127
4.4 - Tensão entre a astúcia e a violência na disputa pelo resultado da vendagem	129
4.5 - Sociedades que rendem praças: garimpar é querer colher o que ninguém plantou	137
4.6 – Sociedades	146
Capítulo 5: O ciclo semanal regional	150
5.1. Na cidade, o começo	150
5.2. Ciclo semanal na serra: três garimpagens de Cascalho	162
5.3. De volta a cidade: o conceito de capital regional	172
Capítulo 6: A falta de autonomia da classe dominante regional em relação ao Estado, e a falta de autonomia do Estado em relação à classe dominante regional.	193
6.1 O bamburro como aquisição dos meios de produção e o significado social da classe dominante	193
6.2 Um comentário sobre o coronelismo depois do estudo da região	211
Considerações finais:	228
Bibliografia	235

Índice de Figuras

Fig. 1. Zonas Diamantinas de Teodoro Sampaio. Cap 1: 31.

Fig. 2. Planta da Chapada Diamantina de Theodor Sampaio. Cap 2: 56.

Fig. 3. Notas Semanais. Cap 4: 119.

Fig. 4. Armazém Cap. 5: 153.

Fig. 5. Papel timbrado, fotos da Loja Magnólia Cap 5: 160

Fig. 6. Correspondência com exportador Cap 6: 205

Índice arquivo digital em mídia anexa

Fonte: Arquivo Pessoal Mestre Osvaldo, excetuando-se os indicados.

Ad 1. Pequeno Álbum de Lençóis.

Ad. 2. Notas Semanais para recebimento de onos dos terrenos pertencentes às sociedades.

Ad. 3. A carta.

Ad. 4. Aviso.

Ad. 5. Bilhete.

Ad.6. Fotos de Lavagem de diamantes.

Ad. 7: Armazém – Fonte: Osvaldo Pontes

Ad. 8. Foto Rua das Pedras – Fonte: Steve Horman

Ad. 9. Loja Magnólia

Ad. 10 .Catra

Ad. 11. Toca e casa de Ceciliano.

Ad. 12. Praça Horácio de Matos.

Ad. 13: Cartas do exportador *Barretto Araújo & Cia*, a Armando Spinola Pereira.

Índices Tabelas e Gráficos Digitais

T.1 Cap. 4. :7.

T.2 Cap 4: 6.

T.3 Cap. 4: 14.

T.4 Cap. 4: 14.

T.5 Cap. 4: 24.

T.6 Cap. 4:24.

Arquivo Digital Completo

Arquivo pessoal do Mestre Oswaldo

Índice de siglas:

IEB – Instituto e Estudos Brasileiros

AGB – Associação dos Geógrafos do Brasil

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

Agradecimentos

Em Lençóis, cidade que sempre me recebeu de braços abertos, há uma lista infindável de pessoas que de alguma forma contribuíram para esta pesquisa. Certamente serei injusto ao fazer esta lista.

João da Jia e Cícero foram os garimpeiros que começaram a mostrar-me os garimpos na serra. Estiveram presentes em minha memória a cada passo deste estudo, especialmente neste momento final de redação. Seu Anísio além de ter mostrado seu garimpo e alguns exemplares raros de sua biblioteca, como **O Pequeno Álbum de Lençóis**, também foi uma presença freqüente numa pesquisa preocupada em não reduzir o garimpeiro a um simples tipo sociológico. Valdir também me mostrou seu garimpo, enriqueceu minha visão sobre os garimpeiros com suas histórias sobre seus itinerários pelo norte do país. Com seu Nino conheci outros garimpos, sua roça e muitas histórias. De meus outros amigos garimpeiros, espero a compreensão pela injustiça de não apresentar seus nomes. São tantas conversas que tive, sempre marcadas pela hospitalidade de quem se orgulha de seu modo de viver, que seria difícil não ser injusto.

Ainda na cidade de Lençóis devo agradecer ao Mestre Osvaldo não só por ter mostrado seu arquivo particular, mas por ter pacientemente me recebido para conversar. Creio que esta tese, por mais que eu tenha me dedicado, ainda está aquém das possibilidades de um conjunto tão variado de documentos. Lembrei-me de Mestre a cada passo da redação desta tese. Devo agradecer ao senhor Osvaldo Pontes, não só pelos papéis do armazém que tanto procurei, como também pela esclarecedora entrevista que me deu. Ainda que não tenha citado explicitamente no texto, ampliou alguns horizontes. Manoel Castro mostrou-me os documentos guardados no Fórum, mas infelizmente ainda não pude digitalizá-los e problematizá-los na pesquisa, mas sou grato por seu esforço neste sentido.

Devo agradecer também ao Rui (Roy Funch) não só pelas mil ajudas que deu em questões funcionais, mas especialmente pela oportunidade da interlocução. Mesmo nos momentos em que a diferença de nossos pontos de vista ficou mais clara, conseguimos manter um diálogo franco. Outros amigos sabedores da vida lensoense como Crispin, Luis de Elmo não poderiam deixar de ser mencionados. Elias também ajudou muito, anos de conversas e apoios mútuos. No que se refere especificamente a tese, Elias falou-me de sua

família, de João, Ceciliano, Ernestina. Além disso, apresentou-me a pessoas interessantes, como dona Valdelice, que foi entrevistada por ele para a tese. Sem falar em Carlos Alberto Bragatto que sempre soube falar de minhas ingenuidades, e sempre com razão.

Em São Paulo também estou condenado a ser injusto.

Durante a pesquisa pude contar com uma das bolsas de doutoramento que o CNPq oferece ao programa de Geografia Humana, sou grato. Uma ajuda importante também foi dada pela FACAMP, personificada pelo professor João Manuel Cardoso de Mello, que permitiu que ficasse afastado por um semestre de minhas atividades na faculdade recebendo salário, sei o quanto isto é raro em uma instituição privada e sou muito grato.

Agradeço a atenção e gentileza dos funcionários da FFLCH, especialmente à seção de pós-graduação com quem sempre pude contar, como aluno ou representante no Programa de Geografia Humana e no Conselho de Pesquisa da Universidade. Mais especialmente a Ana que muitas vezes teve de ter paciência com meus problemas urgentes.

Ao professor Manoel Seabra, devo muito. A pergunta da tese é resultado de sua argüição na banca de mestrado. Minha ambição foi tentar dar conta das questões por ele propostas. Estou seguro de ter reorganizado minha forma de ver a região a partir de suas questões. No Exame de Qualificação, pudemos retomar este diálogo juntamente com a professora Leda Maria Paulani, a quem sou grato por aquela oportunidade. É necessário agradecer também a professora Odette Carvalho de Lima Seabra. Em um momento em que os prazos já mostravam os dentes e a redação teimava em não andar, a leitura da professora Odette foi fundamental, sem ela eu talvez tivesse desistido.

Ao professor Dieter não só pela orientação, são mais de dez anos de relação e fazer as contas destas dívidas seria uma séria ofensa. Agradeço a ele, sobretudo, por ter me ensinado a estudar em grupo. Cássio, Carol, Vicente e Erick, devo agradecer a generosidade da leitura sempre sob a pressão do tempo. Ainda que compartilhemos interesses de estudo, sei o quanto custa abrir mão das próprias tarefas para ler textos em formação. Resta a pretensão de que possamos seguir unidos expressando nossa intolerância com a opressão do trabalho. Agradeço à Mônica pela leitura atenta ao uso que faço do romance de Herberto Sales, suas observações ajudaram a reduzir a ingenuidade destas passagens.

Mário também soube fazer perguntas provocativas que me tiraram do conforto da linguagem conceitual. Edison Tsutsumi foi o amigo de sempre, o que, creio, não foi fácil. Fernando Barros leu quase tudo, desafiando seu mau humor com minhas repetições, faltas de crase, comparações impertinentes, mostrou paciência de professor de música....

Maria Rita tem sido uma interlocutora de muitos anos. Foi ela que apresentou-me a crítica de Chalhoub à Cardoso, que continuo estudando. A sua leitura dos capítulos em elaboração ajudou muito, a conversa continua.

Nilton e Marília têm sido um apoio constante, de uma paciência a toda a prova. A Raul o agradecimento será a boa notícia de que a tese terminou...

À Marta é difícil agradecer, trata-se de uma enorme pilha de gratidões que não pode, nem deve, vir a público.

INTRODUÇÃO:

Esta tese tem como objeto de estudo uma região entendida como forma diferenciada de reprodução das relações de produção em uma área determinada. É necessário, portanto, enfrentar a questão da diferenciação de áreas tendo em vista os elementos empiricamente significantes (Hartshorne, R. 1969) encontrados na pesquisa. Além disso, se considerará a existência objetiva da região que não é natural e, na expressão de Marx, é uma objetividade fantasmagórica.

Desde logo, cabe explicitar a questão da influência da perspectiva teórica do pesquisador sobre a caracterização da área estudada. A existência objetiva da região seria negada pela formulação subjetiva do pesquisador? A influência da perspectiva do pesquisador sobre sua apresentação do objeto estudado não parece ser, em princípio, a negação de sua existência. O resultado da pesquisa pode conter elementos subjetivos, mas a reflexão deste sujeito deve se dar sobre elementos empiricamente significantes, como afirma Richard Hartshorne em **Questões sôbre a Natureza da Geografia** (1969:86).

O autor afirma que a Geografia é *a ciência da diferenciação de áreas* (1969: capítulo 2), o que implica revelar o caráter da área estudada. Trata-se, portanto, de buscar os elementos empiricamente comuns que caracterizariam uma área. É a definição destes elementos comuns que possibilita diferenciar as áreas, determinar o que é semelhante e dessemelhante e mesmo o que é específico a cada uma das áreas. Assim, a separação de áreas é dada pela definição, pelo pesquisador, dos elementos empiricamente significantes. O que significa também que os elementos empiricamente insignificantes, do ponto de vista do pesquisador, são abstraídos da separação e caracterização da área.

Desta perspectiva, é fundamental explicitar o que é empiricamente significativo do ponto de vista do pesquisador. O ponto de partida desta tese deve, portanto, enunciar que área é estudada como produtora da mercadoria diamante. Por isso, estuda o processo de diferenciação da área como momento particular de um processo mais amplo, o que encaminha para sua caracterização como região, dada a relação da parte, a mercadoria diamante, com toda sociedade produtora de mercadorias.

O caráter da área estudada, síntese entre os aspectos e elementos empiricamente significantes e a subjetividade do pesquisador, deverá estar marcado, portanto, pela

perspectiva da crítica do fetichismo da mercadoria. O conceito de fetichismo da mercadoria coloca em foco a desnaturalização da mercadoria como forma de mediação da reprodução das relações de produção da sociedade.

Vista desta forma, cada produção de mercadorias é uma das formas particulares que a acumulação de capital assume. A regionalização emerge no Brasil-colônia de uma forma particular de territorialização, cujo sentido é a produção de mercadorias. Os garimpeiros que ocupam a área vendem os diamantes que encontram. Os diamantes são procurados tendo em vista o seu valor, o que possibilita acessar outros produtos, produzidos por outros *trabalhadores*. A produção de diamantes refere-se a uma totalidade social mediada por coisas.

Se em princípio a perspectiva de um pesquisador é tão válida quanto qualquer outra, interessa, ainda assim, estabelecer um diálogo crítico entre as perspectivas dos pesquisadores diferenciadores de áreas. Este diálogo crítico possibilita que o estudo do *caráter* da área revele as possibilidades de interpretação dos aspectos e elementos individuais empiricamente significantes que explicam as divisões das áreas. Este diálogo crítico talvez permita ir além das distinções fundadas somente nas perspectivas subjetivas de cada pesquisador, ainda que não exclua a importância de tais reflexões. A intenção é colocar em questão a separação de alguns aspectos vistos como empiricamente significantes e outros que serão abstraídos na separação analítica das áreas. Por isso, é interessante mostrar como o ponto de vista desta pesquisa confere a significância a seus elementos empíricos. Além disso, tendo partido do estudo do caráter da área, de Hartshorne, é necessário discutir criticamente a própria idéia de caráter e caracterização, buscando uma formulação mais coerente com a perspectiva aqui adotada.

A separação das áreas é apresentada na tese como socialmente objetiva e a abstração dos elementos empiricamente significativos (identificáveis pelos pontos de vista dos pesquisadores) será mostrada como parte de um processo social. Neste processo, a objetividade social fantasmagórica do valor (Marx) media as relações ocultando o processo social particular de reprodução da sociedade produtora de mercadorias na área. Esta tese estuda o processo de formação e reprodução das relações sociais nas áreas ocupadas e povoadas segundo o sentido da colonização (produção de mercadorias tropicais para os

mercados europeus - CPJ), mostrando o processo de formação de uma região da sociedade produtora de mercadorias, tomada como totalidade.

Por isso é a própria história de formação da região que lhe confere um caráter. Sem que se tematize a formação histórica da região, sua caracterização restringe-se à sua aparência de autonomia e ineditismo. Tal caracterização é incoerente com as formulações de Caio Prado Jr., que diferencia as áreas do Brasil-colônia de acordo com sua articulação com o movimento do objeto estudado, a formação do Brasil contemporâneo. É o objeto historicamente formado que tem especificidade. A diferenciação de áreas reproduz certos padrões que são empiricamente significantes para o processo histórico, que visto como um todo é específico. No entanto, a diferenciação de áreas resulta de um processo de formação de uma área particular de acordo com o sentido deste processo. Observe-se a diferenciação de áreas no argumento de Caio Prado Jr, em uma passagem bem conhecida: *Mas podemos, e isto muito interessa nosso assunto, distinguir duas áreas diversas, além daquela que se verificou a ocorrência de metais preciosos, em que a colonização toma rumos inteiramente diversos. São elas as que correspondem respectivamente às zonas temperada, de um lado; tropical e sub-tropical, do outro* (1965: 19).

A rigor esta é uma diferenciação de áreas estabelecida pelo clima. No entanto, com o desenvolvimento do argumento, ficará claro que se a diferenciação de áreas tem relação com o clima, isto se deve à articulação do clima com sentido da colonização: a produção de gêneros tropicais de grande valor comercial destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu (1965: 25). Os rumos inteiramente diversos da mineração encontram-se no campo da particularidade. A ocorrência do ouro e do diamante não pode ser explicada pelo clima tropical, ainda que estivessem na área tropical. No entanto, são recursos naturais de um território colonial e têm grande valor no comércio europeu. Ambos os processos são de colonização, têm o mesmo sentido nos séculos de XV a XVIII.

Assim, a formação de regiões garimpeiras tem sua origem no período colonial, mas muitas delas só vão ser “colonizadas” já no período em que o Antigo Sistema Colonial (Novais) tinha perdido o poder sobre o Brasil. Este é o caso da Chapada Diamantina, em meados do século XIX. Ao estudar o processo de diferenciação da área, é necessário discutir a permanência da articulação entre a formação regional e o sentido da colonização.

Theodoro Sampaio apresenta, no capítulo VI de seu livro **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina** (1905), duas plantas que estabelecem a distinção entre a *Chapada Diamantina* e as *zonas diamantinas da Bahia*. O autor mostra que a Chapada Diamantina não coincide com as zonas diamantinas da Bahia. Referindo-se à serra do Sincorá, afirma: *É esta cordilheira a propria Chapada Diamantina, no sentido restricto em que ora se emprega esta denominação* (1906:132, grifo do autor). Quanto a zonas diamantinas da Bahia, o autor afirma que elas não se restringem ao que se chama comumente de Chapada Diamantina, ocorrendo diamantes em áreas bastante distantes dela, como as do Salobro, próximas ao litoral, ao sul de Ilhéus.

Excetuando-se estas áreas mais distantes, a zona diamantina é apresentada da seguinte forma por Sampaio: *Se, porém, quizermos determinar com mais precisão a zona diamantífera, no interior da Bahia, teríamos de destacar, entre os 11° e o 14° de latitude sul, o mais largo trecho da Chapada, cujos limites por linhas naturaes seriam, a começar de Oeste: o rio São Francisco desde Chique-chique até a barra do Paramirim, e por este acima até as suas nascentes no Pico das Almas, dahi pelo curso do rio Brumado até sua barra no rio de Contas, seguindo depois por este abaixo até onde lhe entra pela esquerda o rio Sincorá. Dahi, tomando para o norte, sobe o rio Sincorá até suas cabeceiras e, transpondo a serra do mesmo nome, ganha as nascentes do rio Una, cujo curso desce até sua foz no Paraguassú. Remonta o curso deste até a barra do rio Santo Antonio, e subindo por este acima vae até a foz do rio Utinga, cujo curso subirá por suas cabeceiras nas vizinhanças do Morro do Chapeo, e, proseguindo ao norte para alem das nascentes do rio Jacuipe, sobe até o paralelo de 11° de latitude sul, que ficará sendo o limite do lado septentrional* (1905: 130-1).

A zona diamantina de Theodoro Sampaio incluiria as lavras de Santo Ignácio de Assuruá, as da Chapada Velha, as primitivas lavras do Sincorá e do rio Una, a Chapada Diamantina no sentido restrito e as minas do distrito do Morro do Chapéu. A designação Chapada Diamantina propriamente dita indicaria que o autor reconhece nesta área um *caráter* individualizado. Se toda esta área é zona diamantina, o que teria levado Sampaio a designar uma área em seu interior de Chapada Diamantina em sentido restrito?

Nas áreas da Chapada Diamantina¹ que não são parte da Chapada Diamantina, *no sentido restricto*, também ocorrem diamantes. O que define a Chapada Diamantina *no sentido restricto* parece estar associado à quantidade e qualidade de diamantes extraídos em uma serra, a do Sincorá. A caracterização da serra do Sincorá como Chapada Diamantina compõe o ambiente físico, a serra, com o social, o diamante atrás do qual o homem povoou a serra. Esta forma é aceitável para Hartshorne já que a *descrição científica da terra* pretendida pelo autor não é totalmente objetiva, afinal duas áreas *nunca são exatamente iguais e certamente jamais tão parecidas como dois gêmeos idênticos, nem como duas pessoas de antepassados em sua totalidade europeus, que possam ter características físicas iguais embora nascidas e criadas num e noutra lado do Atlântico* (1969: 20).

Este argumento ilustra a possibilidade de subdividir uma determinada área em duas ou mais, assim estariam justificados os dois usos do termo Chapada Diamantina, explicitados por Sampaio. A Chapada Diamantina, *no sentido restricto* (1905: 132), é a área que segue sendo produtora de diamantes em 1880, quando o autor a visita. Essa é a razão da restrição da área, que, aliás, não tem nenhuma relação com a comparação estabelecida por Hartshorne. Afirmar que as pessoas podem ser menos diferentes entre si e as áreas é estabelecer uma comparação entre objetos incomparáveis, não há critério comum.

No que tange a área aqui estudada, a implicação da especialização da área, definidora de seu caráter, é que o consumo local é mediado parcialmente pelo valor obtido na venda dos diamantes e carbonatos. O próprio surgimento de atividades subsidiárias à produção de diamantes e carbonatos está associado a este valor. É obvio que não é a forma mercadoria o eterno critério de definição do caráter da área. Esta pode ser vista como apenas um dos aspectos e elementos individuais empiricamente significantes para a diferenciação das áreas. O mérito desta formulação, mais próxima de Hartshorne e já formulada como em processo, é romper com distinções abstratas como aquelas entre a origem humana e natural (Hartshorne, R. 1969:86).

No entanto, se os aspectos e elementos individuais têm de ser empiricamente significantes, isso implica em buscar na relação empírica do homem com a natureza estes

¹ Oficialmente, o termo Chapada Diamantina foi usado pelo IBGE a partir de 1942 para designar uma zona fisiográfica. Sofrendo algumas alterações na composição da zona, o termo continuou a ser usado até 1980. Em 1968, passou a designar duas mesoregiões: Chapada Diamantina meridional e setentrional. Seu uso foi abandonado em 1989 (Bandeira, R. L. 1998).

aspectos e elementos. Para o caso aqui analisado não se pode deixar de considerar significantes os motivos que levaram não só a humanidade em geral, mas também uma determinada população a buscar diamantes. Neste caso, o desejo do consumo dos diamantes (que aparentemente é universal), realiza-se principalmente em outras áreas. A população determinada que povoou a área, desde logo, minerou o diamante como mercadoria, tendo como finalidade a obtenção de valor, pelo qual outras coisas poderiam ser obtidas. Essa mediação da forma mercadoria determina a reprodução das relações de produção na área a cada momento.

Desta forma, pode se falar na existência objetiva da região, pois os elementos empiricamente significantes diferenciam-nas de outras áreas. No entanto, isto não quer dizer que não existam diferenças internas a áreas na região. Nesta tese, os elementos empiricamente significantes são as relações de produção. A forma como a terra, o trabalho e o capital se combinam, produzindo a mercadoria diamante dá caráter à área. As duas regiões produtoras de diamante que serão apresentadas na tese diferenciam-se por estas relações de produção. A região escravista traz em sua qualificação a diferença significativa em relação à região que a supera depois da abolição. Ambas produzem diamantes: a primeira com trabalho escravo; a segunda com trabalho livre.

É possível ainda que duas áreas guardem notáveis diferenças no interior da região. No entanto, se estas diferenças não implicam mudança nas formas com que terra, trabalho e capital se combinam na produção da mercadoria diamante, então serão áreas da mesma região. Em certos momentos da tese uso o termo relações locais para definir este tipo de diferença, que não implica a diferenciação regional. Um exemplo de diferença está associado aos espaços de poder institucionais proporcionados pela separação administrativa dos municípios. Alguma subjetividade pode ser vista na forma como os coronéis lidam com estes poderes institucionais. Trata-se de um campo de exercício de subjetividade que não nega, mas se coloca sobre as possibilidades personificadas por estes proprietários de terra e capital.

Evidentemente, abstração real não separa simplesmente regiões. Abstração real faz com que coisas diferentes possam ser igualadas por seu valor, abstraindo suas diferenças qualitativas e, portanto, seus processos históricos de formação. É isto que explica a existência, também objetiva, de classes. Os meios de produção produzidos por processos de

trabalho passados apresentam-se na reprodução das relações de produção como passíveis de serem igualados ao tempo de trabalho que é vendido pelos trabalhadores. Estes meios de produção são personificados por seus proprietários. Aquele tempo de vida vendido é personificado pelos trabalhadores. Não é apenas isto, os meios de produção não produzidos (a terra) também entram no processo de reprodução das relações de produção como coisa de valor. Assim, também a propriedade da terra pode ser personificada por seu proprietário.

Desta forma, o uso que é dado nesta tese à classe social está associado a este processo de personificação. Tanto terra, como capital, quando entram no processo produtivo assumem a aparência de trabalho, apresentam-se como passíveis de troca por trabalho. Esta objetividade fantasmagórica não significa que estes três elementos estejam fora do contexto da sociedade produtora de mercadorias redutíveis à posição de fatores de produção. Aquilo que permite igualá-los é uma forma de relação social que os percebe e pratica como mercadoria.

Ora, o processo de mineração, que separa o diamante de todos os outros minerais ali existentes, como objetivo do povoamento, é a contrapartida em valor, e não o diamante para uso. O processo de abstração que põe o diamante no nome da Chapada Diamantina é o da abstração real. Sempre que a relação homem-natureza for organizada desta perspectiva, o caráter da área será definido pelas razões da forma mercadoria, a não ser que a subjetividade do pesquisador não considere a finalidade do processo de produção que definiu esta região como produtora de mercadorias.

A diferenciação de áreas desta perspectiva não pode ser feita em um estudo que se atenha às determinações locais, a não ser que o sentido do processo estudado restrinja-se ele mesmo à área. No caso de uma sociedade produtora de mercadorias, é necessário mostrar que as trocas de mercadorias da área com o exterior têm importância fundamental no processo de reprodução do caráter da área. Define-se, assim, uma totalidade que mesmo aberta e social relaciona produtores e consumidores em uma relação específica, marcada pela mediação das coisas socialmente avaliadas.

Além disso, a base para que o processo de diferenciação de áreas se dê a partir da forma mercadoria é um processo de territorialização, no sentido da definição de quem personifica a terra, e de que forma o capital e o trabalho são mobilizados no processo. A

violência usada ou não no cotidiano da valorização do capital, pelo poder público ou privado, é territorialmente condicionada.

Retomando a questão sobre a influência da perspectiva teórica do pesquisador sobre a caracterização da área estudada, e conseqüentemente sobre a negação da existência objetiva da região pela formulação subjetiva do pesquisador, pode-se sugerir a necessidade objetiva da discussão da forma mercadoria e, portanto, da questão da personificação.

A existência da Geografia como ciência, e das ciências em geral, também é historicamente determinada. O lugar social da pesquisa, definido no interior do processo de modernização, autonomiza a reflexão sobre o objeto, conferindo-lhe a aparência de neutralidade. Somente a visão deste campo da vida social como autônomo em relação ao processo social geral poderia sugerir tal neutralidade. O cientista-pesquisador que personifica a ciência é acusado de não ser capaz de neutralizar sua subjetividade na produção da coisa ciência-pesquisa.

Paradoxalmente, por ter sua existência como *persona* da ciência determinada por um processo social mais amplo, talvez o problema mais sério associado à perspectiva do pesquisador não seja sua subjetividade individual, mas a subjetividade associada à sua posição social. Assim sendo, neutralidade do cientista-pesquisador, associada à ilusão de autonomia da ciência como prática social, é o pior ponto de partida possível no que se refere à definição dos aspectos e elementos empiricamente significantes à pesquisa. Neste sentido, a busca do processo de formação da região, perseguindo a forma particular que permite a área conectar-se ao todo social mediado pela abstração real, parece ser o mais desmistificador.

Sobre os capítulos e suas fontes:

As fontes desta tese são variadas. A tese não se baseia em um método dado que livre o objeto de impressões subjetivas. Se há algo que possa ser comparado com um método é a contraposição de fontes. São entrevistas, observações de campo, documentos, romances, textos teóricos, etc. Apresento neste item as mais importantes destas fontes localizado-as nos capítulos da tese.

O primeiro capítulo, *A regionalização pecuária como pressuposto da região das Lavras Baianas*, discute a forma de territorialização do capital pelo processo de colonização portuguesa no sertão da Bahia. Este processo de territorialização, marcado pelo *sentido da colonização* (Prado Jr., C. 1965: 13-26), molda a organização da sociedade formando seu caráter regional pecuarista. Este caráter regional continua a reproduzir-se sem grandes abalos depois da independência do Brasil. No entanto, a independência marca os discursos produzidos sobre a área na qual se desdobra a diferenciação da região pecuária em região diamantífera.

Esta marca nos discursos aparece na primeira fonte explorada: o **Diccionario Geographico das Minas do Brasil**. O livro é apresentado como *concatenação de notícias, informações e descrições sobre as minas, extrahidas de documentos oficiais, memórias, histórias, revistas, dictionarios, cartas geographicas, roteiros, viagens, explorações de rios, ditas de estradas de ferro e outras* (Ferreira, F. I. 1885: contracapa). Trata-se, portanto, de uma publicação sobre os recursos minerais identificados no território imperial, província por província, editada nos fins do século XIX. Nos textos que se referem à Chapada Diamantina, podem ser encontrados elementos desta relação entre a região e as esferas Imperial e Provincial do Estado em formação.

São quatro textos de época: dois fragmentos, de 1845 e 1846; e dois textos maiores, de 1847 e 1863. Os dois primeiros textos aparecem sob o título, **Lavras diamantinas do Sincorá** ([1844-5] 1885:208). Estas fontes são analisadas no primeiro capítulo. O terceiro, de Benedicto Marques Silva Acauã, **Memórias sobre os terrenos diamantinos da província da Bahia** ([1847] 1885:209), é uma fonte do segundo capítulo. O quarto, **Memória descritiva e estatística da riqueza mineral da província da Bahia** ([1863] 1885:218), de Gustavo de Menezes, do terceiro capítulo.

Neste primeiro capítulo apresento inicialmente o segundo fragmento do **Diccionario** que é um trecho do **Relatório da Presidência da Província do ano de 1846**. O trecho tem duas partes distintas. A primeira relata uma espécie de desabafo de financiador, ao comentar a busca de uma *cidade abandonada na qual ha muitos annos se emprega o Conego Benigno*, um pesquisador do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Esta busca era por provas de existência de uma civilização pré-colonial e européia na serra do Sincorá.

A pesquisa do cômego mereceu comentários críticos de Euclides da Cunha e Machado de Assis e ainda hoje é matéria de debate.

A continuidade dos processos de acumulação regionais, fundados no período colonial, com relações escravistas de trabalho, não era a referência buscada pela formulação de uma identidade nacional. Não é por acaso que a pesquisa do Cômego pretende encontrar os elementos para fundar a identidade nacional fora do processo colonial. A crítica de Euclides da Cunha chega, se tanto, a este ponto, propondo fundar a nação na construção futura da raça. Machado de Assis refere-se sarcasticamente a um seguidor do Cômego como alguém que *comparava a trivialidade a uma mesa redonda de hospedaria, e jurava que antes comer um mal bife em mesa separada* (Assis, M.1980: 126-7). A sugestão de tempero para o *mal bife* da formação nacional, feita por Euclides da Cunha, também não consegue disfarçar a continuidade dos processos de acumulação de capital regionais.

A segunda parte do **Relatório** comenta a descoberta de diamantes na mesma serra do Sincorá como *extraordinária*. Ao mesmo tempo, queixa-se de que ela *não tem sido aproveitada em favor do Governo*, mas que *não tem deixado de dar muito movimento ao Commercio* (Ferreira, F. I. 1885: 208-9). Esta apresentação da presença esclarecida do pesquisador e da dinâmica garimpeira compõe aspectos de um processo de formação nacional fundado sobre a crueza da exploração colonial. O sentido profundo da colonização passa a ser reorganizado por uma perspectiva interna, que busca afirmar suas características próprias. Ao mesmo tempo, as formas de reprodução das mercadorias produzidas no território nacional sofrem poucas alterações.

Este território nacional é composto por regiões fundadas no período colonial. A região pecuária, das enormes sesmarias do sertão, esconde segredos. A passagem de Spix e Martius pela região, em 1820, é comentada no capítulo. Os viajantes registraram a descoberta de diamantes já em 1820, contrariando a data mais consensual para a descoberta, 1844.

Uma apresentação desta descoberta é feita no primeiro texto do **Diccionario Geographico das Minas do Brasil** (Ferreira, F. I. 1885). O texto é um fragmento de uma carta escrita pelo Dr Virgilio von Helmreichen, citada por Tschudi em **Viagem ao centro da América do sul** (1980). A fonte do Dr Virgilio é o *Sr. Major I. P.*, que teria passado o mês de agosto de 1845 na serra do Sincorá.

Do relato, que tem um *major* da Guarda Nacional como fonte, destaco a informação de que a descoberta fora feita no interior de uma sesmaria. O descobridor seria o proprietário da fazenda. A pré-existência da propriedade privada exige um aprofundamento da explicação de seu papel. Especialmente levando em conta que o coronel Francisco José da Rocha Medrado, o proprietário, torna-se o primeiro grande explorador de diamantes.

A problematização do tema começa com a abertura do livro **Leis de terra do Estado da Bahia** (Garcez, A. N. R. e Machado, H. A. P. 1985). O livro é aberto por um texto histórico que aborda o instituto da sesmaria como núcleo de onde se originou o direito agrário brasileiro. Esta abordagem permite apresentar o argumento central da tese sobre a autonomização regional da acumulação de capital de suas características coloniais.

O processo de formação regional é abordado neste capítulo confrontando diferentes pontos de vista. Estes pontos de vista também são o da conquista do território Sertão Nordeste de Pedro Puntoni (2000), o da história regional de Erivaldo Fagundes Neves (1998), e o da história do Brasil, de Raimundo Faoro (2000). A *Guerra dos Bárbaros*, pesquisada por Puntoni, mostra a formação dos pressupostos da sesmaria, a territorialização colonial. Conquistado o território, a sesmaria passa a ser unidade administrativa com o sentido de acumulação de capital. À conquista segue-se a regionalização da sesmaria do sertão, resultando no processo de formação da região do Alto Sertão discutida por Erivaldo Fagundes Neves. Depois da Independência, a sesmaria transforma-se em propriedade privada no contexto da autonomização do Brasil em relação a Portugal, como mostra Faoro.

A unidade do processo de colonização e de formação nacional pode ser percebida na continuidade da formação regional. Trata-se do processo de modernização, cuja dinâmica não pode ser compreendida sem que se aborde a mediação das relações sociais por coisas. O processo de modernização, que envolve a formação do Estado nacional sobre o contexto da formação colonial, precisa organizar suas formas de controle sobre o trabalho conforme formulado por Marx como acumulação primitiva (1985: Cap. XXIV). Este processo faz com que a acumulação de capital possa passar a prescindir do uso da violência direta para obter trabalho.

De escravos, os trabalhadores deveriam passar a ser vendedores de mercadorias, e especialmente da mercadoria força de trabalho, que parece ser uma troca voluntária de equivalentes. As condições sociais do Brasil imperial não permitem a acumulação de

capital pela compra da força de trabalho. A guerra dos bárbaros, o tráfico de escravos, a apropriação da terra na forma da sesmaria dão o tom de violência do processo. Resultam processos de formação regional. Neste capítulo, há um esboço da dinâmica regional da pecuária sobre o território conquistado violentamente com trabalho escravo. Esta dinâmica não faz sentido sem explorar suas conexões com o processo de acumulação de capital, daí a crítica à sua aparência de autonomia. Além disso, a posição do proprietário da terra também se apresenta como se estivesse desvinculado da região pecuária, possibilitando sua posição privilegiada na apropriação das descobertas realizadas no interior de sua sesmaria.

O segundo capítulo, *Da área diamantífera à região do garimpo*, toma a descrição da área diamantífera feita por Benedicto Marques da Silva Acauã, Inspetor Geral da Administração dos Terrenos Diamantinos da Bahia entre outubro de 1846 e outubro de 1847. Trata-se do terceiro texto do **Dicionário** acima referido, **Memórias sobre os terrenos diamantinos da província da Bahia** ([1847] 1885:209). Há neste texto uma delimitação da área diamantífera tendo por base a hidrografia e o relevo, sempre ressaltando a grande riqueza da área. Ao ressaltar a riqueza da área, Acauã deixa entrever a força de atração que esta riqueza representa. Nos termos do autor, trata-se de um *convite da ambição*.

Este *convite da ambição* leva o autor à crítica dos *governos passados* que não teriam sabido explorá-la. As minas de prata de *Muribeca* são o exemplo de Acauã. *Muribeca*, assim como o *Cônego Benigno*, é um personagem controverso – as supostas minas de prata jamais teriam sido localizadas. Ainda que o autor caia na vala dos que acreditaram em *Muribeca*, sua crítica revela a dificuldade que a administração colonial tinha em decidir sobre a forma de conduzir as buscas pelas riquezas do sertão. A questão foi problematizada por Albertina Lima Vasconcelos em **Ouro: Conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão – Bahia século XVIII** (1998), que analisa as estratégias adotadas pelas autoridades coloniais ainda no século XVIII.

Retomando o argumento de Pedro Puntoni, Erivaldo Fagundes Neves e Raimundo Faoro, elaborados no capítulo anterior, o capítulo passa a discutir a insuficiência de abordar a questão como territorialização. O argumento afirma que a desnaturalização da mediação da mercadoria conduz à caracterização da área diamantífera como região. A crítica da desnaturalização do processo social baseia-se na apresentação do processo

histórico de formação da região. A narrativa da descoberta dos diamantes da área permite discutir este processo de formação.

A descoberta dos diamantes por Cazuzinha do Prado passa a ser investigada e conduz a análise à dinâmica da mobilidade garimpeira, parte do processo de desclassificação analisado por Laura Mello e Souza (1986). A viagem de Cazuzinha a Andaraí para comprar farinha de uns roceiros que já existiam por lá na época, permite levantar a hipótese de uma negociação com quilombolas, perseguidos na área desde o século XVIII. Esta hipótese ajuda a ressaltar a invisibilidade do comércio de diamantes, assim como o poder deste comércio de revelar uma descoberta importante.

Esta tensão é comparada à Guerra dos Emboabas que é apresentada à luz dos argumentos de Milton Ohata (2003), cujo objeto é o pacto colonial dos paulistas com a metrópole no século XVII. Da Guerra dos Emboabas resulta a *repactuação* dos paulistas com a metrópole, formando a mobilidade garimpeira, que será o objeto de análise de Helion Póvoa Neto (1998). O histórico das várias descobertas de diamantes na área delimitada no argumento de Acauã mostra a amplitude da mobilidade garimpeira na Bahia do século XIX. O capítulo não fecha a questão da comparação da descoberta dos diamantes na região pecuária e a Guerra dos Emboabas será retomada no terceiro capítulo.

O terceiro capítulo, *Da guerra dos emboabas à territorialidade (autonomizada) de acumulação do capital no Atlântico Sul e sua crise*, discute o processo de formação da região escravista das Lavras Baianas. A apresentação deste processo permite retomar a questão da Guerra dos Emboabas como decorrência da mobilidade garimpeira. A necessidade de esconder a descoberta é apresentada como inerente à condição de desclassificação dos garimpeiros e a Guerra dos Emboabas, como pressuposto da regionalização escravista que toma o território de seus descobridores.

Esta dinâmica caracteriza o exercício do poder regional que continua a garantir a acumulação de capital nas condições do Brasil imperial. O capítulo apresenta uma interpretação da Guarda Nacional como instituição característica de um contexto histórico em que a acumulação do capital é garantida por uma forma de reprodução das relações de produção em que terra, trabalho, capital e violência não têm aparência de autonomia. Os

primeiros conflitos coronelistas são voltados a garantir as posições de poder, especialmente sobre as terras, mas isto depende do controle da cidade.

Desta forma, a mediação é a da violência dos proprietários de escravos, que buscam garantir para si as melhores terras. Na apresentação das fontes da história regional, o conflito que expropria os garimpeiros fica obscurecido pela violenta disputa de poder entre os membros da Guarda Nacional. Configura-se um enfrentamento entre os grupos do Alto Sertão, *serranos*, e grupos do litoral, *mandiocas*; os primeiros ligados às atividades de mineração, os últimos vindos de regiões agrícolas.

Tais disputas armadas resultavam no processo de expropriação dos garimpeiros, mudavam o caráter da obscura região garimpeira, diferenciando-a em região escravista das Lavras Baianas. Sobre a comparação com a Guerra dos Emboabas, deve-se ressaltar tanto esta diferenciação quanto aquelas disputas entre os membros da Guarda Nacional de diferentes origens regionais com a intervenção do poder provincial. Nesta última, disputam somente as posições de poder na região que será, de um modo ou de outro, escravista.

A seqüência do capítulo apresenta a região escravista tendo como principal fonte o quarto texto do **Dicionário** acima referido, **Memória descritiva e estatística da riqueza mineral da província da Bahia** ([1863] 1885:218), de Gustavo Adolpho de Menezes. Menezes teve *a honra de interinamente administrar a repartição dos terrenos diamantinos* ([1963]1985: 224), uma das posições disputadas pelos coronéis locais, deixando um relatório com informações sobre a organização da região escravista.

O autor explicita a forma da repartição das terras tendo por base a concessão de Lavra às companhias, que não podiam *contratar com menos de cem capitações para 100 trabalhadores, podendo augmental-os a um número indeterminado, sujeito as capitações determinadas pelos contratos* ([1863] 1885: 239).

A apresentação da região feita por Menezes é cindida entre o trabalho clandestino dos garimpeiros e o oficial das Lavras. O autor argumenta que as imensas áreas concedidas às companhias criariam dificuldades de controle. Assim, credita a perda de receitas do Estado aos garimpeiros clandestinos. Ao mesmo tempo, elogia a companhia do Coronel Spinola, criada um ano antes do decreto de 1848, que formalizou a concessão das Lavras.

Zahidé Machado Neto e Célia Maria Leal Braga tiveram acesso ao acervo da antiga Delegacia de Terras e Minas de Lençóis sem poder pesquisá-los sistematicamente. Mesmo assim, mostram em **Garimpos e garimpeiros na Bahia** a disputa em torno das terras *movimentando advogados, rábulas e procuradores* (1974: 161). Além disso, sugerem que as companhias optavam pelo uso de trabalho escravo e de faiscaidores, de acordo com a dificuldade dos trabalhos.

A convivência de trabalho livre e escravo também aparece no romance **Maria Dusá**, de Lindolfo Rocha ([1910] 1969). Ambientado na década de 60 do século XIX, o livro apresenta as relações sociais conforme desenvolve seu enredo. Aparecem os proprietários de poucos escravos, como a personagem principal, uma prostituta que busca se desvencilhar desta condição investindo no garimpo. Estes escravos, antes da empreitada, trabalham por *jornal*, recebendo por dia e pagando renda à proprietária.

Esta forma de relação de trabalho, também chamada de *escravo de ganho*, ou *negro de ganho*, sugere uma problematização para a questão das *contradições da produção escravista para o mercado* (Novaes, F. A.1995:100 nota de rodapé 103). A forma como a questão foi formulada por Fernando Henrique Cardoso em **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional** ([1962]1977), foi criticada por Sidney Chalhoub, em **Visões da Liberdade**, como teoria do escravo-coisa ([1990]1999:249-253). A questão é retomada com argumentos de Luiz Felipe de Alencastro (2000) e Maria Sylvania de Carvalho Franco (In: Pinheiro, P. S. 1984).

O argumento sugere que a coisificação seja pensada como a mediação feita pelas coisas entre vendedores e compradores de mercadorias. O escravo de ganho será apresentado como forma de aparecimento das condições para a abolição. O trabalhador já se apresenta no mercado como vendedor de sua força de trabalho em condições de valorizar o capital e ainda paga renda a seu proprietário. Tais condições referem-se às poucas cidades grandes do momento, como o Rio de Janeiro, estudado por Chalhoub.

Vista desta forma, a transição do trabalho escravo para o livre é apresentada como autonomização do trabalho da propriedade do capital e, sendo assim, trata-se de um processo que depende da formação da família regional. Sendo necessário retornar à dinâmica regional para discutir a dinâmica de crise da região escravista. A crise da região

escravista é acelerada não só pelo fim do tráfico de escravos em 1850, mas, sobretudo, pela descoberta de diamantes em condições mais favoráveis na África do Sul.

A dinâmica desde então é a ampliação do espaço daquilo que Zahidé Machado Neto e Célia Maria Leal Braga chamaram de faiscação. A dinâmica de crise é apresentada por Gustavo Aryocara de O. Falcón e Célia Maria M. Dultra, em **A inserção da Bahia na Evolução Nacional – 1ª Etapa: 1850 – 1889** (1978) como um ‘*arranjo*’ ao nível das relações de produção, fruto de uma economia mercantil de base escravocrata decadente, obrigada a solucionar seus problemas de acumulação nos limites de circunstâncias históricas especiais, onde encarece e se torna escasso o escravo, e onde o padrão de acumulação do capital (e, em consequência, o estatuto jurídico) não permite a legitimação do trabalho assalariado (1978:126). Este arranjo possibilita a diferenciação da região escravista em outra região que começa a ser apresentada no quarto capítulo.

O quarto capítulo, *A apresentação das formas regionais da disputa pelo produto social: os onos, praças e meias praças*, inicia uma apresentação da reprodução das relações regionais de produção. A exposição contrapõe diversas fontes de pesquisa buscando explicar esta reprodução regional. As fontes caracterizam diferentes pontos de vista sobre o processo. Estes pontos de vista estão associados às práticas a que se referem os documentos.

Algumas das fontes usadas neste capítulo vieram do Arquivo Particular de Mestre Osvaldo. Mestre Osvaldo, filho de Armando Spinola Pereira, foi, ele mesmo, uma fonte fundamental desta tese. No capítulo, apresento alguns documentos do arquivo. Estes documentos foram digitalizados por mim durante os períodos que passei em Lençóis, a escolha dos documentos foi de Mestre Osvaldo. Não explorei todos na tese, mas disponibilizo todas as imagens em mídia anexa.

Uma destas fontes é a série de *Notas Semanais para recebimento de onos dos terrenos pertencentes aos herdeiros do Cel. Candido Viveiros e Armando Pereira*. As *Notas* são relatórios que informam os proprietários de terra sobre a produção destes terrenos e, portanto, por sua remuneração. Este documento não é um padrão regional, existe em uma situação. Esta situação é a de ausência de um proprietário de terras que prefere fazer a sociedade a vender as terras, os herdeiros da família Viveiros personificam esta posição ausente da gestão, de rentistas. O documento é produzido pelo sócio gestor – este é

o ponto de vista que produz aquele discurso escrito naquelas páginas. O coronel Armando Spinola Pereira personifica o capital ativo na luta para reproduzir sua posição, cujas particularidades são estudadas. O documento não mostra o processo social, não conta histórias, apresenta seu resultado coisificado. A reprodução desta situação precisa ser confrontada a outras fontes.

Por isso, um ponto de vista importante é o de Herberto Sales, no romance **Cascalho**. Filho de uma das famílias proprietárias da região, o autor faz uma apresentação que não é isenta de críticas à posição da classe dominante regional. O autor se mostra informado por esta posição de classe, mas mostra-se também um observador atento da vida social mais ampla. O romance descreve o dia-a-dia dos garimpeiros na serra, sem deixar de mostrar as particularidades da vida urbana da Andaraí dos anos vinte. Argumento que o romance formula uma apresentação da reprodução das relações regionais de produção, ou ao menos, que tematiza, através dos enredos que compõem o livro, as questões significantes desta reprodução da vida social.

A forma como Herberto Sales descreve o contexto sobre o qual se desdobra o enredo principal é entremeando pequenos enredos, que informam sobre os padrões de relações sociais particulares da região. Estes padrões de relações sociais particulares configuram a dinâmica regional do processo de acumulação de capital. Este ponto de vista precisava ser confrontado por outro. Eu e o garimpeiro João da Jia lemos **Cascalho** em 2000. Foi uma forma interessante de colocar a apresentação de Herberto Sales em discussão. Apresento um comentário de João no capítulo cinco.

O romance se inicia em junho, *depois da fogueira* (1951: 19), estação seca. O enredo se desdobra no garimpo de *Passagem*, em Andaraí e encerra-se antes do próximo período de seca, quando o coronel Germano fazia planos para retomar o cateamento na mesma *Passagem*. Este período, de mais ou menos um ano, parece referir-se a 1926, ano em que ocorre a formação dos *batalhões patrióticos*, para enfrentar os *revoltosos* da Coluna Prestes. Assim, a cada tema desenvolvido, apresento a forma como Herberto Sales trata o problema através de seus enredos.

O capítulo discute a relação entre terra e o trabalho, e discute o trabalho da gestão da terra. O gerente de serra é a personificação do proprietário na serra. Havia entre os documentos de Mestre Osvaldo uma *carta* e um *aviso* que se referiam ao trabalho dos

gerentes de serra. A *carta*, datada de 10 junho de 1946, não está assinada, mas vem de Jacobina, e se dirige a João Luiz, *falando sobre a Gerência dos garimpos da Serra do Veneno*. Afirma também que *esses Garimpos, há quase 80 anos, pertencem e estão sob posse da família Viveiros*, e que *depois* foi feita a *sociedade dos Garimpos com Armando Pereira*. Evidentemente, este documento está vinculado à situação que proporcionou a formação da sociedade. Já o *Aviso* dirige-se aos garimpeiros e estabelece as exigências do proprietário da terra para ter acesso aos serviços, apresentando o gerente como responsável pela fiscalização a ser feita.

O pagamento destes *onos*, ou *quintos*, aos proprietários de terra encontrados nas fontes são discutidos teoricamente nos termos da economia política. Parto de uma entrevista em que o garimpeiro Cícero problematiza o pagamento do quinto, para depois discutir a renda da terra de Adam Smith, ato de poder dos proprietários que monopolizam as terras, confrontando-a a explicação ricardiana que faz da terra um capital remunerado por seus diferenciais de produtividade econômica. A explicação ricardiana é descartada como explicação da renda da terra regional. Os diferenciais de produtividade das terras não explicam o *quinto*, pois a propriedade da terra e o capital não puderam autonomizar-se um do outro, da mesma forma que a violência precisa estar sob o controle do proprietário.

Nesta relação entre terra e trabalho desenvolve-se uma tensão entre a astúcia do garimpeiro, que pode esconder os diamantes encontrados, e a violência da propriedade da terra, que impõe o pagamento da renda. Esta relação mostra a importância do controle do comércio na cidade, tanto do comércio dos diamantes, quanto das compras dos garimpeiros, que podem denunciar um garimpeiro astuto. A mesma tensão reproduz-se nas sociedades entre garimpeiros, afinal um sócio também pode esconder uma pedra encontrada. Neste caso, a violência também pode aparecer.

O encerramento do capítulo discute a sociedade entre o garimpeiro e o fornecedor. Neste tipo de sociedade, o garimpeiro é chamado de meia-praça, pois reparte o produto, abatido o direito do dono da terra, com seu fornecedor. Este tipo de sociedade resulta das situações de expropriação que podem ser agravadas pela grande incerteza que caracteriza a mineração regional de diamantes. Esta incerteza, problematizada tendo as *Notas* como fonte, pode resultar na forma do crédito simples – sua reprodução é o fornecimento.

No quinto capítulo, *O ciclo semanal regional*, a proposta é discutir o ciclo semanal da garimpagem. Um primeiro momento descreve a necessidade que o garimpeiro tem de *fazer o saco*, ou seja, comprar os comestíveis da semana de trabalho na serra. Trata-se de um pressuposto da garimpagem. O segundo momento é o do trabalho concreto na serra. O encerramento do ciclo é a venda do diamante na cidade, no qual problematizo a relação estabelecida entre o garimpeiro e o produto de seu trabalho, mediando acesso à riqueza, o assim chamado, bamburro. Discuto as formas de ver e usar a riqueza na reprodução da cidade e da região.

Na primeira parte do capítulo, o tema é a situação em que o garimpeiro não pode adiantar o dinheiro do saco, o que o obriga a conseguir um sócio. Analiso um caderno com anotações de vendas a crédito de um armazém. Este caderno chegou às minhas mãos por intermédio do senhor Osvaldo Pontes, que o encontrou ao reformar o forro de seu armazém. Os papéis se referem a dois meses do ano de 1929. Neles, a presença de meias-praças é explícita, são meias-praça do dono do armazém e de clientes seus. Este capítulo, da mesma forma que o anterior, apresenta passagens de **Cascalho** (1951) em contraponto às fontes. Nele, apresento uma crítica de João da Jia a uma formulação de **Cascalho**.

A segunda parte do capítulo é aberta com a problematização da transcrição do **Resumo Feito por Caio Prado Júnior para a Ata da 10ª Reunião da AGB - da Fala de Luiz Flores de Moraes Rego sobre a Chapada Diamantina - Bahia**, em 18 de março de 1935. Esta transcrição é um resultado das pesquisas realizadas pelo Professor Manoel Seabra no Arquivo Caio Prado Jr., do IEB. O documento consta do Livro de Atas da AGB, do Dossiê AGB, do Arquivo Caio Prado Jr.. Rego apresenta uma separação de dois tipos de serviço de acordo com a característica da deposição do cascalho explorada, definindo uma separação de áreas.

A esta separação de áreas, enriquecida pela exposição das três garimpagens de **Cascalho** (1951) e pela entrevista com o garimpeiro Cícero, permite discutir a possibilidade que em determinados momentos os proprietários de terra têm em optar entre o fornecimento e o trabalho *alugado*. Argumento que o *alugado* é o trabalhador que vende a mercadoria força de trabalho, autonomizado do resultado do processo de trabalho. A condição para que isso ocorra é a existência daquilo que Marx chamou de superpopulação relativa (1985: cap. XXIII).

A parte final do capítulo apresenta o bamburro. O ponto de partida é apresentar o bamburro como uma dissipação festiva do excedente que acabaria por reconduzir o garimpeiro à sua condição de expropriado que precisa de fornecedor. Esta explicação passa a ser problematizada de modo a mostrar as diferentes possibilidades de vivenciar a riqueza por parte dos garimpeiros. Enfrentado desta forma, o problema tenta mostrar a reprodução da vida social urbana como relacionada a estas formas de vivenciar a riqueza.

Neste argumento, o papel da família regional ganha relevo. Faço menção à família de Ceciliano e Ernestina, pais de João da Jia. Conheço muitas histórias desta família. João foi, desde os primeiros tempos da pesquisa, uma espécie de informante. Ensinou-me muito do que sei sobre a serra. Anos depois, seu filho, Elias Silva Santos veio estudar em São Paulo, tendo morado em minha casa. Aprendi muito com Elias sobre a cultura, a vida familiar e sobre o candomblé da Chapada Diamantina. As informações do capítulo resultam de anotações que fiz destas conversas. O texto também apresenta os papéis desempenhados pelas mulheres, seu trabalho e sua visão do processo. A entrevista com Valdelice dos Santos Oliveira contribui na medida em que representa este ponto de vista. Val foi entrevistada por Elias a meu pedido, quando identifiquei o nome de seu marido António nas *Notas*.

A apresentação da dinâmica de reprodução da família regional será apontada como peça chave para a reprodução das relações de produção na área. Mais que isso, tentando conferir historicidade para a formação regional, argumento que a formação deste papel chave da família é historicamente formado. Recuso a idéia de que a família exista em qualquer contexto, sugerindo que a reposição do trabalho na região escravista não reservava este espaço para as famílias. Proponho, baseado neste argumento, que o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre tem neste processo de formação da família regional seu momento chave.

O sexto capítulo, *A falta de autonomia da classe dominante regional em relação ao Estado, e a falta de autonomia do Estado em relação à classe dominante regional*, começa com a discussão sobre a mobilidade social entre as classes. Apresento dois enredos de **Cascalho** sobre o tema: um bamburro de comprar a serra e uma trajetória de expropriação de um grande negociante. A questão inicial é discutir as estratégias de acumulação

comercial na região. O ponto de vista do garimpeiro é apresentado pela entrevista com Cícero na qual explica a forma como os compradores impunham os preços aos garimpeiros.

O contraponto a este ponto de vista é mostrado pela correspondência entre o coronel Armando e os exportadores de Salvador. Esta correspondência indica que os exportadores definiam os preços, alegando estar na mesma situação em relação ao mercado internacional. Com este argumento, a condição de dominadores da classe dominante regional perde sua aparência de subjetividade na forma da dominação social na qual ocupam as posições de personificadores da violência e do capital regional.

O capítulo se encerra com um comentário sobre o coronelismo. O comentário retoma o argumento central da tese, segundo o qual, são as condições de acumulação de capital na região que criam, ou não, as condições necessárias e possíveis para a autonomização dos elementos que impõem a acumulação do capital. Autonomização da violência e do capital, personificada pela polícia, assim como a da lei em relação ao mando, personificada pelos advogados, juízes, além da autonomização da propriedade da terra e do próprio dinheiro do capital, personificados pelo proprietário e pelo poupador, ambos rentistas.

As interpretações da história regional de Erivaldo Fagunde Neves (1997), da estadual de Luís Henrique Dias Tavares (2001) e da nacional de Raimundo Faoro (2001) sobre o coronelismo são problematizadas a partir do *Convênio de Lençóis* e da *Revolta Sertaneja*, em 1920. O argumento de Victor Nunes Leal (1997) também é objeto deste capítulo, que tenta mostrar a região como momento do processo de formação nacional, no interior do processo mais amplo da modernização.

A dinâmica regional é o processo de formação das condições deste processo de autonomização e a formação da superpopulação relativa do Estado nacional brasileiro. Este processo passa a forçar a mobilização para o centro-sul em industrialização. A decadência regional reduz a pressão sobre os meios de produção não produzidos e a região conforma um modo de vida com a aparência de tradição garimpeira.

Capítulo 1: As lentes do IHGB e o relatório do presidente da Província

O estudo do processo de formação da região diamantífera das Lavras Baianas precisa mostrar como são transformadas as condições da área, de modo a permitir que as relações de trabalho se reproduzam com o sentido da acumulação de capital. É a reprodução de relações de produção particulares, diferentes daquelas consideradas como *especificamente capitalistas*², que permitirão conceituar a área como região produtora da mercadoria diamante. No entanto, este processo de formação terá como pressuposto um processo de territorialização que impõe a forma mercadoria como mediação social. (Na área estudada este processo de territorialização se processa) a dinâmica da regionalização pecuária, ou seja, configura-se sobre o território conquistado a fazenda de gado.

A região pecuária caracteriza-se pela ocupação extensiva de áreas enormes. A sesmaria do sertão, dos Guedes de Brito, compreendia, segundo Antonil, *160 léguas, desde o Morro dos Chapéus até a nasença do Rio das Velhas* (Neves, E. F. 1998: 54). Tanta terra podia esconder muitas coisas. Este território do capital, inicialmente colonial, cuja ocupação tem como sentido a produção de mercadorias (Prado Jr., C. 1965: 133 ss), começará a ser explorado em busca de recursos para o nascente Estado nacional. Estes recursos não se restringem a minérios – buscam-se também elementos para caracterizar a raça brasileira, um caráter nacional para um território formado na crueza dos capitais coloniais.

As duas buscas, por riquezas e pelas nobres origens da raça brasileira, se articulam com indisfarçável tensão. A articulação entre elas não pode ser feita sem que se recorra à mediação das mercadorias – trata-se de um território do capital, o território nacional existe no interior dele. O território nacional pode impor leis, restrições, decidir sobre o uso da violência do Estado contra seus ocupantes, pode escravizar uma parte da população, mas não pode decidir sobre a forma de mediação. A mercadoria é uma forma de mediação social não tematizada, naturalizada, mas que determina as práticas da reprodução das

² O termo especificamente capitalista é usado no mesmo sentido por José de Souza Martins na introdução de *O cativo da terra* (1996), cf. a introdução desta tese.

relações de produção. O Estado age na forma do trabalho remunerado, resultando num orçamento e numa avaliação objetiva das possibilidades futuras de ação deste Estado.

A formação de um mito racial de nacionalidade pode ser vista como um tema relacionado aos campos da cultura e da política. No entanto, este mito não pode ser construído sem algum tipo de trabalho. Analiso a seguir o trabalho do Cônego Benigno, um pesquisador ligado ao Instituto Histórico Geográfico do Brasil. O trabalho realizado pode ser considerado, por seu duplo aspecto, como trabalho abstrato e concreto. Como se verá, o Cônego não é um funcionário público, nem sequer um assalariado do Instituto. No entanto, o lado abstrato da relação aparecerá nas necessidades do próprio pesquisador. O lado concreto do trabalho será a busca pelas evidências da presença de grupos civilizados no Brasil pré-colonial na Serra do Sincorá.

O segundo fragmento do **Diccionario Geographico das Minas do Brasil** é um trecho do **Relatório da Presidência da Província do ano de 1846**. O relatório começa discutindo a busca de uma *cidade abandonada na qual ha muitos annos se emprega o Conego Benigno*. Do ponto de vista do presidente da Província, a busca é uma rubrica orçamentária. O dinheiro que a financia, ou parte dele, vem do orçamento da Província. Por isso, o presidente da Província suspeita que a referida cidade *deve ser encantada*, pois o Cônego a tem *quasi à vista sem que jamais se possa chegar a ella*. Comenta: *e da minha parte já o preveni de que lhe retirava as ordenanças, que o acompanhava e mesmo me parece tempo de que se lhe suspenderem os auxílios que recebe da Caixa Provincial*.

A ironia do presidente da Província em relação ao cônego explicita sua posição de poder, como personificação do poder de compra do caixa provincial. Ele pode criar sérias dificuldades para uma pesquisa de interesse nacional. É verdade que o interesse nacional em questão pôde também ser objeto de ironia por suas próprias formulações. O diálogo escrito por Machado de Assis, em **O anel de Polícrates** (1882), parece indicar que o encantamento da cidade acabaria com a boa reputação do Cônego:

A - *Ah! Impagável. Quer saber do que mais? Tinha lido o Cônego Benigno, e resolveu logo ir ao sertão da Bahia, procurar a cidade misteriosa. Expôs-me o plano, descreveu-me a arquitetura provável da cidade, os templos, os ritos...*

Z – *Era então doido?*

A – *Originalão, apenas. Odeio os carneiros de Panúrgio, dizia ele citando Rabelais: Comme vous sçavez estre du mouton le naturel, tousjour suivre le premier, quelque part qu'il aille. Comparava a trivialidade a uma mesa redonda de hospedaria, e jurava que antes comer um mal bife em mesa separada* (Assis, M.1980: 126-7).

Antes que se condene o cônego ao seu destino histórico *nada triunfal*, é preciso mostrar as bases sobre as quais construiu sua mal-afamada busca. Como comenta Lúcio Menezes Ferreira em **Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial**, em 1839, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) publicou, no volume inaugural de sua Revista, um manuscrito setecentista que descrevia, sem coordenadas geográficas precisas, uma cidade abandonada nas matas do Sincorá, sertão da Bahia. O Conego Benigno José de Carvalho e Cunha (1789-1849), após lê-lo, comprometeu-se a localizar a "cidade antiga", o que lhe granjeou uma entrada *nada triunfal na história* (Ferreira, L. M. **Hist. cienc. saude-Manguinhos** vol.13 no.2 Rio de Janeiro Apr./June 2006).

A ironizada pesquisa do Cônego pode ser melhor compreendida à luz do artigo de Lucia Maria Paschoal Guimarães e Brigitte Holten, **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Real Sociedade dos Antiquários do Norte e o Dr. Peter Wilhelm Lund: a suposta presença escandinava na Terra de Santa Cruz e a ciência** (1997). Segundo as autoras, estas duas instituições foram *além do intercâmbio formal de conhecimento, revelando a existência de interesses comuns mais abrangentes*. Com envolvimento dos dois monarcas dos países, as duas instituições de pesquisa tentavam formular a *prova da presença de povos nórdicos no Brasil, em tempos remotos* (1997: 8). Cabia, portanto, ao Cônego Benigno, personificando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cumprir sua missão de mostrar as origens nobres da raça brasileira. Tudo isso, na difícil tarefa de autonomizar a nação brasileira do *sentido profundo* de sua territorialização colonial: o de *ser elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno* (Novaes, F. A 1995: 70, grifos do autor).

Conforme destaca Lúcio Menezes Ferreira, o *papel de Martius na elaboração da historiografia do Instituto, ou mesmo na historiografia brasileira, pois definiu as linhas mestras de um projeto historiográfico capaz de garantir uma identidade à Nação em*

processo de construção. Esta identidade estaria assegurada se o historiador demonstrasse a missão específica reservada ao Brasil enquanto Nação: realizar a idéia da mescla das três raças. Cada qual seria um motor da História - que obedeceria à 'lei das forças diagonais' - destacando-se o seu perfil civilizador. O branco, a seu ver, deveria ser alvo de maior interesse, devido à sua maior inclinação para a civilização. Aos negros coube o espaço da detração, pois que estes seriam um óbice ao processo civilizatório. Ao contrário destes, os indígenas são valorizados, sob a perspectiva de integrá-los à História Nacional através dos conhecimentos por eles veiculados. O indígena, assim, mereceria um estudo cuidadoso, até mesmo devido à sua potencialidade para a confecção dos mitos da nacionalidade - neste ponto o autor toma o exemplo dos cavaleiros medievais do espaço europeu.

O autor usa a pesquisa do Cônego como um exemplo de uma *Arqueologia Nobiliárquica*. Seu papel foi o de elaborar discursos históricos de origem onde as elites e as classes dominantes do país - os nobres - pudessem se reconhecer. O projeto da *Arqueologia nobiliárquica* de postular um lugar "nobre" para as sociedades indígenas na identidade da Nação, não se concretizou. Não foi possível fundar "empiricamente" este discurso. Ele só foi possível na ficção, através das metáforas e eufemismos do Romantismo. O espelho científico da "cultura branca", destarte, espatifou-se (1999: item 3). E com ele o bom nome de pesquisador do Cônego.

No conto de Machado, o plano do personagem Xavier de seguir os passos do cônego e ir ao Sertão da Bahia procurar a cidade misteriosa sugere o questionamento: *Então era doido?* No momento em que o diálogo acontece, Xavier é caracterizado por um dos interlocutores do conto como homem *poupado e sóbrio*. O outro responde, no entanto, que este seria o *Xavier exterior*, de comportamento oposto ao do *Xavier especulativo* que ele teria sido anteriormente – um homem que poderia ser tido como *originalão*. Este, entre mil outras peripécias, planejou ir ao Sertão. *Espalhava idéias à direita e à esquerda como o céu chove, por uma necessidade física, e ainda por suas razões. A primeira é que era impaciente, não sofria a gestação indispensável à obra escrita. A segunda é que varria com os olhos uma linha tão vasta de coisas, que mal poderia fixar-se em qualquer delas.*

Por fim, *o Xavier não só perdeu as idéias que tinha, mas até exauriu a faculdade de criar; ficou o que sabemos.* (Assis, M.1980).

A interpretação sugerida por Roberto Schwarz para o **Memórias Póstumas de Brás Cubas** ajuda a compreender a crítica de Machado à ciência do Cônego. Schwarz comenta a existência de um *ânimo antioligárquico associado à entrada de idéias novas no Brasil: a ciência fundaria um tipo de autoridade mais racional e civilizada que a patronagem. Nas Memórias, entretanto, assistimos ao contrário, à sujeição metódica das mais variadas formas do pensamento moderno ao acaso das vontades do narrador e de seus parceiros. Machado, e antes dele o país armaram uma hierarquia tão inadmissível quão inusitada ... O prestígio modernista próprio à postura científica, afrontosamente contrário à mentalidade tradicional, vai como uma luva as necessidades, práticas e de expressão [...] da apropriação oligárquica do progresso no plano das idéias* (Schwarz, R. 2000: 168-9).

No bojo da *história natural, a arqueologia nobiliárquica* seria, como mostra Lucio Menezes Ferreira em outro texto, *sustentada em sua epistemologia por duas práticas sociais correlatas: o nacionalismo, prática social que retira e recolhe os objetos de história natural de seu contexto imediato não apenas por seu valor de uso, mas também pelo significado político a ser comungado pela coletividade, passam a ensinar aos cidadãos a ordem equânime e justa da natureza; e o imperialismo que fará da história natural um móvel do colonialismo, da expansão territorial do capitalismo. Assim, como a 'luta dos organismos naturais por áreas geográficas' foi uma metáfora política que legitimou a luta imperial pelas regiões colonizadas, a antropotecnica descambou num racismo que assegurou as políticas imperiais e as filantropias civilizadoras, a dominação ou o etnocídio das 'raças inferiores'* (2006: item Números políticos).

Para este autor, a expedição, em busca da tal cidade não merece, contudo, a crítica de Euclides da Cunha. *Não foi uma aventura antropomórfica, uma projeção mítica do subjetivo sobre a natureza, uma deambulação instigada pelo imaginário e por devaneios insanos. Ela foi, com efeito, forjada na bigorna do conceito de civilização, nesse contexto em que o IHGB procurava conformar, para o projeto político centralizador da Monarquia, um passado glorioso, uma identidade sócio-cartográfica plasmada numa cultura indígena*

elaborada. A viagem científica do Cônego Benigno foi, também, uma ferramenta colonizadora (2006: segundo parágrafo).

Euclides da Cunha, revendo os *estudos sobre pré-história indígena* (2002: 151 e seguintes), comenta diretamente a polêmica sobre a *origem do elemento indígena*, da qual resulta a pesquisa do cônego Benigno. O autor questiona a existência de uma uniformidade racial no Brasil. *Avaliando-se, porém, as condições históricas que têm atuado, diferentes nos diferentes tratos do território; as disparidades climáticas que nestes ocasionam reações diversas diversamente suportadas pelas raças constituintes; a maior ou menor densidade com que estas cruzaram nos vários pontos do país; e atendendo-se ainda à intrusão – pelas armas na quadra colonial e pelas imigrações em nossos dias – de outros povos, fato que por sua vez não foi e não é uniforme, vê-se bem que a realidade daquela formação é altamente duvidosa, senão absurda.*

Como quer que seja, estas rápidas considerações explicam as disparidades de vistas que reinam entre os nossos antropólogos. Forrando-se, em geral, à tarefa penosa de subordinar as suas pesquisas a condições tão complexas, têm atendido sobremaneira ao preponderar das capacidades étnicas. Ora, a despeito da grave influência destas, e não a negamos, elas foram entre nós levadas ao exagero, determinando a irrupção de uma meia-ciência difundida num extravagar de fantasias, sobre ousadas, estéreis. Há como que um excesso de subjetivismo no ânimo dos que entre nós, nos últimos tempos, cogitam de coisas tão sérias com uma volubilidade algo escandalosa, atentas as proporções do assunto. Começam excluindo em grande parte os materiais objetivos oferecidos pelas circunstâncias mesológica e histórica (2002: 155).

A crítica de Euclides da Cunha ao *subjetivismo* e às explicações que pouco recorrem ao contexto *histórico e mesológico* parece pertinente. No entanto, como interpretar o termo *subjetivismo*? Se a crítica faz referência ao fato de a pesquisa ser elaborada por um sujeito – o cônego – Lúcio Ferreira teria razão. A busca do cônego resulta de uma elaboração mais ampla, que envolve o IHGB. Mas se a expressão (*subjetivismo*) caracteriza a explicação que *exclui em grande parte os materiais objetivos oferecidos pelas circunstâncias mesológica e histórica*, a crítica de Euclides da Cunha parece válida. Além disso, ela é coerente com a conclusão de seu argumento.

Não temos unidade de raça

Não a teremos, talvez, nunca.

Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado o tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social.

Estamos condenados à civilização.

Ou progredimos, ou desaparecemos.

Não a sugere apenas essa heterogeneidade de elementos ancestrais. Reforça-a outro elemento igualmente ponderável: um meio físico amplíssimo e variável, completado pelo variar de situações históricas, que dele em grande parte decorreram (2002: 155-7).

Euclides da Cunha apresenta sua versão para a construção de uma imagem de raça que autonomize a nação de sua posição de mero objeto da acumulação de capital. A posição do autor sobre o desafio da construção da raça nacional reconhece a ingenuidade da pesquisa do cônego e busca, no projeto de nação, uma saída mais aceitável.

O autor afirma, dado ser o ponto de partida heterogêneo, que a raça que ocupa o território nacional será formada como processo futuro – se é que será. Trata-se de uma formulação nacionalista que, como tal, não foge ao espírito mais geral do IHGB, como sugerem Lucia Maria Paschoal Guimarães e Brigitte Holten (1997).

As duas práticas sociais das instituições de pesquisa identificadas por Lúcio Menezes Ferreira – *o nacionalismo* e *o imperialismo* – estão inseridas no processo de *expansão territorial do capitalismo*. É nesta expansão que as regiões são formadas e, tomando ironicamente a formulação de Euclides da Cunha, estão *condenadas à civilização*. O termo *civilização* precisa ser tomado criticamente – deve ser desmascarado como processo de imposição das relações mediadas pela forma mercadoria.

O capitalismo é o resultado do processo de acumulação primitiva do qual o Antigo Sistema Colonial é elemento (Novais). Como argumenta Ferreira, *o imperialismo fará da história natural um móvel do colonialismo* (2006). As duas práticas sociais estão relacionadas à constituição das instituições de poder territorial no capitalismo: Estado nacional e absolutista. Este processo de territorialização concretiza-se tendo como sentido a

produção de mercadorias, e ao mesmo tempo, cria condições para que esta forma de mediação social passe a ser predominante, formando a região.

O Cônego recebia *ordenanças e auxílios* da Caixa Provincial da Bahia. Violência e poder de compra, para provar a nobreza da raça. Se o cálculo do valor da empreitada do cônego é de apreciação duvidosa, o caixa provincial e as ordenanças têm expressões diretas no orçamento provincial. O ponto de vista do presidente da Província não pode deixar de relacionar os processos sociais que se desdobram em seu território com o Caixa Provincial. Aparece de novo quando o **Relatório** comenta a *extraordinária* descoberta dos diamantes da serra do Sincorá: *A descoberta, na serra, que é a mesma que passa em Minas Geraes, pelo Ouro Preto, Serra, Cidade de Diamantina, ou antigo arraial do Tijuco, Serra do Grão Mogol, logares todos diamantinos, á excepção do Ouro Preto. Esta descoberta, si não tem sido aproveitada em favor do Governo, não tem deixado de dar muito movimento ao Commercio, e os diamantes tem sido tantos, que hão baixado consideravelmente no mercado, e devem alterar sem dúvida a fortuna de quem tiver nelles muitos capitaes empregados.* O fim do **Relatório** é melancólico: *todas as exigencias que o Governo tem feito de notícias sobre a existência de outros minerais não tem produzido efeito algum* (208-9).

Deve-se destacar, portanto, que a busca do cônego foi financiada, ao menos em parte, por fundos provinciais e sustentada teoricamente por um debate da principal instituição de pesquisa do país. Além disso, sua pesquisa envolvia um *intercâmbio de conhecimento* com uma instituição da Dinamarca. *Extraordinária*, do ponto de vista provincial, é a descoberta de diamantes na serra do Sincorá, que, *si não tem sido aproveitada em favor do Governo, não tem deixado de dar muito movimento ao Commercio.* Ficam evidentes as dificuldades do poder provincial de inventariar e se apropriar dos recursos minerais em seu território.

Tanto o IHGB, na figura patética do Cônego, quanto o presidente da Província colaboram para o processo de formação que Euclides da Cunha caracteriza como *invertido*. E como qualificar o projeto de transformar uma colônia em Estado nacional, bem simbolizado pela incursão de Benigno às entranhas da serra do Sincorá? A resposta pode estar com o personagem de Machado: *originalão*.

1.1 - A região do garimpo, território da sesmaria do Alto Sertão

Antes de 1820, Spix e Martius³ cruzaram a serra do Sincorá pelo sul, possivelmente por um caminho que, na Planta da Chapada Diamantina de Teodoro Sampaio, passa na cidade de Sincorá (Fig.1).

Afirmam que se pode considerar esta serra do Sincorá como última irradiação nordeste do grande massiço da serra da Mantiqueira, que traça o limite entre o planalto e as baixadas da Provincia da Bahia. Refletindo sobre existência de ouro em toda a serra, observam que o districto entre Jacobina e Rio de Contas é de mais a mais muito pouco povoado e freqüentemente, assolado pela secca, o que torna difficil a mineração (1938: 63 e 54).

Sobre a serra do Sincorá, que em *tudo fazia lembrar o Tijuco, dizem que se acharam diamantes na encosta leste*, sem deixar clara origem desta informação (1938: 63-4). Pelo relato dos viajantes, esta área era difícil até de atravessar, com falta de forragem para os animais e até mesmo de água. Por este motivo, as observações que fizeram foram rápidas, de passagem, mas sugestivas - especialmente sugestivas pela precoce revelação da existência de diamantes. Esta informação causa um certo desconforto ao leitor atual: ela não remete a nada que se pareça com as descrições posteriores a 1844, da chegada de multidões de garimpeiros.

Somente duas décadas depois da viagem de Spix e Martius a área passa a ser reconhecida pelas fontes históricas como produtora de diamantes. Uma área produtora de diamantes tem de ter diamantes, pois os mesmos não são reprodutíveis pelo trabalho. A análise da ambigüidade da designação da área como produtora de diamantes dá conta de que um grupo social se reproduz retirando um recurso esgotável – e a área fatalmente deixará de ser diamantífera. A serra do Sincorá, que hoje faz parte de uma região em modernização turística, a Chapada Diamantina, não é mais uma região diamantina, apesar do emblemático nome. Este motivo parece ser suficiente para sustentar a necessidade da

³ Sobre a importância de Martius no IHGB ver Lúcio Menezes Teixeira (1999: item 3).

busca da historicidade do objeto da tese. Só um diamante perdido pode ser encontrado duas vezes.

A identificação de recursos naturais, como o diamante, é um dos objetivos de Spix e Martius, ainda que os autores não se restrinjam a isso, mostrando bastante interesse por aspectos que podem ser classificados como pitorescos. No entanto, às vezes chegam a aconselhar o investimento em siderurgia em pleno sertão baiano (1938: 62). Tendo em vista este aspecto, a semelhança que os autores afirmam existir entre paisagem da serra do Sincorá com a do Tijuco (atual cidade de Diamantina) – região produtora de diamantes desde o século XVIII – pode ter sugerido a hipótese da existência de tais pedras. Mas Spix e Martius fazem mais do que formular uma hipótese de pesquisa do recurso: os autores informam que *se acharam* diamantes na encosta leste da serra.

Nada dizem sobre as qualidades dos diamantes, tamanho ou valor. Não dizem se existe exploração sistemática e, especialmente, não dizem quem os achou. Esta informação não parece ter gerado nenhum *rush*, nada que pareça ser uma corrida do ouro como a que autores posteriores relatarão. Se de fato *se acharam* diamantes naquele momento, esta informação não teve um grande impacto social. Mais de vinte anos depois, a repercussão aparece e o processo de formação da região produtora de diamantes se explicita.

Se neste momento o sujeito que teria achado diamantes não é identificado, de 1844 em diante a personificação do descobrimento é apresentada. O primeiro texto do já citado **Dicionário Geographico das Minas do Brasil** (Ferreira, F. I. 1885) é um fragmento de uma carta escrita pelo Dr Virgilio von Helmreichen, citada por Tschudi em **Viagem ao centro da América do sul** (1980). Trata-se de uma notícia de segunda mão. O relato é do *Sr. Major I. P.*, conhecido de muito tempo do narrador, que *lhe deposita a maior confiança*. O major teria passado o mês de agosto de 1845 na serra do Sincorá, vindo de Grão Mogol, tendo seguido para a Bahia e Rio de Janeiro.

Através dos olhos do *major I. P.*, na transcrição feita pela pena do Dr. Virgílio, o **Dicionário Geographico das Minas do Brasil** situa a descoberta dos diamantes na serra do Sincorá, continuação da serra do Espinhaço, divisor de águas entre o São Francisco e o Paraguaçu. A serra teria *o mesmo character rude e agreste à do Grão Mogol, sob seu ponto*

de vista geológico, a serra do Sincorá teria grande analogia com a do Grão Mogol, de formação itacolomita.

A área também é apresentada como território *coberto de grandes florestas, das febres, das cobras*. Deve-se destacar que os diamantes do *território* têm um descobridor: José Rocha, proprietário da fazenda São João. É no interior da fazenda que se encontra o rio *Mucugé*, onde teria sido feita a descoberta, em 1844. Às margens do rio e, portanto no interior da fazenda, existe um povoado, cujo nome não chega a ser revelado (Ferreira, F. I. 1885: 208).

Trata-se do relato de um major da Guarda Nacional, vindo do Grão Mogol, passando pela área recém-descoberta. Interessante notar que não é um relatório de um membro de uma instituição pública, mas de informações recolhidas possivelmente por *Virgil von Helmreichen, geólogo a serviço das companhias britânicas de mineração, pelas quais viajou extensamente por Minas Gerais, morto por febre amarela na Bahia em 1851* (http://www.schwartzman.org.br/simon/cronologia_files/sheet008.htm, 18 de julho de 2007, 17:54). O Dr. Helmreichen, que morou no Brasil desde os anos 30, teria deixado *a mais completa das descrições das regiões do Grão Mogol e da Serra do Espinhaço em Minas Gerais* (Telles, P. C. S., no Boletim da Sociedade Brasileira de Cartografia, 51, 2004: 10).

O relato de Spix e Martius, no que se refere à descoberta dos diamantes, se restringe à expressão *acharam*, dando pouca informação sobre a vida social local e as transformações provocadas pela descoberta. O Dr. Helmreichen revela sua fonte, o major I. P., um membro da Guarda Nacional. A notícia é a da descoberta de diamantes pelo proprietário da terra.

A informação relevante, além da descoberta em si, é a existência da propriedade da terra onde os diamantes foram encontrados e, portanto, a área vinha sendo colonizada. O processo de formação da propriedade da terra na área está relacionado com o processo de territorialização colonial e o processo social que forma uma região econômica e política (Oliveira, F. 1977: Introdução, item 2).

1.2 - A propriedade da terra, um pecado primitivo: Guerra dos Bárbaros como territorialização colonial

A propriedade da terra, neste contexto histórico, era problemática. Segundo o livro **Leis de terra do Estado da Bahia**⁴, de 1822, data em que deixam de ter vigência as Leis portuguesas sobre o Brasil, até 1850, data da 1ª Lei de Terras brasileira, verifica-se o regime de posses, destituído de amparo legal. Desde 17 de julho de 1822 as concessões de terras foram suspensas, mas respeitavam-se os direitos anteriormente adquiridos. À espera da definição constitucional, a distribuição de sesmarias continuou a ser feita pelo governo imperial (1985: 13 e 20).

Segundo esta mesma fonte, *o instituto da sesmaria é o núcleo sesmaria de onde se originou o direito agrário brasileiro. Introduzido em Portugal no ano de 1375 pelo Rei D. Fernando, o instituto da sesmaria concedia a terra por tempo determinado, visando promover, compulsoriamente, o aproveitamento econômico do solo. A legislação de 1375, que implanta o sesmarialismo português, institui dois pontos básicos: um, a cultura obrigatória do solo, tendo em vista o magno interesse coletivo, isto é o abastecimento das populações; o segundo, dispõe que, na impossibilidade de poder explorar a totalidade das terras concedidas, o sesmeiro se obrigará a dar o excedente em arrendamento a terceiros* (1985: 13).

A questão é compreender como estas *posses*, sem amparo legal, participam do processo de reprodução das relações sociais que resultam na formação da região estudada. O momento histórico da descoberta dos diamantes na Chapada Diamantina não pode, portanto, ser compreendido sem que se reflita sobre a formação das sesmarias. Raimundo Faoro argumenta que *a obra política e comercial da colonização tinha como ponto de apoio a distribuição de terras, que encontrou no modelo legislado da sesmaria forma de povoar o território imenso. A feição mais importante da sesmaria seria, para o autor, a reversão da terra não cultivada à Coroa* (1991:140).

⁴Trata-se de uma publicação do Instituto de Terras da Bahia, *cumprindo o objetivo maior de dar cumprimento à política do Governo do Estadual relativa aos problemas fundiários do seu território* (Garcez, A. N. R. e Machado, H. A. P. 1985: 7). A obra é aberta por um ensaio sobre a propriedade fundiária no Brasil.

Quando se faz uma revisão bibliográfica sobre o processo de apropriação das terras do que naquele momento histórico é chamado de Alto Sertão (Neves, E. F. 1998: cap. 2), esta feição parece negada. A apresentação feita por Erivaldo Fagundes Neves em seu livro **Uma Comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio** mostra que a sesmaria do Alto Sertão tinha dimensões impossíveis de serem ocupadas naquele momento histórico. Mais que isso, como o título do livro revela o processo de povoamento, implicou no fracionamento da sesmaria.

Este patrimônio fundiário, conhecido como o morgado Guedes de Brito, foi instituído pelo tabelião Antônio de Brito Correia e sua mulher Maria Guedes. O casal fundador ordena que seus herdeiros devam chamar-se pelo sobrenome Guedes de Brito (1998: 62), eles devem também manter uma capela em Portugal (1998: 60). A afirmação do nome e o compromisso com o sagrado também são elementos que compõem o dito patrimônio, que usa a força da herança para prolongar-se além da vida do casal.

A interpretação da transformação das sesmarias no Brasil é oferecida pelo próprio Faoro. Segundo o autor, o regime de sesmarias na colônia tem uma mudança de sentido com o predomínio do conteúdo dominial sobre o administrativo: *a realidade americana torce o conteúdo da lei, transformando a terra, de instrumento régio de colonização e povoamento, em garantia permanente de investimento agrícola. De um lado, dentro da mesma corrente, a sesmaria, meio jurídico de apegar a terra à capacidade de cultivo, serviu para consagrar as extensões latifundiárias. Tudo por obra do açúcar e da expansão do gado, afirmando a tendência, no plano político, da autonomia do potentado rural* (2000: cap. IV item 5, 144).

A área das sesmarias dos Guedes de Brito é um dos exemplos citados por Faoro para caracterizar a mudança de sentido à qual se refere. O autor afirma que *o processo de apropriação da terra em largas proporções transformou um deserto no domínio de uma rala população, fez proliferar o dependente agrícola, o colono de terras aforadas e arrendadas. Criou também, uma classe de posseiros sem títulos, legitimados em 1822, com a qualidade de proprietários, com medida (Resolução de 17 de julho de 1822) que anulou o regime de sesmarias. A evolução do instituto chegou ao fim: de concessão administrativa ao domínio, do domínio à posse, até o novo estatuto promulgado em 1850,*

que consagrou o sistema da compra de terras devolutas. Entra-se com o desvirtuamento dos sentidos do sistema sesmarial, no reino do açúcar, com monocultura e o escravo africano. A casa-grande conquista a paisagem, projetando a sombra da senzala, gravitando, ambas, sobre o dinheiro, fator não raro esquecido em favor da falsa arrogância do plantador e senhor de engenho (2000: cap. IV item 5, 144).

Antes de seguir na análise do autor, é preciso enfatizar uma questão sobre a área da sesmaria do sertão. Trata-se de terra conquistada na **Guerra dos Bárbaros** (Puntoni, P. 2000), de meados do século XVII ao começo do seguinte. A área não era exatamente um *deserto*, como argumenta Faoro. Tal guerra envolve um esforço que não se limita à ação dos sesmeiros, como mostra Puntoni; o esforço de guerra é sustentado tanto pela Coroa portuguesa, quanto pelas populações locais, como do Recôncavo, por exemplo. A participação de paulistas não foi rara, quase sempre motivados pela possibilidade do apresamento de índios.

A mudança de sentido da sesmaria também não pode ser bem compreendida sem que se leve em conta o *fator não raro esquecido* mencionado pelo autor. Este é o fator que confere sentido profundo ao processo de colonização do Brasil: acumulação de capital que se dirige à formação do capitalismo na Europa, como sugere Fernando Novais. Trata-se de uma política orientada à acumulação dirigida pelo mercantilismo do Antigo Regime europeu.

Esta política lida, portanto, com a criação das condições para a acumulação de capital nas condições coloniais. Desta perspectiva, a mudança de sentido da sesmaria - cujo conteúdo passa de administrativo a dominial – formulada por Faoro, precisa ser qualificada. O sentido profundo abordado por Fernando Novaes refere-se à totalidade capitalista em processo. O sentido dominial de Faoro parece referir-se, salvo engano, à expressão jurídica da posse da terra. Caso contrário, o próprio dinheiro como mediador das relações de produção perde, com o perdão da repetição, seu sentido fetichista.

Tanto a administração da colônia tem o dinheiro como parâmetro e pressuposto, que a concessão da sesmaria é, na América, uma tentativa de *garantir o permanente de investimento agrícola*, ou seja, *os olhos vigilantes, desconfiados, cuidavam para que o mundo americano não esquecesse o cordão umbilical, que lhe transmitia a força de*

trabalho e lhe absorvia riqueza, o rei estava atento ao seu negócio (2000: cap. IV item 6, 152, grifo meu).

A **Guerra dos Bárbaros** é pressuposto da ocupação do Alto Sertão. Ela permite a expansão da área destinada ao plantio de cana de açúcar, no recôncavo baiano, e da pecuária, no sertão. Durante a realização da obra violenta de territorialização contra as populações locais, esta ação foi sempre apresentada como *pacificação* sobre a qual o processo de produção racional pode ser estabelecido: a ordem *era degolá-los a todos com exceção das mulheres e dos meninos os quais se cativará* (Puntoni, P. 2000: 100).

É verdade que tais embates ocorreram ainda no século XVII. Porém, mais tarde, no século XVIII, a falta do tipo de *pacificação* que os colonizadores faziam com os índios podia aparecer em um dos inventários analisados por Neves. O autor menciona possuir terras na “*outra banda do rio Pardo*”, às quais não se atribuíram valor, por serem “*infestadas de gentios*” e “*morrerem as criações que lá se botam*” (1998: 95, ver desenhando com Sampaio). A *pacificação* do gentio aparece como um pressuposto do valor da terra: onde morrem as criações o capital não aumenta, o que indica que as fazendas de gado são a forma potencial de existência do capital na área do Alto Sertão. A terra tem valor, pois pode ser o suporte de produção agropecuária. Porém, a *pacificação* do gentio não é só o pressuposto da valorização, mas também um obstáculo à formação do valor da terra, onde a produção será realizada, e isso também tem relação com os Tapuias, forma como estas populações são nomeadas.

Olhando pela perspectiva da história local, Erivaldo Fagundes Neves apresenta os *tapuias, divididos em inúmeros bandos de costumes e linguagens*, como habitantes encontrados pelos europeus na área do Alto Sertão, que ali já estariam por terem sido expulsos pelos Tupis do litoral. Afirma que *estavam sempre em conflito com outros grupos indígenas que penetravam na região*. Neves afirma ainda que, no final do século XVIII, *colonizadores brancos comandados por João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa, em sucessivos e sangrentos combates dominaram e submeteram os mongoiós, pataxós e cutaxós que ocupavam a área*. No século XIX já não havia índios aldeados no Alto Sertão, *os primitivos habitantes foram absorvidos como mão-de-obra na agropecuária e perderam sua identidade étnico-cultural* (Neves, E. F. 1998: 85-7).

O outro pressuposto que a *pacificação* dos tapuias cumpre é, portanto, o de fornecer força de trabalho para produzir a mercadoria gado. Deve-se acrescentar que os escravos africanos também foram usados no Alto Sertão como mostra Licurgo Santos Filho, para o caso da Fazenda Brejo Seco (*apud* Vasconcelos, A. L. 1998: 17) e Eivaldo Fagundes Neves, especialmente no sexto capítulo de seu livro (1998).

Neves se refere aos *primitivos habitantes* em dois momentos diferentes. Antes de serem dominados, são inimigos com os quais se disputa território, e, portanto, em situação de simetria de relação. Como *sentenciava* Ravasco (irmão burocrata do Padre Vieira), *seria mesmo impossível que os índios aceitassem as pazes, pois se lhes oferecia algo que já possuíam pelas suas setas e pela natureza, terras na fronteira* (Puntoni, P. 2000: 168). Depois de serem submetidos são *absorvidos* como *mão de obra* – sua posição social muda inteiramente. Trata-se de um processo de inserção em uma sociedade muito ampla, cuja rede de relações não só se estende para além do oceano, como também, busca mais força de trabalho em outras áreas distantes. O empreendimento colonial toma a todos como seu objeto, aliás, meio de acumulação. Os sentidos dominial e administrativo de Faoro são, portanto, momentos de um processo mais amplo: o processo de acumulação do capital.

1.3 - Acumulação primitiva, mesmo da perspectiva dos primitivos?

A forma como o processo de acumulação de capital se reproduz na colônia não segue a lei geral de acumulação capitalista descrita por Marx no capítulo XXIII de **O Capital**. A acumulação de capital não conta, nas colônias, com a existência de uma superpopulação relativa. Nas condições da reprodução ampliada capitalista, a expansão do capital poderia se inviabilizar pelo aumento do preço da mercadoria força de trabalho. Esta seria a tendência, já que a própria ampliação do valor reproduzido implicaria um aumento da demanda por força de trabalho (1985: item 1 do capítulo XXIII). A lei geral da acumulação capitalista possui, no entanto, uma dinâmica interna dada pelo *decrécimo relativo da parte variável do capital com o progresso da acumulação e da concentração que a acompanha* (1985: item 2). A redução do trabalho necessário, proporcionado pelo

aumento de mais-valia em sua forma relativa, proporciona a *produção de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva* (1985: item 3).

Para Marx, a acumulação de capital tem como pressuposto a existência de *massas relativamente grandes de capital e força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias* (1985: cap. 24, item 1). Quando estes pressupostos não estão formados, a acumulação é, *assim chamada, primitiva*. Em **O Capital**, para a Inglaterra do século XVII, o autor *resume sistematicamente os momentos da acumulação primitiva no sistema colonial, sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte sobre a mais brutal violência, por exemplo, sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica* (1985: 286).

Nenhuma presença é tão constante no processo de modernização⁵ como a utilização do *poder do Estado* pelos meios dos *sistemas da dívida pública, tributário e protecionista* para promover acumulação de capital⁶. O fundamento de violência do sistema colonial não é suprimido em todos os lugares ao mesmo tempo e nem de uma vez para sempre. Segundo o autor, a *história de expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, base do processo, assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em seqüência diversa em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, que, por isso, é tomada como exemplo, mostra-se em sua forma clássica* (1985:263).

A passagem da acumulação primitiva para a acumulação capitalista não é linear nem simultânea. A reificação da forma mercadoria une os processos produtivos que estão separados no espaço e no tempo. Os processos produtivos aparecem como relações entre

⁵ Tendo como objeto de análise o colapso do socialismo real, Robert Kurz revela a mediação da forma mercadoria como fundamento comum entre o socialismo e o capitalismo, concluindo que o socialismo real não conseguiu ir além de um processo de formação dos pressupostos do capitalismo. Dada esta conclusão, o autor apresenta o processo de modernização como o processo de formação e reprodução das relações de produção do sistema produtor de mercadorias (Kurz, R.1999).

coisas; as formas autonomizadas do capital, seus momentos comercial e industrial não se excluem necessariamente, estabelecem relações de supremacia.

Hoje em dia, a supremacia industrial traz consigo a supremacia comercial. No período manufatureiro propriamente dito, é, ao contrário, a supremacia comercial que dá o predomínio industrial. Daí o papel preponderante que o sistema colonial desempenhava então. Era o 'deus estranho' que se colocava sobre o altar ao lado dos velhos ídolos da Europa e que, um belo dia, com um empurrão e um chute, jogou-os todos por terra. Proclamou a extração de mais-valia como objetivo último e único da humanidade (1985:288).

O '*deus estranho*' acumula capital pela territorialização colonial e pela imposição do trabalho pela força. A dominação é explícita: não é exatamente um enigma teórico a forma como o capital é acumulado em sociedades escravistas. O *estranho* produto colonial que entra na Europa é negociado por dinheiro. Este dinheiro media a compra da mercadoria força de trabalho, oferecida pela personificação legalmente reconhecida, no seu proprietário: o trabalhador. Estas estranhas mercadorias, as coloniais, participam da reprodução deste trabalhador livre. Relações sociais são mediadas por coisas: o processo social de produção não se mostra na coisa produzida como mercadoria. O trabalho é social, pois é para o outro, e ao mesmo tempo é privado, feito na propriedade privada que se organiza em território *pacificado* pelo Estado moderno.

As *cores* do Alto Sertão, simultaneamente ao processo de acumulação primitiva inglesa, são as da **Guerra dos Bárbaros**, e da expansão da sesmaria dos Guedes de Brito. As dinâmicas sociais desencadeadas pelo processo de acumulação de capital são diferenciadas. A dinâmica de expansão gerada pela relação salarial de compra de força de trabalho que explica o processo de acumulação de capital na Inglaterra, não explica por si só, a reprodução das relações de produção na região do Alto Sertão. É preciso discutir as relações no próprio Alto Sertão.

Acompanhando o argumento de Erivaldo Fagundes Neves, *após a conquista do território inverteu-se a lógica da estrutura político-militar anterior: os milicianos*

⁶ Esta é uma das questões que não foram suficientemente desenvolvidas por Marx. A tese de Caio Roberto Bourg de Mello mostra com clareza estas insuficiências.

tornaram-se mais burocratas que militares. (...) No Alto Sertão da Bahia, os primeiros povoadores, arrendatários e compradores de terras dos Guedes de Brito, como em todo o Brasil organizaram-se em ordenanças e milícias. (1998: 218-9).

A região vai sendo, portanto, constituída em expansão na medida em que o rebanho se reproduz e ocupa o território *pacificado* na **Guerra dos Bárbaros**. É bom lembrar que *os primitivos habitantes foram absorvidos como mão-de-obra na agropecuária e perderam sua identidade étnico-cultural* (Neves, E. F. 1998: 85-7). A nova identidade provavelmente não seria adjetivada como *étnico-cultural*; a cultura já não organiza a reprodução social destes habitantes absorvidos aos meios de produção.

Spix e Martius dão algumas pistas. *Os proprietários raramente moram neste sertão, gastam as rendas em districtos mais populosos, muitas vezes com luxo incrível, deixando a fiscalização a um mulato.* Os viajantes, tendo buscado em uma das maiores fazendas do sertão, com uma população de mais de 160 escravos, só conseguiram comprar milho a muito custo, e dos *negros que tinham ocupado os seus dias livres na propria cultura* (1938: 48-9). Longe dos discursos sobre a passividade dos negros e mulatos no período colonial, a passagem mostra iniciativa, mesmo por parte dos escravos, que produzem em seus dias livres.

Em outra passagem, antes de chegarem à *pequena e pobre parochia de Sincorá*, Spix e Martius referem-se à população que encontram pelo caminho. Em tempos de fome, os habitantes *procuram* um tipo de palmeira, de cujo caule fazem um pão *muito pobre de substâncias alimentícias*. Os autores comentam que *o facto de procurar a população de tão opulenta terra taes recursos, pareceria incrível, se não nos tivéssemos convencidos da miséria em que geralmente vivem os sertanejos destas regiões, que, no entanto, se consideram em bem estar*.

A observação revela o estranhamento provocado nos viajantes pela sensação de 'bem-estar' dos miseráveis habitantes. O processo de acumulação do capital na região do Alto Sertão está ligado às poucas necessidades de uma população, cuja *solidão é compensada pelos gosos da caça e dos prazeres sensuaes*. A marca da forma como os habitantes primitivos foram pacificados e absorvidos aparece também na descrição dos viajantes ao identificá-los como sendo de *origem mixta de indígenas e brancos*,

apelidados, por desdem, de tapuyada, sendo objeto de desprezo dos visinhos (1938: 60-1).

Outro momento de estranhamento relatado pelos viajantes, sob o título de *Nosologia*, tem motivo no encontro deles com um sertanejo que solicitava que eles lhe fizessem um curativo. O relato caracteriza o sujeito como um *valentão*, que depois será chamado de *Cangaceiro* (título do item seguinte), *mulato disfarçado, com rosto quase branco, um mixto de uma natureza nobre com semelhante depravação, como* [os viajantes - CAT] *jamais encontraram igual*. O valentão exigiu ser curado, depois retirou-se a galope. *O enigma social foi resolvido pelos criados dos viajantes. Diversos aventureiros, desherdados ou empobrecidos em desespero ou por inclinação pelas empresas bárbaras, vagabundeavam proscriptos pelo sertão, commettendo crimes de toda a espécie, ora a serviço de outrem, ora por conta propria, e escapam por muito tempo á justiça, devido ao conhecimento que tem da região e ao auxilio de parentes alliados. Antes de haver ahi qualquer organização judiciária, eram taes bandidos (valentões) muito freqüentes, instrumentos de horrorosos crimes, que a inveja, a ambição e o ciume mandavam cometer.* (1938: 43)

O que chama a atenção nas passagens é a presença tanto de homens livres, quanto dos escravos de quem os viajantes compravam milho. Escravos vendendo sua produção dos dias livres, a *tapuyada absorvida*, livre ou não, enigmaticamente satisfeita, e *cangaceiros* se impondo pela valentia e, assim, garantindo sua liberdade tensa. Homens que parecem ter um relativo acesso aos recursos naturais de uma terra *opulenta*. Ao que parece, se mantêm com o acesso que tem aos recursos naturais, dos quais o gado parece fazer parte: *vegetais, carne de sol, leite, requeijão e imbus, além da caça, prazeres sensuaes e do aricuri para fazer um pão secco muito pobre de substâncias alimentícias nos tempos de fome.*

Para compreender as descrições dos viajantes, pode-se recorrer ao argumento de Erivaldo Fagundes Neves, segundo o qual a *expressão humana quantitativamente reduzida do povoamento se explica por se necessitar rigorosamente de pouca coisa para a instalação de uma fazenda, além de coragem e desprendimento*. O autor afirma que *o sertão atrai os mais pobres ou os mais corajosos*, dos migrantes de Portugal (1998: 97).

A forma particular que a ocupação deste Alto Sertão assumiu em sua relação com a sesmária foi a da pecuária extensiva auto-suficiente⁷. Segundo Caio Prado Jr., a pecuária extensiva tem uma dinâmica de expansão ligada à reprodução do rebanho no sertão, que *por seleção estaria apurando um tipo de gado adaptado à região* (1965: 56).

A própria região pecuarista foi sendo formada, na área que foi ocupada por esta dinâmica particular de acumulação de capital, por fazendas de gado. Retomando o argumento de Faoro, *a realidade americana torce o conteúdo da lei, transformando a terra, de instrumento régio de colonização e povoamento, em garantia permanente de investimento agrícola* (2000: cap. IV item 5, 144). A fazenda é a forma concretizada pelo investimento realizado sob o estatuto jurídico das sesmarias. Esta concretização implica determinados padrões de reprodução e expansão, um processo de regionalização em expansão territorial.

A dinâmica de crescimento do capital pecuarista colonial da região do Alto Sertão está condicionada pelo processo de reprodução de fazendas em que *o gado é mais ou menos deixado à lei da Natureza, lhe são dispensadas muito poucas atenções, e o maior cuidado consiste em evitar o seu extravio e reuni-lo para ser utilizado* (Prado Jr, C. 1965: 183). Esta característica da dinâmica de fazenda de acumulação foi condicionada pelo processo de territorialização do capital na área. Trata-se de uma sociedade de milicianos que se tornam burocratas, ou proprietários ausentes, que deixam suas fazendas com mulatos. Uma sociedade em que a violência é exercida por cangaceiros. Gente pobre de Portugal em busca da riqueza passível de ser acumulada com o trabalho de escravos africanos e de índios absorvidos. O processo de expropriação destes trabalhadores não se fez de uma vez. Entre a perda das condições nas quais reproduziam suas vidas antes do início de sua expropriação e a constituição da superpopulação relativa, que é o pressuposto fundamental da reprodução da acumulação capitalista autônoma nacional, transcorreu mais de um século de história.

Marx, em outro capítulo de **O Capital** (1985: cap. 25), mostra que a Economia Política, ao discutir os problemas da acumulação nas colônias, acabara por descobrir um *segredo. O segredo, descoberto no Novo Mundo pela Economia Política do Velho Mundo*

⁷ Como indica Erivaldo Fagundes Neves, posteriormente a área torna-se policultura e exportadora de algodão.

e bem alto proclamado: o modo capitalista de produção e acumulação e, portanto, a propriedade privada capitalista exigem o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador (1985: 302).

O autor denuncia como ideológica a afirmação do trabalho próprio como base da propriedade no capitalismo. A propriedade privada é o estatuto jurídico da relação estabelecida entre os homens e as coisas no processo de acumulação de capital. Esta forma de relação social aparece como relação entre proprietários, como na relação de compra e venda da mercadoria força de trabalho. O pressuposto para que ocorra a acumulação do capital é de que o trabalho seja suficientemente barato para que o capital se valorize. Isso ocorre desde que exista uma superpopulação relativa que se repõe no processo de reprodução ampliada do capital. A reposição da superpopulação relativa é garantida pela dinâmica de *decrécimo relativo da parte variável do capital com o progresso da acumulação e da concentração que a acompanha* (1985: item 2).

Assim, de volta ao capítulo da *teoria moderna da colonização*, Marx afirma que *capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas intermediada por coisas*. Mais que isso, na nota de rodapé, anexa à palavra ‘coisas’, afirma que *um negro é um negro. Somente em determinadas condições torna-se escravo. Uma máquina fiadora de algodão é uma máquina para fiar algodão, ela é tão pouco capital como o ouro em si e para si é dinheiro, ou o açúcar é o preço do açúcar (...)* *O capital é uma relação social de produção. Uma relação histórica de produção* (1985: 296, supressão feita pelo autor).

Assim, o segredo revelado pela Economia Política coloca o trabalho individual como fundamento falso da propriedade privada capitalista, o capital só se acumula se os trabalhadores são expropriados. No entanto, é possível criar as condições para que o capital se valorize, por exemplo, tornando um negro, ou um indígena, escravo.

No caso do processo de acumulação primitiva, é discutida a formação da superpopulação relativa que permite a unificação entre posse e propriedade da força de trabalho⁸. Tal unificação possibilita a existência da acumulação do capital sem que a violência seja usada sistematicamente para forçar pessoas ao trabalho.

⁸ Ver o texto *A organização social do trabalho no período escravista* (In: Pinheiro, P. S. 1984). Este assunto será melhor explorado nos capítulos posteriores.

No caso da teoria moderna da colonização, o ponto de partida é a insuficiência do processo de expropriação para criar as condições prévias à acumulação capitalista. Seu processo de formação é objeto da, assim chamada, acumulação primitiva, aquela que não é feita na relação entre classes sociais que se distinguem essencialmente pela propriedade (ou não) dos meios de produção. Neste caso, o escravismo colonial organizado pelas políticas mercantilistas, antes do trabalho assalariado se afirmar como forma de acumulação na Europa, é a forma mais racional de acumulação do capital: o trabalho como parte dos meios de produção, propriedade privada, em condição jurídica de coisa, não de sujeito do direito.

É evidente que, neste contexto, o fetichismo da mercadoria não é uma névoa que esconde a exploração do trabalho. A um olhar atual que seja incapaz de reconhecer o sentido do processo de sua forma de organização social, o processo colonial, como gênese histórica do Estado nacional brasileiro, pode parecer haver sido inteiramente superado. A forma capitalista parece natural, processo colonial artificial (antinatural), pois faz a separação entre a posse e a propriedade da força de trabalho.

No entanto, as práticas sociais mediadas por coisas acabam por conferir uma dimensão abstrata aos elementos qualitativos que encontra. Como foi discutido, o trabalho concreto da produção de mercadorias será imposto aos não europeus, que se tornarão a mercadoria escravo, e o território conquistado no sertão adquirirá estatuto da mercadoria terra. À dimensão abstrata (de valor) de terra e trabalho corresponde a noção abstrata, quantitativa da riqueza; os termos práticos da acumulação de capital são impostos.

Para o caso do Alto Sertão, a dinâmica de conquista e expansão das fazendas, apoiada no estatuto da sesmaria, territorializa e regionaliza. Trata-se do processo de formação da região pecuarista do Alto Sertão. Na versão do major I. P., a terra é a fazenda São João. José Rocha, que a personifica, pode, então aparecer como descobridor dos diamantes. Uma versão totalmente plausível nesta forma de territorialização colonial.

Capítulo 2: Da área diamantífera à região do garimpo

2.1 Acauã, uma apresentação da área diamantífera

Os registros das impressões de campo de Spix e Martius e do Major I.P., apresentados no primeiro capítulo, são bastante genéricos. Os viajantes europeus passaram ao sul da serra do Sincorá em condições difíceis de suprimentos e não puderam fazer maiores observações. Tendo como fonte uma carta escrita pelo Dr. Virgílio von Helmreichen, citada por Tschudi em **Viagem ao centro da América do sul** (1980), o relato do Major tem importância pela notícia da descoberta.

Os dois primeiros fragmentos do **Dicionario Geographico das Minas do Brasil** apresentam as descobertas de diamantes em uma área determinada, cuja localização é feita em termos do relevo, da hidrografia, partindo de escalas, ora apresentada como continental, como faz Tschudi, ora nacional, como cita o **Dicionario**, ora provincial, como descreve seu presidente. As próprias questões científicas formuladas a partir destas escalas são colocadas em dúvida, pois, por vezes, *excluem em grande parte os materiais objetivos oferecidos pelas circunstâncias mesológica e histórica* (Cunha, E. 2001: 155). Já a perspectiva pragmática *provincial* parece não ter instrumentos para conseguir as informações sobre as áreas de seu território em 1846.

Isto explica porque ainda no mesmo ano Benedicto Marques da Silva Acauã foi nomeado Inspetor Geral da Administração dos Terrenos Diamantinos da Bahia (outubro de 1846), mostrando que a importância da descoberta parecia que poderia fazer mais do que *dar muito movimento ao Commercio*. Seu relatório, datado de 15 de abril de 1847, sob o título, **Memórias sobre os terrenos diamantinos da província da Bahia**, é o terceiro texto do **Dicionario**. O texto de Acauã também foi publicado na revista do *Rev. Trim. do Inst. Hist. Geogr. Ethnogr. Brasil*, 9: 227-260. Já em 8/10/1847, Benedicto Marques da Silva Acauã é nomeado inspetor da Tesouraria da Fazenda da Paraíba. As **Memórias** parecem ser, portanto, um relatório de uma inspeção que não durou mais do que cinco meses.

O texto apresenta, inicialmente, uma cordilheira que estaria limitada pelo sul à província de São Paulo, recebendo os nomes de *Grão Mogol, Branca e Almas em Minas e*

de Sincorá e da Chapada na Bahia, dividindo águas do São Francisco e dos rios de Contas e Paraguassú.

A seguir, o autor apresenta o caminho para chegar à serra⁹: *partindo de Cachoeira, pela estrada de Maracás, depois de um viagem de setenta léguas, sobe-se a ladeira do Carrapato, onde tem começo com o nome de Sincorá a primeira daquelas serrania.*

Da serra do Sincorá, o autor mostra conhecimento de campo. É possível acompanhar o texto de Acauã olhando para os mapas de Teodoro Sampaio mostrando as áreas de ocorrência de diamantes. As serras do *Cocal* e do *Gagá* nascentes do *Paraguassuzinho* (*nasce aurífero no morro do Ouro na serra do Cocal onde também existe salitre e pedrahume, paralela a oeste da serra do Sincorá*) e do rio *Apargata* (*recebendo o caatinga grande*) *desaguando no primeiro em Commercio de Fóra* desde logo a extensão das ocorrências diamantinas, sem ocultar *as febres de caracter maligno que affectam aos que por elle transitam* [no trecho o autor se refere aos rios *Una, Timbó, Mucugé*] (1885:210).

Situada a descoberta dos diamantes, Acauã apresenta suas informações sobre ela. Teria ocorrido em setembro de 1844. O descobridor seria *José Pereira do Prado*. Divulgada, a descoberta *fez reunir em menos de seis mezes uma população das extremidades desta província e das vizinhas em um número de mais de vinte e cinco mil pessoas, de maneira que dentro daquelle tempo uma grande povoação, que tomou o nome de Paraguassú Diamantino*. O descobridor nesta versão não seria o proprietário da fazenda, como na versão do Major I.P. (apresentada pelo Dr. Helmreichen). Dele, nada é dito além do nome. Como se observa no texto, a descoberta parece ter um potencial de atração sobre a *província e as vizinhas*. Este poder, que voltará a ser comentado por Acauã posteriormente, está associado ao processo de formação da região. Mas, antes de apresentar esta dinâmica, interessa acompanhar a delimitação da área levada a cabo pelo autor.

O autor segue apresentando a exuberância dos achados, na área da descoberta, *num poço do rio Mucugé, junto aquela povoação, que em poucas horas um homem de nome Vencesláo, em outubro do mesmo anno de 1844, mergulhando apanhou dezenove oitavas*

⁹ Theodoro Sampaio fez esta viagem, em sentido oposto, entre 17 e 29 de janeiro de 1880, doze dias (1905: cap. VIII).

de diamantes. Nelle apanharam outros muitos indivíduos mais de oitenta oitavas e ultimamente colheu o capitão Rodrigo Antonio Pereira de Castro, em quatorze dias de trabalho com trinta trabalhadores, noventa e três (1885: 211).

O primeiro minerador apresentado parece ser uma espécie de recordista: 19 oitavas em poucas horas, enquanto a média diária de produção dos *trabalhadores do capitão Rodrigo Antonio Pereira de Castro*, também digna de menção, é de pouco menos de 1/4 de oitava por dia de trabalho. Do recordista, ficou o primeiro nome. Dos muitos indivíduos, nem a quantidade, só a de diamantes, mais de oitenta oitavas, no mesmo rio. O capitão, título da guarda nacional, que personifica o trabalho de trinta homens, tem nome e sobrenome¹⁰.

A apresentação retoma seu eixo hidrográfico pela bacia do rio *Paraguassu* até o povoado de *Passagem do Andarahy*, onde já teria recebido os rios *Alpargata*, *Caatinga Grande*, *Preto e Negro*, passando a ir banhar a matas agrícolas e em 70 léguas, deságua no oceano. O *Paraguassuzinho* até a boca do *Santo Antonio* senta-se sobre diamantes. Na cachoeira chamada *Influência*, em janeiro de 1845, muitos indivíduos de mergulho estrahiram muitos diamantes, e um delles de nome *José da Silva Dutra*, apanhou daquela maneira em um só dia quatorze e meio oitavas (1885: 211). Sobre este minerador, assim como no caso de *Vencesláo*, não há qualquer referência às relações de trabalho; o argumento usa os nomes para mostrar o potencial produtivo da área. O nome confere uma aparente historicidade ao relato, além disso, dá a idéia de remuneração pelo trabalho.

Entre os afluentes o rio *Piabas*, que nasce paralelo ao *Mucugé e Cumbucas*, seria o divisor da área com as matas agrícolas. Deságua no *Paraguassú* em *Passagem de Andrahay*, que também recebe ali o rio *Chique-Chique*. O rio *Chique-Chique* passa povoação de mesmo nome, que *não tem menos de três mil almas*. Retomando o sentido que sobe em direção ao *São José* e ao *Santo Antonio*, o autor parece confundir o rio *Cajueiro*¹¹, ao qual se refere, com o *Garapa*. Este sim é um afluente do *Santo Antonio*, enquanto o primeiro deságua no *São José*. Em seu leito, suas ribas e margens, se tem

¹⁰ Seus dois sobrenomes aparecem no item *Famílias Antigas de Lençóis*, do livro **Lençóis de outras eras II** de Nadir Ganem (2001: 92-5).

¹¹ No mapa da Sudene esta mudança de direção não ocorre propriamente no rio São José, mas onde este se encontra com o Roncador e o Santo Antonio, na área dos marimbus.

extraído libras de diamantes, nas grutas se acham grandes depósitos, com luz os homens os homens as penetram, sentinellas para que não se percam ou sejam sorprendidos por qualquer enchente pluvial, a que teriam então de succumbir (1885: 212).

A serra dos Lençóes é distante seis leguas e do Andarahy, nas fraldas della se acha a povoação do mesmo nome. Nesta serra nasce o rio São José, que vindo para o sul depois de um curso de seis leguas toma a direção leste na barra do Garapa (deveria dizer Cajueiro, conferir mapa de Teodoro Sampaio). Da mesma serra vem ao lado oeste entre aquellas duas povoações os rios Roncador, Bicas, Caldeirões, Capivara, Ribeirão do Inferno e Lençóes. Todos diamantinos. Recebendo águas de todos, o São José divide os terrenos diamantinos dos agrícolas (1885: 213).

Descreve depois o rio, que em uns logares tem o nome de Coxó, em outros de Andarahy, e ultimamente o de Santo Antonio, navegável, que nasce na terceira serra, denominada de Furna – paralela à do Cocal a oeste e dos Picos ou Campestre, fronteira a serra do Tomba. Sua exploração dependeria, segundo o inspetor Acauã, de grandes forças. Do outro lado, Santo Antonio, distante quatro leguas encontra-se a povoação de Pedra Cravada. O autor destaca que seu trecho na serra do Sincorá corre sobre um leito de diamantes, pois onde é possível, como no lugar chamado Licorióba tem bastado mergulhar-se para se apanharem diamantes em grandes quantidades. Lençóes e Andarahy, foram ha pouco tempo formadas sobre terrenos que só deixaram de ser desertos depois que mingando-se as minas dos rios Mucugé e Combucas a ambição convidou os homens que ali se achavam agglomerados a distrahirem-se em busca de novos mananciais (1885: 213).

Esta passagem do texto recoloca a questão do poder de atração e repulsão das áreas. Tal poder é caracterizado como *convite da ambição*. Nota-se que a força de atração implica a forma da relação estabelecida pelo homem e seu itinerário: a relação é marcada pela coisa diamante – ela desperta a *ambição*. Sobre as formas de territorialização das áreas que compõem o itinerário, não existem pistas, mas é de se supor que esta territorialização é, ela mesma, um meio de concretização de um processo social que pretende realizar a *ambição*.

Acauã, a seguir, afirma que o rio Utinga *nasce na serra denominada Morro do Chapéo*, passa pela povoação da Parnahyba, e *enquanto corre na serra donde nasce é diamantino*. A *serra das Aroeiras*, onde haveria uma povoação do mesmo nome, a *Chapada Velha*, junto a qual nasce o rio Verde o único que partindo da serrania do Sincorá vai desaguar no S. Francisco, e a *serra do Cocal*, desde a serra do Gagao até emparelhar-se com a povoação de Santo Inacio, são diamantinas. Nesta última serra, sendo menos diamantina, *abunda ouro extraordinariamente* (1885: 214).

O relatório comenta, a seguir, a serra do *Muribeca*. Lá *que se presume existir as minas de prata*. *Muribeca*, segundo Acauã, era Robério Dias que, tendo denunciado a existência das tais minas a Felipe II, teve negado seu pedido do título de *Marquez das Minas*. Em função disso, a localização das minas tornou-se um segredo que morreu com o *Muribeca*. Sem ter certeza da existência de tais minas, Acauã comenta *por quanto, em favor d'aquela presumpção está o de ter sido apresentado em 1807 grandes amostras de prata em pedra por um morador do rio Verde, Simão Moreira, ao tenente coronel Joaquim Pereira de Castro, o então procurador das fazendas do Conde da Ponte. Simão Moreira pedia cartas d'este [do tenente coronel] para aquella conde, a fim de o favorecer descobrindo-lhe aquellas minas*. Percebendo que não teria melhor sucesso que Robério Dias, seguiu os passos ao saber que o *capitão-mor de Sento Sé incumbira o conde da Ponte da descoberta das minas. Simão Moreira não levou para a sepultura seu segredo: por quanto uma derrota por elle escrita passou das mãos da mulher para a de um filho natural do alferes Antonio Pinheiro, o qual em 1837 offereceu-se ao padre Manoel Inácio de Oliveira Martins para fazer a descoberta das referidas minas segundo aquella derrota* (1885: 214-5).

Este terceiro personagem da História, filho natural de alferes, sem nome, cometeu um crime em Aroeiras e desapareceu. Sobre o padre, nada mais é dito. O confuso relato prepara o campo para a denúncia: *o que a incúria dos governos passados conserva ainda em ignorância, o interesse ou o acaso brevemente descobrirá como succedeu com as minas diamantinas, que até setembro de 1844 ignotas nesta serrania, hoje são conhecidas em uma distância de setenta e oito leguas* (1885: 215).

O relato segue apresentando os recursos minerais existentes na continuação da serra: *poucos diamantes e ouro no rio de Contas, em Jussiapé. Os rios Caixa, Parameirim, dos Remedios, da Itabara e Agua Suja são riquíssimos de ouro. No dos Remedios, pedra lioz e mármore. Nas abas da serra do córrego da Mutuca, pedras de ferro. Na serrania da Pinga, um monte eleva-se sobre todos, o morro das Almas, delle descem os rios Taquari e do Paulo que depois de banhar a villa de Rio de Contas, passa em villa Velha* (1885: 215-6).

Nesta villa, o ouvidor João Franco Lourenço, pedira ao tenente coronel Joaquim Pereira de Castro, subministrasse meios para que o alcaide Faim pudesse conduzir o cobre encontrado no arraial de Matto Grosso, onde é achado puro e nativo nas mesmas minas que o ouro. A lista de localizações de recursos segue e nela aparece o mesmo capitão Rodrigo Antonio Pereira de Castro, que em 1837, teria levado ao fogo e dissolvido uma porção de um grande pedernal, obtendo como resultado chumbo e um metal quasi tão alvo como prata que é de se presumir que seja platina. Depois de descrever mais recursos minerais identificados, Acauã conclui: *o tempo não chegou para conhecer outras muitas riquezas destes terrenos abençoados: nelle existe o reino mineral cercado dos melhores terrenos agrícolas cortados de rios, nos quais mormente na margem esquerda do Paraguassú existem mais de cinquenta leguas de matas incultas, onde a phitologia teria muito que colher para seu augmento e progresso* (1885: 216).

Só falta a tanta riqueza natural uma mão que lhe dê homens que a colham e a reproduzam, e essa mão será a da augusta e sagrada pessoa a quem hoje se acham confinados os destinos do Império (1885: 217).

O relatório de Acauã faz críticas aos governos passados. Não deixa de ser irônico o fato de que a crítica seja sugerida pelo não aprofundamento das pesquisas das *minas de prata de Muribeca*, também tomadas como indício de existência da *cidade perdida do cônego Benigno*. Observada a ironia, cabe uma pergunta sobre o que caracterizaria a diferença entre os *governos passados* e os atuais (há, por certo, uma continuidade, uma vez que ambos são governos): estaria o autor estabelecendo uma distinção com o período colonial?

No próprio texto há indícios, não de respostas, mas de referências às ações de alguém que personifica a autoridade territorial. Esta autoridade territorial da área parece, no caso de *Simão Moreira*, relacionada à *casa da Ponte*, evidenciando a importância da sesmaria do Sertão na gestão da área. Sua personificação era o *tenente coronel Joaquim Pereira de Castro, procurador das fazendas do conde da Ponte*. O próprio Conde foi nomeado para fazer a *referida descoberta*. Sabendo disso, *Simão Moreira* se retirou.

Desta forma, no texto de Acauã a negação da concessão dos títulos nobiliárquicos reivindicados pelos exploradores parece impedir o progresso. Apesar de não ser impossível que as minas tenham sido exploradas clandestinamente, *Muribeca* acabaria entrando para a história mais ou menos da mesma forma que o *cônego Benigno*, que também andou atrás de minas de prata, o que parece dar razão, neste caso, às suspeitas de tais *governos passados*.

Ao mesmo tempo, a figura do empreendedor dos sertões é personificada pelo capitão Rodrigo Antonio Pereira de Castro que, em 1837, estava no sul da chapada fundindo minerais; em 1846, ou no ano seguinte, *colheu, em quatorze dias de trabalho com trinta trabalhadores, noventa e três oitavas de diamantes*. O sobrenome comum do capitão e do *tenente coronel* insinua algo também sobre esta forma particular de territorialização formadora da região no processo colonial.

Como mostra Albertina Limas Vasconcelos em **Ouro: Conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão – Bahia século XVIII** (1998), *a descoberta de ouro na Bahia e no Brasil foi resultado das muitas investidas do governo português que, ao longo do século XVII, estimulou, subsidiou, e deu recompensas a quem se aventurasse em busca de metais e pedras preciosas. Empreendimento aventureiro, de início, teve um caráter mais direcionado quando se tratava de averiguar se verdadeiras eram as informações sobre os achados, e se correspondiam em quantidade e valor justificadores dos investimentos que comprometessem a “Fazenda Real”* (1998: 16).

Esta parece ser a situação na qual *Muribeca, Robério Dias e Simão Moreira* estão envolvidos. Como no caso *Simão Moreira*, pairam dúvidas sobre a descoberta, e, neste caso, o *tenente coronel Joaquim Pereira de Castro, procurador das fazendas do Conde*

da Ponte, entra em cena. Diante da necessidade de revelar a descoberta ao *Conde da Ponte*, *Simão Moreira* desaparece.

O conflito entre a autoridade territorial e aqueles aventureiros que vagavam pelo sertão, guiados por aquilo que Acauã chamou de *ambição*, configura-se na passagem comentada. A demanda dos aventureiros aparece como *ambição* por uma patente. O significado desta patente pode ser melhor compreendido com outro argumento de Albertina Limas Vasconcelos: *para atender aos objetivos da conquista e manter os fiéis colaboradores, ante a ausência de um Estado com todo aparato institucional de características modernas, a Coroa portuguesa, ao tempo em que se estendia o controle militar, premiava os executores privados, com títulos, patentes, mercês, como mérito pessoal, de quem ordenava e recebia* (1998: 26).

Isto não significa que a política era de simplesmente premiar os descobridores. A autora mostra que *no contexto de desenvolvimento da economia mineradora uma profusão de leis específicas visaram normatizá-la e aos demais setores que a ela se articulavam. Surgiu uma estrutura administrativa específica, cujos ocupantes possuíam autoridade e poder, independente do governo geral, inclusive podendo comunicar-se diretamente com o Rei e seus representantes no Conselho Ultramarino. Essa característica da administração para as minas teve como finalidade precípua garantir a política do fisco, fórmula engenhosa da Coroa portuguesa que diante da itinerante atividade mineradora, delegou a particulares a exploração, juntamente com os investimentos em material e mão-de-obra escrava, lucrando com as sobretaxas cobradas por todas as atividades e produtos* (1998: 19).

Pode-se, portanto, manter para este caso o argumento de Faoro, segundo o qual a concessão da sesmária é uma forma de *garantir o permanente de investimento agrícola*, ou seja, *os olhos vigilantes, desconfiados, cuidavam para que o mundo americano não esquecesse o cordão umbilical, que lhe transmitia a força de trabalho e lhe absorvia riqueza, o rei estava atento ao seu negócio* (2000: cap. IV item 6, 152, grifo meu).

A presença dos latifundiários do Alto Sertão ligados ao *Morgado dos Guedes de Brito (casa da Ponte)* remete à história da territorialização do capital na área. Estabelecido desde a **guerra dos bárbaros** (Puntoni, P. 2000), o território do capital é um pressuposto

da regionalização pecuária com a dinâmica de expansão apresentada no capítulo anterior. O poder local neste território tem uma relativa autonomia. O fazendeiro é a autoridade, e isto levou muitos autores a caracterizarem as relações sociais como feudais¹².

A maior auto-suficiência das fazendas do sertão fez com que essa aparência feudal se reforçasse. Tomadas em processo, no entanto, tais relações sociais mostram-se como de modernização. Modernização na forma como as relações sociais passam a se reproduzir na área, em comparação com os grupos autóctones de quem o território foi tomado. Modernização também em relação à dinâmica de expansão das fazendas, que não pode ser entendida senão como acumulação de capital colonial. Ressalte-se que a forma da sesmaria na América implica o latifúndio, pois necessita seduzir o sesmeiro para garantir o investimento. O latifúndio, por sua própria escala implica o absenteísmo, que se expressa nas centralidades das vilas, e mesmo nas cidades do litoral como local de residência e gestão dos negócios dos latifundiários. A gestão da sesmaria implica, portanto, uma gestão do trabalho que não pode ser feita diretamente pelo sesmeiro, em uma relação em que terra, capital e Estado colonial apresentam-se ainda sem aparência de autonomia.

Esta forma do poder local será relativamente transformada pelo processo de formação das regiões de mineração. A própria escala da propriedade fundiária é diferente, assim como também é qualitativamente diferente a dinâmica de expansão e crise. Tais diferenças mostram que há um processo de transformação em alguns dos elementos empiricamente significantes¹³ que permitem caracterizar as áreas. No caso desta pesquisa, esses elementos são as formas de reprodução das relações de produção.

Trata-se, portanto, de um processo de diferenciação no interior da região da pecuária, um processo social que faz com que elementos definidos historicamente, que em um dado momento tem significado secundário ou são desconhecidos, ganhem centralidade. Neste caso, a existência de diamantes na área, a partir de um determinado momento, que pode ser chamado de *descoberta*, desencadeia uma mudança de sentido no processo de caracterização da área. A historicidade da região permite romper com distinções abstratas

¹² Sobre esta questão, acompanho o argumento de Faoro VI, 6, *O chamado feudalismo brasileiro*.

¹³ A designação é de Richard Hartshorne e se refere aos elementos conceituais usados pelo pesquisador para diferenciar as duas áreas (1969: 20).

como aquelas entre a origem humana e natural (Hartshorne, R. 1969:86). Com isso, se evita a necessidade de supor a existência de um *homo geographicus*¹⁴. Esta perspectiva exige estudar a diferenciação das áreas como um processo de formação.

Antonio Carlos Robert de Moraes, em Bases da **Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**, argumenta que *o território é antes de tudo uma escala de análise da sociedade e da relação sociedade/espço, isto é, um recorte analítico que objetiva uma visão angular específica da história. Em tal entendimento, o território emerge como uma totalidade para a geografia, um espaço dotado de historicidade própria, que corresponderia à espacialidade de uma dada ‘formação econômica e social’.*

*Em outras palavras, todo território tem uma história, que explica sua conformação e sua estrutura atual. Para apreendê-la é necessário equacioná-la como um processo; daí o enunciado da **formação territorial** como objeto de pesquisa. Um objeto de análise histórica retrospectiva, uma vez que busca a gênese de conjuntos espaciais contemporâneos, que no passado não necessariamente possuíam unidade e integração. Tomam-se, portanto, os territórios atuais como resultados de uma história cuja lógica é atribuída **post festum** (Moraes, A.C.R. 2000:21).*

Como observei em minha dissertação de mestrado (2001), penso que a totalidade tem existência objetiva que se expressa nas formas sociais de mediação. Assim, o processo de territorialização é caracterizado como do capital, pois a forma como a região se reproduz no bojo da reprodução das relações de produção concretiza-se em sua relação com o sentido da colonização (CPJ). A pacificação dos *bárbaros* e a conquista de seu território são feitas com o objetivo de produzir mercadorias tropicais para a Europa. As formas de mediação na área se transformaram radicalmente: a dimensão abstrata, de propriedade e de valor, passa a ser determinante na forma como o poder territorial é exercido na sesmaria, na fazenda, em sua relação com o boi e no escravo: territórios do capital. Em seu interior, determinados

¹⁴ Esta parece ser uma diferença de perspectiva em relação aos autores que conferem centralidade ao conceito de território, como fazem Rogério Haesbaert em **O mito da Desterritorialização** (2004), e Antonio Carlos Robert de Moraes em Bases da **Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. Afirmar que esta é, ou deveria ser, a perspectiva da geografia não faz só a ontologia do *homo geographicus*, mas também restringe o olhar da geografia às estruturas de poder. Não é à toa que o conceito de território fique de tal forma amplo que possa explicar desde o comportamento de animais (nível físico biológico), passando pela gestão estatal da catástrofe social e chegando até o nível mais imaterial ou simbólico (2004:340).

padrões de exercício do poder são meios de acumulação de capital, não finalidade. Isto na mineração é muito claro, nas palavras de Albertina Limas Vasconcelos, ao caracterizar como *itinerante*, a *atividade mineradora*: a terra não interessa em si, mas somente enquanto pode produzir minério, coisa de valor.

Desta forma, seria um equívoco descartar a diferenciação de áreas contida no argumento de Acauã, associada à ocorrência de diamantes. A qualificação da área como diamantina implica caracterizá-la tendo em vista o valor de uso da mercadoria que dá sentido ao seu processo de ocupação. Antes de ser um equívoco, é um ponto de partida. Afinal, em uma sociedade em que as relações sociais são mediadas por coisas, é preciso revelar o processo de constituição da coisa mediadora.

Neste caso, a aparência da região como sendo desde sempre uma área diamantífera não constitui um simples equívoco. Esta aparência de região natural, em oposição à região política e econômica – histórica, portanto -, é adequada à mediação da forma mercadoria. O relatório de Acauã é representativo também neste aspecto, pois trata de revelar a existência dos recursos minerais, mais que as relações sociais necessárias à sua exploração. Ao Inspetor interessa revelar o potencial de contribuição que a região pode dar ao Estado nacional em formação, que em sua forma mais explícita é a tributação, o rendimento do Estado¹⁵.

Estas relações sociais de produção explicam os desdobramentos da descoberta. Assim, qualquer descobridor precisa estar preparado para defender sua descoberta contra a concorrência de outros capitais, especialmente o do sesmeiro. Erivaldo Fagundes Neves afirma que *bandeirantes e fazendeiros de diferentes origens integraram-se nas caatingas sertanejas e confrontaram-se nas áreas de mineração. O mais rumoroso conflito ocorreu nas nascentes do rio das Velhas, entre 1707 e 1709, quando paulistas liderados pelo superintendente das minas, Manoel de Borba Gato, e os emboabas¹⁶ pelo português Manoel Nunes Viana – administrador de Fazendas de Isabel Guedes de Brito. A disputa era pelas jazidas de ouro e pelo abastecimento da região mineradora* (1998: 89).

¹⁵ O estado pode pagar suas despesas com os rendimentos de tributos, com emissão de moeda ou com dívidas em moeda nacional ou estrangeira. Sobre a dependência do Estado da mediação do dinheiro, ver o ensaio *A falta de autonomia do Estado e os limites da política*, de Robert Kurz em **Os últimos combates** (1997).

¹⁶ Erivaldo Fagundes Neves explica, em nota, que esta era a denominação atribuída pelos paulistas aos forasteiros, portugueses e brasileiros de diversas origens, principalmente baianos (1998: 89).

Trata-se do processo de formação da região. Nele, os membros autonomizados do Estado mercantilista lutam pela possibilidade de personificarem este Estado, gozando das vantagens da gestão do capital comercial na área. O capital produtivo, aquele no qual o preço¹⁷ expressa tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, depende de condições sociais cujo processo de formação supera a formação regional.

2.1 - Cazuzinha do Prado, os quilombolas e os emboabas

Acauã já havia registrado o nome de José Pereira do Prado como autor da descoberta de diamantes, que *divulgada fez reunir em menos de seis mezes uma população das extremidades desta província e das vizinhas em número de vinte e cinco mil pessoas* (1885: 210). Cazuzinha do Prado, *como era conhecido*, é apresentado como descobridor dos diamantes por outras fontes.

Walfrido Moraes¹⁸ em Jagunços e Heróis¹⁹ (1997), apresenta a versão de Gonçalo de Ataíde Pereira: *viajando para Andaraí, a fim de efetuar compras de farinha ou estabelecer contacto com roceiros que a esse tempo já ali existiam, deparou aquele negociante o córrego que passa em Santa Isabel e vem desembocar no Rio Combucas, reconhecendo mais ou menos o mesmo cascalho que estava acostumado a ver em Chapada Velha. Com a experiência que já possuía, fez algumas tentativas, a princípio infrutíferas; mas, com alguma perseverança e com informações que colheu no local onde*

¹⁷ Sobre o problema da transformação dos valores em preço, ver o capítulo três de **Valor e Capitalismo** de Luiz Gonzaga Belluzzo (1980). Para uma apresentação do problema da formação do trabalho como mediação social historicamente determinada, que faz do tempo abstrato a variável independente que mede o valor, ver o quarto e o quinto capítulos de **Time, Labor and Social Domination**, de Moishe Postone (1996).

¹⁸ Na página 23 da edição de 1997, sob o título *Alguns dados biográficos de Walfrido Moraes*, é apresentado um pequeno currículo do autor. São 15 pontos: desde o nascimento em Lençóis, trabalho desde os 9 anos na tipografia de “O Sertão”, de propriedade do coronel Horácio de Matos, chegando a redator chefe: passando pelos diplomas da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Salvador e da Fundação Getúlio Vargas nos cursos realizados em colaboração com a ONU; professor de Geografia e História no médio e superior; jornalista profissional sindicalizado, redator-colaborador de “A Tarde”; prêmios literários da Academia Brasileira de Letras (por este livro), “Marina do Brasil”, “Prêmio Esso” e da “Assembléia Legislativa da Bahia”; Membro de diversas instituições como a Ordem do Mérito da Bahia, grau de Comendador, Academia de Letras da Bahia, Academia de Letras Maçônicas da Bahia, Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, presidente do Centro de Estudos Etnográficos da Bahia, Membro de Honra da Grande Loja Maçônica da França (Paris) no grau de Cavaleiro e ex-diretor da Associação Baiana de Imprensa.

¹⁹ Apresento a versão do livro de Walfrido Moraes por me parecer a fonte mais conhecida pelos leitores.

deu começo à experiência, tentou novamente unido a alguns auxiliares que mandou vir, e então aconteceu que seu afilhado de nome Cristiano Nascimento encontrou, na primeira lavagem que fez, dois diamantes de água fina, pesando mais ou menos quatro quilates e outro pouco mais de um quilate. (1997: 33-4, grifo do autor).

A história de Cazuzinha do Prado é bastante ilustrativa do momento importante no processo de regionalização da mineração: a descoberta. Pode-se dizer que todo o diamante é descoberto, mas a descoberta de diamantes em uma área nova transforma o feito na descoberta da área. A descoberta é um pressuposto da região que não necessariamente se realiza, assim como nem toda área em que há registro da presença de diamantes tem uma história de descoberta.

A afirmação de existência de diamantes por Spix e Martius revela que a descoberta dos diamantes por si só não *faz reunir em menos de seis mezes uma população das extremidades desta província e das vizinhas em número de vinte e cinco mil pessoas* – a descoberta precisa ser *divulgada*. Gonçalo de Ataíde Pereira, em seu livro **Memoria Historica e Descriptiva do Município dos Lençoes (Lavras Diamantinas)** ([1910] 2002), comenta que, mesmo havendo um consenso de que a *povoação avolumou-se e tomou grande proporção e importância nos meados de 1845, não se póde positivar a data da fundação nem tão pouco os nomes de seus fundadores* ([1910: 4] 2002: 46). Falta à povoação de Lençóis uma história de descoberta, o que é um fato significativo, como a própria história de Cazuzinha mostrará.

2.1.2 - Andaraí, território quilombola?

Uma primeira observação mostra que Cazuzinha aparece *viajando para Andaraí, a fim de efetuar compras de farinha ou estabelecer contacto com roceiros que a esse tempo já ali existiam*. Andaraí, que em um futuro próximo será uma das maiores cidades da região das Lavras, era apresentada, portanto, como uma roça, antes da formação da região.

Em uma fonte de 1796, *Andarahy* aparece como nome de um quilombo. Pedro Tomás Pedreira, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, no artigo **Quilombos**

Baianos (1962), apresenta documentos da expedição organizada para destruir os quilombos de *Orobó*, atual Itaberaba, *Tupim*, (atual Boa Vista do Tupim) e *Andarahy*.

O primeiro documento é uma representação dos moradores de Cachoeira, assim como dos fazendeiros e senhores de engenho localizados na área, endereçada ao governador capitão general Dom Fernando José de Portugal. *Dizem os moradores da Villa da Cachoeira abaixo assinados, que pela geral utilidade que lhes resulta a extinção dos Quilombos de Orobó, Tupim e Andarahy, donde diariamente saem foragidos nelles acoitados, em tropa, acommettendo as estradas, ainda mais as públicas, a despojar aos viandantes, roubando muitos gados nas fazendas por onde passam, especialmente as circunvisinhas daquelles Quilombos, assassinando, deshonestando mulheres donzellas e cazadas com toda a impunidade e escandalo e depois disso persuadindo e conduzindo seus semelhantes aos mesmos coitos e isto muitas vezes por força e a vista dos seus mesmos senhores, são contentes que o Capitão-mór de entradas e assaltos Severino da Silva Pereira investigue os referidos Quilombos, fazendo, como promete, as despezas a sua custa permittindo-se-lhe os despojos delles e ainda as proprias crias nascidas n'elles desde o tempo da sua subsistência* (1962: 584).

Um leitor de Gilberto Freire pode lembrar de uma das formas da micibilidade do negro, que fugido formava grupos *com arrojo quase igual ao dos bandeirantes, supriam a falta de mulheres de sua cor com o “rapto das índias” ou caboclas de povoados e aldeamento próximos* (1987: 46). Mas o texto soa mesmo como uma inversão na relação entre o branco sádico e a escrava masoquista, *o furor femeeiro do português se terá exercido sobre vítimas nem sempre confraternizantes no gozo. Sadismo, não raro precedido pelo de senhor para muleque. Através da submissão do muleque iniciou-se muitas vezes o menino branco no amor físico.*

O argumento do autor expõe bem o aspecto sádico do dominador. O povo português *foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor*, mas na posição de sádico, de dominador. Menos do que apurar a justiça da acusação de *deshonestamento mulheres donzellas e cazadas*, vale observar a tematização da violência sexual associada ao campo das relações entre senhores e escravos, sempre associando domínio à masculinidade.

Por isso, o autor afirma que parece haver ligação *naturalmente à circunstância econômica da nossa formação patriarcal, da mulher ser tantas vezes vítima inerme do domínio ou do abuso do homem; criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido*. O peso moral do estupro, quando inverte a hierarquia social, está refletido na palavra *honestidade*, que é o que perdem as *donzellas e cazadas* (1987: 50-1).

A forma de enfrentar o problema dos quilombos também é emblemática deste contexto colonial. O *Capitão-mór de entradas e assaltos* promete resolver a questão, *as despezas a sua custa*. Uma solução que poderia dar razão ao uso feito por Gilberto Freire do termo iniciativa da *espada particular* de um clã patriarcal (1987: 4). O patriarca, em condições precárias de saúde, nomeia o próprio filho, *Bento José Pereira, cabo e comandante da tropa*. Assim, *permittindo-se-lhe os despojos delles e ainda as proprias crias nascidas n'elles desde o tempo da sua subsistência*, ou seja, *Capitão-mór de entradas e assaltos*, quer tornar-se dono de escravos fugidos. Observe-se que há uma evidente mediação das instituições do Estado mercantilista português, as cartas mostram que há um pedido de consentimento ao Estado para a ação do patriarca.

Os assaltos e a violência sexual contra as mulheres compõem formas de enfrentamento em um contexto em que as relações de trabalho são impostas pela violência. Os *assaltos*, em seu sentido de ataque repentino, estão até no título do capitão mor: *de entradas e assaltos*. A violência sexual está, mesmo para Freire, relacionada ao caráter das relações de trabalho. O escravo é arrancado violentamente de seu modo de vida e esta ação funda a relação. Ainda que se possa dizer que o escravo negocia com o senhor, inclusive sobre o uso da violência, a relação é explicitamente de dominação. Não há aparência de troca de equivalentes, igualdade jurídica formal.

As sutilezas metafísicas e manhas teológicas da mercadoria (Marx, K. 1985: 70) neste caso aparecem na separação entre produção e consumo estabelecida pelo processo colonial. Esta separação é o pressuposto do sentido da colonização e, portanto, pressuposto da formação regional. Este sentido faz com que Caio Prado Jr., que também toma o clã patriarcal como objeto, caracterize *a contribuição do escravo prêto ou índio*

para a formação brasileira como passiva, diferente das relações entre senhores e escravos nas sociedades antigas (1965: 267 e seguintes).

A indiferença que caracteriza as relações mediadas pela mercadoria, reforça o caráter instrumental da relação. Este caráter aparece até nas *fáceis carícias das escravas para satisfazer as necessidades sexuais do colono privado de mulheres de sua raça e categoria*²⁰ (1985: 271). Carícias fáceis para o senhor, pois quando a ação dos quilombolas inverte o poder de violência, não aparecem sob a designação nem de fáceis, nem de carícias.

O segundo documento apresentado por Pedro Tomás Pedreira, no texto **Quilombos Baianos** (1962), é sobre o resultado do assalto de *Bento José Pereira* (personificando seu pai) a *Orobó* e *Andarahy*, na virada do século XVIII para o XIX: *prenderam-se de treze escravos entre pretos, pretas e crias (no documento transcrito na página 591 são três), tendo fugido antecedentemente, pelo que dizem, um grande numero dos mesmos escravos que ali estavam aquilombados; por suspeitarem ou serem, talvez, sabedores desta diligência, e como há indícios de que se refugiarão para outro quilombo chamado Tupim, mais distante, passei as ordens necessária para que fôsse igualmente destruído* (1962: 385).

Quem fornece mais informações sobre a existência de um quilombo em Andaraí na primeira metade do século XIX é o cônego Benigno, do IHGB, em sua busca pela cidade perdida. Walter de Oliveira Passos, em seu livro **Bahia: Terra de Quilombos** (1996), *transcreve um artigo do cônego na Revista do Instituto Histórico Brasileiro número 07 do ano de 1845, que fala da referida cidade sendo um local na época de existência de quilombos. O texto é na verdade um ofício do Sr. Cônego Benigno ao Exmo. Presidente da Bahia, o Sr. Tenente General Andrei, de 23/01/1845.*

O relato do Cônego fala de uma área na qual a população das *pequenas povoações limitrofes do Andaray tem sempre temido penetrar, em razão da fama antiga, em que ali*

²⁰Há evidentemente um questionamento de ordem moral no argumento do autor. Não se pode negar, como afirma Freire, que o ponto de vista de onde parte o questionamento pareça em muitos momentos associado a uma moral estritamente católico-romana (1987: 65, nota de rodapé 55). A questão relevante neste momento, porém, é discutir a validade deste reforço do caráter instrumental da posição do escravo no contexto colonial, que é o núcleo do argumento de Caio Prado Jr. e não pode ser deduzido deste suposto ponto de vista moral.

dentro há um *REINO DE NEGROS*, ou *QUILOMBO*. Em sua perspectiva, Andaray não seria um quilombo, mas ali teria havido um quilombo.

O desmoralizado pesquisador do IHGB teria recebido uma carta de *um certo José Rodrigues da Costa do Otinga na qual me participava que um negro de nome Francisco escravo de um homem do Orobó, senhor da fazenda denominada da Serrinha, na porta da mesma serra, se oferecia para me ir mostrar uma cidade velha nos morrinhos já prescritos e os quilombos, onde ele negro tinha passado sua mocidade e de onde havia fugido para seu senhor com medo do castigo do chefe negro do quilombo por causa das desordens graves que ele tinha cometido, e me pediu em remuneração sua alforria; mandei vim este negro, porém o seu senhor, não só me deixou vim, mais até depois disso o tem sonogado. Este negro dá exata notícia da cidade abandonada e sua situação, e diz que os quilombos são 3 e estão distantes da dita cidade, que os negros só vão aí por ocasião da caçada* (1996: do item 30 ao 35)²¹.

No que se refere ao argumento em questão, o cônego apresenta indícios da existência de quilombos na serra do Sincorá. As informações parecem anunciar um conflito de disputa territorial, a face quilombola da **guerra dos bárbaros** (Puntoni, P. 2002). Esta face quilombola é marcada por uma diferença fundamental: os ex-escravos constituem um modo de reprodução social em relação à colonização desde sua captura na África. Um quilombola é um fora-da-lei, por isso faz todo sentido que os Andará tenham fugido, em 1796, com a chegada do assalto promovido por Severino da Silva Pereira.

Esta colocação não exclui a possibilidade de integração quilombola por redes comerciais clandestinas, especialmente no caso do capital da mineração. Pode-se afirmar que territorialização do capital no sertão, que extermina e absorve das populações da área (cap. 1 desta tese), tem uma face quilombola.

²¹ Comparando-se o pedido de ajuda do cônego com o relatório da presidência da província de 1846, citado no capítulo anterior, a diferença principal é a posição relativa dos interlocutores. O cônego tenta, ao narrar a história da expedição, justificar sua continuidade diante dos olhos cada vez mais incrédulos de seus interlocutores, de Machado de Assis ao presidente da província da Bahia, passando pelo IHG e Euclides da Cunha. Vale lembrar que até hoje a pesquisa do cônego encontra seguidores manifestos. A pesquisa de Abdias Flauer Dias Barros está orientada no sentido de demonstrar que o Império Romano em sua época de máxima expansão atingiu o Brasil atual graças a sua frota naval, e aqui se instalou com o objetivo de explorar as jazidas de ouro e prata, permanecendo em solo brasileiro até pouco antes da queda do império em 476 d.C.

(<http://www.geocities.com/abdiasflauber/512.pdf>)

2.2 3 - Cazuzinha e os quilombolas de Andaraí: o negociante-garimpeiro e os quilombolas-roceiros, uma história de minerações proibidas

No entanto, como citado acima, Cazuzinha do Prado viajava para Andaraí, *a fim de efetuar compras de farinha ou estabelecer contacto com roceiros que a esse tempo já ali existiam*. Ainda que seja evidente, é necessário chamar a atenção que a designação *roceiro* toma o homem por seu trabalho. Em uma relação comercial, a coisa trocada não revela seu processo social de produção. Não é neutro para a relação comercial o fato de o roceiro ser ou não quilombola. Na condição de fora-da-lei, o quilombola é parte do tecido social das relações mediadas pela mercadoria, e isso tem implicações do ponto de vista da acumulação do capital comercial.

A situação do quilombola cria a possibilidade de tirar vantagens de uma espécie de monopólio, cujas condições são exigidas pelas necessidades de segredo do fora-da-lei. Em um momento marcado por múltiplas descobertas, parecem ser consideráveis as possibilidades de fazer lucro no comércio com os roceiros de Andaraí.

Em sua revisão bibliográfica sobre a descoberta das *Lavras Diamantinas*, José Martins Catharino²² (1986: cap 2, Parte I), apesar de ter concluído por uma data (1844), mostra como os diamantes foram encontrados pela primeira vez em várias áreas: na serra do Gagao em 1817 (1986: 60); ou em Sincorá e Lages em 1821 (1986: 56), em 1839 [ou em 1834 (1986: 68)] no Tamanduá (1986: 60), na serra do Assuruá em 1840 (1986: 57), em Santo Inácio em 1841 (1986: 57 e 62); serra das Aroeiras em 1842 (1986: 57). Em todos estes lugares houve mineração de diamantes, todos eles encontram-se ao redor da serra do Sincorá, e no entanto não formam uma área contínua de mineração.

O próprio Cazuzinha, provavelmente, venderia a farinha comprada em Chapada Velha, onde já eram explorados os diamantes. Pensando no argumento de Caio Prado Jr., se a área dos roceiros de Andaraí não fosse muito mais rica em diamantes que a Chapada Velha, ela poderia ter se configurado como área subsidiária da mineração. Na medida em que o comércio chega a *estabelecer contacto com roceiros e efetua compras de farinha*,

²² José Martins Catharino é advogado trabalhista e discute em seu livro **Garimpo – GARIMPEIRO – garimpagem**(1986) o processo de formação da região. Com uma ampla revisão bibliográfica, seu ponto de foco é o ordenamento jurídico do trabalho garimpeiro.

passa a incluir a área como parte da divisão do trabalho organizada com a mediação das mercadorias, tornando-a parte da estrutura que permite a exploração dos diamantes.

No entanto, nada impede que os roceiros de Andaraí vendessem diamantes. Nunca é demais lembrar que na versão de Olympio Barbosa, no *Discurso proferido na Comemoração do Primeiro Centenário de Lençóis em 03 de Julho de 1945* (Lençóis, 1945: 84-85), Cazuzinha do Prado era um comprador de diamantes de Chapada Velha. Um comprador de diamantes de um grupo social que possivelmente não tinha nenhum interesse em revelar a existência das pedras.

De volta ao relato de Walfrido de Moraes sobre a descoberta dos diamantes, o autor escreve: *Com a experiência que já possuía, fez algumas tentativas, a princípio infrutíferas; mas, com alguma perseverança e com informações que colheu no local onde deu começo à experiência, tentou novamente unido a alguns auxiliares que mandou vir, e então aconteceu que seu afilhado de nome Cristiano Nascimento encontrou, na primeira lavagem que fez, dois diamantes de água fina, pesando mais ou menos quatro quilates e outro pouco mais de um quilate.*

Não deixa de ser engraçado que, na narrativa, o descobridor – Cazuzinha – seja o padrinho do homem que realmente teria encontrado os primeiros diamantes. Cazuzinha é mais que o descobridor neste sentido mais concreto. Ele é o organizador de um empreendimento fundado em uma lógica profundamente enraizada no período colonial.

Gustavo de Menezes, fonte que será analisada posteriormente, afirma que o descobridor dos diamantes, José do Prado, estava com seu filho e um escravo (Ferreira, F. I. 1885: 223). Este escravo parece ser Pedro Ferreiro, que, segundo a versão de Francisco Vicente Viana e José Carlos Ferreira, em **Memória Histórica do Estado da Bahia**, teria descoberto os diamantes (apud Catharino, J. M. 1986: 220, nota 497).

As diferentes posições ocupadas por Pedro Ferreiro em cada uma das histórias, não modificam muito o enredo central da história. Como camarada, empregado, ou escravo, a posição de Pedro Ferreiro é a de homem de confiança de Cazuzinha. Ressalte-se que, considerada a hipótese de Pedro ser um escravo ao qual o patrão confiava o porte de diamantes, revela-se o campo de possibilidades de articulação entre senhor e escravo.

A respeito de uma outra questão sobre a história de Cazuzinha a ser discutida – a descoberta de riquezas – é preciso analisar seu significado social. Walfrido Moraes afirma que *estavam eles, senhores e possuidores de riquezas imensas, e combinados em não dar conhecimento da descoberta a ninguém. O segredo da descoberta, entretanto, não pôde ser guardado por muito tempo. José do Prado – mais conhecido como Cazuzinha do Prado – voltou ao local da descoberta com seus companheiros, tendo intensificado os trabalho de extração. Tirando seis oitavas de diamantes grossos, um dos companheiros de Cazuzinha do Prado (Pedro Antônio da Cruz, vulgarmente conhecido por Pedro Ferreiro) foi vendê-las na Chapada Velha. Ali chegando, despertou suspeitas em um **capangueiro**, que o denunciou como provável assassino de algum comprador ou negociante de Minas, de viagem a Bahia. Para se defender, Pedro Ferreiro foi obrigado a revelar o lugar da descoberta dos diamantes ‘que produziram um verdadeiro alarme na Chapada Velha’* (1997: 33-4, o sublinhado é meu CAT; o negrito, do autor).

O segredo, fosse ele dos quilombolas de Andaraí, fosse ele somente de Cazuzinha e seus *companheiros*, devia ter uma razão de ser. E isto permite começar a qualificar as *imensas* riquezas encontradas em diamantes. Desde logo, as riquezas não eram tão imensas a ponto de os trabalhadores viverem às suas custas, nem mesmo permitiam que a descoberta fosse divulgada sem que comprometesse as ambições de seus descobridores. A riqueza não representava, portanto, uma mudança de classe social, não tinha escala de um capital que sustenta seu proprietário.

Vale lembrar as tentativas de *Robério Dias* e de *Simão Moreira* de obter os títulos que lhes garantiriam o controle de suas descobertas em troca da informação da localização das minas. Na dinâmica da formação das regiões de mineração, ocorrem disputas territoriais, tais como a Guerra dos Emboabas, ou a prisão de *Pedro Ferreiro*.

A violência utilizada contra os índios na tomada do território e na destruição dos quilombos aparece aqui na disputa do controle sobre o território do capital já formado. O sentido do processo já está definido: é a extração do minério e sua transformação em mercadoria. Luta-se pela posição dominante na região: o poder de violência e o controle do capital comercial. Desta forma, a guerra dos emboabas seguiu reproduzindo-se no processo de regionalização da mineração no interior das sesmarias do sertão.

Para Milton Ohata, a Guerra dos Emboabas é um conflito no qual três regiões coloniais estão envolvidas: *paulistas trombam não só explicitamente com os interesses de atravessadores baianos, mas também com os do comércio do Rio* (2003: 215). Trata-se de uma disputa pelo controle da violência e do capital comercial da colonização, momento do processo da formação da região.

É preciso qualificar rapidamente estas representações das regiões que disputam o controle da região das minas em formação. Os paulistas foram os descobridores, liderados pelo superintendente das minas, Manoel de Borba Gato, e os baianos, emboabas, forasteiros, eram liderados pelo português Manoel Nunes Viana. Segundo Erivaldo Fagundes Neves, Viana era *administrador de Fazendas de Isabel Guedes de Brito* (1998: 89), tendo, portanto, relações com a propriedade da terra da sesmaria do sertão. O Rio de Janeiro, *ancorado na estrutura do sistema de trocas atlântico passou a assumir como que naturalmente a coordenação da nova ordem econômica regional* (Ohata, M. 2003: 215).

A disputa de grupos de regiões formadas pelo controle da região nova, em formação, poderia ser qualificada de territorial, afinal a disputa chega à violência direta. No entanto, a região nova não é uma reprodução do grupo regional vencedor. A forma qualificada como natural pela qual o Rio se impõe como porto da trocas, especialmente do tráfico, mostra os limites desta coordenação. A região mineira formará suas formas particulares de reproduzir as relações de produção no sentido da acumulação de capital.

É interessante notar que a própria região de São Paulo é levada a essa disputa por uma mudança em seu caráter. Discutindo a situação paradoxal dos colonos apressadores de índios de São Paulo durante o século XVII, Milton Ohata apresenta o centro da defesa dos paulistas: *desobedecer para servir*. O autor, apoiado em argumento de Antonio Hespanha, explica que *o perdão concedido aos paulistas deve ser entendido segundo a “moral da dádiva” vigente no antigo regime. O perdão encontra-se no campo da “Graça” que é afirmada mas não se confunde com o da “Justiça”, pois o poder age espontaneamente, sem qualquer obrigação exigível, englobando entre outras possibilidades a dispensa ou isenção de certa lei e a concessão de perdões. Desta forma, dentre as várias prerrogativas do Rei, estavam, segundo a lei e como pólos complementares, o direito de punir e o de perdoar. O primeiro tinha pouca eficácia disciplinar entre os súditos, sendo que o segundo era usado “massiva e cotidianamente”* (2003: 198-9).

No que tange ao argumento geral da tese, pode-se dizer que a objetividade da justiça é parte do processo de autonomização da violência em relação ao capital. O argumento geral propõe que a acumulação de capital regional é um momento do processo de formação do capital nacional. O processo de formação do capital nacional tem como pressuposto, conforme foi discutido na introdução, a separação entre o capital e a violência.

A autonomização da violência e seu monopólio pelo Estado nacional brasileiro passam por um processo de formação que tem como ponto de partida o Estado mercantilista²³. A passagem do Estado mercantilista ao Estado nacional, na medida em que busca livrar a justiça da subjetividade do *Rei*, faz dela um trabalho remunerado, para reforçar sua independência. Naturalmente, às personificações da justiça, cabe garantir a aplicação objetiva da lei. O Rei, pelo contrário, tem o direito de perdoar, o que não pode ser confundido com ausência de lógica objetiva, como ressalta Milton Ohata: *desobedecer para servir* é a defesa dos paulistas e o significado de servir tem sentido de reprodução das relações coloniais de produção.

Este argumento é importante para que se possa compreender a extensão das ações clandestinas associadas também à mineração no sertão da Bahia. Trata-se da continuidade do processo desde a *reapctuação do vínculo entre os paulistas e a metrópole* (2003: 216). A partir deste momento, aqueles *paulistas* diferenciam sua posição na reprodução das relações de produção e, portanto, personificações de uma região, deixando de ser, nestes termos, paulistas.

A dinâmica de acumulação de capital desta *região subsidiária* (2003: 14-5) é inicialmente marcada por uma *anemia econômica que impossibilitava a importação de cativos africanos*. Esta condição coloca o *colonato paulista preador de ameríndios em conflito com os jesuítas, associados aos interesses negreiros da oligarquia fluminense* (2003: 27). No entanto, o contexto é alterado pela Invasão Holandesa. *A queda das trocas no Atlântico provocou desabastecimento das regiões afetadas pela guerra, notadamente a Bahia e o Rio de Janeiro*. A capitania contribuiu para a guerra como *região produtora [de] gêneros alimentícios* (2003: 14).

O perdão significa uma mudança na reprodução das relações de produção regionais: a *reapctuação* com a Metrópole, permitida pela ação decisiva dos *sertanistas* de São

²³ A forma de territorialização e regionalização do capital na área estudada foi discutida no primeiro capítulo.

Paulo no descobrimento da minas. A Guerra dos Emboabas mostra que as possibilidades de acumulação dos paulistas estarão vinculadas a esta experiência de sertanistas. A *diáspora dos paulistas pelo interior do Brasil* é um momento do processo de formação da mobilidade garimpeira.

A mobilidade garimpeira está em constante tensão com as relações escravistas e os interesses do capital comercial na região. A forma de reprodução das relações de produção é particular e define seu caráter. Esta definição sempre reproduz a tensão da Guerra dos Emboabas. De alguma forma, Cazuzinha do Prado e Pedro Ferreiro serão forçados a, com o perdão do uso de uma expressão coloquial, entregar o ouro.

2.4 - A mobilidade garimpeira e a mobilização do trabalho

A apresentação do processo de formação da mobilidade garimpeira foi realizada por Helion Póvoa Neto em sua tese **No caminho das pedras: itinerários na formação da mobilidade garimpeira em Goiás** (1998). A cuidadosa revisão bibliográfica feita pelo autor sobre o surgimento da categoria ‘garimpeiro’ e sua caracterização como categoria mobilizada pelo processo social faz da leitura dos três primeiros capítulos de sua tese algo fundamental para compreender este processo. Sem pretender refazer este itinerário, o objetivo deste item é a apresentação da formação desta dinâmica como formadora da região estudada.

Um primeiro ponto a ser explicitado é deixar claro que os módulos de produção instalados na colônia são módulos de produção de mercadorias: a produção de mercadorias a serem consumidas na Europa é o sentido da colonização (Prado Jr. 1965). A própria mineração de diamantes não pode ser entendida fora deste contexto. A realização de seu valor de uso não se confunde com os valores de uso desejados por seus *produtores*. São, portanto, *produzidos* tendo o seu valor como finalidade. Uma implicação desta conclusão é a de que a forma como estas mercadorias são produzidas é irrelevante para seus consumidores, excluindo-se os efeitos que venham a ter para o preço e a utilidade das referidas mercadorias.

Baseado em Laura de Mello e Souza (**Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII** [1982]1990), Póvoa Neto problematiza o processo contraditório que

produz os desclassificados: a complexa equação entre o ônus e utilidade dos vadios (1998: item 1.2). A mobilização garimpeira é desencadeada pelo próprio processo de colonização, como mostrou Póvoa Neto (1998), na qual a busca de metais preciosos foi uma constante.

Um momento deste processo de desclassificação é a proibição da mineração de diamantes em outras áreas da colônia para manter os preços. O autor, apoiado no argumento de Laura Mello e Souza ([1982] 1990), mostra que o garimpo, por ser atividade ilegal, é um espaço aberto para o trabalho livre. A particularidade que marca o surgimento do garimpo, mineração de diamantes realizada por trabalhadores livres, é a clandestinidade; a própria palavra garimpo surge neste contexto (Catharino, 1986:129-130).

Tal clandestinidade resulta da monopolização da exploração de diamantes pela coroa portuguesa²⁴, pois, quando da descoberta dos diamantes em Minas Gerais, no século XVIII, os diamantes só eram encontrados na Índia. Sendo explorados desde o século V antes de Cristo, a produção era pequena. O monopólio da exploração visava sustentar o preço dos diamantes que sofreram queda em função da importância da produção das minas de diamantina em meados do século XVIII. O alto valor dos diamantes mobiliza os mineradores clandestinos na busca de novas áreas de extração, longe dos olhos das autoridades. O trabalhador clandestino, garimpeiro, é um exemplo do processo de desclassificação (Mello e Souza, [1982] 1990:202 e seguintes) que marca a vida dos homens livres no século XVIII. A mobilidade garimpeira é uma dinâmica que surge no período colonial formando a região e permanece em tensão com ela²⁵.

No interior do quadro mais amplo da mobilidade garimpeira, como indica Póvoa Neto, a Chapada Diamantina passaria a fazer parte de seus itinerários a partir de meados do século XIX (1998:180). A relação da área com o contexto mais amplo de circulação de trabalhadores da mobilidade garimpeira revela a inadequação de qualificá-la como território – a área mostra-se de parte de um território mais amplo. Ainda assim, é necessário refletir sobre as formas de controle social que permitem a reprodução das relações de produção a cada momento do processo.

²⁴ A mineração de diamantes na Bahia foi proibida em 1732 por uma ordem emitida pelo Visconde de Sabugosa, em 4 de outubro do referido ano (Prado Jr., 1965[1963]:177, nota de rodapé 33).

²⁵ A forma da reprodução das relações regionais de produção será discutida posteriormente, no capítulo quatro.

O estudo da mobilidade do trabalho é a resposta teórica a que chega Jean Paul de Gaudemar em sua investigação sobre a questão migratória. Tomando como ponto de partida os estudos de migração, o autor constata a inexistência de uma explicação conceitual para os deslocamentos humanos motivados pelo trabalho. A descoberta do trabalho como principal motivação das migrações vem de Ravenstein (1889) e sua lei das migrações, mas o questionamento sobre o que permitiria ao trabalho ser aquilo que possibilitaria ou imporá as migrações somente seria feito por Gaudemar em **Mobilité du travail et accumulation du capital** (1976).

Ao atribuir a designação mobilidade ao trabalho, Gaudemar sugere a pergunta sobre a existência de um trabalho sem mobilidade. Defendendo a centralidade desta distinção, o autor apresenta o processo de formação da mobilidade do trabalho como um processo de acumulação primitiva. A crítica possibilitada pelo argumento da mobilidade do trabalho não faz sentido sem a crítica da *mobilização* do trabalho, ou seja, o processo histórico autonomiza o trabalho na mercadoria força de trabalho. Formada a mobilidade, a força de trabalho adquire a aparência de sua forma natural, e o salário, a aparência naturalizada de valor desta mercadoria.

Assim sendo, a mobilidade garimpeira tem que ser entendida como um momento do processo de formação da mobilidade do trabalho no Brasil. No período escravista, a mobilidade garimpeira apresenta-se em tensão com as formas escravistas da mineração (este é o assunto do próximo capítulo). A Guerra dos Emboabas na Chapada Diamantina é a imposição de uma forma de controle político da classe social dominante que fecha a região (Oliveira, F. 1977: 31). Esta classe social não se apresenta socialmente como igual, distingue-se por personificar o capital comercial. A marca desta distinção aparece nos títulos da Guarda Nacional que seus membros portam. A Guarda Nacional é uma instituição de caráter político militar, uma instituição do Estado, que é o que sustenta sua personificação do capital comercial na área.

Por isso, a Guerra dos Emboabas não é simplesmente territorial, mas o direito de territorializar e mobilizar trabalho impondo o sentido da colonização. A mediação da forma mercadoria não só estabelece que a região será produtora de mercadorias como também dá forma à disputa do produto social pelo qual as mercadorias regionais são trocadas. Dá forma também ao tributo que a região paga ao Estado que sustenta as instituições regionais.

No interior da região, a Guerra dos Emboabas impõe a forma como terra e trabalho serão usados para acumular capital. O controle sobre a terra tem um aspecto diferenciado das terras agrícolas, pois se trata de retirar os diamantes do lugar onde foram depositados por processos geológicos. Retirados os diamantes, a área perde seu sentido como meio de produção.

Outro dos aspectos marcantes destas guerras que fundam as regiões de mineração é o papel da comercialização na deflagração do conflito. A comercialização do diamante é um momento chave para o garimpeiro que trabalha clandestinamente. O capangueiro é o comerciante de diamantes, suporte sem o qual o garimpeiro não poderia se manter. O capangueiro tem que ter conhecimentos sobre os diamantes, sem o qual corre risco sério de perda do capital. Este conhecimento permite estabelecer padrões de qualidade dos diamantes de cada área, o que teria possibilitado, no caso acima, a pressão feita sobre o companheiro de Cazuzinha do Prado e, em consequência, a revelação da nova área a ser disputada.

É possível apresentar certos padrões sobre o conflito que marca um processo social que repõe os garimpeiros em sua mobilização forçada, empurrados ora pelo Estado mercantilista e suas proibições, ora pelo processo de formação da propriedade da terra nas regiões mineradoras, já no período em que o Estado nacional brasileiro autonomizou-se de sua metrópole. No entanto, cada processo histórico é específico e irredutível aos padrões de reprodução que organizam suas práticas. A afirmação da reprodução da dinâmica da Guerra dos Emboabas interessa por revelar a reprodução da mobilidade garimpeira em contradição com o capital comercial que a sustenta.

Cazuzinha do Prado tenta, e isso mostra que ele personifica a mobilidade garimpeira, manter a descoberta em segredo. O segredo de Cazuzinha só não é apresentado na versão de Olympio Barbosa, em seu discurso na comemoração dos cem anos da cidade. Nela, Cazuzinha do Prado é um *capangueiro*, comprador de diamantes, de *Chapada*, que naquele momento ainda não tinha a designação *Velha* em seu nome. Cazuzinha manda seu *positivo*, empregado de confiança, entregar uma partida de diamantes em São Felix, de onde seria mandada para Salvador.

Na volta, tentando cortar caminho, *Pedro da Cruz*, o *positivo*, teria encontrado no cascalho do rio Mucugê muitos diamantes melhores e maiores que os da Chapada. Teria

sido organizada na Chapada uma grande caravana de garimpeiros que constataria a abundância de diamantes, livrando Pedro Ferreiro da suspeita de ter roubado algum capangueiro (Lençóis. 1945: 86). Nesta versão, o conflito entre o descobridor e a apropriação da terra não se explicita. Resta saber quais teriam sido os motivos que teriam levado o Cazuzinha, de Olympio Barboza, a tornar públicos os diamantes trazidos por Pedro Ferreiro, seu homem de confiança, tornando-o suspeito de roubo.

A chegada do *Comendador Botelho vinda da Chapada Velha* é descrita como *retirada principesca com suas vultuosas bagagens, rebanhos de animais domésticos, numerosa escravatura e criadagem além dos membros da Família e aderentes* (Lençóis, 1945: 90).

Os elementos da formação da região escravista, que transforma a propriedade da terra em reserva para exploração com este tipo de relação de trabalho, aparecem como símbolo de riqueza. Resta explorar as informações sobre a forma como esta riqueza se reproduz na região escravista.

Capítulo 3: Um embate entre duas formas de reprodução da regionalização

3.1 Quem são os emboabas regionais?

No capítulo anterior, a história de Cazuzinha do Prado foi associada à dinâmica da mobilização garimpeira (Póvoa Neto, H. 1998). A mobilidade bandeirante acumulava capital no processo de reprodução do escravismo indígena, *desobedecendo para servir*. Os paulistas foram obrigados a *repactuar* sua relação com a coroa, formava-se a mobilidade garimpeira (Ohata, M. 2003). A mobilidade garimpeira se difunde no contexto de desclassificação. Para os garimpeiros, o rompimento com as condições de expropriação é um dos elementos centrais desta dinâmica, pois ela oferece perspectivas de enriquecimento. Esta dinâmica reproduz trabalhadores capazes de identificar novas áreas de deposição de minérios com potencial de exploração.

Identificadas as novas áreas, os garimpeiros formularão estratégias com o objetivo de guardar para si a exploração dos minérios. A mediação é a da forma mercadoria, que permite vender o diamante sem dizer sua origem. Esta possibilidade do segredo certamente não sai de graça. Paradoxalmente, a venda de bons diamantes atrai concorrentes. Nada obriga o capangueiro a restringir-se ao comércio, ele mesmo pode tornar-se um concorrente, certamente mais capitalizado e, portanto, mais bem armado.

Na área estudada, a prisão de Pedro Ferreiro²⁶, o portador dos diamantes, força a revelação da descoberta. Forma-se a *fofoca*: os garimpeiros espalham as notícias do achado pela rede de itinerários da mobilidade garimpeira (Póvoa Neto, H. 1998). No relatório do presidente da província, citado no capítulo anterior, está escrito: *esta descoberta, si não tem sido aproveitada em favor do Governo, não tem deixado de dar muito movimento ao Commercio, e os diamantes tem sido tantos, que hão baixado consideravelmente no mercado, e devem alterar sem dúvida a fortuna de quem tiver nelles muitos capitaes empregado. Todas as exigencias que o Governo tem feito de notícias sobre a existência de outros minerais não tem produzido efeito algum* (Ferreira, F. I. 1885: 208-9).

²⁶ Pedro Ferreiro é um dos personagens centrais da história da descoberta de diamantes em Mucugê, apresentada no capítulo anterior.

A intransparência da região garimpeira aos olhos do presidente da província é notável, mas o movimento do comércio evidencia o potencial da descoberta. O informe exigido pela autoridade dirige-se ao poder local. O poder local está em formação. Com o desdobramento deste processo de formação, o poder local passará a responder ao poder provincial. A reprodução das relações de produção da região garimpeira passa a ser pressionada pela nova forma de relação de produção que será imposta pelo novo poder regional.

Conforme foi discutido no primeiro capítulo, a apropriação da terra onde seriam descobertos os diamantes era anterior, uma sesmaria na região pecuária do Alto Sertão, pertencente a um membro da Guarda Nacional. Erivaldo Fagundes Neves narra a passagem da seguinte forma: *na transição do sistema colonial mercantilista ao estado nacional, preservou-se a estrutura oligarquica e sua organização paramilitar. Em 1831 para manter a coesão das oligarquias e preservar o regime monárquico, durante os governos regenciais – 1831-1840, reprimindo movimentos sociais – separatistas, republicanos, anti-escravistas – substituíram as velhas milícias coloniais pela Guarda Nacional, nova tropa de elite do poder local, para articular as oligarquias regionais e defender seus interesses nacionalmente* (1997: 42-3).

Desta forma, havia um proprietário de terras. Este proprietário de terras já não era um Guedes de Brito dono de uma sesmaria que talvez fosse do rio São Francisco, ao norte, ao rio das Velhas, ao sul (Neves, E. F. 1998: cap. 2). Também não era mais um sesmeiro no sentido que tinha a sesmaria do período colonial. Segundo Faoro, o sentido administrativo transforma-se com a independência em propriedade da terra, passível de compra e venda (2000: cap. IV item 5, 144).

Este proprietário, no primeiro capítulo, foi apresentado como José Rocha, o descobridor dos diamantes, segundo um relato de um membro da Guarda Nacional do Grão Mogol que passou por Mucugê e contou para Virgil von Helmreichen, geólogo a serviço das companhias britânicas de mineração. Segundo Erivaldo Fagundes Neves, *o proprietário é o Coronel Francisco José da Rocha Medrado, que em meados do século XIX tornou-se o corifeu do poder local, e coadjuvante principal o Coronel Antonio Souza Spinola, até que se transferiu para Lençóis. O médico Duarte tentou esboçar um partido opositor em 1856-*

1857 – imediatamente alcunhado de Capa Preta e aniquilado no nascedouro – mas a violenta reação situacionista o fez desistir da idéia e do município (1997: 43).

O segredo de Cazuzinha do Prado parece que tinha sentido no que se refere à relação entre o garimpeiro e o proprietário de terras. De fato, aos olhos dos garimpeiros, todos podem ser vistos como concorrentes, especialmente quando o impacto social da descoberta é grande. Segundo Gonçalo Athayde Pereira, em **Memoria Historica e Descriptiva do Municipio dos Lençoes** (1910): *Em cerca de 11 annos aquillo povoou-se como por encanto, com pessoas emigradas de toda a parte, principalmente de Minas, acolhendo segundo opensar do Dr. Aristides Milton, de Mucugê a Lençoes, uma multidão superior a 30.000 almas, e dentre ellas centenas de desertores e criminosos, attrahidos por duplo interesse: o da impunidade, que a falta de polícia lhe assegurava, e o da lavra, que a cobiça aguçava.*

O policiamento de taes povoados durante o periodo de balburdia foi confiado a inspectores que contavam com o apoio moral dos homens mais influentes obstando muitas vezes perturbações da ordem e trazendo mesmo um certo freio àquelle povo rebelde (1910: 45-6). Este *povo rebelde* é composto pelos homens livre e desclassificados, para usar a expressão de Laura Mello e Souza (1986).

A mobilização garimpeira é um processo desencadeado pelo próprio processo de colonização no qual a busca de metais preciosos foi uma constante como mostrou Povia Neto (1998). O momento histórico que nomeia uma prática de reprodução social como garimpo, associando-o à desclassificação, é o da proibição da mineração de diamantes em áreas fora da do distrito de Diamantino, em Minas Gerais, no começo do século XVIII²⁷. O autor, apoiado no argumento de Laura Mello e Souza ([1982] 1990), mostra que o garimpo, por ser atividade ilegal, é um espaço aberto para o trabalho livre. A particularidade que marca o surgimento do garimpo, mineração de diamantes realizada por trabalhadores livres, é a clandestinidade; a própria palavra garimpo surge neste contexto, como qualificação de um crime (Catharino, 1986:129-130).

²⁷ Sobre a história da mineração de diamantes em Minas, além do livro de Laura Mello e Souza, ver **O livro da Capa Verde** (1996) de Júnia Ferreira Furtado e os conhecidos livros de Joaquim Felício dos Santos, **Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio** ([1868] 1976) e Auguste Saint-Hilaire, **Viagem pelo Ditrto dos Diamantes e litoral do Brasil** ([1833] 1974).

Tal clandestinidade resulta da monopolização da exploração de diamantes pela coroa portuguesa²⁸, pois, quando da descoberta dos diamantes em Minas Gerais e em Jacobina, na Bahia, no século XVIII, os diamantes só eram encontrados na Índia. Explorados desde o século V antes de Cristo, no momento da descoberta de Diamantina, a produção era pequena. O monopólio da exploração visava sustentar o preço dos diamantes que sofreram queda em função da importância da produção das minas de Diamantina em meados do século XVIII. O alto valor dos diamantes mobiliza os mineradores clandestinos na busca de novas áreas de extração, longe dos olhos das autoridades. O trabalhador clandestino, garimpeiro, é um exemplo do processo de desclassificação que marca a vida dos homens livres no século XVIII (Mello e Souza, [1982] 1990:202-13).

O sentido do termo desclassificação é ressaltar a presença do trabalhador livre no interior de uma sociedade escravista. Não se pode deixar de perceber neste processo de desclassificação um momento chave de um outro mais amplo: o processo de formação do contingente de homens livres e expropriados, que permitirá a industrialização do Brasil no século XX. Como mostra Mello e Souza, o processo de desclassificação, que confere ao homem livre a pecha de inútil, é útil até como justificativa do escravismo. Para a autora, este processo *não correspondeu a uma política consciente e deliberada pelos administradores, senhores de engenhos, dos grandes comerciantes: ela foi uma necessidade profunda que se moldou simultaneamente ao desenvolvimento do processo de exploração colonial* (1990:222).

Moldada pelo processo colonial, a dinâmica da mobilidade garimpeira, em meados do século XIX, passa a estar em tensão com a propriedade de terra. O poder dos proprietários, portadores de títulos da Guarda Nacional, acompanha o processo da mobilização garimpeira. Sua forma de territorialização é a violência que eles mesmos organizam em nome do Estado nacional, personificando-o. A disputa pelo controle sobre as cidades não se resume à expulsão do *Dr. Duarte* de Mucugê.

Desta forma, o *povo rebelde* que em poucos anos formou o povoado de Lençóis foi marcado pelo fenômeno da desclassificação da mobilização garimpeira. No argumento de Gonçalo Athayde Pereira, a reivindicação da ordem justifica o uso da violência contra o *povo rebelde* protegido pela *impunidade, que a falta de polícia lhe assegurava*. No entanto, além da *impunidade*, estes desclassificados estão em busca *da lavra, que a cobiça aguçava*. A região garimpeira foi território da *impunidade* dos desclassificados, será policiada,

²⁸ A mineração de diamantes na Bahia foi proibida em 1732 por uma ordem emitida pelo Visconde de

encerrando este *período de balburdia* regional. No entanto, a polícia precisará de um apoio *moral dos homens mais influentes* obstando muitas vezes *perturbações da ordem e trazendo mesmo um certo freio àquelle povo rebelde* (1910: 45-6).

Desde que foi elevado a Vila, o poder municipal de Lençóis é alvo de disputa. Segundo o livro **Album de Lençóis**, a *Lei provincial 428 de 28 de maio de 1852 creou tres districtos na Freguesia de Santa Isabel do Paraguassú, o da Vila, o de Andarahy compreendendo Chique-Chique até o Roncador, e o dos Lençoes do Roncador até as Freguesias de Chique-Chique, Jacobina e Brotas com Santa Isabel* (1945: 9). Segue-se a *Creação da Villa de Lençòes*, pela *Lei 604, de 18 de dezembro de 1856*. Em seu artigo primeiro, a referida lei afirma: *o districto dos Lençòes, pertencente ao Município de Santa Izabel do Paraguassù, fica elevado a Freguesia a Povoação daquelle nome a cathegoria de Villa, com a denominação de – Commercial Villa dos Lençòes*. O segundo artigo informa que os limites são os dos *ditricotos de Lençòes de Pedra Cravada*. Em agosto de 1857, os limites da Freguesia de Lençòes avançam sobre o distrito de Andarahy, empurrando o limite que antes era o rio Roncador para o rio Garapa (1945: 10).

A instalação da primeira *Camara Municipal*, no dia 12 de abril de 1858, só empossou dois vereadores. Segundo Erivaldo Fagundes Neves, *a exacerbação dos ânimos teve consequência que os demais tiveram que ser empossados em outra data*. Naquele momento, haviam sido formados dois partidos separados por suas regiões de origem: os *serranos*, ligados aos *Rocha Medrado, dos sertões e terras acima*; e os baianos, liderados pelo *Coronel Antonio Gomes Calmon, com adeptos entre os imigrantes do litoral, de Cachoeira, São Felix, Feira de Santana, Santo Amaro, Salvador e outros municípios* (Neves, E. F. 1997: 44). Em 20 de maio de 1864, a *Commercial Villa de Lençòes* foi elevada à categoria de cidade pela lei provincial 946 (Lençóis. 1945: 13).

Perceba-se que neste conflito não há lugar para nomes de garimpeiros. É sintomático o desaparecimento de Cazuzinha do Prado da polêmica. A disputa é entre os sesmeiros do Alto Sertão, aliados aos proprietários de escravos vindos de outras áreas diamantíferas de Minas Gerais, e grandes proprietários do litoral. São todos da Guarda Nacional. A região garimpeira foi conquistada, tornou-se um território da polícia e da Guarda Nacional.

Sabugosa, em 4 de outubro do referido ano (Prado Jr., 1965[1963]:177, nota de rodapé 33).

Vindos de uma ou de outra origem, os coronéis representam a imposição do capital escravista sobre a região garimpeira das serras desconhecidas. Símbolo deste domínio, a sede da administração diamantina começou a funcionar em *1847 em Mucugê, sob a inspeção do Dr. Benedicto Acauã*.

Registre-se que o *inspector*, que permaneceu no cargo por no máximo um ano, foi nomeado em outubro de 1946. Seu relatório, **Memórias sobre os terrenos diamantinos da província da Bahia**, é de 15 de abril de 1847. Já em 8/10/1847, Benedicto Marques da Silva Acauã é nomeado inspetor da Tesouraria da Fazenda da Paraíba. O sucessor de *Acauã* foi o *Coronel Francisco da Rocha Medrado*, seguindo sempre sendo ocupada por homens importantes e prestígio (Pereira, G. A. 1910: 59), ou seja, membros da Guarda Nacional e proprietários de terra na região. Ocorre nesta passagem a transferência do poder sobre a instituição de um quadro da política imperial para o que viria a ser o primeiro grande chefe regional, o dono da sesmária onde os diamantes foram encontrados.

Para problematizar as disputas acirradas pelo município de Lençóis, uma observação feita por Gonçalo Athayde Pereira merece atenção. O autor comenta, ao se referir às primeiras disputas políticas do município ainda em formação, que o coronel Antonio Gomes Calmon, do Recôncavo, *começou a se oppôr à intervenção da influência do coronel Rocha Medrado*. Um pouco abaixo afirma: *a principio, parece que não convinha aos dois grupos a intervenção da influência dos Medrado* (1910: 96-7).

Com essa observação, o coronel Gonçalo segue sua tese de apontar as disputas políticas como irracionalidades e algo que não é digno de nota. O autor deixa de destacar a importância do poder local ao menosprezar o fato de que influência dos *Medrado* é uma oportunidade de estar no poder local para o *coronel Martins da Rocha*, seu parente, e outros coronéis próximos. A tensão entre estes dois grupos pela chefia do município é relatada também por outras fontes e sobre ela é importante ressaltar que a anterioridade dos *serranos* na região não se explica somente pela posse das sesmarias, mas a própria dinâmica da mobilidade garimpeira, neste momento histórico, traz o capital escravista em seu encaixe.

A chegada do *Comendador Botelho vinda da Chapada Velha*, é narrada no **Pequeno Álbum de Lençóis** como *retirada principesca com suas vultuosas bagagens, rebanhos de animais domésticos, numerosa escravatura e criadagem além dos membros da Família e*

aderentes (1945: 90). O *Comendador Botelho* já havia saído do Grão Mogol, região diamantífera de Minas Gerais, para a *Chapada*, que, como comenta Olympio Barbosa, não era ainda chamada de *Velha* (Lençóis. 1945: 85-91).

Outro coronel cuja trajetória é parecida com a do *Comendador Botelho* é *Felisberto Augusto de Sá*, seu genro (Lençóis. 1945: 34-35). Segundo o livro **Pequeno Album de Lençóis**, o coronel seria *procedente de Diamantina*²⁹, *Província de Minas Geraes, membro de família de grande destaque, veio para Mucugê e pouco depois para Lençóis, logo que foram descobertos diamantes aqui e em Pedra Cravada.*

Era mineiro de grande escala e proprietário.

Político de fino tacto, foi acatado chefe do Partido Liberal na Monarquia e, proclamada a República, foi chefe do Partido Nacional e Senador Estadual.

Circunspecto, lhano, acolhedor, sempre soube captar amigos valiosos desde grandes centros da Provincia e depois Estado até o sertão, onde contava não só em Lençóis, onde comandava, como em vários outros municípios proximos e até longinquos (Lençóis. 1945:50-51a).

Segundo Walfrido Moraes, o coronel Felisberto Augusto Sá já estava no centro das disputas contra o coronel Antônio Gomes Calmon desde 1860. Para este autor: *Toda aquela gente que veio de cima, cuja atividade mineira já vinha constituindo um meio de vida tradicional, considera-se, por extensão, com prerrogativas absolutas naqueles novos domínios, e encara agente que veio do litoral como adventícia, como estrangeira, dir-se-ia melhor, como intrusa.* Walfrido Moraes dá sua própria versão para a guerra dos emboabas da região. Nela, os serranos ocupam o lugar dos paulistas.

A analogia sugerida no início do capítulo começa a mostrar sua inadequação. É possível afirmar que o processo de territorialização do Estado imperial, em meados do século XIX, tenha similaridades com a Guerra dos Emboabas?

A diferença entre os momentos históricos é fundamental para discutir os processos de regionalização propostos. A região que resulta da Guerra dos Emboabas integra as minas ao território do Atlântico Sul, do trato dos viventes (Ohata, M.2003). Em oposição, se a reposição dos cativos viesse de dentro da colônia, a região teria outro caráter, visto que esta

²⁹ Para Américo de Chagas, em **Montalvão** ([1958] 1998: 17), ele é do Grão Mogol.

é uma conexão fundamental da reprodução das relações de produção. Assim, as relações bandeirantes de produção teriam sido superadas naquele momento.

A analogia regional com a Guerra dos Emboabas é a expulsão do modo garimpeiro de reproduzir-se, no qual se explora o diamante de forma obscura, em uma área obscura. A história da descoberta dá pistas de relações de produção nas quais a venda do produto é a forma de rendimento predominante. Não há aparência de autonomia entre terra, trabalho, e capital. O garimpeiro se apresenta como o dono do diamante.

Na perspectiva de Walfrido Moraes, ocorre um enfrentamento que se apresenta como disputa entre dois grupos associados a suas regiões de origem. Os acusados de estrangeiros são os baianos do litoral. Este grupo, ligado à classe dominante do litoral, os *mandiocas*, tinha origem em regiões agrícolas. O outro grupo tinha origem em regiões já associadas à mineração e a mobilidade garimpeira, os *serranos*.

À situação tensa dos primeiros momentos, ao redor de 1860, segue-se um silêncio das fontes sobre os desdobramentos das primeiras disputas. Gonçalo Athayde Pereira faz apenas uma referência da substituição do *Inspector* em 1868, forçada por uma *nova época de effervescencia politica* (1910: 101).

Depois disso, a liderança do coronel *Felisberto Augusto de Sá* parece ter se consolidado. O coronel torna-se o chefe do partido serrano e estará envolvido nos barulhos que se seguem, relatados pelo médico Américo de Chagas, no livro **Montalvão** ([1952]1998). Naquele momento, o coronel Sá entrava em choque com *Heliodoro de Paula Ribeiro* em disputa pelo poder regional, mas isso foi muito depois na virada do século. Para a pergunta deste item sobre a guerra dos emboabas da região ficam algumas observações.

A primeira observação retoma os grupos sociais envolvidos na Guerra regional dos Emboabas. Os *serranos* ganham o poder regional em um embate com os *mandiocas* que passa pelas formas da política naquele momento: disputa pelas posições no município, se necessário de armas na mão. A disputa não tematiza o uso ou não do trabalho escravo, nem a distribuição de grandes extensões de terra. A luta refere-se ao controle das posições de violência e do comércio na região. Quanto à forma da reprodução das relações de produção, esta seria dada pela exclusão dos garimpeiros – os desclassificados ficam fora da disputa pelo poder regional.

A segunda observação refere-se à disputa entre os garimpeiros e as companhias pelas terras. Esta disputa passa por diferentes momentos. Neste momento de formação da propriedade da terra explorada por trabalho escravo, a tensão aparece como *perturbações da ordem e trazendo mesmo um certo freio àquelle povo rebelde* (1910: 45-6). A *ordem* estaria, portanto, estabelecida; resta compreender o que se esconde por detrás da expressão *um certo freio*, no interior da nova ordem.

Assim como na Guerra dos Emboabas, o poder territorial do Estado impõe suas regras na definição do modo de extrair os minérios. Esta definição está condicionada pelas possibilidades de acumulação de capital na área. A forma do controle da terra é estabelecida tendo em vista as formas de imposição do trabalho. A associação entre o trabalho escravo e o poder regional define a área como região escravista – a região garimpeira foi superada. Os emboabas dão conhecimento ao estado sobre a área, tratando-se de uma iluminação escravista.

3.2 A região escravista

A região escravista é o produto do conflito engendrado pela disputa territorial da Guerra dos Emboabas. Em minha dissertação de mestrado, identifiquei este território como Lavras Baianas (Toledo, C. A. 2001). O título dava ênfase ao papel da concessão da terra para a exploração mineral, por um prazo determinado.

Gustavo Adolpho de Menezes foi Inspector Diamantino e escreveu uma **Memória descritiva e estatística da riqueza mineral da província da Bahia** ([1863] 1885:218). O texto faz um relato informado pelos dados que o *Inspector* tinha a sua disposição. Nunca é demais lembrar que esta era uma das posições disputadas pelos coronéis locais.

Menezes, que parece não ser um coronel, afirma que teve *a honra de interinamente administrar a repartição dos terrenos diamantinos* ([1963]1985: 224). O autor é identificado por Gonçalo Athayde Pereira como *sr. Gustavo Adolpho, Inspector Diamantino* (1910: 51). Porém, mais à frente em seu texto, Gonçalo afirma que a *Inspectoria foi sempre ocupada por homens importantes e de prestígio, como se vê na lista abaixo*. Consultada a lista, *sr. Gustavo* não aparece nela e todos os nomes são *Drs.*, ou

Coronéis, ou *Brigadeiros*, além de um *Major*. Entre eles estão alguns já citados nesta tese: *Acauã*, que também não é um chefe regional, e, entre outros, *Francisco José da Rocha Medrado*, *Antonio Souza Spinola* e *Filisberto Augusto Sá* (1910: 59).

O oitavo ponto do relato de Gustavo Adolpho de Menezes é dedicado a explicar *qual o pessoal empregado nos trabalhos, ou nos diferentes trabalhos*. O desenvolvimento do argumento sobre a diferença entre os trabalhos separa, de um lado, os garimpeiros e arrendatários, e de outro lado as companhias. Esta separação retoma uma distinção que já começara a ser desenvolvida desde o segundo item do texto. Naquele item, o autor argumenta que *parece extraordinário tão considerável extracção de diamantes de nossas lavras. Pois ainda não é tudo: é abstracção de equivalente senão mais de taes pedras, directamente levadas por terra aos mercados da província de Minas Geraes e Rio de Janeiro*.

Se presentemente, quando muito já se ha explorado nos terrenos diamantinos, continua proporcionalmente a extracção, fará V. Ex. idéa quanto produziu no 1º decennio passado de 1842 a 1851, quando então férteis e mais fáceis foram os trabalhos nestes terrenos abundantes e explorados por mais braços que não o limitado ou reduzido numero de exploradores do presente ([1963] 1885: 225).

A distinção neste momento ainda não é clara, aparece como distinção entre a produção conhecida e o contrabando significativo. A separação neste ponto é do período: o *1º decennio passado de 1842 a 1851* indica que naquele momento o contrabando deve ter sido maior. A quantidade de *braços* não era limitada como no *presente* do relatório, de 1863. O autor refere-se, portanto, ao período da região garimpeira, que foi sendo expulsa pela territorialização coronelista do trabalho escravo, que reduziria o contrabando. Este processo de territorialização tratara de *limitar* o acesso dos homens livres à terra.

A distinção volta a aparecer no sétimo ponto, cujo tema é *Os instrumentos e machinas utilizadas*. O tema abala o entusiasmo característico do estilo de Gustavo Adolpho Menezes: *quanto a isto ha o maior atrazo*. Alguns parágrafos à frente, afirma: *É uma completa desgraça ver-se o trabalho mais material, estúpido e rotineiro assim feito com instrumentos do tempo de Adão*. Notável que, para o autor, as máquinas acabariam com o trabalho apresentado nos termos acima. Em oposição a esta situação dos trabalhos dos garimpeiros está o *unico estabelecimento mais antigo e importante que existe à*

margem direita do rio S. José, onde parece ser menos costumeiro tal systema de minerar, pelo facto de melhores intelligencias o terem creado e administrado – é a 1ª companhia creada em 1847 por uma associação entre o Coronel Spinola e outros. ([1963]1885: 239).

É de fato notável a estrutura de represas, canais e desvios de rios que, até hoje, pode ser vista no pelo Parque Nacional da Chapada Diamantina³⁰. Pode-se dizer que tal estrutura transforma a área segundo uma lógica específica relacionada ao desmanche do terreno para que se possa acessar o cascalho das camadas mais profundas. Assim, há uma primeira etapa de captação dos córregos acima da represa. Desta represa saem canais que seguem as curvas de nível, com mínima inclinação possível de modo a poder desmontar a maior área possível abaixo da represa. Parte desta estrutura foi construída pelo trabalho escravo neste momento regional.

Para Menezes, a primeira companhia do *Coronel Spinola*, em relação às Lavras, é um modelo importante de estabelecimento, por sua organização e lucratividade. Este coronel é apresentado, no **Pequeno Abum de Lençóis**, como Comendador Spinola e como alguém que teria influência sobre D. Pedro Segundo (Lençóis. 1945: 30-31 e 92-93). Para Erivaldo Fagundes Neves, conforme destacado acima, *o Coronel Antonio Souza Spinola* era o *coadjuvante principal* do *Coronel Francisco José da Rocha Medrado*, em meados do século XIX, em Santa Izabel do Paraguassú, antes de *se transferir para Lençóis* (1997: 43). O que mostra o próprio coronel, ao mesmo tempo, como o empresário mais moderno da região e um membro da Guarda Nacional, além de ser, pelo menos em um dado momento, parceiro principal do proprietário da sesmaria e Inspetor dos Terrenos Diamantinos.

De volta ao oitavo ponto de Gustavo Adolpho de Menezes, pode-se sugerir que o modelo das lavras do coronel *Spinola* foi formalizado juridicamente. O autor afirma que *pelo relatório do inspector geral dos terrenos diamantinos de 10 de janeiro de 1862, pude colligir que foi a repartição creada em virtude do art. 40 do regulamento que baixou com o*

³⁰ Giovanni Farias Seabra, na conclusão de sua tese, **Do garimpo aos ecos do turismo: O Parque Nacional da Chapada da Diamantina**, critica a criação do referido parque nacional como sendo *um equívoco jurídico e institucional nacional*, localizado em “*uma área de coberta de escombros, sobre os quais vivem a décadas centenas de famílias, cuja subsistência depende dos recursos naturais locais*”, onde *já não havia muito que se preservar* (1998: 215). Recentemente foi publicada uma tese interessante sobre o processo de formação do parque turístico da Chapada Diamantina, **Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina**, de Francisco Emanuel Matos Brito (2005). Apresentei um texto no Encontro da AGB, em 2004, criticando a

decreto n. 465 de 17 de agosto de 1848; em execução destas disposições, foram contratadas companhias de mineração ([1863] 1885: 239).

Como o texto indica, a companhia do Coronel Spinola não foi criada tendo em vista o decreto de 1848, mas no ano anterior. Desta forma, ainda que não tenha servido necessariamente como modelo para a lei, seus padrões eram adequados para o ponto de vista do *Inspector Diamantino*.

As companhias não podiam *contratar com menos de cem captações para 100 trabalhadores, podendo augmental-os a um número indeterminado, sujeito as captações determinadas pelos contratos* ([1863] 1885: 239).

No período do relato, havia seis companhias, três delas tinham concessão por 10 anos e as outras três, por 15 anos. A cada companhia eram concedidas 9.000.000 braças quadradas³¹, totalizando 54.000.000 braças quadradas. É notável o fato de que todas as companhias registradas tenham exatamente cem captações, número mínimo para a concessão. E que suas áreas de concessão tenham medidas com números redondos.

Outra forma de acesso à terra no período era o licenciamento de faiscadores. Menezes dá notícia da existência de 821 faiscadores livres e 132 escravos registrados nos balancetes de julho de 1862 a março de 1863. A área ocupada por estes faiscadores não é mencionada no texto ([1863] 1885: 240).

Além disso, havia arrendamentos. Naquele momento os findos seriam 1.709 e os em exercício seriam 113, que ocupariam 19.163.648 braças quadradas. A título de comparação, seriam necessários quinze anos, com o número de arrendamentos de 1863, para explorar a mesma quantidade de lotes já explorada.

Como Gustavo Adolpho de Menezes não apresenta as informações sobre o trabalho nos arrendamentos, supõe que *pelo menos, termo médio, hypotese* a 10 trabalhadores por lote, portanto 1130. Calculando-se a área média por trabalhador, teríamos aproximadamente 16.959 braças quadradas por trabalhador ([1863] 1885: 240).

No que se refere às companhias, Menezes, em seus cálculos, vai deduzindo, tendo a lei como referência. Assim, se a área concedida a cada uma das seis companhias por captação era de 9.000.000 braças quadradas, a área total ocupada seria a de 54.000.000. Como apontado acima,

criação do referido parque como uma estratégia de acumulação de capital justificada pelos argumentos ambientalistas.

31 "Braça: 1. Antiga unidade de comprimento equivalente a 2,2 metros; 2. Unidade de comprimento do sistema inglês equivalente a cerca de 1,8 metros. Braça Quadrada: medida agrária que se usa em MT igual a tarefa de AL e SE 3,052 metros quadrados. Na BA, uma tarefa equivale a 4,356 metros quadrados". *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* ^{Aurélio}.

estas deduções escondem a área controlada de fato pelas companhias. Neste caso, percebe-se que o *Inspector Diamantino*, quando não é um chefe regional, lida mais com papéis do que com a gestão prática dos terrenos, exercida pelos coronéis.

Assim, para 100 captações, as companhias passam a controlar uma área média de 90.000 braças quadradas por trabalhador, algo como 392.040 metros quadrados. Tem-se 5,3 vezes a área média concedida aos arrendatários, sempre tendo em vista que estes dados partem de suposições do *Inspector*.

É bom lembrar que uma das constantes alegações de extravio de rendas da coroa portuguesa durante o período dos contratos de exploração da Demarcação Diamantina, nas Minas Gerais do século XVIII, era quanto ao uso de escravos sem que o pagamento das captações fosse realizado. No relato de Menezes esta hipótese não é aventada, os culpados são os garimpeiros: *Uma das causas, e talvez a maior de escassez de rendas, é a concessão dessas grandes extensões de terrenos concedidos ás companhias, que, invadidos pelos garimpeiros – não podem ellas evitar, não lhes valendo o direito de propriedade, dando-se constantemente o furto, resultando uma horrivel desmoralização completa, a despeito das disposições penaes, e de outras fiscaes, mui pouco aproveitando á fazenda publica as capitações estatuidas e aquellas por augmento só de faiscaes que por excepção honestos e probos compram bilhetes de licença as mesmas companhias, para livremente faiscarem nos terrenos por ellas concedidas, sendo previamente matriculados e satisfeita a fazenda* ([1863] 1885: 16).

Gustavo Adolpho de Menezes credita a garimpagem à distribuição de grandes extensões de terras, o que faria com que as companhias não pudessem fiscalizá-las. Tendo examinado o acervo da antiga Delegacia de Terras e Minas de Lençóis³², Zahidé Machado Neto e Célia Maria Leal Braga, em **Garimpos e garimpeiros na Bahia** (1974), afirmam: *A precariedade das medições e demarcações acarretava constantes disputas e litígios, que, transformados em processos, ocupavam a Administração e a Delegacia de Terras, movimentando advogados, rábulas e procuradores, dando ensejo a copiosas procurações. Tudo indica que a freqüência de tais procurações se devia ao fato de os arrematantes residirem fora da área, ou distanciarem suas mulheres dos interesses e negócios dos diamantes. Seus nomes, entretanto, eram usados, pelos maridos ou parentes, com o fim de arrematarem lotes em número além dos limites legalmente estipulados* (1974:161).

³² Na nota 24, na página 160, da obra, as autoras informam sobre as condições precárias dos documentos naquele momento. Não localizei esta documentação, que como as próprias autoras comentam, se ainda existe, merece um estudo mais cuidadoso.

O argumento das autoras mostra que apesar das companhias sugerirem ao *Inspector* falta de capacidade de fiscalizar suas próprias terras, elas manobravam com procurações para centralizar uma maior quantidade de áreas. Sobre a suposta clandestinidade, não é razoável imaginar que não fosse de conhecimento das companhias. Seria impossível fiscalizar?

A vigilância não é matéria desconhecida da empresa escravista, a própria forma da coerção do trabalho do escravo é exercida com a mediação da mercadoria. No pagamento do feitor, na compra das armas, dos chicotes e outros insumos da imposição violenta do trabalho, lá está o dinheiro produzindo a desigualdade na violência explícita do escravismo. Este mesmo dinheiro pode ser usado para evitar a mineração clandestina, basta que o trabalho do gerente seja pago³³.

O garimpo aparece associado à prática clandestina como em suas origens no século XVIII. Sua permanência deve-se ao fato de ser uma forma de trabalho adequada à acumulação comercial. A troca de diamantes por dinheiro sempre pode ser feita em ambiente privado, o segredo da compra muitas vezes é uma vantagem não desprezível.

Neste sentido, controlar o comércio de diamantes aumenta as dificuldades das práticas garimpeiras, como vem sendo argumentado ao longo deste capítulo. Um garimpeiro tem necessariamente de vender os diamantes que achou, sendo a comercialização um momento de vital importância para que se controlem os serviços. No entanto, é possível que na década de sessenta do século XIX os garimpeiros conseguissem trabalhar clandestinamente, pois os serviços mais fáceis, nos leitos dos rios, deveriam ser muito mais produtivos no início. Além disso, tratava-se de um momento de um *rush* bastante forte na área, e, tanto a quantidade de pessoas podia dificultar o controle na comercialização, como também é possível que a prática do gerenciamento da serra ainda estivesse em fase de formação. Por outro lado, não é menos possível que esses garimpeiros estivessem trabalhando para as próprias companhias, em prejuízo apenas das rendas do Estado.

Sobre a organização das lavras, Machado Neto e Braga afirmam que as lavras eram *espécies de empresas onde trabalhava uma mão-de-obra composta por escravos (mais comumente) e homens livres (excepcionalmente). Essas empresas dispunham de aparelhamento especializado e tinham uma direção central* (1974: 162). A possibilidade do uso de trabalho livre alternativamente ao escravo revela a inexistência de incompatibilidade na convivência de duas formas diferentes de relações de trabalho.

Esta convivência também aparece no romance **Maria Dusá**³⁴, publicado em 1910, escrito por Lindolfo Rocha. O livro narra a história de duas irmãs que não se conhecem, mas migram para as Lavras na mesma época. A personagem título torna-se prostituta em *Xique-xique*, hoje Igatú. O período no qual o livro está contextualizado é a década de 60 do século XIX. É interessante notar que o discurso sobre a honra do trabalho já está presente no enredo. A forma como esta honra se articula ao trabalho escravo chama atenção.

Este discurso de honra do trabalho é elaborado por Lindolfo Rocha, em um período posterior à abolição. É provável que a relação identificada acima se deva a este deslocamento temporal. Ressalte-se que a data da publicação do livro é 1910 e, portanto, são poucos anos os que a separam da abolição. No entanto, a abolição é um evento suficientemente importante e que resulta de um processo de lutas que começaram antes. De qualquer modo é interessante notar esta articulação, visto que, ela fala da forma como este ponto de vista, mais próximo da região escravista que o atual, explicou a relação entre a honra do trabalho e o escravismo.

Em determinado momento do enredo, *Dusá* resolve se *entregar ao trabalho*. *Quero ganhar dinheiro com o suor do meu rosto*. Esta proposição é respondida por sua escrava *Rita* da seguinte forma: *Pode mesmo, Sinhá. Olhe sinha Dedé, sinhá Julinha, sinhá Raimunda, do Mucujê! Esta tem comprado negro, devera! Já comprou vinte e quatro. Negro nôvo, só! Disse que é pra fazê terno de zabumba, pra tocá festa ganhando dinheiro pra ela* ([1910]1969: 118). A passagem é importante, pois mostra a associação entre trabalho e respeitabilidade.

A posição de prostituta, por um lado, não pode ser vista como sendo estranha ao mundo do trabalho visto, que media acesso ao dinheiro. Por outro lado, é mal vista, será associada à *facilidade dos costumes* que parecia caracterizar a vida da colônia como observa Florence. Caio Prado Jr, que cita o viajante, considera o *mais alarmante sintoma da geral indisciplina de costumes que reina na sociedade colonial: a larga disseminação da prostituição* (1965: 353).

³³ O gerente de serra será figura fundamental para compreender a reprodução das relações de produção na região depois da abolição como será discutido no capítulo 4.

³⁴ Em *Maria Dusá*, mobilização do trabalho é uma constante. A personagem título da obra de Lindolfo Rocha é filha bastarda de um proprietário de terras no sertão empobrecido pela seca. De flagelada, a moça torna-se uma prostituta, depois sócia de um garimpo e ainda volta a ser proprietária da fazenda de seu pai fora das Lavras. Ricardo, que se tornaria seu esposo e proprietário da fazenda, era um tropeiro tentando a sorte no garimpo, para falar apenas nos principais personagens do romance.

Além disso, não deixa de ser curioso que o exemplo de trabalho honrado dado pela escrava é o trabalho dos escravos que vão sendo acumulados como capital, ainda que seja um capital que toca *zabumba*. As formas sociais, como se vê, parecem confusas. A figura de escravos tocando num *terno de zabumba, pra tocá festa ganhando dinheiro*, não lembra muito o argumento de Marx que afirma que o escravo *faz o animal e os instrumentos de trabalho sentirem que não é seu igual, mas homem. Ele proporciona a si mesmo a autoconsciência de ser diferentes deles ao maltratá-los e destruí-los **con amore*** (1985: 161 nota 17).

Há outra forma de relação de trabalho que aparece no romance e contradiz a tese da *autoconsciência* do escravo que destrói os instrumentos de trabalho para diferenciar-se deles, em oposição ao trabalhador livre. No momento em que começa a organizar sua empreitada garimpeira, *Dusá* afirma: - *hoje mesmo vou tirar Francisco e Venâncio do jornal, porque quero por mim arriscar a sorte no garimpo* ([1910]1969: 135). O jornal a que se refere *Dusá* é o trabalho de diarista, como escravo de *ganho*. Os dois escravos trabalham de diaristas pagando renda à proprietária. Esta forma de relação de trabalho sugere uma problematização teórica sobre a forma de interpretar o escravismo que foi formado pelo Antigo Sistema Colonial ([1979] 1995).

3.3 Sobre o escravo de ganho

O *escravo de ganho* é uma forma de relação de trabalho interessante, pois revela desdobramentos possíveis do processo de autonomização da forma mercadoria sobre as bases históricas do escravismo colonial. É também uma de suas formas críticas, pois revela a possibilidade do escravo trabalhar lado a lado do trabalhador livre, na mesma função e sob o mesmo salário. A diferença aparece no *jornal* pago a seu proprietário. A rigor, quem contrata o trabalhador não precisa sequer saber que o trabalhador é escravo.

Parto da apresentação de Fernando Novais, em **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**. O autor situa seu marco teórico na exposição do capítulo XXIV do livro I de **O Capital, A Assim Chamada Acumulação Primitiva** ([1867] 1985: 261-94). Trata-se do processo de produção dos pressupostos do capitalismo, do qual o sistema colonial é uma peça.

Para o autor, *o funcionamento da produção mercantil torna naturalmente impossível o emprego de escravos na produção para o mercado*. Não sendo uma *estupidez dos empresários*

coloniais, o escravismo precisa ser visto como parte de um todo mais amplo no interior do processo de formação do capitalismo. Através do trabalho assalariado, *a força de trabalho emerge na sua pureza, compelida a trocar-se no mercado; se ligada a outros meio de produção, ao invés de alugar seu trabalho, o produtor utiliza estes fatores, vendendo mercadorias como produtor autônomo e o capitalista não teria lugar ao sol* ([1979] 1995: 100).

Como se vê, o *escravo de ganho* implica em embaraços a uma explicação correta sobre o escravismo. Se por um lado, o escravo de ganho significa a inexistência da necessidade da coerção escravista ao trabalho, por outro, significa a possibilidade de renda para seu senhor. O *escravo de ganho*, que *aluga seu trabalho*. Mostra-se, portanto, como expropriado, compelido a vender sua força de trabalho. José Martins Catharino refere-se a esta prática na Cidade Baixa em Salvador. *Eram semi-independentes, viviam separados de seus senhores e arranjavam êles mesmo os seus empregos. Usualmente eram obrigados a pagar a seus proprietários uma soma estipulada por semana, podendo guardar para seu próprio uso qualquer excedente desta soma* (1986: 222-3, nota 502).

Estes escravos compravam o que necessitavam no mercado como qualquer assalariado. O escravo de ganho parece ser, portanto, uma das personificações contraditórias do escravismo colonial. Sua posição de sujeito que se auto-oferta no mercado mostra-o autonomizado do capital, sua condição de escravo cobra por esta liberdade uma renda, o *jornal*.

É necessário lidar com as *contradições da produção escravista para o mercado*. Não sendo este o objeto de Fernando Novaes, que estuda o sistema colonial como parte do processo de acumulação primitiva, o autor remete ao livro **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional** ([1962]1977)³⁵, de Fernando Henrique Cardoso (1995:100 nota de rodapé 103).

A perspectiva de Cardoso foi objeto de crítica de Sidney Chalhoub, em **Visões da Liberdade**, a qual qualifica como teoria do escravo-coisa ([1990]1999:249-253). Chalhoub busca compreender o que seria liberdade do ponto de vista do escravo, este sujeito (sujeitado) pelo processo colonial. Esta crítica fornece uma entrada interessante para a questão aqui proposta: como interpretar o *escravo de ganho*.

Chalhoub critica a clássica questão da transição do trabalho escravo para o trabalho livre no país. Para o autor, trata-se de um processo histórico carregado de indeterminação, de acontecimentos imprevisíveis, por isso pretende negar a linearidade que a palavra *transição* sugere. Desta forma, o autor busca a compreensão do *sentido que as personagens históricas de outra época*

atribuíam a suas próprias lutas ([1990]1999:20). Recusa com isso o que chama de *armaduras teóricas inexpugnáveis*. Perceba-se que o termo *sentido*, usado pelo autor, parece poder variar de classe para classe, ou de personagem para personagem, não sendo propriamente um sentido como o da colonização de Caio Prado Jr.

Tendo como fonte processos criminais do Arquivo do Primeiro Tribunal do Júri da cidade do Rio de Janeiro e ações cíveis de liberdade do Arquivo Nacional, Chalhoub critica aquilo que designa por *teoria do escravo-coisa*. A crítica do autor a esta teoria é apresentada nos seguintes termos: *Tal teoria – tão difundida na produção historiográfica que é quase supérfluo ficar arrolando nomes de autores – defende a idéia de que as condições extremamente duras da vida na escravidão teriam destituído os escravos da capacidade de pensar o mundo a partir de categorias e significados sociais que não aqueles instituídos pelos próprios senhores. Assim, na formulação de Fernando Henrique Cardoso, o autor protótipo contra quem esgrimi mais explicitamente meus argumentos, ocorreria uma ‘coisificação social’ dos negros sob a escravidão; isto é, ‘a consciência do escravo apenas registrava e espelhava, passivamente, os significados sociais que lhe eram impostos’. Outro autor protótipo no caso seria Jacob Gorender, para quem ‘o oprimido pode chegar a ver-se qual o vê seu opressor.*

*Procurei demonstrar também que a outra face da teoria do escravo-coisa é a ênfase na rebeldia negra. Apesar das diferenças de formulação, a idéia sempre presente aqui é a de que as práticas mais abertas de resistência por parte dos negros eram a única maneira de eles se afirmarem como pessoas humanas, como sujeitos de sua própria história. Para F. H. Cardoso, restava aos cativos ‘apenas a negação subjetiva da condição de coisa, que se exprimia através de gestos de desespero e revolta...’; para Gorender, ‘o primeiro ato **humano** do escravo é o crime’ (1999:249-50).*

Esta crítica leva o autor a afirmar que uma enorme massa de negros procurou *cavar seu caminho em direção à liberdade, explorando as vias mais ou menos institucionalizadas*, como o *pecúlio*, a *alforria por indenização*, as *autorizações para viver sobre si*, etc. (1999:252). Todas estas formas mostram possibilidades de ação dos sujeitos escravizados que a *teoria do escravo-coisa* não chegaria a discutir. As fontes jurídicas revelam as *vias mais ou menos institucionalizadas* e ao mesmo tempo velam as vias não institucionalizadas. Por isso, é bom deixar claro que a explicitação do campo de ação institucionalizado dos escravos sob a escravidão não esgota o repertório da crítica marxista.

³⁵ Novais indica a página 186 e seguintes do livro acima referido. Indica ainda a leitura de Otavio Ianni, **As metamorfoses do trabalho escravo** (1962: 80 segs.), e Eugene Genovese, **The Political Economy of Slavery** (1967: 41-106).

Deve-se ter em vista que o termo *coisificação* exprime que as relações sociais são mediadas por coisas. A relação entre o escravo e o senhor não é somente mediada por coisas, trata-se também de dominação direta, explícita. Não há aparência de igualdade. A *coisificação* aparece escancaradamente na relação entre o comprador e o vendedor do escravo, por igualar o escravo à coisa-dinheiro na troca³⁶.

Outra forma de expor o problema da forma mercadoria como mediação social é o de Luiz Felipe de Alencastro. O autor argumenta que *é somente na altura que os escravos se incorporam aos engenhos e as fazendas, e se conformam ao estatuto imposto pela sociedade luso-brasileira, que o processo de reprodução se arremata. Perecendo como pessoa ao cair cativo no Continente Negro, o africano converte-se em mercadoria – em peça marcada a ferro e tributada pela coroa no porto de trato – para renascer como fator de produção implantado na América portuguesa. No volver da morte social padecida na África, o escravo é inserido no Novo Mundo valendo-se de uma relação existencial mediatizada pelo trabalho organizado pelo seu senhor* (2000: 149-50).

Como mostra o autor, caindo no cativo, a vida do africano sofria uma transformação de tal importância que pode ser narrada como a uma *morte social*. Desta forma, passa a mediar sua existência pelo trabalho comandado pelo senhor. Mais que isso, sua condição de fator de produção não se refere a atender necessidades diretas deste senhor, mas de produzir mercadorias para a Europa. Trata-se, portanto, de um processo de trabalho mediado pela forma mercadoria, em vários sentidos, inclusive o de que não tem como limite a capacidade de consumo de seu senhor.

Tomando parte neste processo, o escravo não é o sujeito proprietário de sua força de trabalho. Não pode, apesar disso, deixar de ser o sujeito que pratica as ações concretas no processo de produção. Por isso, escravo não é convencido a trabalhar só pelo açoitamento, é necessário considerar que algumas normas costumeiras eram estabelecidas. Chalhoub sugere algo neste sentido na análise de um processo sobre uma surra que teria sido dada pelos escravos em um mau senhor (1999:29 e seguintes).

Assim, a subjetividade do escravo não se resume ao fazer do trabalho cativo, nem a de fator de produção sem o qual o processo produtivo não pode reproduzir-se. Ela se manifesta em cada uma das práticas dos escravos em suas relações. Como argumenta Chalhoub: *Para os negros, o significado da liberdade foi forjado no cativo; e, sem dúvida, um dos aspectos mais traumáticos*

³⁶ Pode-se dizer que o trabalhador assalariado iguala seu tempo à coisa dinheiro da mesma forma, mas não se pode perder de vista que a mercadoria força de trabalho se caracteriza pela sua contradição inerente: seu valor de uso. Valorizar o capital é avaliado quantitativamente; isso permite compará-lo ao seu valor, o salário. Caso a mercadoria força de trabalho cumpra sua função de valorizar o capital, seu valor é menor que o contido no valor de uso produzido pelo trabalho.

da escravidão era a constante compra e venda de seres humanos. O argumento proposto é o de que havia visões escravas da escravidão que transformavam as transações de compra e venda de negros em situações muito mais complexas do que simples trocas de mercado. Os negros tinham suas próprias concepções sobre o que era o cativoiro justo, ou pelo menos tolerável: suas relações afetivas mereciam algum tipo de consideração; os castigos físicos precisavam ser moderados e aplicados por motivo justo; havia maneiras mais ou menos estabelecidas de os cativos manifestarem sua opinião no momento decisivo da venda (1999:27).

Sabe-se que à primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial nos termos de Chalhoub: *simples trocas de mercado*. No entanto, analisando a mercadoria, vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas (Marx, K. 1985: 70). É evidente que o autor não percebe a forma mercadoria como uma mediação social, por isso, deixa de perceber que as próprias relações afetivas dos escravos, e em consequência as opiniões que manifestam na venda, podem funcionar como instrumento do capital. A própria venda resulta em dinheiro, o dinheiro media o *pecúlio*, a *alforria* por indenização, as *autorizações para viver sobre si* (e portanto o pagamento do *jornal* para o proprietário), a que se refere Chalhoub.

Desta forma, a *coisificação* não pode ser entendida somente como uma determinação da forma de pensar do sujeito por sua posição de classe no processo histórico. A *coisificação* não se restringe a isso, ela é mais importante como mediação social. Afinal, é nos termos da sociedade produtora de mercadorias que o escravo pode negociar, *manifestar a opinião* contra sua própria venda, mas a manifestação talvez não seja suficiente. Em última instância, decide a força.

Sem problematizar a mediação da sociedade produtora de mercadorias, suas contradições não podem ser compreendidas. Veja-se a seguinte passagem de Cardoso: *A economia escravista, por um lado, é uma economia do desperdício pela sua própria natureza e, por outro lado, funda-se em requisitos sociais de produção que a tornam obrigatoriamente pouco flexível diante das necessidades de inovação técnica de produção. Noutros termos e sintetizando, a economia escravocrata, por motivos que se inscrevem na própria forma de organização social do trabalho, impõe limites ao processo de racionalização e a calculabilidade econômica. Isto significa que, a partir de um certo limite, a economia escravocrata se apresenta como um obstáculo fundamental para a formação do capitalismo ([1962]1977).*

Pelo argumento do autor, era de se esperar que a produção escravista fosse abandonada pela sua incapacidade de concorrer com a dinâmica de inovação técnica da empresa capitalista do trabalho assalariado. Poderia ter se formado a relação de *escravo de ganho*, dado que este poderia ser remunerado pelas empresas na forma salarial. No entanto, o fato empírico que é oferecido pelo

próprio autor, a par de suas alegações de que a concorrência das charqueadas que usavam mão de obra livre era favorável às últimas, foi a falta de braços em consequência do término do tráfico ([1962]1977:191).

A alegação de que as charqueadas que usavam mão-de-obra livre vinham se impondo não é compatível com a alegação de que faltavam braços escravos, já que a contratação de trabalhadores livres pelas charqueadas escravistas resolveria a queixa desta falta, que segundo o próprio autor, sempre teriam sido utilizados ([1962]1977:202 nota 35). Vale lembrar o primeiro item do capítulo XXIII de **O Capital**, *Demanda crescente de força de trabalho com a acumulação, com composição constante de capital*, que afirma que caso faltem braços, a tendência é a elevação dos salários, o que pode inviabilizar a acumulação ([1865] 1985: 187-93).

O término do tráfico é uma causa externa e não pode ser deduzida da contradição inerente à natureza do sistema econômico escravista. A crise do antigo sistema colonial, cujas determinações foram examinadas por Fernando Novaes, estava mais associada à quebra do exclusivo metropolitano, um fenômeno associado à imposição do capitalismo. A alegação de que *a economia escravista é obrigatoriamente pouco flexível diante das necessidades de inovação técnica de produção*, tem pouco apoio na pesquisa empírica do autor que chega a reconhecer que: *os problemas que a economia gaúcha enfrentava não eram, por certo, derivados fundamentalmente da utilização de tecnologia inadequada, nem as soluções desse tipo, muitas vezes propostas, chegaram a exercer qualquer influência ponderável sobre o comportamento de agricultores e criadores* ([1962]1977:193).

Assim, aquilo que seria o elemento de desatualização das relações escravistas não exerceu a esperada influência. O que era de se esperar, pois como já sabia Adam Smith, *a natureza da agricultura não comporta tantas subdivisões do trabalho nem uma diferenciação tão grande de uma atividade para a outra, quanto ocorre nas manufaturas* ([1776] 1996: 67). A falta de braços que emperra a empresa escravista é um resultado da crise do antigo sistema colonial: *sua destruição pelo capitalismo industrial, que organiza sua forma própria de exploração das áreas periféricas* (Novaes, F. [1979] 1995: 300). O processo de imposição desta forma de exploração é um resultado do próprio processo de acumulação, mas que só pode ser compreendido pelas modificações do conjunto do sistema colonial, muito mais amplo que um modo de produção escravista. Por isso, o próprio escravismo é modificado no processo, e abolido nele.

Como vem sendo argumentado, o processo de territorialização colonial articulou regiões com diferentes formas de reprodução das relações de produção com o *sentido* de produzir mercadorias para a Europa (Prado Jr., Caio [1942]1965: O sentido da colonização). Assim, a abolição transforma

a região, mas não a retira do território do capital, ou seja, o sentido do processo se mantém e continua a ser imposto pelas personificações do capital, que a partir deste momento terão de organizar novas relações de trabalho.

A resposta dada por Chalhoub acaba por deixar de ver uma das *mil diferenças* existentes entre os objetos de análise³⁷. As respostas dadas pelo autor são todas baseadas em fatos ocorridos no Rio de Janeiro de meados do século XIX, cujas condições urbanas são bastante particulares em relação ao escravismo colonial. No item *A cidade esconderijo*, Chalhoub narra os casos dos escravos *Adolfo* e *Bernardino* que trabalhavam como assalariados, ocultando sua condição de cativos, pagando *jornais* para seus proprietários (1999: 212-232). Com isso, o autor mostra a tensão entre a condição social de escravo e o momento de indiferença do capital em relação a esta condição no meio urbano. Trata-se de trabalhadores assalariados e escravos ao mesmo tempo: o trabalhador recebe salário pela venda de sua força de trabalho e paga renda por sua propriedade.

Um caminho para tratar este problema foi percorrido por Maria Sylvania de Carvalho Franco, em seu artigo *A organização social do trabalho no período escravista* (In: Pinheiro, P. S. 1984). A autora propõe-se a enfrentar a questão de *conhecer uma sociedade onde o escravo foi mão-de-obra para a produção mercantil e onde o capital esteve substancialmente presente. Trata-se, portanto, de uma investigação sobre os fundamentos do sistema colonial, as relações determinadas entre seus elementos constitutivos, o sentido do movimento assumido pelo processo sócio econômico tentando fazer com que a discussão não recue frente aos problemas de conceituação, nem frente a exposição histórica* (1984:145).

Para isso, a autora estuda o sistema colonial entendido como um dos momentos que inaugurou *o modo de ser moderno das sociedades ocidentais*. Tomando as relações coloniais como parte deste movimento de modernização, Carvalho Franco compreende que as relações escravistas e de trabalho livre constituem um momento da totalidade capitalista em processo, um momento particular.

A autora recusa que a escravidão possa ser usada como argumento para negar as determinações capitalistas do processo, pois isso encerraria um total desconhecimento do tempo como processo dialético. Para ela, o tempo não é uma dimensão fortuita, onde se desenrolam estágios, os conceitos são históricos e suas transformações estão presas a realidades determinadas. Esta perspectiva confere relevância às determinações particulares, que não são sociedades específicas em transformação, seguindo etapas determinadas por um esquema geral (1984:146).

³⁷ O termo “mil diferenças” é uma referência a introdução do livro de Chalhoub no qual o autor comenta que sua forma de aproximação em relação ao objeto estudado.

Visto desta forma, o processo não é qualificado pela disputa do produto social entre as classes sociais. Trata-se de algo mais complexo, por isso a autora inicia sua pesquisa sobre a contradição de se considerar uma sociedade escravista colonial como capitalista, criticando a insuficiência das elaborações de Marx nos seguintes termos: *Se levarmos a sério a investigação das **Formas**, não se poderá tratar a escravidão moderna a não ser no modo particular que assumiu **no interior** do movimento geral de apropriação dos meios de produção. Isto nos levará a difíceis perguntas sobre a própria figura do escravo, sempre conceituado por Marx como essencialmente dependente da natureza, o que sem dúvida nos leva a embaraços para compreender como entrou no movimento geral de circulação de mercadorias, ao mesmo tempo, sustentou e se nutriu da produção de lucro, isto é mais-valia* (1984:154).

Conforme formulou Caio Prado Jr., o sistema colonial tem seu sentido na produção de mercadorias e, como tal, não pode ser entendido sem a categoria do lucro como objetivo da produção. Desta forma, Carvalho Franco propõe que é necessário explicar a criação de um excedente social, que designa como mais-valia e afirma que o conteúdo essencial da relação metrópole-colônia, como forma particular de capitalismo, é o lucro.

O modo de produção escravista não pode, no entanto, ser caracterizado, para autora, a partir do homem cativo em analogia ao modo de produção capitalista a partir do trabalhador livre. A escravidão moderna não poderia ser considerada como seu *fundamento*, mas como uma *instituição* que esteve submetida às determinações que imprimiam seu sentido (1984:173-4). Esta forma de enfrentar o problema lembra o argumento de Celso Furtado, em **Formação Econômica do Brasil**, que interpreta a abolição da escravidão como uma *redistribuição da propriedade* comparável à reforma agrária (1989:137).

Esta instituição é apresentada pela autora como a cisão entre posse e propriedade privada. Carvalho Franco recupera dos escritos de Hegel a afirmação de que o homem não é livre por natureza, mas torna-se livre. Um dos requisitos essenciais para a constituição da pessoa é a propriedade livre e plena: *“a posse que é propriedade”* (1984:171). Para a autora, Marx teria captado a unidade indissolúvel entre estas representações no direito civil, dando-lhe o peso de uma ideologia constituinte da realidade sócio-econômica (1984:172).

O que a figura do *escravo de ganho* revela é que a diferença dos modos de produção escravista colonial e capitalista não é a de duas totalidades separadas, mas partes de uma totalidade que faz da mercadoria a forma de mediação social.

3.4 A persistência das práticas garimpeiras na região escravista

Zahidé Machado Neto e Célia Maria Braga, em **Garimpos e garimpeiros na Bahia**, afirmam que *definiram-se dois tipos de organização para a exploração das minas. Quando as jazidas tinham alguma importância, quando a produção era abundante, surgiam as lavras, espécies de empresas onde trabalhava uma mão-de-obra composta por escravos (mais comumente) e homens livres (excepcionalmente). Essas empresas dispunham de aparelhamento especializado e tinham uma direção central.*

Por outro lado, quando as dificuldades se avolumavam, quando a produção se tornava limitada, surgiam, com mais frequência, as faiscações, isto é, as explorações individuais e nômades. Os faiscadores podiam estar reunidos no mesmo ponto, porém cada qual trabalhando individualmente e por conta própria, com instrumentos rudimentares. Estas faiscações sempre existiam, mas se generalizavam na decadência da mineração. (1974: 117)

A organização das lavras, aquela espécie de empresa de mineração, que de fato ela era, ficava sujeita, portanto, à disponibilidade econômico-financeira do(s) organizador(es) e ao controle da disposição das terras por parte dos órgãos públicos especializados (1974: 161).

A interpretação ressalta o caráter empresarial que tinham as lavras, sem derrapar para a associação entre o escravismo e o arcaísmo. Neste caso, a lavra é a empresa modernizadora e a faiscação, trabalho livre, é o processo rudimentar. As autoras argumentam que as relações eram organizadas em moldes empresariais e fiscalizadas por órgãos legalmente regulados e especializados. Resta lembrar que neste caso os próprios empresários eram os *Inspectores*, como é o caso dos coronéis *Spinola, Medrado, Martins da Rocha e Felisberto Sá*. Não há, portanto, autonomia entre a acumulação de capital e a gestão dos postos do Estado, nem da inspeção, nem da violência.

As autoras fazem uma associação entre a produtividade da área e a relação de trabalho usada no processo. As áreas ricas são exploradas com trabalho escravo, a chamada faiscação explora áreas de produção limitada. Elas argumentam também que conforme as dificuldades aumentavam, a faiscação passava a ocupar mais áreas. O aumento das dificuldades é uma dinâmica inerente à mineração depois que a área é relativamente

conhecida. As áreas em que o cascalho é facilmente acessado são exploradas antes com o intuito de evitar a concorrência.

Isto acontece porque a idéia expressada pelo termo dificuldade, ou facilidade, refere-se ao trabalho a ser feito. A expressão objetiva da dificuldade ou facilidade do trabalho é dada pela quantidade de escravos necessária para obter os diamantes. Se não vale a pena produzir com escravos, usa-se a faiscação. O termo de comparação dos rendimentos do trabalho escravo é o preço do escravo³⁸.

O tráfico negreiro a partir da África encontra-se proibido e praticamente encerrado desde 1850 (Beiguelman, P.1968:33). Com isso, ocorre um crescimento do tráfico interno, notadamente no sentido das lavouras de café do Centro-Sul (Calmón, F.M.G.1978:11; Beiguelman, P.1968:16). A dinamização do tráfico interno é algo como a criação de um mercado de trabalho brasileiro centrado em uma disputa final entre as regiões escravistas por sobrevida.

A crise da acumulação escravista deve-se principalmente às dificuldades de reposição do trabalho escravo; leva ao uso do trabalho livre. A crise de acumulação escravista só pode ser entendida levando-se em conta sua reprodução completa posta em cheque por *Bill Aberdeen*. Discutindo essa problemática e utilizando uma comparação com o escravismo do sul dos EUA, Alencastro afirma: *O fim do tráfico negreiro para a América do Norte (1807) territorializou a reprodução da produção, embutindo completamente o sistema escravista do Sul na economia e no direito americano. Transparente (os escravos nasciam no solo americano) e irrefutável (os escravos nasciam de mães escravas legalmente possuídas por seus proprietários), o sistema fecha numa esfera em que a reprodução demográfica e a reprodução social se confundem. Resulta um sistema escravista coeso que só será quebrado do exterior, por uma agressão militar em larga escala. Tal é a seqüência dos fatos conduzindo à Guerra de Secessão.*

Bem diferente será a situação na América portuguesa e, mais tarde, no Império Brasil. Obrigados a dar conta do desmedido comércio de seres humanos organizado entre dois territórios da mesma metrópole, entre duas províncias da companhia de Jesus, as autoridades civis e os jesuítas terão de lidar continuamente com a violência fundadora

³⁸ Luiz Felipe de Alencastro afirma que o escravo é a mercadoria aglutinante, que encadeia a oferta de uma série de outros produtos, cujo valor orientava as trocas regionais (2000: 114).

do sistema: a rapina, a compra, o transporte oceânico, o desembarque e a incorporação de habitantes de outro continente coisificados como mercadoria. Por causa disso, mais tarde, quando acaba o tráfico africano, o escravismo brasileiro entrará em crise (2000:153-154).

Tendo em vista o impulso inicial da mineração na região escravista das Lavras, cujo auge se deu no momento em que a exportação nacional de diamantes alcançou os 5,3% das exportações totais do país, em 1853, perde rapidamente sua importância, chegando a 0,6% em 1872. A decadência da região no quadro nacional pode ser percebida pelo resultado de participação dos diamantes na pauta brasileira de exportação, 0,1% em 1887 (Falcón, G. e Dultra, C. 1978: 97).

Quanto à importância econômica da região escravista das Lavras para a província da Bahia, não se pode desprezar que o contexto era de decadência da economia açucareira da província (Falcón, G. e Dultra, C. 1978: 102-3). Em termos das exportações da província da Bahia, o diamante teve importância significativa no período entre 1850 e 1878. Deve-se ter em vista que as minas de diamantes da África do Sul foram descobertas em 1867, o que explica o início da decadência da participação dos diamantes na pauta de exportação da Bahia, já visível a partir de 1874.

A perda de poder de compra da região implica em sua incapacidade de seguir disputando escravos com outras regiões do território escravista brasileiro, bastante abalado pela sua separação dos mercados africanos. Em um texto publicado em 1888, Durval Vieira de Aguiar observa que *com a descoberta dos diamantes do Cabo da Boa Esperança, baixaram na Europa os preços do diamante ao ponto de repentinamente quebrar o comércio inteiro das Lavras; ficando reduzidos à miséria os negociantes, quase todos os capangueiros, e que empregavam nesse giro todo o capital que dispunham. Foi um completo desastre que afetou não só a praça da Bahia como a todos os demais vizinhos, que, mais ou menos, se alimentavam da **influência** do diamante.*

Quando 10 anos depois passamos nas Lavras, em lugar da riqueza, atividade e do grande movimento comercial, encontramos a pobreza, a escassez e o desânimo. Os garimpos quase abandonados; e os poucos garimpeiros, que ainda teimavam mal ganhavam para comer.

A feira, que ainda lá se faz nas segundas-feiras, em lugar da extraordinária animação de outrora, é fraca e pouco concorrida.

Nas mesmas condições acha-se o respectivo comércio.

A descoberta de diamantes de melhor qualidade em Canavieiras ainda mais esmoreceu os mercados e diminuiu a população do termo, com a emigração para o Salobro, de grande número de garimpeiros, que, ociosos por falta de trabalho estavam servindo até de elementos de desordens; de forma que pode-se presentemente considerar as Lavras em perfeita decadência. Entretanto como Deus não desampara ninguém, surgiu uma tábua de salvação, a cultura de café, de uma rara qualidade; bem como a procura do carbonato, por um preço elevadíssimo, superior ao diamante; acrescentando que os carbonatos de Lençóis são os preferidos da indústria européia, especialmente para os trabalhos da perfuração do istmo do Panamá. Estas duas novas condições de vida têm animado de alguma forma a população, que parece, ainda que vagarosamente, ir-se levantando da miséria ([1888] 1979: 137).

A partir da década de 70, o contexto é de decadência. Este fato tende a significar uma redução na atração de escravos, até a abolição. Com relação aos trabalhadores livres, garimpeiros ou faiscadores, estes buscam frentes de trabalho para explorar. Se elas não estão acessíveis por serem propriedades privadas, a produção não ocorre. Nessa situação de crise, os termos da *dificuldade* de trabalhar uma área, acima discutidos, têm seu parâmetro alterado. O que implicou numa mudança do caráter da restrição do acesso do garimpeiro à terra.

A situação desencadeada pela decisão da prostituta *Maria Dusá* de “largar a vida” (mobilizando-se, mais uma vez) e arriscar suas economias no garimpo pode dar um pouco mais de vida ao contexto regional escravista. Como diz a personagem: *Eu queria virar homem, pra trabalhar, ser considerado, respeitado na sociedade. Mulher, e mulher do mundo, sofre muito. Mas não podendo ser homem, vou viver agora como... homem, ou viúva, visto que não posso ser casada*³⁹ ([1910]1969: 117).

Valendo-se das amizades que a *vida* lhe proporcionou, *Maria* consegue de um proprietário de terras, *Flôres*, a escolha de um serviço. A conversa de *Dusá* com o garimpeiro que escolheu para sócio é reveladora: *quando ficou a sós com Antônio, e*

³⁹ A interlocutora do diálogo é a escrava Rita, e a relação é descrita como a de amor de mãe, a proprietária e filha, a escrava. Páginas à frente, diante do fato de não encontrar Rita em casa, sem que ninguém soubesse onde tinha ido, *Dusá* pensa que na *sua afeição, Rita só era escrava em nome* ([1910] 1969: 128).

*durante a refeição, constante de **locro** e ovos, deu parte de seu plano de garimpar, e pediu conselho sobre o melhor garimpo de Flôres.*

O velho garimpeiro riu-se da singular lembrança e perguntou:

- Se aquilo era sério?

*Dusá respondeu que era, e até desejava admiti-lo como sócio ou **praça**.*

- Como sócio, não, que não tenho capital bastante; como praça e feitor aceito, respondeu o garimpeiro, entusiasmado com a masculinidade daquela mulher.

- Pois sim, admitiu ela; vamos ver agora qual é o ponto melhor dos garimpos do Flôres.

*- Eu embirro muito com garimpo de grupiara e dele é só **lavradão** que se vê. É verdade que aí o diamante é grosso e bom, mas as vezes é **comprido**; é preciso lavar muito, labutando com canela **d'ema** e **candombá** para fazer um **montinho** de cascalho, dando pouco e com água longe.*

Calou-se. Dusá pensava. Antônio Roxo refletia também, Depois levantou-se e falou convictamente:

*Há tempos eu ando **banzando**, por não poder trabalhar numa que eu descobri, perto daqui, em terreno **divaluto**. Também se essa não tiver boa mancha, não há na chapada outra que tenha. É perigosa, não nego; mas **guirimpeiro** não conhece perigo. Ainda não dei um serviço nela, porque o cobre tem sido curto, e preciso de gente de sangue nos olhos. Se quiser... (1969:142-143).*

Um elemento que deve ser observado no diálogo é a relação com a propriedade da terra. A possibilidade de escolher um serviço na propriedade em questão não aparece no diálogo como algo excepcional, nem mesmo como uma alternativa preferível em relação ao serviço em terra devoluta.

Do trecho pode-se destacar, não só a dificuldade de capital do garimpeiro em tocar sua empreitada, mesmo em terra devoluta, como ao mesmo tempo a autonomia do garimpeiro em sua atividade na escolha do serviço, possibilitada pelo conhecimento da serra. Ele mostra ainda a convivência do trabalho livre com o trabalho escravo na pequena faiscação.

Pode-se sugerir, no entanto, tendo em vista o diálogo entre o garimpeiro e *Maria Dusá*, que a falta do capital de giro do garimpeiro tenha sido um impedimento para que

muitos garimpeiros pudessem trabalhar. O fato de que a perigosa grana a ser explorada esteja em terra devoluta reforça o argumento.

A reprodução de relações de trabalho baseadas no acordo entre um fornecedor de crédito, que adianta o capital necessário à garimpagem, e um garimpeiro que aceita dividir sua parte nas pedras encontradas é chamada nas lavras de *fornecimento, sociedade ou meia-praça*. Isso não quer dizer que as companhias trabalhassem com meias-praças em seus serviços mais fáceis e lucrativos. Possivelmente essa era uma prática em serviços descobertos pelos próprios garimpeiros em áreas já trabalhadas, ou em locais considerados difíceis.

A dinâmica de crise da acumulação escravista apresentada por Gustavo Aryocara de O. Falcón e Célia Maria M. Dultra, em **A inserção da Bahia na Evolução Nacional – 1ª Etapa: 1850 – 1889** (1978). Os autores afirmam que *a luta pela maximização de lucros e apropriação do excedente levou aqueles comerciantes a submeterem a extração do diamante a seu controle, seja pela sujeição direta da atividade produtiva através da formação de companhias, seja através de meios especulativos. Essas companhias, denominadas lavras, ocupavam tanto o braço escravo quanto o trabalhador livre, este último enquadrado em categorias específicas de relações de trabalho. Surgidas em meio a uma economia mercantil que enfrentava o processo de decadência de suas bases escravocratas, as relações de produção da Chapada Diamantina eram peculiares. Embora anúncio da emergência de um novo modo de produção, elas não conseguiram cristalizar-se, e das relações assalariadas possuíam apenas a ‘fachada’.*

A presença do trabalhador livre nas Lavras, ao contrário do que poderiam pensar alguns, não indica a contrapartida imediata do trabalho escravo: isto é, do trabalhador assalariado. Traduz na verdade, o ‘arranjo’ ao nível das relações de produção, fruto de uma economia mercantil de base escravocrata decadente, obrigada a solucionar seus problemas de acumulação nos limites de circunstâncias históricas especiais, onde encarece e se torna escasso o escravo, e onde o padrão de acumulação do capital (e, em conseqüência, o estatuto jurídico) não permite a legitimação do trabalho assalariado (1978:126).

Há elementos em comum entre o argumento dos autores e aquele defendido nesta tese. A afirmação dos autores de que, em função da crise das relações escravistas, o

trabalho será mobilizado de forma diversa da forma salarial, implica dizer que a decadência da região escravista diferencia-se em uma nova região. Uma diferença de abordagem é sugerida pela designação *relações assalariadas possuíam apenas a 'fachada'*.

A inviabilidade econômica de relações de assalariamento em um contexto colonial é analisada por Marx no capítulo *A Teoria Moderna da Colonização*, (1985: cap.XXV). A problemática ali enfocada é a das condições necessárias para impor o trabalho assalariado tendo em vista a disponibilidade de terras nas quais o trabalhador *enriquece a si mesmo por seu trabalho em vez de enriquecer o capitalista* (1985:295).

Por isso, o capitalista, tendo por trás de si a metrópole, teria o interesse de eliminar essa possibilidade. O mesmo interesse faz *o economista político na metrópole, tratar teoricamente o modo de produção capitalista como se fosse seu oposto e a proclamar bem alto a antítese entre os modos de produção* (1985: 295). Não é por acaso, nem por incompetência, que a metrópole opta pelo trabalho escravo. Também não será por acaso que a saída do trabalho escravo não será diretamente o assalariamento.

As diferenças entre o trabalho escravo e o trabalho livre (em duplo sentido) levaram Carlos Minc Baumfeld (1984) a qualificar o trabalho escravo como *imobilização absoluta* do trabalho. Essa qualificação estaria fundamentada na idéia, já presente em Gaudemar, de que *A assim chamada acumulação primitiva* de Marx, não seria mais do que um caso específico de acumulação primitiva⁴⁰. Assim sendo, o que Baumfeld estuda é o processo de *Acumulação Primitiva Brasileiro*, que se mostraria como processo específico, caracterizado pela existência de formas híbridas de *semi-imobilização* da força de trabalho, em que a força de trabalho livre, em duplo sentido, foi efetivamente “produzida”, mas as condições para sua utilização e circulação não estavam ainda asseguradas, pois o processo de ocupação de fronteiras agrícolas não estaria concluído.

O argumento desta tese pretende enfrentar o problema de uma forma diferente da de Baumfeld. O escravismo no Brasil foi parte do processo de mobilização do trabalho também por ser parte do processo de acumulação primitiva do centro do sistema. Fernando Novais afirma que a colonização do Novo Mundo na Época Moderna apresenta-se como peça de um sistema, instrumento da acumulação primitiva da época do

⁴⁰ A argumentação elaborada no capítulo I *L'Angleterre n'est plus qu'un cas de diversité des processus de L'Accumulation Primitive*, da tese de Baumfeld.

capitalismo mercantil, consoante com o processo histórico concreto de constituição do capitalismo e da sociedade burguesa. Completa-se, entretanto, a conotação do sentido profundo da colonização: **comercial e capitalista**, isto é, **elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno** (1995: 70, grifos do autor).

A colonização como *peça* de um sistema diz respeito a um processo que na Europa torna os trabalhadores livres das coações feudais e da propriedade dos meios de produção, sem opção a não ser vender sua força de trabalho para o capital. A isso, Gaudemar chama *mobilização*. A *mobilização*, para o autor, ocorreria também no capitalismo já formado. A *acumulação primitiva*, neste *sentido profundo* sugerido por Novais, é muito mais do que o processo de expropriação do campesinato. Ela é a montagem de uma economia mundial capitalista e como tal, profundamente desigual em relação às suas regiões coloniais e pós-coloniais.

Assim, é a consideração do sistema colonial que revela a explicação do processo de *acumulação primitiva* como não mais do que um caso – o inglês é insuficiente. O caso inglês é um caso particular, mas como o capitalismo é um sistema mundial trata-se do caso mundial. Os outros países terão de fazer suas *acumulações primitivas* já estando em relação à Inglaterra industrial. Como a Inglaterra industrial já existe, a industrialização destes países terá de competir com os produtos ingleses. Nos demais Estados, em oposição à Inglaterra, o processo de formação das condições necessárias à reprodução das relações sociais de produção nos termos do que Marx caracterizou como capitalismo, ocorre um processo de modernização recuperadora ou retardatária⁴¹ (Kurz, R. 1999).

No caso do Brasil do século XIX, não se pode falar em uma tentativa de reprodução autônoma, a não ser como idéia ou iniciativa de uns poucos. Além de que, o processo de expropriação a que o camponês está submetido na Europa ocorre simultaneamente ao processo de urbanização. No caso brasileiro, a expropriação do africano e do índio refere-se ao sentido profundo do processo de colonização, a urbanização relacionada à industrialização no Brasil, que só ocorre depois de 1930.

41 Esse conceito cunhado por Robert Kurz, em *O Colapso da Modernização* (1999), tem como intuito explicar o processo no qual os Estados subdesenvolvidos tentavam, a partir do modelo dos países desenvolvidos, superar aquilo que era visto como atraso nacional. Para tanto, tentavam promover uma acumulação de capital que possibilitasse industrializar o país e romper com sua dependência externa. Sobre esse assunto, a teoria econômica do século XX produziu uma enorme quantidade de escritos, a ponto do assunto ter se tornado uma disciplina nos cursos de graduação.

*As regiões onde o trabalho escravo era usado, estando integradas à África como áreas de demanda, não podem ser caracterizadas como regiões no mesmo sentido que se aplica a regiões que repõem sua própria força de trabalho. Como argumenta Fernando Novais, paradoxalmente, é a partir do **tráfico negreiro** que se pode entender a **escravidão africana colonial**, e não o contrário ([1979] 1995: 105). O sentido profundo se regionaliza para as personificações do trabalho e suas famílias, passam a ser homens livres negociando suas coisas e coisificando suas práticas.*

As condições regionais se transformam pela interrupção do tráfico. Desde este momento, a região precisa repor o fator de produção trabalho. Caso as condições de expropriação da classe trabalhadora tenham se aprofundado, os salários serão suficientemente baixos para viabilizar a compra e venda da força de trabalho. Caso o trabalhador tenha acesso aos meios de produção, enriquece a si mesmo por seu trabalho em vez de enriquecer o capitalista. Ao menos é o que argumenta Marx no capítulo sobre a Teoria Moderna da Colonização (1985:295).

Desta forma, o escravo de ganho revela que, dadas as condições da acumulação com compra e venda da força de trabalho, a escravidão pode se tornar uma fonte de rendimento autonomizada para o senhor. Este parece ser o caso do contexto urbano do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, no qual o trabalho assalariado passava a ser uma das formas de relação de trabalho.

O caso da região escravista das Lavras parece ser, à primeira vista, compatível com esta explicação. No entanto, como talvez aconteça também com o contexto do Rio de Janeiro, a crise das empresas escravistas naquele momento sugere a mobilização de outras explicações. Tanto no argumento de Zahidé Machado Neto e Célia Maria Braga, quanto no argumento de Gustavo Aryocara de O. Falcón e Célia Maria M. Dultra, o uso de duas formas de relação de trabalho está presente como estratégia ligada à dinâmica de aumento de dificuldade da mineração.

O que está em questão neste caso é a negociação sobre relações de trabalho em que o ganho do trabalhador está ou não vinculado ao preço pelo qual o produto do trabalho é vendido. Tanto no caso do trabalho assalariado quanto no caso do escravo, o valor do produto não altera os custos da empresa com trabalho. Desde a crise gerada pela queda

de preços dos diamantes com a descoberta das minas da África do Sul, a oferta de trabalho deixou de ser externa ao país, mesmo porque a escravaria usada se regionalizou.

A rede de itinerários da mobilidade garimpeira continua a levar e trazer trabalhadores. Em um primeiro momento, esta rede se caracterizava pela tensão com as políticas metropolitanas. Em um segundo momento, ela passou a se opor ao trabalho escravo, pelo qual era substituída com a formação da propriedade da terra, nas Lavras. Finalmente, a relação de trabalho predominante passa a ter de conceder ao trabalhador uma participação no faturamento de venda do produto. Este é o assunto dos próximos capítulos.

Capítulo 4 - A apresentação das formas regionais da disputa pelo produto social: os *onos*, praças e meias praças.

4.1 - A possibilidade histórica da existência de um documento, e o que ele revela

Em um dos pequenos enredos de **Cascalho**, o autor mostra uma situação de encontro entre os elementos que personificam a terra e o trabalho. A tensão entre suas perspectivas se dá em torno da produção da mercadoria diamante. Não é uma disputa entre duas formas diferentes de estabelecer relação com a área, mas explicita a disputa pelo produto que só existe na interação entre terra e trabalho.

...certo garimpeiro tentara um dia trabalhar no Paraguaçu. Viera de fora, já dera muita cabeçada, estava ficando velho, precisava cuidar do futuro. “Com uns quatro contos eu estou satisfeito” – pensava. Subiu a serra numa terça-feira, atraído pelos garimpos, que sabia ricos, e não tardou a dar cálculo em uma grupiara. Arregaçou as calças, muito tranqüilo, e começou a trabalhar. Foi quando chegou o gerente com uma espingarda nas costas; estava inspecionando a serra e disse:

- Você não pode trabalhar aqui não.

- Por que?

- Porque não.

- De quem são estas terras?

- Do chefe.

- E as margens do rio?

- Do chefe.

- E o rio?

- Do chefe.

O homem olhou. O Paraguaçu descrevia lá embaixo uma curva ampla.

- O rio também? – indagou.

- *Sim. O rio e o leito do rio – respondeu o gerente; e acrescentou: - Você aqui sem ordem dele, nem para beber a água.* (1951: 21)

O diálogo mostra, em primeiro lugar, um garimpeiro em busca de um local para trabalhar. Sua idéia é a de um produtor de mercadorias. Pensa em um valor possível para *cuidar do futuro*, garantir sua velhice. Para o garimpeiro, *dar cálculo em uma grupiara* significa escolher uma frente de serviço a ser trabalhada. No entanto, a chegada do *gerente de serra* revela a existência da propriedade privada e a violência, nem tão velada, que a garante.

O enredo mostra o encontro entre as pessoas que portam as posições de terra e trabalho. O processo de trabalho no qual o garimpeiro faz *o serviço* precisa ser negociado, e sem a devida negociação a violência impede o acesso do garimpeiro à terra. O trecho apresenta o *gerente de serra* como o portador funcional da violência da propriedade da terra, o que de fato ele é, mas não significa que não exista a possibilidade de um acordo entre terra e trabalho, isto é, o uso produtivo de um meio de produção não produzido.

Pode-se tomar como ponto de partida alguns documentos do Arquivo Particular de Mestre Osvaldo para problematizar o acordo entre terra e trabalho que evita a violência direta (extra-econômica) e possibilita acumulação de capital.

A presença de *Armando Pereira* nas três séries das *Notas Semanais para recebimento de onos dos terrenos pertencentes aos herdeiros* (Ad 2, Fig. 3), apresentados na Introdução, se explica por ele ser o pai de Mestre Osvaldo, que os guardou. A repetição do padrão de sociedade sugere a existência de uma estratégia usada pelo *Cel. Armando Spinola Pereira* para acessar as áreas em questão. O *Armando Spinola Pereira* é apresentado da seguinte forma pelo **Álbum de Lençóis** (1945):

Garimpeiro de grande escala, verdadeiro industrial da garimpagem, amigo e amparo dos garimpeiros.

Portador das mais sublimes virtudes, sempre foi, por motivo delas e do destaque de seus ancestraes, distinguido, acatado e estimado do povo lençoense.

Prefeito Municipal varias vezes, assinalou-se no cargo por muitos e bons serviços à coletividade, como o Matadouro, uma Caixa de água potável e o início da iluminação elétrica da Cidade (1945: 62).

As *Notas Semanais para recebimento de onos dos terrenos pertencentes aos herdeiros do Cel.Candido Viveiros e Armando Pereira* referem-se a uma sociedade em *terrenos*, que envolve, portanto, a propriedade da terra. A série de tabelas se refere a um período iniciado em *22 de julho de 1935* e encerrado em *12 de dezembro de 1938*. Na margem superior das folhas de papel almaço, acima do título referido, está registrada a data e um número atribuído à semana: *1* para a semana do dia *22/07/1935* e assim por diante até o fim do ano, quando a numeração recomeça do número *1* na semana de *6/1/1936*, e esta segue até a última tabela, *12/12/1938*, número *154*, sempre nas segundas-feiras. No total, o período tem 178 semanas e 2.240 negócios listados. Faltam as folhas relativas à nona semana de 1935, *16/09/1935*, à décima-quinta, *13/4/36*, e à centésima nona, *31/01/38*. A tabela é composta por sete colunas: *número, nomes, diamantes* (subdividido em duas colunas, na primeira, número de diamantes ou carbonatos e, na segunda, peso em grãos), *vendagem, onos, pagou, residência*. Cada linha é uma *vendagem* de diamantes ou carbonatos encontrados em tais *terrenos* e o *onos* é valor pago aos sócios na propriedade da terra (T.1).

A coluna *números* dispõe os dados de tal forma que cada *vendagem* tenha um número na semana. O número na linha final da tabela semanal é o total de *vendagens* da semana, sendo *66 vendagens*, na semana de *01/06/1936*, o máximo de ocorrências. Apenas em uma semana, a do dia *6/12/1937*, não houve nenhuma *vendagem*. A anotação *não deu onos* explicita que o documento serve para prestar contas do produto extraído de *terrenos* da sociedade, ou seja, o documento se dirige aos *herdeiros*. Numa carta (Ad.3), um dos *herdeiros* permite que se possa compreender as razões da sociedade.

A carta, datada de *10 junho de 1946*, não está assinada, mas vem de Jacobina, e se dirige a João Luiz, *falando sobre a Gerência dos garimpos da Serra do Veneno*. O conteúdo dá uma boa idéia sobre a identidade do remetente. Primeiro afirma: *como os Lavristas também você sabe que esses Garimpos, há quase 80 anos, pertencem e estão sob posse da família Viveiros*, para depois lembrar que *desde o tempo do meu Querido Pai, durante o tempo que eu tomei conta do Veneno e mesmo depois que fiz a sociedade dos Garimpos com Armando Pereira...*

Como se vê, a gestão dos terrenos já foi exercida pelo pai do remetente e por ele mesmo; depois, a sociedade passou a ser gerida por *Armando*. Deve-se destacar que a

propriedade da terra implica sua gestão. As informações existentes nas *Notas* (Ad. 2) são registros das pedras encontradas nos terrenos da sociedade, cujos sócios são mantidos informados.

Um pouco mais à frente, na *carta*, a reclamação do remetente contra o *gerente* deixa clara a posição de quem não tem outra forma de controle sobre a sociedade: *você deveria tomar notas dos onos arrecadados e prestar contas* (Ad.3: 185).

A confecção de um documento com as informações que constam nas *Notas* poderia ser até útil a *Armando Pereira*. No entanto, como mostra a *carta*, as *Notas* são um instrumento de prestação de contas ao sócio ausente. **Numa** sociedade com os *herdeiros do Cel.Candido Viveiros*, *Armando Pereira* recebeu nada menos que 70,07% dos *onos*: 1.584 vezes, o *onos* de um total de 2238. Nas outras duas, todas as vezes que a coluna *pagou a* está preenchida, consta o nome *Armando*. Era ele, portanto, que recebia os *onos* das *vendagens* e repassava aos sócios. *Armando* é o gestor das sociedades nos *terrenos pertencentes* aos três conjuntos de *herdeiros* (Ad.2). Este parece ser o sentido das sociedades: *viabilizar que os terrenos paguem onos*, não havendo um herdeiro gestor. A solução é a sociedade com *Armando*.

O *remetente* parece ter relativa ascendência na família, pois na carta sua posição é a de quem se manifesta como porta-voz. Isso possivelmente estaria relacionado à sua experiência de gestor da *Serra* no passado. A formulação da carta permite compreender que, se os *terrenos* ainda *pertencem à família Viveiros*, não *estão* mais *sob* a sua *posse*. Na sociedade, a propriedade é categoria do direito que garante o recebimento de uma parcela dos *onos*; pela posse, o controle efetivo da gestão da terra é de *Armando*. Trata-se de um absenteísmo prático, ou seja, mesmo que existam herdeiros morando em Lençóis, a gestão dos terrenos é do sócio.

A família queixa-se, na *carta* em questão, de que a gerência de *João Luiz* estaria prejudicando seus interesses. O remetente vai direto ao assunto: *sabemos que você compra diamantes, na Serra, para Isaias Pereira* [filho de Armando Spinola Pereira – CAT], *coisa que eu não acreditava, porque achava o Isaias Pereira incapaz de consentir que você deixasse de cumprir o seu dever, sendo mais excrupuloso. Quando saí de Lençóis, pedi ao Isaias, pessoalmente, para zelar os meus interesses. Portanto tinha confiança. Ainda mais:*

Você deveria tomar notas dos onos arrecadados e prestar contas; nada disso você fez (Ad.3: 185).

Note-se que a afirmação da decepção da confiança pessoal é com *Isaias*. É ele que deveria estar *sendo mais excrupuloso*. No entanto, como a carta se dirige ao gerente, a descompostura grifada trata de rebaixar o interlocutor a posição de quem é, desde logo, suspeito. Não haveria propriamente uma decepção pessoal, a cobrança é *cumprir o seu dever, nada disso você fez*. Assim, apesar do tom pessoal, da preocupação com a saúde do gerente e de sua mulher expresso no início da correspondência, este convive com a desconfiança e a cobrança do dever, está mais próxima das relações de trabalho assalariado. A carta, ao interrogar o gerente, mostra o que se espera dele, mas também mostra que a possibilidade de receber os onos dos terrenos sem geri-los é um problema.

Depois que você assumiu a Gerência, quanto recebeu e entregou ao nosso sócio Armando Pereira? Desde o tempo do meu Querido Pai, durante o tempo que eu tomei conta do Veneno e mesmo depois que fiz a sociedade dos Garimpos com Armando Pereira, nunca permiti que os Gerentes comprassem diamantes e carbonatos na Serra.

Apresentados estes argumentos, o remetente encaminha as providências: *quanto a Gerência de Serra você deverá entrega-la, logo, a quem meus irmãos determinarem, depois de prévio entendimento com Armando Pereira, com os quais Armando deverá estar de acordo e prestigia-los* (Ad.3: 185)

Os Garimpos que há quase 80 anos pertencem e estão sob posse da família Viveiros, estiveram sob as seguintes gestões: primeiro do pai do remetente; em seguida, do próprio remetente; e depois a sociedade dos Garimpos com Armando Pereira. Como os documentos podem se referir aos terrenos dos herdeiros do Cel. Candido Viveiros ou do Cel. Cesar Viveiros, a ausência do proprietário na gestão já poderia ter pelo menos uma década de duração, afinal a carta é de 1946. A sociedade passa a permitir que a terra pague onos a proprietários ausentes, em um prazo considerável.

Assim, os onos semanais se caracterizam como a troca da posse dos terrenos por uma proporção do valor do produto dali extraído. O termo *semanais* mostra que a sociedade nos terrenos presta contas semanais aos sócios. A existência destes documentos mostra um processo no qual a propriedade da terra assume a forma em fonte de poder de compra, mas em proporção à produção semanal. Outro documento ilustrativo desta relação é um Aviso

(Ad.4). Assinado por Arthur R. (há um último sobrenome ilegível), o *aviso*, entre outros pontos que serão discutidos posteriormente, informa que o *onos a pagar é o 5º de quantia de Dez mil reis acima*, ou seja, vinte por cento nas *vendagens* superiores a cinquenta mil réis.

Nas tabelas apresentadas sob o título de *Notas Semanais para recebimento de onos dos terrenos pertencentes aos herdeiros do Cel. Candido Viveiros e Armando Pereira*, o *onos* é a quinta coluna. E de fato tem como regra, no contexto da tabela, ser 20% do valor da *vendagem*. O faturamento total das 178 semanas, 705:020\$000⁴², dos quais 29:500\$00 nas duas maiores *vendagens* (ou seja, menos de 0,01%) corresponde a 4,2% do total vendido. O total de *onos*, 135:529\$000, corresponde a 19,22% (Ad.2).

A sociedade com os *herdeiros do Cel. Cesar Viveiros* faturou somente 16:800\$00 e a com os *herdeiros do Cel. José Venâncio* 145\$000, dos quais 19,8% e 19,0%, respectivamente, correspondem aos *onos* – são os rendimentos das sociedades nos *terrenos*. A média semanal de *onos recebidos* na sociedade com os *herdeiros do Cel. Candido Viveiros* foi de 698\$758 (T.2), o total *líquido* de *onos* da sociedade com os *herdeiros do Cel. Cesar Viveiros* foi de 3:320\$000, uma média de *vendagens* de 280\$000 por semana e de *onos* de 55\$000. Quanto às *Notas* para os *herdeiros do Cel. José Venâncio*, das 32 semanas listadas, apenas em quatro não houve *onos*, portanto, em menos de 12% das semanas. O total *líquido* de *onos* foi de 2:318\$000, uma média de *vendagens* de 380\$000 por semana e de *onos* de 72\$000.

A título de comparação, há um singelo bilhete entre os papéis guardados por Mestre Osvaldo, datado de *27 de fevereiro de 1937*, assinado por *Isalia Viveiros*, tendo como destinatário *Snr Armando: peço para mandar 4\$000, para eu comprar uma lança perfume* (Ad. 5). A renda da terra permitiria à sociedade com os *herdeiros do Cel. Candido Viveiros* comprar mais de 170 artefatos deste tipo por semana. As sociedades com os *herdeiros* dos outros coronéis, somente 13 e 18 *lança-perfumes* semanais, respectivamente, em média.

Uma comparação também pode ser feita com a média semanal de *vendagem* por *nomes*. Como o de *Cláudio José Santos*, que fez o maior somatório de *vendagens*, 124\$324, abatido o valor pago ao proprietário da terra, o garimpeiro recebeu 99\$635, que também é a

⁴² Em **Cascalho**, Herberto Sales fala em cem contos nos quatro meses de mineração no Paraguaçu como compensadores.

maior média de *onos* pagos por *nome*. O garimpeiro ganhou mais que duas das três sociedades dos proprietários da terra. É, portanto, necessário discutir uma interpretação para este fenômeno regional que são os *onos semanais*, uma fonte de poder de compra que parece brotar da serra na forma de diamantes. Diamantes não brotam em qualquer serra, mas vendidos deixam vinte por cento para o dono da terra.

4.2 - Os donos das terras, como quaisquer pessoas, gostam de colher onde nunca semearam

Para explicar o fenômeno acima identificado, os *onos semanais*, o ponto de partida é a questão central, salvo engano, da polêmica sobre a renda da terra entre Adam Smith e David Ricardo. Este subtítulo faz referência ao sarcasmo de Adam Smith para explicar a existência de uma renda da terra que teimava em negar a coerência de sua teoria do valor trabalho⁴³. A solução do autor é apresentar a renda da terra como ato de poder, imposto pelos donos das terras porque *no momento em que todas as terras do país tornam-se propriedade privada, o trabalhador passa a ter de pagar pela permissão de apanhar estes bens e deve dar ao proprietário da terra uma parte daquilo que o seu trabalho colhe ou produz* ([1776]1996: cap. VI).

No contexto regional, a renda da terra se impõe. Em 2000 perguntei ao garimpeiro Cícero se ele pagava o *quinto*. Respondeu da seguinte forma: *Eu pago porque não sou proprietário... mas já com essa idade, já dei tanta produção a quem quer que seja, você acha que eu vou pegar dez ou doze diamantes e chegar, Armando, olha aqui o que eu peguei vou lhe dar o seu quinto... estou roubando de mim próprio... para não ficar muito sem graça se eu pegar seis ou oito, eu mostro um...* A fala do garimpeiro mostra a ambigüidade da situação. A imposição do pagamento em função da propriedade é conhecida, mas a idéia de *já ter dado tanta produção a quem quer que seja* mostra que este pagamento não parece ao garimpeiro como a troca de equivalentes que dá coerência à teoria do valor trabalho.

⁴³ Interessante notar que a teoria do valor trabalho de Smith só tem validade para as sociedades primitivas, nas quais nem o capital teria sido acumulado, nem toda a terra se tornado propriedade.

O direito do proprietário da terra à sua renda é sustentado por David Ricardo contra o sarcasmo de Smith, segundo o qual *os donos das terras, como quaisquer pessoas, gostam de colher onde nunca semearam, exigindo uma renda, mesmo pelos produtos naturais da terra* (Smith, A. [1776]1996: 103). Seguindo a pista de um argumento do próprio Smith, de que o trabalho mediria o valor da renda da terra ([1776]1996: 103), Ricardo constrói uma explicação que sustenta a renda da terra como uma função da teoria do valor trabalho.

O autor argumenta que, *possuindo utilidade, as mercadorias derivam seu valor de troca de duas fontes: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessário para obtê-las. Algumas mercadorias têm seu valor determinado somente pela escassez. Nenhum trabalho pode aumentar a quantidade de tais bens, e, portanto, seu valor não pode ser reduzido pelo aumento da oferta; o valor oscila com a modificação da riqueza e das preferências daqueles que desejam possuí-los.*

Seguindo o argumento de Ricardo, a terra, e o diamante antes de ser retirado dela, só podem ter valor se forem escassos, pois *nenhum trabalho pode aumentar sua quantidade* (1982: 43). A renda da terra não é justificada pela sua raridade imediata, mas a própria dinâmica que faz da terra rara é apresentada. Ricardo define a renda da terra como o *pagamento ao seu proprietário pelo uso das forças originais e indestrutíveis do solo*, e passaria a existir somente *quando, com o desenvolvimento da sociedade, as terras de fertilidade secundária são utilizadas para o cultivo, surge imediatamente renda sobre as de primeiras qualidade: a magnitude de tal renda dependerá da diferença de qualidade daquelas duas faixas de terra* (65-6).

Assim, propriedade da terra poderia ser explicada como um resultado da dinâmica de *desenvolvimento da sociedade*. A teoria ricardiana explica a renda da terra como um rendimento de capital, resultado da concorrência pela apropriação dos diferenciais de lucro proporcionados por estas terras. Possuir uma terra seria uma possibilidade de valorização do dinheiro, entre outras. Porém, neste mercado, pelo fato de que a terra não pode *ser aumentada pelo exercício da atividade humana*, os diferenciais de produtividade entre as faixas fazem com que o preço da terra seja explicado pela renda, e não o contrário. Como não há uma quantidade de trabalho socialmente necessária para repor *forças originais e indestrutíveis do solo*, a formação da renda da terra é explicada pela acumulação de capital que torna a terra escassa. Esta escassez se expressa nos diferenciais de produtividade, que

por sua vez, se expressam em diferenciais de taxas de lucro, dados pelas variações do preço da terra. O equilíbrio estaria dado assim que o preço da terra, como o capital adiantado, passasse a ser remunerado pela renda da mesma, em igual proporção de um capital remunerado pela taxa média de lucro. Desta forma, a renda da terra pode ser como uma simples opção de portfólio, cuja vantagem, como opção de portfólio, é não variar seguindo as mesmas determinações do lucro.

Nesta explicação, o autor ressalta que a renda da terra não se confunde com a remuneração paga *pela utilização do capital empregado para melhorar a qualidade da terra e para a construção de edificações necessárias à segurança e preservação dos produtos*. Para o autor, a *renda da terra é paga pelo direito de cultivar, não pelo de extrair um produto*. Ou seja, o valor do diamante não seria dado por sua escassez, mas pelo trabalho necessário à sua produção.

O autor considera que a renda da terra é sempre derivada de um processo de produção, ou extração, que diferencia faixas de terras pelos diferenciais de produtividade do trabalho. Esse diferencial primeiro é de lucro, e só a concorrência pelo direito de beneficiar-se destes diferenciais irá transformá-los em renda da terra, transformando a própria terra em uma possibilidade particular de investimento. Nesta explicação, a renda da terra teria a dinâmica de *desenvolvimento* capitalista como seu pressuposto.

Portanto, uma explicação ricardiana sobre a renda da terra na mineração precisa percorrer o seguinte caminho: enquanto existe um processo de trabalho voltado para *aumentar a oferta* de diamantes, o valor dos diamantes é explicado pelo trabalho socialmente necessário à tarefa. Assim, se existe uma renda da terra, esta seria função dos diferenciais de produtividade entre os diferentes *terrenos*. Seria algo como se na dinâmica de ocupação dos *terrenos* os garimpeiros, trabalhando livremente nas terras, constatassem diferenciais de produtividade e passassem a oferecer dinheiro ao proprietário para se beneficiar dos diferenciais de produtividade. É verdade que nesta formulação a figura jurídica da propriedade da terra surge antes de seu sentido⁴⁴. Assim, ou os proprietários

⁴⁴ A formação histórica da propriedade da terra da região foi discutida anteriormente, mas vale lembrar que, da mesma forma que se pode dizer que a região diamantina resulta de um processo de diferenciação da região pecuária, a propriedade da terra também se diferencia historicamente. Neste sentido, os Medrado, proprietários de terra em Mucugê, que passaram da pecuária ao diamante e, recentemente, à agricultura irrigada, são apenas um sinal da capacidade de metamorfosear a

saberiam desde sempre do potencial gerador de renda da terra, como se a mesma estivesse sempre gestando a renda diferencial, ou a propriedade da terra teria se formado com outro sentido, diferente do de ser uma fonte de rendimentos. Neste caso, o processo de acumulação do capital teria alterado o sentido original da propriedade da terra, impondo a renda diferencial como novo sentido.

Assim, não há uma adequação imediata do conceito de renda da terra aos *onos* dos *terrenos*. Na visão de Ricardo, os *onos* dos *terrenos* não poderiam ser vistos como renda da terra, mas como lucros de extração. O fato de os *onos* dos *terrenos* serem pagos como proporção do valor obtido pela *vendagem* de cada um dos diamantes já mostraria isso. A salvação moral da propriedade da terra feita por Ricardo depende do argumento das diferenças objetivas entre as *faixas* de terra, uma vez que é por estas diferenças de rendimento entre as *faixas* que os arrendatários competem. Se a renda é uma porcentagem da *vendagem*, as coisas se complicam.

Da perspectiva da teoria do valor trabalho, o valor do diamante é dado pelo tempo de trabalho necessário a sua obtenção. Desta forma, os diamantes de valor mais elevados deveriam ser aqueles mais trabalhosos. Mas como ouvi certa vez o garimpeiro Jacó comentar, *o garimpo é desincerto*, ou seja, a relação entre trabalho e remuneração não é dada por uma proporção fixa. As tabelas dos *onos* dos *terrenos* não têm nenhuma entrada que mostre o tempo de trabalho dedicado pelos garimpeiros. Não há também nenhum documento entre os guardados de Mestre Oswaldo que se refira a este ponto.

A título de comparação observe-se que, nas *Notas Semanais* (Ad.2), consta que o garimpeiro *Antonio Gomes* vendeu 24 vezes: a primeira em agosto de 1935 e a última em novembro de 1938, tendo obtido como total de *vendagens* 705:020\$000 ao longo de três anos. Por sua vez, *Juvencio Silva* recebeu por uma única *vendagem* 16:000\$000 e *Isaias Dultra*, 13:500\$000. Com tanta variação, a formação da objetividade do valor trabalho parece particularmente difícil. Isso repercute na autonomização da terra como fonte de rendimentos. Como poderia a terra expressar a quantidade de trabalho que sua propriedade comanda? Seria certamente uma aposta de alto risco.

propriedade fundiária com sentido de acumulação da riqueza abstrata da sociedade produtora de mercadorias.

Ainda assim, a presença dos *herdeiros* nas *sociedades nos terrenos* mostra que neste contexto regional *os donos das terras podem colher onde nunca semearam, exigindo uma renda, mesmo pelos produtos naturais da terra*. Mas, para que este processo de autonomização tenha ocorrido, foi necessário fazer a sociedade com *Armando Pereira*, um proprietário de terras ativo.

4.3 - Você aqui sem ordem dele, nem para beber a água

Há uma ambigüidade na resposta que a economia política oferece. Do lado de Ricardo, o *onos* só pode ser parte dos lucros, de trabalho fixado no passado que reflui para o capital. Do lado de Smith, eles *colhem sem plantar*. Faz-se *necessário*, com isso, discutir o que poderia ser apresentado como processo de trabalho associado à gestão da terra.

A gestão dos *garimpos do Veneno*, pelo pai do remetente da *carta* (Ad. 3), depois pelo próprio remetente, e então pela *sociedade* com *Armando Pereira*, parece sempre ter tido *gerentes*. Como já foi apontado acima numa passagem de **Cascalho**, o *gerente* em ação acaba por revelar a necessidade de um papel ativo do proprietário na *serra*, garantindo seus interesses. O trabalho concreto a ser realizado é viabilizar a cobrança da parte devida ao proprietário. Na *carta*, a frase *você deveria tomar notas dos onos arrecadados e prestar contas* parece indicar um trabalho de escritório. Mas o trabalho do *gerente* é na *serra*, sua designação *de Serra* define o lugar onde seu trabalho é indispensável, pois pode evitar que as pedras sejam vendidas sem que os *onos* sejam cobrados.

Trata-se de uma organização da vida social marcada pela separação do local de trabalho e do local de residência, conformando duas espacialidades diferenciadas, o espaço restrito da cidade, que pode ser atravessado em menos de uma hora de caminhada e a imensidão das serras onde trabalha o garimpeiro. A *serra* é o espaço da produção, pois, ainda que o diamante não seja materialmente produzido, apresenta-se no mercado como produto. Já a cidade é o lugar da circulação, onde os produtos são vendidos.

A observação de que na *Serra nunca* foi *permitido* que os *Gerentes* *comprassem diamantes e carbonatos* significa que a circulação na *serra* não só é possível, mas, acima de tudo, é indesejável para o proprietário. Afinal, o *gerente* existe para fiscalizar a *serra*, isto é, para que o proprietário não tenha que ficar vigiando os serviços. Se os gerentes

comprassem os diamantes na *serra*, haveria um interesse concreto por parte deles em esquecer de fazer as *Notas*, ficando com o *quinto*. Observe-se que a mesma suspeita pode pairar sobre o *Armando*: esquecer de tomar notas dos diamantes vendidos, mesmo os vendidos na cidade.

Examinando o *Aviso* (Ad.4), um dos documentos guardados por Mestre Osvaldo, pode-se compreender melhor as atribuições de um gerente. *Aviso: o Sr Cesar fica por mim autorizado a conceder a garimpeiros trabalhar nos terrenos pertencente a Companhia São José (ilegível) do poderá isto fazer do povoado dos Mosquitos 50 metros por baixo da estrada na extensão de 300 metros p cima do dito povoado- de baixo das seguintes condições. 1. O garimpeiro que quiser trabalhar, deve antes de começar (ilegível) trabalho, de se entender com o Sr. Cesar. 2. Quando tiver de lavar cascalho deverá prevenir o Sr. Cesar 24 horas antes de começar. 3. Não poderá duas turmas de garimpeiros lavar cascalho ao mesmo tempo (ilegível) mesma lavadeira para assim ser fiscalizado pelo dito Sr. Cesar. 4. O Sr. Cesar tem direito de examinar seus trabalhos vai feito regularmente. 5. O garimpeiro que for encontrado a lavar cascalho fora das condições acima será suspenso e não gosará de nenhuma garantia. 6. O onos a pagar é 5º de quantia de Dez mil reis acima.* O documento é de agosto de 1911, escrito em Cachins (Ad.4).

O *Aviso*, em seu primeiro item, adverte: *o garimpeiro que quiser trabalhar deve, antes de começar o trabalho, de se entender com o Sr. Cesar*, ou seja, o acesso à terra só pode ser feito com entendimento prévio. Na prática o gerente é um fiscal dos *terrenos*, basta lembrar a passagem já citada do romance **Cascalho**, de Herberto Sales, sobre *um certo garimpeiro que tentara um dia trabalhar no Paraguaçu*, e fora informado pelo gerente que, *você aqui sem ordem dele, nem para beber a água* (1951: 21).

O diálogo mostra um *gerente* lidando com a quebra do regulamento, estando preparado para impor esta regra, se necessário, com violência. Trata-se de uma dimensão territorial da propriedade da terra, a defesa violenta do monopólio da exploração dos *terrenos*. Além da espingarda, o *gerente* tem outro poder decisivo depois do começo do processo de trabalho: *o garimpeiro que for encontrado a lavar cascalho fora das condições acima será suspenso e não gosará de nenhuma garantia*. A *garantia* que se perde, sendo

pego a *lavar* sem a *fiscalização*, é não apenas do trabalho. É, mais que isso, a suspensão do trabalho sem direito ao produto.

O *Aviso* trata em três de seus seis pontos da *lavagem*, portanto, de uma relação entre o gerente e o garimpeiro *autorizado*. A *lavagem* é o momento final do processo de trabalho da mineração de diamantes. O processo de obtenção do *esmeril*, que designa o cascalho pronto para a *lavagem*, é bastante diversificado e será discutido posteriormente. Porém, a *lavagem* só é feita com dois tipos de instrumentos, peneiras ou bateia. Em ambos os casos, o giro da água provocado pelo garimpeiro faz com que o cascalho se mova e leve os materiais mais pesados para o centro da bateia e das peneiras. É nas lavagens que o diamante ou o carbonato são encontrados (Ad.6).

Trata-se, portanto, do melhor momento para evitar que as pedras saiam sem pagar o *onos* do proprietário da terra. Tendo acompanhado a *lavagem*, o fiscal da propriedade da terra sabe o que será objeto de *vendagem*. Estes dois momentos explicam a preocupação do *herdeiro dos Viveiros* com seu *gerente*, *Jorge Luis*, questionando a compra de pedras na serra e a falta das anotações.

Assim, a ausência do proprietário da cidade parece ser a questão relevante para o problema manifestado na *carta*. Observe-se que o *gerente de serra* é um fiscal. Se ele compra diamantes para o proprietário na serra, terá à sua disposição capital para comprar, passando a ser o principal beneficiado pelo esquecimento do registro da *vendagem*. A tensão entre o *gerente de serra* e o *dono da serra* é inerente à relação, especialmente em um ramo marcado pela experiência da clandestinidade na disputa pelo produto do trabalho. Cabe ao *dono da serra* controlar seu *gerente*, para que ele controle os garimpeiros. A renda da terra recebida pelo proprietário ausente depende, acima de tudo, da lisura do proprietário ativo, mas também da do *gerente*, sendo extremamente frágil diante de acordos entre os dois.

4.4 - Tensão entre a astúcia e a violência na disputa pelo resultado da *vendagem*

A disputa do garimpeiro e do proprietário de terras pelo resultado da *vendagem* da pedra faz parte do dia-a-dia da gestão da propriedade da terra, pois é impossível prever o

resultado da garimpagem, diferentemente de um operário cuja produtividade pode ser medida em peças por hora. A dificuldade de estabelecer uma relação mecânica entre o trabalho e seu produto não é, no entanto, um problema exclusivo da mineração de diamantes. Ela se manifesta também na suspeita de vagabundagem que pesa estruturalmente sobre o funcionário público. Uma das mais novas manifestações do problema é a implantação das avaliações das universidades. Já merece uma tese a tentativa de materializar o trabalho acadêmico para poder calcular seu valor, como se trabalho concreto implicasse valor.

Como não é possível saber antes do processo de produção qual será seu resultado em dinheiro, a autonomização das formas de rendimento não é a mesma do capitalismo apresentada por Marx em **O Capital**. A renda da terra não pode ser acordada com base na média de lucratividade por área, pois os desvios em relação à média são enormes. A média das *vendagens* dos *carbonatos* encontrados nas *Notas Semanais* (Ad. 2) é de 747\$268 e o desvio médio é de 736\$752 (T. 3); para as *vendagens* de diamantes a média é de 302\$888 e o desvio médio é de 186\$699 (T. 4). Muitas vezes o serviço não resulta em nada, mas as *Notas* não mostram tal informação. Estas médias (e estes desvios) não são dos serviços que foram realizados nos *terrenos*, mas somente dos serviços que fizeram *vendagem*. Por isso, a renda da terra, no sentido da renda que se paga pelo direito de uso de uma determinada área por um período determinado, não se desenvolve facilmente na serra. Já na cidade não é difícil observar a existência de imóveis alugados. Na mesma *Carta* escrita a *João Luiz*, *gerente de serra* de uma *sociedade* de *Armando* com o *herdeiro* da *família Viveiros*, o remetente reclama suas rendas urbanas. *As casas da rua do Quartel, de minha Mãe, que estava alugada a 15\$000 e a minha à rua do Pires, alugada ao Zeca de Olavo, à 20\$000, por mês, porque desde que eu vim, você não mandou nem cem reis de alugueres?* Note-se que estas rendas, por baixas que sejam, são quantitativamente conhecidas e por isso mais fáceis de controlar.

A sociedade de Armando com os *herdeiros dos três coronéis* foi a forma que permitiu aos *herdeiros* a autonomia de rentistas, ou seja, foram as formas que possibilitaram que a propriedade de terra pudesse ser de alguma maneira uma fonte de rendimentos autonomizada em relação à sua posse, exercida com a finalidade de produzir as mercadorias diamante e carbonato. Ressalte-se que a sociedade depende da confiança no sócio e em

quem faz as *Notas*. Como esta fonte não pode ganhar a forma da renda autônoma, quantitativamente fixada a priori, há um desconforto na sociedade. É consequência da forma regional da acumulação de capital. Este desconforto aparece nas outras *sociedades* que vão sendo feitas para extrair o diamante e transformá-lo em produto.

Existe todo um repertório de estórias sobre a astúcia do garimpeiro em esconder suas pedras do proprietário de terra. É verdade que este repertório transcende a relação com os proprietários, como será discutido posteriormente. Nos garimpos sempre são contadas estórias sobre garimpeiros que conseguiriam esconder a existência de um diamante na peneira ou na bateia, além de enumerar possibilidades como engolir as pedras, ou guardá-las sob a língua, etc⁴⁵.

Mediar esta tensão na serra é a principal função do *gerente de serra*. Em uma passagem de **Cascalho**, o *gerente*, *Alípio*, vai até o rancho em que estavam dois garimpeiros que haviam começado a trabalhar e comenta ter passado no serviço deles. Cabe ao *gerente* não só vigiar, mas explicitar sua vigilância (1951: 108). Esta relação parece ser marcada, como na carta do *herdeiro dos Viveiros* para *Jorge Luis*, por alguma *intimidade* no trato, refletindo uma aparente confiança e, ao mesmo tempo, é uma fiscalização do processo de trabalho. Do ponto de vista do gerente, tudo pode se resolver na camaradagem, mas se for necessário, ele faz uso da violência. Neste caso, o próprio *gerente* personifica a propriedade da serra.

A camaradagem se justifica, pois ao *gerente* não basta a *coragem*, ele precisa lidar também com o *jeito* dos garimpeiros. O personagem *Filó Finança* dá o caminho da pedras: *precisa mais ter jeito do que coragem – disse. Pegando de dois diamantes pra cima é mais fácil: é mostrar o maior ao dono da serra e vender o outro escondido* (1951: 229).

Na situação do romance, os garimpeiros acabavam de ouvir *Alípio*, o *gerente de serra*, contar: *Tomás aquele que trabalha de mergulho, não sabe? bateu o quinto. Ladrão sem-vergonha. Negro enrolista descarado. Segue a versão do gerente, peguei êle no estreito e disse: “desembucha, meu filho, senão lhe meto bala. Faço sua barriga virar uma peneira”*. Só falei para amedrontar que eu não ia gastar bala com êle.

⁴⁵ No romance **O diamante verde**, de Almachio Diniz, um episódio de diamante engolido é relatado.

A responsabilidade de evitar que o *quinto* seja *batido* é do gerente, por isso *Alípio* não podia *conformar-se com o fato de ter sido ludibriado na fiscalização dos garimpos, sentia-se mais prejudicado do que o próprio Major Teotônio dono da serra*. Ainda mais tendo em vista que foi o *próprio Major* quem levantou a suspeita por ter ficado sabendo que o garimpeiro havia comprado um tecido *H. J. na loja de Seu Benigno*.

O garimpeiro foi descoberto, segundo *Alípio*, pela *Fôrça do dinheiro... Fôrça do dinheiro* que acaba tornando-se consumo, e consumo de garimpeiro expressa diamante encontrado⁴⁶. A situação sugere que se trata de uma sociedade de gente conhecida, onde o consumo pode facilmente ser indício da astúcia do garimpeiro. Forma-se assim uma tensão entre astúcia e violência. O exercício da violência implica que se o garimpeiro bater o *quinto* pode ser morto. A ameaça de *Alípio* surte efeito, por isso no romance *Tomás* vai preso.

-Comeu oito dias de cadeia. Cabra enrolista! Pensa que serra dos outros é cu-de-mãe-chica! Já tinha gasto o dinheiro todo, mas mesmo assim ainda pude salvar alguma coisa do prejuízo do patrão. – Em seguida, como se isso lhe parecesse um feito memorável, concluiu de modo arrogante: - Fui na tenda do Oquitiano e arranquei de lá o uniforme de H.J. (1951: 225 e seguintes).

Na visão apresentada pelo romance de Sales, o *gerente* consegue intimidar o garimpeiro forçando-o à confissão para depois tomar o dito uniforme do *cabra enrolista*, o que permite *salvar alguma coisa do prejuízo do patrão*. Ainda assim, *pegando de dois diamantes pra cima é mais fácil*. Não é, portanto, difícil de explicar a existência de outros agentes que constituem o jogo destas sociedades, como é o caso dos chamados *mosquitadores*, como diz *Filó Finança, quem compra diamante roubado nunca fala, tem medo de perder a freguesia*. A disputa pela freguesia é narrada no livro, *os mosquitadores, de pé nas esquinas, abordavam os garimpeiros que passavam*:

-Me mostre uma coisinha aí velho.

Alguns explicavam a seu modo o fracasso da lavagem do cascalho:

-Esta semana eu não vi nem a côr.

⁴⁶ Certa vez, conversando com Guina, dono de armazém em Chique-Chique do Igatú, ele me dizia que os garimpeiros ficavam devendo em seu armazém. No entanto, dizia Guina, não era motivo de preocupação, pois uma hora destas eles pegariam um diamante e ele cobraria a dívida. Ponderei que

E iam passando: adiante, as mulheres-damas menos favorecidas os esperavam para lhes pedir um “centenário pro café”. Em toda a praça, enfim, havia um assédio mútuo de gente interessada em dinheiro: o diamante era a mercadoria circulante e o dinheiro dependia exclusivamente da boa ou má sorte dos garimpeiros. Os mosquitadores insistiam:

- Eu tenho um bom preço – dizia um.

Outro chegava ao ponto de apalpar os bolsos dos transeuntes: procurava o providencial picuá trazido da serra, no intuito de disputá-los aos capangueiros. Em meio à competição comercial - os garimpeiros eram objetos das cogitações gerais: sustentavam a cidade (1951: 227).

A competição comercial entre *mosquitadores* (compradores de pequeno porte) e *capangueiros* (compradores maiores) faz com que a função do *gerente de serra* na fiscalização das lavagens seja fundamental. A gestão da propriedade da terra tem como sentido evitar que o dinheiro pelo qual a pedra é trocada se desvie para outras personificações funcionais do processo. No caso do diamante em questão, com exceção do *uniforme de H.J.* que *salvou alguma coisa do prejuízo do patrão*, o dinheiro se foi.

Sobre a possibilidade de reverter a *vendagem*, ela é aventada pelo proprietário da terra:

-Seu Teotônio ainda apelou para Dr. Marcolino [prefeito da cidade – CAT] – Mas Dr Marcolino disse que Seu Mansur [o comprador da pedra CAT] não tinha culpa nenhuma, que garimpeiro ladrão não traz letreiro na testa, que seu Mansur tinha comprado a pedra de boa-fé, e mais isso e mais aquilo, bambambã, caixa-de-fósforo, que ninguém pode adivinhar se um diamante foi roubado ou não (1951: 228). A mesma boa fé justifica o horário de funcionamento do comércio: os negociantes agüentavam firme no balcão até a meia-noite – a bandinha da porta aberta àquele tipo não raro de freguês: o garimpeiro que lesava o quinto e preferia fazer suas compras sem dar na vista (1951: 91).

O argumento do prefeito sustenta a relação do comprador com a coisa comprada, responsabilizando o vendedor pelo processo de produção da coisa. Implicitamente argumenta que quem paga o quinto é quem faz a *vendagem*. Nas *Notas*, a coluna “pagou a” também sugere que é o vendedor quem paga o *quinto*. A segunda passagem mostra a

eles poderiam vender o diamante longe de seus olhos. Ele riu e disse: eu sempre sei se eles pegaram, garimpeiro bamburrado bebe cerveja, infusado, pinga.

reprodução do *mosquitador* em sua relação com o *garimpeiro que lesava o quinto*. Este é um dos aspectos centrais na disputa pelo resultado da *vendagem*.

Há, portanto, não só o trabalho concreto da vigilância e controle do *gerente* sobre os *frutos* extraídos da terra, há uma disputa pela *vendagem da pedra na cidade*. A relação é, portanto, marcada por uma dupla forma de organização do espaço. A *serra* é lugar funcional do trabalho do *garimpeiro*, território do *chefe*, do dono da *serra*. Mas, apesar disso, o *gerente de serra* não é um gerente no sentido de gerir o processo de trabalho, trata-se do fiscal do proprietário de terras, que media o acesso à terra no local. Tudo se passa como se a pedra ainda não encontrada já fosse do dono da *serra*, ou o *quinto* dela, medido em valor da *vendagem*. A cidade, por outro lado, é, até aqui, o lugar da *vendagem*, lugar de trabalho do *mosquitador* e do *capangueiro*, compradores de diamantes. A presença do proprietário gestor na cidade é importante. Mais uma vez não é de uma gestão do processo de trabalho em si, mas de gestão de negócios; esta função parece ser difícil de ser substituída pelo procedimento burocrático *das Notas Semanais*.

A queixa dos *herdeiros* em relação à gestão de *João Luiz* implica na *entrega da Gerência de Serra*. A confiança pessoal na família do sócio parece abalada pelas *vendagens* feitas pelo gerente ao filho do sócio. O remetente queixa-se: *em abril, quando fui á Capital, eu soube da influência perto do Bóroró e que estava dando bastante diamantes. Escrevi e não tive resposta. Armando e os filhos, são homens que não gostam de escrever. Tenho mandado cartas registradas e telegramas; mas não respondem!... São preguiçosos.*

A acusação de *preguiçosos* tem um sentido muito claro. Não se trata de levar a relação à ruptura com o *sócio*. Além disso, a obrigação de prestar contas é afirmada como sendo do gerente. No máximo se questiona a falta de “*excrupulos*” do filho do *sócio* nos *terrenos*. A forma do questionamento e da ruptura da relação com o *gerente de Serra* sinaliza que não há grande dificuldade de encontrar alguém para substituí-lo. Já o trabalho na cidade, de quem acompanha o dia-a-dia do *gerente*, dos *garimpeiros*, e das informações do mercado local parece ser mais complicado de ser substituído. Trata-se de acompanhar a *vendagem* de cada pedra extraída, de olho nos *garimpeiros* que trabalham em sua *serra* e compram sem ter vendido.

Este controle na cidade se desdobra na exigência do direito da *preferência*, a que se refere o *major Teotônio* de **Cascalho** (1951: 236). A *preferência*, que é a obrigação de

vender a pedra ao *dono da serra*, pode ser imposta na negociação de acesso do garimpeiro à terra. É o que parece acontecer no caso das *sociedades de Armando com os herdeiros dos coronéis*. Não é impossível que os nomes listados na coluna “*pagou a*” sejam os dos compradores de diamantes. Isto colocaria *Armando* como o maior comprador, mas não o único. Teria feito 70,07% das compras, 73,83% em valor de *vendagens* e 74,00% em *onos*. Com toda a disputa que existe pela compra das pedras, o dono da serra pode usar sua condição para impor seu *direito*.

Enfrentando uma situação delicada por ter desrespeitado o *coronel Germano*, o jagunço *Zé de Peixoto* vai procurar o prefeito e médico, *Dr. Marcolino*, para pedir proteção, e oferece a *preferência* de seus diamantes.

- *Eu lhe agradeço a preferência – disse o médico. – Mas eu não posso comprar seus diamantes. Teotônio é meu amigo, e como dono da serra quem deve ter a preferência é êle. Essa preferência, aliás, não é nenhum favor; é um direito adquirido por lei – concluiu, soprando a fumaça contra a brasa do charuto.*

- *Não, doutor, não senhor... Meu diamante é livre. Seu Teotônio apenas me cobra o quinto.*

- *Pois é um grande favor que êle lhe faz.*

- *Reconheço... Mas como meu diamante é livre, espero que o senhor não recuse a preferência que estou lhe dando (1951: 45).*

Não foi encontrada outra referência ao estatuto de lei da *preferência*. Antes parece que se trata de um dos pontos em negociação na mediação do acesso do garimpeiro à terra. Vale uma observação sobre a passagem citada: o *Dr. Marcolino* é o mesmo que se negou a responsabilizar o comprador de um diamante cujo *quinto* teria sido *batido*. Nesta passagem, a condição de *amigo* do *dono da terra* é o primeiro argumento dado para recusar a preferência oferecida.

Desta forma, parece claro que uma das vantagens de ser *dono da serra* está na *preferência*. Isto mostra que o *onos* não se confunde com um arrendamento por um valor fixo, que autonomiza o proprietário em relação à gestão da empresa. Como proporção do valor da *vendagem* da pedra – o *quinto* – exige controle das pedras encontradas nos *terrenos* e o processo das *vendagens*, mas ao repartirem o resultado das *vendagens*, o garimpeiro recebe sua parte pelo trabalho e o *onos*, ou *quinto*, remunera os *terrenos*

pertencentes a Armando Pereira aos herdeiros. Estes são os rendimentos que aparecem e que disputam entre si o valor da *vendagem*. O pressuposto da *vendagem* é a garimpagem, trabalho concreto, que por sua vez só existe em relação à área na qual o diamante está depositado.

A mística relação entre terra e rendimento não pode, como foi visto, prescindir da figura do *gerente de serra*, que faz um tipo de trabalho concreto que se desdobra da propriedade privada da serra; é trabalho útil para evitar que o *quinto* seja batido. Na eventualidade da quebra da regra, a violência do gerente de serra, ou dele desdobrada na forma do jagunço, garante o respeito à lei da propriedade. A polícia também participa do processo, afinal *Tomás comeu oito dias de cadeia* (1951: 251). Com este argumento parece claro que a propriedade da terra não implica somente os *onos*, mas também a *preferência*.

A relação é, acima de tudo, mística, pois as personificações das categorias objetivadas do processo, terra e trabalho, encontram-se em condições de livre negociação. O proprietário da terra exige o *onos*, uma parte do produto encontrado na terra, uma parte do resultado do *serviço*. Destaque-se que não se negocia o tempo de uso dos *terrenos*, negocia-se o acesso ao serviço, que só não será esgotado se o garimpeiro não der conta do *serviço* ou se for *suspense*. O valor do *onos*, o *quinto*, não é objeto de negociação nem em **Cascalho**, nem nos papéis guardados por Mestre Osvaldo.

Na mística negociação entre as figuras de terra e trabalho, a *preferência* dá o último toque revelador de seu caráter monopolista, afinal a questão para o proprietário da terra nunca foi explorá-la com trabalho pessoal, mas tirar dela o máximo de capital. O sentido do processo não é acumular diamantes, mas o dinheiro em que ele se transforma depois do salto mortal da *vendagem*. Percebido desta forma, o *onos dos terrenos* tem explicação ambígua. Na perspectiva ricardiana, embora pareçam ser renda da terra, são lucros e salários. Para Ricardo, o valor de um produto é dado pelo trabalho necessário à sua reprodução, independentemente as inadequações aparentes do objeto.

Para Marx, a *Economia moderna* é a expressão teórica do modo de produção capitalista. Por isso, tem dificuldades de explicar a renda fundiária. Para o autor, esta dificuldade *consistia, portanto, em explicar o excedente do lucro agrícola sobre o lucro médio, não a mais-valia, mas a mais-valia excedente peculiar a essa esfera de produção, portanto não o “produto líquido”, mas o excedente desse produto líquido sobre o produto*

líquido dos ramos industriais. O próprio lucro médio é um produto, formação do processo social que transcorre sob relações de produção historicamente bem determinadas, um produto que, como vimos, pressupõe mediações muito simples. Para poder falar de um excedente sobre o lucro médio, esse lucro médio deve servir de norma e, como é o caso do modo de produção capitalista, ser considerado como regulador da produção em geral. Portanto, nas formas de sociedade em que ainda não é o capital que executa a função de forçar todo o mais trabalho e, em primeira mão, de apropriar-se ele mesmo de toda a mais-valia, onde, portanto, o capital ainda não submeteu a seu controle o trabalho social, ou só o fez esporadicamente, não se pode sequer falar de renda no sentido moderno, da renda como excedente sobre o lucro médio, ou seja, a participação proporcional de cada capital individual na mais-valia produzida pelo capital global (1985-6: 245-6).

Apresentada desta forma, o significado conceitual da renda da terra permitiria caracterizar a sociedade. A sociedade da região seria uma daquelas *formas de sociedade em que ainda não é o capital que executa a função de forçar todo o mais trabalho?* O processo de formação da submissão do trabalho social ao capital ainda não resultaria da própria dinâmica da acumulação capitalista. A dinâmica de acumulação capitalista, por estar baseada na ampliação da mais-valia em sua forma relativa, repõe a superpopulação relativa que permite a acumulação. Nestas condições, a renda da terra pode ser sobre-lucro, e ser uma fonte autonomizada de renda.

Nestas condições, a *violência extra-econômica passa a ser empregada apenas excepcionalmente. Para o curso normal das coisas, o trabalhador pode ser confiado às “leis naturais da produção”, isto é, à sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção. (...) Desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais (Marx, K. 1985: 277).*

4.5 - Sociedades que rendem praças: garimpar é querer colher o que ninguém plantou

Até este momento da análise foram apresentadas quatro categorias sociais: os *garimpeiros*, vendedores de diamantes; os *herdeiros*, sócios rentistas; o *Dono da serra*, o

sócio executivo; e seu homem de campo, o *gerente de serra*. As fontes autonomizadas de renda do capitalismo (terra – renda da terra, trabalho – salário e capital – juros) não têm personificações distintas. Destes somente os *herdeiros* se configuram como personificação de uma fonte de renda autonomizada, e ainda assim, sem que este rendimento seja independente da produção.

O *gerente de serra* é um trabalhador assalariado, mas também garimpa. O termo garimpeiro pode ser usado, como foi mostrado acima, para se referir a Armando Pereira, um *garimpeiro de grande escala, verdadeiro industrial da garimpagem, amigo e amparo dos garimpeiros*. Armando era, como se sabe, o sócio executivo dos *herdeiros*.

Desta forma, a distinção social relevante no argumento é aqui a propriedade da terra. Até este momento, é aos proprietários de terra que os produtores pagam renda e, portanto, é com eles que dividem o produto de seu trabalho. Depois da *vendagem*, subtraída dos *onos*, resta a *praça*. Estas são as partes do produto da *vendagem*: *onos* e *praça*.

A relação do trabalho com o produto na mineração, os diamantes, não é a de uma proporcionalidade constante, na qual mais trabalho implica necessariamente em mais produto⁴⁷. Mas o trabalho é pressuposto da *vendagem*. Sem trabalho, o diamante não poderá ter uso social, não se tornará valor, e continuará existindo misturado ao cascalho. Talvez até se possa dizer que o diamante pertença aos donos dos *terrenos*, mas não paga os *onos*. Além do que, ter *terrenos*, como fonte de renda, é ter diamantes, sem saber quais nem quantos.

A dependência que o proprietário dos terrenos tem do trabalho para se apropriar de seus diamantes explica o que o leva a negociar com os garimpeiros. Mas o que leva os garimpeiros a negociar com os proprietários de terra? Quais seriam as condições que levam a este acordo entre *praça* e *onos*?

Será que se pode afirmar que mediante o recebimento da *praça* o trabalhador pode ser confiado às “*leis naturais da produção*”, isto é, à sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção? E que os garimpeiros das lavras são uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências

⁴⁷ No primeiro capítulo de **O Capital**, Marx se refere à produção de diamantes: *segundo Eschwege, em 1823 a exploração de 80 anos de minas de diamantes, no Brasil, não alcançava sequer o preço do produto médio de 1,5 ano das plantações brasileiras de açúcar ou café, apesar de que ela representava muito mais trabalho e, portanto mais valor.* (1985:49).

daquele modo de produção como leis naturais ou precisa ser submetido sistematicamente pela *violência extra-econômica* (Marx, K. 1985: 277)?

Até este momento do capítulo, a violência em **Cascalho** apareceu em dois momentos da narrativa sobre a propriedade da terra, e em ambos os momentos o portador da ameaça de violência foi o *gerente*. No primeiro momento, o que garante que o acesso à terra seja mediado pela propriedade privada é a violência. Trata-se da história do gerente *no Paraguaçu*, que encontra um garimpeiro que *viera de fora, e não tardou a dar cálculo em uma grupiara. Arregaçou as calças, muito tranqüilo, e começou a trabalhar. Foi quando chegou o gerente com uma espingarda nas costas*. No segundo momento, o *gerente de serra, Alípio*, tem que lidar com *Tomás, aquele que trabalha de mergulho, que bateu o quinto*. A ameaça é formulada claramente, *peguei êle no estreito e disse: “desembucha, meu filho, senão lhe meto bala. Faço sua barriga virar uma peneira”*. *Só falei para amedrontar que eu não ia gastar bala com êle* (1951: 225).

Em ambos os casos a ameaça de violência apresenta-se como defesa dos interesses do proprietário de terra. Não é para forçar o trabalhador a trabalhar, nem é violência por motivo pessoal. Neste caso, a violência não pretende desrespeitar a ordem, mas impô-la. O trabalho do *gerente* é garantir a ordem da acumulação do capital. No entanto, é verdade que neste encontro entre terra e trabalho não há capital adiantado, a acumulação feita. Desta forma, o que justificaria a existência do quinto é a pura extração dos meios de produção não produzidos pelo trabalho. O trabalho do *gerente* permite o simples desvio de parte do valor recebido pelo garimpeiro na *vendagem*.

Conforme foi formulado anteriormente, o *gerente* não é um gestor do processo de trabalho. Sua função é mais de fiscalização do que de imposição do trabalho. Vale lembrar o *Aviso*: *o Sr Cesar tem direito de examinar seus trabalhos regularmente*. O *gerente* tem que saber de tudo o que acontece na *serra*, a ele cabe o relato das ocorrências, a solução de parte delas e a fiscalização da *lavagem*. Em outra passagem de **Cascalho**, o *gerente Velho Justino* informa ao patrão, o *Cel. Germano*:

- As águas tomaram o serviço todo!

Depois passou a explicar ao patrão que os garimpeiros estavam trazendo um companheiro que morrera afogado – “o Raimundo aquele frente” – na correnteza de uma

cabeça d'água. “Foi uma coisa à-toa” – opinou; - “só se o senhor visse. Eu acho que foi um ataque que êle teve, assim que nem o finado Flávio, que morreu nas Piabas”.

O coronel recebeu a notícia com a maior naturalidade: é que, à fôrça de ali se repetirem, os acidentes acabaram por tirar à morte qualquer sentido de surpresa. O mesmo não se deu, entretanto, ao atentar no sombrio quadro constituído pela garimpeirada esbatida à luz bruxuleante das candeias; ao fazê-lo, teve um estremecimento. Porque sentiu de repente, em face daquela massa de trabalhadores destroçados, a evidência de seu próprio infortúnio. Também neste caso, o papel do gerente não se configura como o de quem impõe violentamente o trabalho aos garimpeiros. Antes, aparece como quem dá conta de problemas eventuais, como a morte do garimpeiro. Ainda que a eventualidade esteja bastante presente, e possa ser enfrentada com violência.

Quem morreu foi um *frente de serviço*, garimpeiro responsável por organizar o processo de trabalho na garimpagem. Cada sociedade tem seu *frente de serviço*. Ele dá as ordens no processo de trabalho, no dia-a-dia normal, onde a violência da propriedade da terra permanece latente. Observando o processo de trabalho, percebe-se que é o *frente de serviço* quem gere o processo de trabalho. A importância pessoal do *frente de serviço* morto é narrada como secundária; é que o fracasso do conjunto das *sociedades*, cujos *serviços* foram tomados pelas *águas*, preocupa o coronel.

Também formuladas do ponto de vista da propriedade da terra, as *Notas Semanais* podem ajudar a apresentar as sociedades dos garimpeiros. Afinal, quem são estes trabalhadores? A segunda coluna das *Notas Semanais*, “*nomes*”, tem o nome de quem faz a *vendagem* da pedra. Aparecem 927 *nomes* diferentes, tendo a tabela 2.237 linhas. Apenas 404 *nomes*, menos da metade, fizeram mais de uma *vendagem*. Apenas 25 *nomes* fizeram mais de 10 *vendagens* em um período de 178 *semanas*, três anos e meio. O *nome* que mais se repete é o de *Claudio*, identificado por vezes, como *Claudio José*, *Claudio Santos*, *Claudio José Santos* com 48 *vendagens*, seguido por *Antonio Gomes*, 24 *vendagens*, e *Georgino Pinheiro*, 23 (T. 5).

É evidente que, depois de tudo que foi dito sobre a irregularidade da mineração, o uso das médias faz pouco sentido. Outro problema com esta média apresentada é que ela supõe que os garimpeiros trabalharam nos terrenos em todo o período, o que é improvável. Com todos estes problemas, os valores das médias semanais de *vendagens* falam do valor

recebido pela sociedade em seu sentido mais restrito, *a praça*. Se o garimpeiro fosse autônomo, a média seria o dobro, se a sociedade tivesse dois trabalhadores, as médias individuais seriam a metade. A maior destas médias, de *Claudio José Santos*, é de 101\$208, seguido por *Juvenio Silva*, 83\$090 e de *Isaias Dultra*, 60\$674. A quarta média, de *Lino Rodrigues* é de 51\$404, representando a metade da de *Claudio*. Somente 56 garimpeiros, dos 1.079 que constam na lista, têm média superior a 10\$000 (T. 6).

Entre os *nomes* listados, alguns apresentam o nome pessoal seguido de uma designação diferenciadora, como característica física, nome de outra pessoa associada, povoado, animal, atividade diferente do garimpo. Nomes como *Agenor Branco* e *Agenor Preto*, *Genesio Preto*, *Angelo Magro*, *Dio Grosso*, *Dioclecio (Dio Grande)* em que nem sempre seus opostos estão presentes como no primeiro caso, por vezes, chegam a sugerir que ambos podem ser a mesma pessoa, como no último caso. Outros *nomes* distinguem-se por indicar pessoas relacionadas, como *Americo de Agedinha*, *Antonio de Fausta*, ou *João de Dito*. Outro indica um povoado próximo a Lençóis, *Arlindo do Barro Branco*, ou um grupo social, *Antonio Cigano*, ou referência a um animal como *Manoel Uruçu*⁴⁸, ou a universos distintos da mineração como *Avelino Musico*, ou a especialidades de garimpo como *Moreno Barranquista*. Há também alguns apelidos como *Doca Canella*, *Gaxeiro* e *Louro*, dando a impressão de relações informais.

Aparecem ainda *nomes* que fazem menção a outros vendedores que também estão na relação, *Sociedade de Louro*, *Socio Americo*, *Lisermendo (sócio)* e *Sociedade de J. Venancio*. Neste caso, a *vendagem* foi feita optando por fazer referência a outro *nome*, que pode ser o sócio com quem se reparte o resultado do trabalho. Percebe-se aqui mais uma vez que nas práticas da reprodução da região as *sociedades* configuram relações muito diferentes. Já se discutiu a *sociedade* entre o *coronel Armando Pereira e os herdeiros de outros coronéis*. Ali se configurava uma sociedade entre os proprietários da serra e um sócio executivo. Uma outra configuração muito diferente de *sociedade* é a formada por trabalhadores.

Em **Cascalho** aparecem algumas *sociedades* entre garimpeiros. A relação é apresentada no romance em um clima de simpatia e camaradagem na divisão das tarefas do ciclo semanal de reprodução dos garimpeiros entre a cidade e a serra. No entanto, tal

⁴⁸ . Uruçu é um tipo de abelha nativa.

sociedade tem seu potencial de crise que é mostrado na relação entre *Peba e Silvério*. Herberto Sales escreve todo um capítulo sobre a noite em claro que passaram os sócios perdidos em suspeitas mútuas.

O trecho que sintetiza esta tensão é uma lembrança que atormenta *Peba* ainda no começo da noite. *Lembrava-se perfeitamente do caso: acontecera na Mãe do Povo. Estêvão trabalhava de alugado. Na véspera da lavagem do cascalho, tendo sido despachado pela sociedade, pois era um diarista e não tinha nenhum direito sobre os diamantes que fossem encontrados, apanhara as suas coisas e se despedira dos companheiros. Entretanto, em vez de descer para a cidade, escondera-se numa toca e, à meia noite, dirigindo-se ao paiol de esmeril, dêle furtara uma boa quantidade, dois ou três sacos, ocultando-os dentro de uma gruna. Por coincidência, os diamantes se encontravam exatamente na porção de cascalho por ele roubada, de sorte que os meias-praças, terminando a apuração, procuraram o fornecedor para lhe dar notícia do mau resultado do garimpo. Três dias depois, sabia-se na cidade que Estêvão fôra visto em Palmeiras espancando dinheiro no cabaré **Fecha-Nunca**, dando porre a mulher dama e arriscando a alma na ronda. Como êle na véspera era um simples alugado, não foi difícil chegar-se a conclusão de que se tratava de um furto, tanto mais que apareceu um homem pra dizer que o vira lavando cascalho atrás de uma moita de candeia-de-bolota, ali mesmo na Mãe do Povo, mas não ligara porque aquilo era uma coisa muito natural na serra, embora êle estivesse usando uma carumbé e não a bateia de praxe. É verdade que o caso de Silvério era diferente do de Estêvão - convinha – pois este último era alugado enquanto o outro era meia-praça e tinha sua parte garantida nos diamantes do serviço. Mas aquele patizeiro chamado Aurelino também não era meia-praça? No entanto furtara dois sacos do esmeril da sociedade em que trabalhava e ainda que não tivesse tido a sorte do Estêvão, pois a falta de cascalho foi notada por um dos sócios, que o apertou até que êle afrouxou os nervos e mostrou o lugar onde escondera o esmeril. Essa nova lembrança, reforçando as desconfianças que nutria em relação ao companheiro, despertou em *Peba* o irracional desejo de que êle cometesse realmente o roubo para desmascará-lo no momento oportuno e puni-lo como se devia punir um ladrão (120-121).*

O clima de suspeita entre os sócios resulta exatamente de sua posição de sócios, e, neste sentido, ela se aproxima da relação com a propriedade da terra: os sócios podem

excluir o proprietário da serra do resultado da produção, assim como um sócio pode excluir o outro. Desde o momento em que o cascalho foi resumido, ele vira objeto da cobiça:

-É sempre bom cobrir de mato – disse Peba a Silvério no dia seguinte ao chegar diante dos paióis. – Tem dado o caso de lagartixa engolir o diamante que às vezes acontece de ficar a flor do cascalho.

-Antigamente deveria ser assim – respondeu Silvério.

-Não senhor, não era só antigamente não – insistiu Peba. –Ainda hoje acontece isso. Em qualquer cascalho um diamante pode ficar à flor, e essa é uma das razões da gente cobrir de mato os paióis. Quem sabe o que pode acontecer?

-Bem... – conveio Silvério. – Mesmo porque ninguém está livre de um olho ruim. Há muita gente azarenta que com um simples rabo de olho pode atrasar o serviço dos outros (1951: 117).

Neste clima de desconfiança, do qual nem mesmo a *lagartixa* escapa, se reproduz a tensão entre a astúcia e violência discutida acima. Bem mais explícita na relação entre o garimpeiro e o proprietário da terra, tal tensão se reproduz no caso da *sociedade* entre trabalhadores, como relações formalmente horizontais. Porém, as diferentes vivências de astúcia e violência pelos indivíduos não podem ser deduzidas da reprodução destas relações de produção. Pode-se afirmar que esta relação horizontal inclui a violência e precisa da mediação da relação pessoal da camaradagem. A condição de migrante de Silvério contribui para construir o exemplo da tensão entre sócios. Em um dos momentos de tensão com o sócio, o migrante se arrepende: *não devia ter aceito o convite de Peba para trabalharem juntos. Não fora suficientemente advertido da inconveniência de associar-se a tipos indesejáveis – a sujeitos de maus antecedentes como ele?* (1951: 124)

A relação entre os sócios depende, portanto, de confiança mútua. *Silvério*, como migrante, tem dificuldade de conseguir entrar em uma sociedade, e em consequência vivencia a condição de vítima da violência dos sócios. No ano de 2000, *Cícero*, 78 anos naquela época, contou que não trabalhava mais com sócios há vinte anos: *o meu derradeiro sócio chamava-se Antônio Caxixão. Era meu compadre e eu considerava duas almas em um corpo só, porque tanto fazia eu como ele, era uma pessoa em quem eu confiava piamente nele, quanto ele em mim, e isso é muito difícil. Mesmo sabendo que para morar*

*comigo na casa era bom a companhia dele, mas na hora de trabalhar o garimpo, não, o que não posso fazer em um dia faço em três, quatro*⁴⁹.

Um caso extremo é a seguinte estória, uma daquelas que os garimpeiros gostam de contar. Narrado em 2001 pelo garimpeiro João da Jia, o caso seria *veríssimo mesmo*, apesar de João não ter conhecido os protagonistas. *Os três irmãos já eram combinados, quem achasse o diamante primeiro, se os outros não vissem, o diamante era de quem o achou, se vissem, era para os três. Um dia foram lavar o cascalho e ninguém achava nada. Chegou uma hora que um achou, um diamante grande. Quando viu o diamante, ele pegou, botou na manga da camisa e dobrou e o outro lá vendo, um viu, mas o outro não viu. O garimpeiro dobrou a camisa bem dobrada e falou: - Fulano, eu vou ali, no mato. O outro pensou, eu vou olhar aonde ele vai por este diamante. Ele saiu e entrou no rancho, onde encontrou uma espingarda, soltou o diamante dentro da espingarda e colocou uma buchazinha... o outro lá olhando, quando viu o que o outro estava fazendo, escapuliu e o outro não viu. Aí chegou, cá onde estavam trabalhando e o outro falou: é, fulano, eu também vou ali no mato. Chegou lá tirou a bucha, tirou o diamante, botou no bolso dele e botou a espingarda lá. Aí acabaram de lavar o cascalho e não pegaram nada... Chegando no rancho, o irmão abraçou a espingarda falou, olha fulano, quando agente lava cascalho e não pega diamante dá vontade de dar um tiro e atirou, o outro pensou, ah... jogou o diamante fora...*

O interesse do caso é mostrar a incorporação da astúcia como regra. Neste caso a astúcia não está contraposta à violência, visto que a astúcia não quebra a regra e, portanto, não justifica a violência. Como conclusão lógica, a estória funciona, neutraliza o pólo de violência em sua tensão com a astúcia presente na relação. A resposta da violência vem na fala de *Peba*. *Só na ponta de um punhal é que um pobre pode ter medo do outro* (1951: 117-8). O enredo do diamante escondido pelo sócio em um cano de espingarda, durante a lavagem, também é narrado em **Cascalho**. O enredo é lembrado pelo próprio *Peba*, mas nele não existe o acordo entre os sócios, nem o tiro é dado: o sócio ludibriado obriga o outro a confessar ao pegar a espingarda e ameaçar dar o tiro. Na prática, esta tensão é inerente às *sociedades* da região. Esconder um diamante é fácil.

⁴⁹ Creio que Cícero nunca mais garimpou, desde a época da entrevista ele já dizia que fazia tempo que estava sem trabalhar, mas manteve ainda por uns anos a orgulhosa perspectiva de encontrar

As conseqüências da quebra da regra pela astúcia da descoberta não se resumem ao emprego da violência direta. Conforme adverte o *Aviso: o garimpeiro que for encontrado a lavar cascalho **fora das condições** acima será suspenso e não gozará de nenhuma garantia*. Caso contrário é na base do *desembucha, meu filho, senão lhe meto bala. Faça sua barriga virar uma peneira*.

As várias possibilidades de criar associações parecem indicar uma relativa autonomia dos trabalhadores à violência extra-econômica, entretanto o sujeito que porta funcionalmente a violência é pago pelo proprietário da terra. É a propriedade da terra que impõe sua regra, donde parece derivar o *onos*. No interior da sociedade entre garimpeiros a situação é menos bem definida. Este tema também foi problematizado no romance de Herberto Sales.

Submetido a uma purga por seus sócios que o acusavam de ter engolido um diamante, o sertanejo *Silvério*, ao buscar apoio de *Alípio*, o gerente, *expôs em todos os detalhes o ocorrido; o dono da casa, em mangas de camisa, ouviu a história em silêncio, indo da curiosidade ao espanto, e do espanto à revolta*.

- *Como é que se manda um pai de família lavar bosta!* – exclamou

...

- *O que é que você pensa em fazer?* – continuou *Alípio*.

- *Eu mesmo não sei* – disse *Silvério* – *Eu estava pensando em dar uma queixa ao Cel. Germano*.

- *Você tem coragem de matar êle?*

O sertanejo teve um sobressalto; para ocultar sua fraqueza limitou-se a responder:

- *Eu tenho quatro filhos para criar, Seu Alípio. Não vou sujar minhas mãos com o sangue daquele negro*.

Alípio tirou um cigarro do bôlso da calça:

- *Bem, quer dizer que você não está disposto a matar êle, não é?*

- *Eu já disse ao senhor que eu tenho quatro filhos para criar, Seu Alípio*.

- *Então não adianta você dar queixa ao coronel*.

- *Por quê?*

Alípio acendeu o cigarro no candeeiro e sentou-se de novo na cadeira.

diamantes.

- Não adianta porque o coronel costuma fazer justiça é com as próprias mãos do queixoso ... melhor procurar o delegado.

- O senhor acha que ele toma alguma providência?

Alípio deu de ombros:

- Homem, eu é que não posso tomar nenhuma. Por muito favor, por se tratar de um caso destes, o mais que posso fazer é falar com seu Teotônio que é o dono da serra (1951: 141-2).

Há uma espécie de desprezo pelo homem que não resolve suas questões de violência pessoalmente. A postura do coronel, que empresta a arma para quem quer se vingar expressa isso claramente. Antes da *purga*, o sócio de Silvério já havia expressado tal ponto de vista, sobre como se faz justiça entre os pobres: - *Só na ponta de um punhal é que um pobre pode ter medo do outro* (1951: 117-8). O acusado de *astúcia* neste caso era Silvério, os acusadores eram *Peba*, sócio garimpeiro e *Zé de Peixoto*, o outro sócio. Sócio fornecedor.

4.6 – Sociedades

Sociedade é, portanto, um acordo formal que por si, indica uma ação conjunta, voluntária e regulada por seus próprios termos. Assim, a presença nas *Notas Semanais* de nomes como *Doutor*, *Dr Claudio*, *Dr Leandro*, *José de Tal (Doutor)*, pode indicar mais uma forma de *sociedade*. Outros nomes como *Pedrinho (Villar)*, *meia-praça de Argemiro Mendes*, *meia-praça de Jorge Felipe*, *meia-praça de Sazinho* e *meia-praça de Paçu* nas *Notas* apontam para a sociedade de *fornecimento* também.

A relação de trabalho na qual o garimpeiro é um *meia-praça* é também chamada de *sociedade* ou *fornecimento*. Como afirma Olympio Barbosa, em seu artigo *Decadência de Garimpos*, publicado na edição de *setembro-outubro* de **O Garimpeiro: pelo sistema de meia-praça, o garimpeiro, em troca do que recebe de outrem, para compra dos comestíveis ou seja – para o *saco*, como se diz em geral, dá a êsse outrem, isto é, ao *fornecedor*, metade do produto que lhe cabe do garimpo (1951: 32). Desta forma, por exemplo, nomes que aparecem nas *Notas Semanais*, como *meia-praça de Paçu* e *Paçu* devem significar a mesma *sociedade*.**

A definição de Olympio Barbosa fala explicitamente na divisão do resultado da *vendagem*, valor do produto do trabalho do garimpeiro, depois de pagos os *onos*. É a necessidade de ter acesso aos *comestíveis*, que compõem o *saco* que obriga o garimpeiro a repartir a *praça*. Ressalte-se que para que o *fornecimento* aconteça, o garimpeiro não pode ter condições de adiantar os *comestíveis*. Assim, no *fornecimento*, o *saco* é um pressuposto da garimpagem; quando o garimpeiro consegue fazer o *saco* por si, ele não precisa vender a *meia-praça* para o *sócio-fornecedor*. No entanto, este tipo de negociação tem muitas possibilidades. Um exemplo destas possibilidades é apresentado em **Cascalho** no diálogo entre os sócios *Silvério* e *Peba*, já mencionados anteriormente. O capítulo XVII da 2ª Parte é o mesmo no qual *Peba* suspeita da *lagartixa*:

- *Fiquei bêsta – disse Silvério. – Eu já tenho visto se vender quarto de serviço até salvar. Mas meia-praça, não.*

- *Quarto de serviço eu mesmo já vendi – confessou o outro. – É uma coisa que pode acontecer a qualquer garimpeiro que esteja trabalhando só, sem fornecimento. Chega a hora do apêrto, a gente não tem pra onde apelar, e o jeito é fazer mesmo uma transação destas.*

- *Mas o Adolfo vendeu foi a meia-praça – insistiu Silvério. – Meia-praça até salvar. – E depois de uma pausa: - Diz Neco que êle só fez isso por causa da mulher, que estava encima da cama para ter menino.*

- *Foi.*

- *Se tivesse patrão estava livre disso.*

- *Bem... – disse Peba. - Na verdade, ninguém mandou a mulher de Adolfo ter menino. Ela pariu porque quis. Mas, de qualquer maneira, Seu Cazuzza tirou uma correia nas costas do pobre.*

- *Por quanto êle vendeu?*

- *Por 20\$000.*

- *Aí é que Filó diz que êle devia ter furtado – disse Silvério – Pra dar vergonha a Seu Cazuzza.*

- *Furtar como? – contestou Peba. – Seu Cazuzza é besta? Cazuzza ensina treita a jegue. Quando chegou a hora de lavar, êle estava rente em cima, bateu pra serra e foi ver a apuração.*

- *E quanto deu a pedra?*

- *Deu dez contos.*

- *Quer dizer que Seu Cazuza entrou em cinco...*

- *Foi – conformou Peba. – O contrato era esse – acrescentou. – Adolfo não podia torcer. Quem mandou êle vender a parte dele por 20\$000?*

Silvério encheu de novo o carumbé.

- *Cinco contos... – murmurou – Por 20\$000 até eu comprava a parte.*

- *Deixe de besteira – respondeu Peba. – O rio só corre pra o mar... Se você tivesse comprado a meia-praça, vamos fazer de conta, sou capaz de apostar como o garimpo não dava nada. Não dava nem mosquito de grão. – E concluiu: - Você não sabe que ovo de pobre é gôro?*

- *Mas era até salvar – insistiu Silvério – Eu tinha direito na outra parte até o dia em que êle pegasse. Nem que êle levasse dois anos trabalhando.*

- *Quando êle pegasse – respondeu o outro homem – êle lhe calçava uma boa banana. Com seu Cazuza é que êle não ia fazer isso, porque Seu Cazuza é rico e conta com as autoridades. Êle ficava com mêdo, como ficou.*

Já agora Silvério enchia de novo o carumbé, puxando o cascalho com a enxada até ficar de coculo. Antes que dissesse alguma coisa, o companheiro acrescentou, parando de ralar:

- *Só na ponta de um punhal é que um pobre pode ter medo do outro (1951: 117-8).*

A passagem mostra uma possibilidade criada pela incerteza do resultado do trabalho. Esta incerteza é que permite ao rico, *Seu Cazuza*, com o contrato estabelecido - *meia-praça até salvar* - entrar em cinco contos, tendo adiantado apenas 20\$000, multiplicando o capital inicial por 250. Este modo de acessar o crédito, que na fala de *Peba* é *uma coisa que pode acontecer a qualquer garimpeiro que esteja trabalhando sem fornecedor*, é muito próximo ao fornecimento.

O resultado prático da venda do *quarto de serviço até salvar* é semelhante ao resultado da *sociedade* com o fornecedor, na qual o garimpeiro abre mão da metade de seu direito na pedra, depois de pago o *quinto*. Os pressupostos para que os resultados sejam exatamente os mesmos são os seguintes: que o dinheiro adiantado seja o mesmo do valor

do fornecimento; que as vendagens, ou a vendagem, sejam suficientes, para salvar, ou seja, pagar o valor adiantado.

A situação de *Adolfo* é crítica. A cessão da *meia-praça* toda é tratada pelos garimpeiros como somente aceitável se a situação for de fato desesperadora. Todo aspecto de liberdade que a figura do garimpeiro autônomo sugere por ter direito a uma parte maior na *vendagem* se inverte no comentário de *Silvério*, *se tivesse patrão estava livre disso*. A resposta de *Peba* não nega a condição de desamparo do garimpeiro autônomo em questão: *seu Cazuza tirou uma correia nas costas do pobre*. Em relação a este fato, nota-se novamente a possibilidade da relação pessoal permear a *sociedade*. Afinal, o patrão pode livrar o garimpeiro de seu problema de crédito, sem a cláusula do *até salvar*, é o *resto de saco*. Enquanto permanece a dívida, o credor tem direito sobre a parte do garimpeiro, *na meia-praça até salvar*, ou de sua metade, no *quarto até salvar*.

A sociedade entre o garimpeiro e o patrão é conhecida como *fornecimento*. Nela, o garimpeiro troca a *meia-praça* pelo *saco*. A sociedade só se reproduz, pois o garimpeiro volta a precisar do *saco* a cada ciclo. No caso de *Adolfo*, a expropriação do produto inteiro deveu-se a um problema de família do garimpeiro: *ninguém mandou a mulher de Adolfo ter menino*. Como na sociedade atual, a criação dos filhos é um problema da família e não da sociedade. O que o fornecedor pode fazer é mediar com crédito a necessidade de antecipação do poder de compra por parte do garimpeiro.

Capítulo 5: O ciclo semanal regional

5.1. Na cidade, o começo

Neste ponto, é interessante refletir sobre uma observação já citada que aparece no romance de Herberto Sales: *os garimpeiros eram objetos das cogitações gerais: sustentavam a cidade* (1951: 227). O espaço regional, cuja materialidade é transformada pelo processo particular de acumulação de capital, configura-se em uma dupla espacialidade: garimpo-cidade, que aparece na narrativa como uma espécie de teoria do valor trabalho-diamante. A *cidade* apresenta-se nesta relação como sustentada pela *serra*, como se o trabalho produtivo estivesse no garimpo e, na cidade, o trabalho improdutivo. Já foi discutida a falta de autonomia da terra como fonte de riqueza, explicada pela necessidade de uma ação concreta ancorada em última análise pela violência, que se dirige mais a conter a astúcia do garimpeiro do que à imposição do trabalho em si.

Pela ótica dos três conjuntos das *Notas* (Ad. 2), pode se notar algo como um ciclo *semanal*. As datas registradas são as segundas-feiras, dia da feira em Lençóis até hoje. Dia de negócios, dia em que os garimpeiros estão na cidade. Os garimpeiros trocam o diamante por dinheiro, pagam o proprietário da terra, gastam o resto do dinheiro na cidade. O dinheiro que gastam na cidade é parte da explicação sobre esta suposta ausência de violência em uma relação social em que o produtor produz algo que não usa.

A cidade é, desta forma, o local dos negócios, onde ocorrem as *vendagens*, onde os garimpeiros fazem o *saco*, onde gastam o dinheiro que ganharam. Também é na cidade que fica a casa de grande parte dos garimpeiros, especialmente os que têm famílias. Trata-se, portanto, de um ciclo semanal, que se inicia na cidade, onde se faz o *saco*, pressuposto do processo de garimpagem. Uma forma de apresentar o *saco* é mostrar de que produtos ele é composto. Isto aparece em uma passagem do romance **Cascalho**. *Zé de Peixoto* [o fornecedor] *começou a anotar a despesa. Mas avisou de saída:*

-Meia-praça meu só come 10\$000.

Sua letra não chegava a ser letra - o negro mordia o beijo, fazendo fôrça ao traçar seus garranchos. Mas, por fim, assentou tudo. A nota era esta:

<i>1 qlo di carne.....</i>	<i>2\$000</i>
<i>1 qlo di toicim.....</i>	<i>3\$500</i>
<i>1lt di feijão.....</i>	<i>1\$000</i>
<i>1lt di arrois</i>	<i>1\$000</i>
<i>6 lt di farinha.....</i>	<i>1\$000</i>
<i>½ lb di café.....</i>	<i>\$400</i>
<i>1 rapadura.....</i>	<i>2\$000</i>
<i>fumo.....</i>	<i>\$200</i>
<i>mortalha.....</i>	<i>\$100</i>
<i>tempero.....</i>	<i>\$800</i>
<i>gais.....</i>	<i>1\$000</i>

Depois somou. Tinha mais habilidade para somar do que para escrever.

- Treze mil e oitocentos - disse - Passou da conta. Veja o que quer tirar, por que eu não fio resto de saco nem à minha mãe, se ela fôsse viva.

- Pode deixar que eu lhe pago, Zé. - respondeu o meia-praça.

- Eu só falo uma vez, Peba.

- Então está certo - concordou o outro. - E tendo consultado as suas necessidades mais prementes, acrescentou: - Tire o arroz, o feijão... deixe ver...

- Pode dizer.

- ...o tempero... e deite só meia rapadura. Completou?

- Completou.

- Então pode ir despachando (Sales, H., 1951:94-95).

O *saco* é, portanto, composto pelo mínimo necessário para uma semana de trabalho na serra. Como escreve Olympio Barbosa, *comestíveis*. Os produtos são quase todos de produção das roças e fazendas ao redor, que chegam à cidade na feira semanal. O garimpeiro autônomo, que tem condições de fazer o seu próprio *saco*, compra na feira, onde o crédito é mais difícil, e os preços mais baixos. Evidentemente este não é o caso do *meia-praça*, cuja própria forma, como relação de trabalho, é um desdobramento de uma necessidade de adiantamento do *saco*.

Não se trata de um crédito que depois venha a ser descontado na venda do diamante – é a parte do patrão, dono da *meia-praça*. O crédito, nestes termos, é o *resto-de-saco*, mas isto é uma opção do *fornecedor*, um sinal de confiança no garimpeiro. Outra opção do sócio fornecedor é impor que o fornecimento tenha que ser adquirido em um armazém determinado. Para o garimpeiro, o melhor é ser pago em dinheiro e comprar o *saco* livremente na feira. Ao fornecedor convém ter seu próprio armazém, ou barracão. Afinal, o *meia-praça* é cliente cativo, mesmo que não goste dos preços ou da qualidade ofertada. Zé de Peixoto, quando perguntado se estava abrindo uma *venda*, responde: *é um barracãozinho de merda pra despachar meia-praça*. (1951: 69).

Uma outra fonte que se refere ao saco é um conjunto de contas de *Armazém*⁵⁰. Trata-se de uma espécie de caderno diário de um estabelecimento comercial. São anotados, sob o nome do cliente, data, a rubrica e *deve*. A única coluna que tem título é esta última. Na coluna da rubrica pode aparecer uma mercadoria, como *farinha, cominho, manteiga, carne em quilos, Cafiaspirina em envelope, bacalhau em quilos, cigarro 29 em carteira, Balsamo Bugre em vidro, piolhos Amofim em vidro*, como também pode aparecer *dinheiro emprestado*, ou ainda, *para o funeral do Velho Elpidio*, e por fim *sacco, resto de sacco, meia-praças*. O período coberto pelos documentos começa em 2/8/1929 e se encerra em 31/10/1929. O faturamento a crédito teria sido de 1:617\$852, sendo que 580\$050 seria relativo a fornecimentos.

Entre os nomes dos devedores ao *Armazém* alguns não parecem referir-se diretamente à mineração. São nomes como *Doutor Escrivão, Maria do Fiscal, Octaviano Alfaiate, Perina Rapariga*. A mercadoria mais cara vendida a crédito naqueles meses foi *pistola 100\$000*, seguida de muito longe pela *caixa de balas* de 15\$000 (Fig. 4, Ad. 7).

Infelizmente, as anotações não discriminam a que mercadorias correspondem os valores associados às rubricas do *fornecimento*, aparecendo apenas *sacco, resto de sacco, meia-praças*. A apreciação do documento permite, no entanto, levantar hipóteses sobre quem seriam os devedores do *Armazém* associados ao fornecimento. Os que parecem ser *meias-praças* são *Horácio Lima, Manoel Domingos, Velho Domingos, Angello Martins*. Os que parecem ser patrões, *Mamedio Gringo, Manoel João Baptista*. O que dificulta a

identificação entre garimpeiros e fornecedores é a condição comum de devedores, mas as despesas do *sacco* devem ser pagas pelo fornecedor. Entretanto, a própria anotação pode ser feita no nome do garimpeiro, pois é ele que retira o *sacco* no *Armazém*.

Pelo tipo de rubricas associadas a *Velho Domingos*, este é fornecido pelo próprio dono do estabelecimento, que também fornece a *Rozalvo*, que aparece nas contas de *Velho Domingos*. Não há no caso das contas de *Velho Domingos*, como nos outros casos, o termo *sacco*. As datas não se restringem às segundas-feiras como nas contas de *Angello Martins* ou *Manoel Domingos*. Aparece o termo *resto de sacco*, o que indica que o *Velho Domingos* deve um valor que é caracterizado como uma quantidade além do saco. Isto caracteriza que o *Velho Domingos* seja *meia-praça* do dono do *Armazém*. Além disto, a relação entre *Rozalvo* e o *Velho Domingos* apresenta-se como de dependência. *Rozalvo* busca coisas no *Armazém*, mas não a seu próprio crédito, saca na conta do *Velho Domingos*: *generos a Rozalvo, dinheiro por Rozalvo*.

Do mesmo tipo pode ser a relação de dependência entre *Félix* e *Horácio Lima*. A conta é de *Horácio Lima*; *Félix* aparece como alguém que retira o saco nesta conta. *Horácio Lima* é um *meia-praça*. Certamente tem um sócio, *Félix*. Eles se alternam, entre as segundas-feiras de 22/8/29 e 30/9/29, retirando seis *saccos* no total. Note-se que no mesmo dia não há o registro de um *sacco por Felix* e um *sacco*. Na condição de *meia-praça*, ele se alterna com *Félix* ao retirar o saco no *Armazém*. O fato de aparecer a rubrica *sacco* como uma dívida indica que o fornecedor não é o proprietário do *Armazém*. *Horácio* mobilizou num montante de crédito de 176\$350, 135\$150 relativos a *sacco*, com valores semanais entre 22\$700 e 31\$300.

Quem mobilizou mais crédito foi *Manoel João Baptista* - 502\$477 - que parece ser um *fornecedor*, visto que suas maiores despesas aparecem sob a rubrica *meias-praças*, sempre nas segundas-feiras. Os valores parecem elevados - 84\$000, 72\$000, 48\$000 - em relação aos *saccos*, se comparados aos valores entre 20\$000 e 30\$000, de *Horacio Lima*, por exemplo. Isto pode indicar que o fornecedor teria mais do que dois *meias-praças*.

A existência das rubricas *resto de sacco* e *candeia a Angello* nas contas de *Mamedio Gringo* pode indicar que *Angello Martins* trabalhasse para o primeiro. Outra indicação de

⁵⁰ Os documentos que chamei de *Armazém* (Ad. 7) são um conjunto de folhas de papel nas quais constam as compras a crédito feitas no dia. A relação de folhas foi encontrada no forro do *armazém*

que *Angello Martins* e *Manoel Domingos* sejam garimpeiros é a existência de dívidas nomeadas como *resto de sacco*.

Logo no começo de **Cascalho**, *o barracão* aparece diferenciando os bons garimpeiros pelo direito ao resto de saco. *Todos os meias-praças eram contratados a base de 10\$000 por semana; entretanto no Paraguaçu, essa importância não era fornecida em dinheiro, mas sim em vale assinado pelo coronel e destinado ao barracão do garimpo por ele especialmente montado para este fim: o de fornecer, em gêneros alimentícios, a cada garimpeiro, a importância correspondente à sua remuneração semanal. Na qualidade de bom frente de serviço, fôra aberto a Joaquim um crédito suplementar de resto de saco, para atender a pequenos excessos do saco normal* (Sales, H., 1951:36).

O bom *frente de serviço* pode vir a gozar deste crédito suplementar em sua negociação com o fornecedor. Essa negociação entre o garimpeiro de confiança, que merece acesso ao crédito, e o trabalhador que simplesmente vende sua força de trabalho, o *alugado*, tem uma configuração regional particular. A relação de trabalho do fornecimento caracteriza-se por essa forma de negociação. Que parem dúvidas sobre a interpretação que fiz acima da posição social de *Horacio Lima* e do *Velho Domingos* estas dúvidas devem estar associadas à estrutura hierárquica no interior da sociedade entre garimpeiros. A conta pode ser do *frente de serviço*, ou do *patrão*, enquanto o outro nome (*Rozalvo*, ou *Felix*), *sócio* garimpeiro, ou *meia-praça*.

Esta dificuldade de diferenciação existe somente quando o fornecedor não é o dono do *barracão*, o que o submete ao crédito de outros. De qualquer forma, não se pode compreender o fornecimento sem fazer menção ao *barracão*. O diálogo de *Filó Finança* com *Silvério* expõe a obrigação de comprar no barracão do patrão. A forma como se dá o fornecimento e o seu sentido são revelados pelos próprios personagens em sua condição de garimpeiros:

- *Você recebeu o seu em dinheiro?*

- *O meu?*

- *Sim. O seu fornecimento.*

- *Não – respondeu Silvério, pondo o fifó no chão e sentando-se diante dele. - Recebi um vale pra o barracão.*

do Sr. Osvaldo Pontes, por ocasião de uma reforma.

- Foi o que também recebi – disse. – Você bem sabe que seu Teotônio é como qualquer outro dono de serra: fornecimento em dinheiro com êle só no dia de São Nunca de tarde. Você acha que êles tem barracão é de enfeite? – E concluiu, com o cigarro no canto da boca: - A côr do dinheiro a gente só vê quando pega o diamante.

- Mas os preços do barracão estão muito alterados...

- É a praxe dos fornecedores.

- Eu sei... Mas com todas as vantagens que êles já levam – continuou Silvério - os preços bem que podiam ser os mesmos da praça

- Êles estão no papel dêles – respondeu calmamente Filó. – A verdade é que cada um, podendo, puxa a brasa para sua sardinha. É da vida!

- Você não acha que êles estão roubando?

- Nunca fizeram outra coisa – conveio Filó. – Mas que jeito a gente pode dar? Todo o comércio é isto. De qualquer maneira – prosseguiu - o risco que corre o pau corre o machado. Quantas vezes um fornecedor bota um meia-praça no garimpo e no fim o dinheiro dele fica enterrado lá? O fornecedor arrisca muito. E naturalmente que tem que se armar de tôdas essas vantagens que a gente sabe, prendendo o dinheiro, a começar pelo fornecimento em gêneros (1951: 192).

Pela explicação dada por Filó Finança, garimpeiro nascido e criado nas Lavras, pode-se perceber que o *fornecimento* em gêneros, feito no *barracão* do *fornecedor*, é parte do processo de acumulação regional. O motivo da queixa de Silvério, os *preços muito alterados* do *barracão*, expressa o *que todo o comércio é* um jogo de *violência econômica* que se traduz em preços.

Quando o garimpeiro comenta *estão no papel deles*, este *papel* é o da reprodução da acumulação de capital na região. A fala do personagem vai do momento de generalidade, *o que todo o comércio é*, aos *papéis* particulares assumidos na região pelas personificações do capital. A reprodução do *fornecedor* em seu *papel* depende de não *enterrar dinheiro no garimpo*, mas isto é imprevisível. Acumular na venda de produtos para os *meias-praças* faz parte da necessidade *natural* de *se armar de tôdas essas vantagens*, para manter o capital, que é o pressuposto do *papel* do *fornecedor*.

O debate entre Silvério e Filó mostra, na fala do primeiro, a crítica à exploração baseada no monopólio e à posição dos fornecedores por não abrirem mão de mais essa

vantagem, entre tantas que já têm. A resposta de *Filó* é interessante, pois, ao considerar que *todo o comércio é isso*, permite perceber que a extração do mais produto do trabalho do garimpeiro se dá não em uma negociação comercial, mas nas várias a que está submetido.

O garimpeiro negocia o serviço, ou seja, a área a ser trabalhada, com o dono da serra. Negocia cada item do saco, e aqui entra o fornecedor. Estes dois momentos de negociação deixam claro que os garimpeiros são expropriados dos meios de produção não produzidos – a serra que fica com o quinto – e dos meios de produção produzidos, ou seja, o saco, trocado pela *meia-praça*. Constitui-se de fato uma estrutura de poder de mando ligada à propriedade da terra. O *quinto* em si não é negociado, apenas se negocia o acesso ao serviço.

A formação da propriedade da terra se apresenta como a expropriação que funda a relação. O aspecto contraditório a ser analisado é que o trabalhador expropriado na relação se apresenta como garimpeiro, identidade de trabalho fundada na produção da mercadoria diamante. Há, portanto, na relação, a recomposição das condições do trabalhador como expropriado. Pode-se dizer que o garimpeiro, cuja condição já é de expropriado, é re-expropriado a cada ciclo, pela propriedade da terra e pelo capital do fornecedor.

A resposta de *Filó Finança*, ao deslocar o foco da crítica dos fornecedores ao comércio em geral, situa a exploração do trabalho garimpeiro em um todo mais amplo das relações comerciais. Ao mesmo tempo abstrai o que existe de particular na reprodução regional, neutralizando a crítica das relações regionais e as possibilidades de transformações regionais associadas a esta crítica. Pode-se dizer que as diferenças entre as formas regionais e o todo mais amplo, mediado pela prática comercial são, portanto, naturalizadas. Mas isso significaria que o personagem *Filó Finança* pertence a um grupo social que *desenvolve-se como uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais* (Marx, K. 1985: 277)?

Essa pergunta só pode ser respondida depois de concluir-se o ciclo cidade-serracidade. Ainda que a resposta de *Filó* naturalize as relações regionais, vendo nelas a simples expressão do poder do comercial, não se pode negar a existência de um momento de poder associado às relações comerciais na reprodução das relações de produção da região.

A dinâmica social que impõe que os preços sejam os da concorrência é dada pela possibilidade de escolher onde comprar, daí a utilidade dos *vales* para a acumulação do *fornecedor*. É interessante notar que os elevados preços do *barracão* não se resumem à astúcia de oferecer um fornecimento de valor elevado e neutralizar esse valor elevado com preços também elevados. Reduzir o valor do *saco* e vender pelo preço da concorrência não é a alternativa. O negócio do *barracão* é beneficiar-se das necessidades regionais de crédito; os preços são altos, pois expressam não só o poder de impor preços altos aos *meias-praças*, mas também expressam os riscos do capital adiantado. Não é só no *sacco* que os valores podem ser elevados, mas também na *farinha*, *cominho*, *manteiga*, *carne em quilos*, *Cafiaspirina*, no *bacalhau*, no *cigarro 29*, no *Balsamo Bugre*, no *piolhos Amofim*, assim como talvez também possa aparecer no *dinheiro emprestado*, ou ainda, *para o funeral do Velho Elpidio*, e, por fim, do *resto de sacco*. Por fim, pagando o *saco* em *vales*, o dono do *barracão* não precisa sequer adiantar dinheiro, além do já adiantado na formação de seu estoque.

Outra das formas de renda autonomizadas do capitalismo, os juros parecem se ocultar sob os preços do *barracão*. O *barracão*, como estrutura de mediação do crédito, transfere o mais que pode o risco da sociedade com os garimpeiros para compradores a crédito. A forma que este crédito assume na relação com os *meias-praças* é a do *resto de sacco* e para os autônomos pode assumir a figura do *quarto de praça* até salvar. Dito de outra forma: a diferença entre o preço da feira e o do *barracão* parecerá resultar naturalmente da escassez de dinheiro e não de uma relação social que repõe, semana após semana, a necessidade de adiantamento do *saco* para os garimpeiros e a condição de apropriar-se de *meia-praça* dos garimpeiros, por haver meios de fornecer o *saco* por parte dos donos dos *barracões*.

No entanto, as condições de expropriação do trabalhador podem piorar. Na cobrança dos *restos de sacco*, depois da cheia precoce do Paraguaçu, o *coronel Germano* reduz seu prejuízo ficando com as ferramentas do garimpeiro *Joaquim* como garantia de pagamento. Quanto ao sócio, *Alcidão*, que nem ferramenta tinha, estaria forçado a pagar com serviço na fazenda de criação de gado coronel (1951: 36).

A cidade aparece como lugar onde os garimpeiros trocam seus diamantes por *sacos* e outras mercadorias, depois de deixar os *onos* e um bom pedaço da *praça* para as

personificações de terra e capital. Vale a pena recapitular as personificações do processo de acumulação regional de capital.

A *sociedade* horizontal entre garimpeiros, discutida em seu processo de crise, é uma empresa que tem a *praça* como rendimento. A impossibilidade da *sociedade* de adiantar o dinheiro para o *saco* desdobra-se em uma nova sociedade: o *meia-praça*, processo de reprodução do *quarto até salvar*. Desta forma, o capital reproduz sua relativa autonomia em relação ao trabalho, ou seja, o próprio processo dá conta de repor as condições para que o capital seja remunerado pelo processo de trabalho alheio. O capitalista autonomizado é *fornecedor*. No entanto, ele não é o dono do produto inteiro, somente *meia praça*. O trabalho também não se apresenta como fonte autônoma de renda, como na forma salarial, ainda é dono de *meia praça*.

Ao lado disso, o juro, autonomização do capital como fonte de rendimento, não aparece entre as categorias da circulação cotidiana e o crédito aparece como mediação pessoal de relação, diferenciando garimpeiros que merecem confiança dos que não merecem. Por isso, o *barracão* é a forma comercial adequada ao *fornecimento*. A institucionalização do crédito como base da relação entre capital e trabalho, nas condições regionais, se o leitor me permite o pequeno palavrão, é o *barracãozinho de merda pra despachar meia-praça* (1951: 69). Na medida em que este estabelecimento torna-se mais respeitável, mostra-se mais claramente como uma instituição de crédito, cujos preços, mais ou menos elevados, embutem os juros, que brotam da necessidade de crédito na freguesia.

Surgem, portanto, *meias-praças* e *fornecedores*: as sociedades. Os desdobramentos da urbanização garimpeira tornam-se mais complexos se compreendemos a urbanização como processo contraditório, o barracão é uma das formas que ganha materialidade da vida urbana da cidade. *Barracãozinhos de merda*, nas casas simples da rua das *Pedras* (Ad. 8), lojas com *completo e variado sortimento de artigos de moda e fantasia pela mor parte recebidos da Europa, VENDAS A DINHEIRO por preços módicos e sem competidor*, como está escrito no papel timbrado da loja Magnólia, um sobrado na *Praça do Mercado*. O papel timbrado anuncia de forma sutil a venda a crédito com juros embutidos no preço, afinal, as vendas a *preços módicos e sem competidor* são para *VENDAS A DINHEIRO*. O referido papel timbrado serve para anotar dívidas, como a única coluna à esquerda intitulada, *deve*, deixa claro (Ad.9 e Fig. 5).

Na terça-feira de manhã os garimpeiros já acordam na serra. É necessário acompanhar agora o contexto regional da garimpagem em si, na serra.

5.2. Ciclo semanal na serra: três garimpagens de Cascalho

Na **Transcrição do Resumo Feito por Caio Prado Júnior para a Ata da 10ª Reunião da AGB - da Fala de Luiz Flores de Moraes Rego sobre a Chapada Diamantina - Bahia**⁵¹, em 18 de março de 1935, há uma separação de áreas de serviço, na qual o *elemento empiricamente significante*, para lembrar o tema da separação de áreas na versão de Richard Hartshorne em **Questões sobre a Natureza da Geografia** (1969: 86), é o tipo de trabalho. *Há dois tipos de trabalho: serviços altos, como são chamados, nos depositos eluviaes: trabalhos nos leitos dos rios com os depositos aluviaes. Nos primeiros, a exploração se faz nas grunas, fendas na rocha com cascalho rico. Um sistema de extração consiste em extrair o cascalho das grunas, concentrando-o nas batéas. Um outro consiste em desviar um rio pelo cascalho.*

Como se nota na passagem, o autor tipifica o trabalho tendo em vista as características da deposição *eluviaes* e *aluviaes*, cujo elemento empiricamente significante é o transporte. E identifica dois tipos de trabalho: a gruna, *depositos eluviaes* e o desvio de rio pelo cascalho *depositos aluviaes*. A estes dois tipos de trabalho, o enredo de **Cascalho** introduz um terceiro tipo de garimpagem que é parte dos serviços altos, a *grupiara* trabalhada a seco. Na obra são apresentadas três garimpagens. A primeira é o *cateamento do Paraguaçu*. A segunda, *as grupiaras na Serra de Seu Teotônio*, é um serviço a seco. A terceira garimpagem é a *gruna do Pega-Peito do coronel Germano* (1951: 1ª parte; 2ª e 3ª partes; 4ª respectivamente). Nas três garimpagens, a *sociedade* entre fornecedores e garimpeiros era uma das formas de relação de trabalho. Mas nas duas empreendidas pelo *coronel Germano* foram empregados também os *alugados*.

É interessante acompanhar o argumento com o qual o autor caracteriza o ponto de vista do coronel. Não se pode deixar de ver a lógica objetiva que rebaixa o trabalhador à condição de oferta excedente; no entanto, seu comportamento é caracterizado como guiado

pela subjetividade de quem pode, por capricho, impor o resultado a uma suposta troca voluntária.

Sabendo que seu garimpo era o único a comportar na sêca ilimitado número de garimpeiros, êle sorria intimamente. Ah! o seu Paraguaçu!... Léguas e léguas de serra que lhe pertenciam por documentos passados em cartório, selados e garantidos por lei, e que estavam guardados dentro daquele canudo de fôlha-de-flandres, que era como o seu cetro de rei dos diamantes.

Como era comum, no início da garimpagem, ter momento de bom humor, que traduziam seu estado de otimismo, concordava:

- É. O Paraguaçu é mesmo a mãe de vocês todos. Não vai faltar serviço pra ninguém.

Entretanto, ao ver avolumar-se o número de garimpeiros que lhe pediam trabalho, garimpeiros que se reuniam defronte da casa, espalhados pela calçada, debruçados nas janelas, comprimindo-se num grande ajuntamento de gente necessitada, êle ia restringindo aos poucos as colocações de meias-praças, ao constituir as sociedades. Naquele ano, quando Salu lhe apareceu, foi logo dizendo ao garimpeiro:

- Você vai ganhar dois mil e quinhentos por dia, Salu. Sei que você é bom de serviço.

- Quer dizer que eu entro como alugado? – respondeu o garimpeiro.

- Oxente! Como é que você queria entrar? Como meia-praça? Já não tem mais lugar para meia-praça.

- Eu tenho oito filhos, coronel – alegou Salu.

- E o que eu tenho com isso? – retrucou êle, voltando a sua aspereza habitual: sentia necessidade dela. – Sou culpado de suas fornicações? – E ajuntou, num tom de rude gracejo: - Quem fez teus filhos eu ou você?

O garimpeiro era prêto. Ficou branco.

- Pois é – prosseguiu o outro. – Você tá querendo, entrar como alugado. Está achando a diária baixa? Não está tão baixa, não. Tem gente que vai ganhar mil e quinhentos. Em todo caso, se você não quiser, é só voltar para Andaraí. Uma coisa, porém, lhe garanto: você não vai encontrar lá colocação melhor. Quer ficar?

⁵¹ Quem me mostrou esta transcrição foi o Professor Manoel Seabra, que realizou pesquisas no Arquivo Caio Prado Jr do IEB. O documento consta do Livro de Atas da AGB, do Dossiê AGB, do Arquivo Caio Prado Jr.

Salu lembrou-se da advertência da mulher: ‘se arrume por lá de qualquer maneira, porque senão seus filhos vão pedir esmola’.

- Quer? – insistiu o chefe.

Com o chapéu debaixo do braço, sem ter honestamente outra alternativa, o garimpeiro respondeu:

- Está certo, coronel. Pode mandar assentar meu nome.

O velho Justino molhou a ponta do lápis na língua e lançou o nome do trabalhador no caderno (1951: 20-21).

A falta de alternativa é explicitada; a violência econômica, que é o objeto da crítica de Marx em **O Capital**, apresenta-se de forma clara. Trata-se de uma negociação do valor da mercadoria *força de trabalho* do garimpeiro. Os argumentos são lançados claramente, o excedente de ofertantes e o valor comparativo em Andaraí, *você não vai encontrar lá colocação melhor*. O que aparece como característica diferente é a possibilidade da posição de *meia-praça*. Esta condição, em comparação à do *alugado*, parece ser a de um autônomo, ainda guarda interesse no resultado do serviço. Conforme acima discutido, o *meia-praça* é o garimpeiro que precisa do *saco*, abrindo mão por ele da metade do valor da pedra, abatido o *quinto*.

A importância do contexto é fundamental. A passagem do romance mostra claramente que é a modificação deste contexto, ocasionada pela chegada dos garimpeiros em grande número, que faz o *coronel* colocar *Salu* como *alugado*. Assim, o ponto de vista do dono da serra, o gestor, não impõe o contexto. Ele não é dado pelas condições de produção da serra por si, mas por sua relação com a oferta de garimpeiros. Mais que isso, com a forma como o ponto de vista do coronel percebe esta oferta.

Portanto, faz sentido partir do tipo de depósito como faz Luiz Flores de Moraes Rego em sua apresentação de 1935, mas este é um dos elementos que caracterizam este contexto. Herberto Sales, em **Cascalho**, propõe uma consideração de contexto associada à tensão entre depósito e clima sazonal, na escolha das *frentes de serviço*.

Uma primeira distinção entre tipos de *frentes de serviço* é apresentada logo no segundo capítulo do livro. Existem frentes de serviço, como os garimpos de *Passagem* no romance, que só podem ser exploradas no período das secas, a rigor, *só depois da fogueira*, nos meses de julho a outubro. *Entretanto, ocorriam muitas vezes cheias temporãs – o que*

tornava aquela garimpagem não só a mais dispendiosa, mas também a mais arriscada das lavras. Vinha a cheia de Santa Luzia, e os garimpeiros batiam em retirada para os cascalhões, serviços que eram trabalhados com o aproveitamento das águas nos regos e nas corridas (1951: 18).

Uma descrição da situação da cidade é feita por Herberto Sales: o *Paraguaçu corre ali no fundo de um vale de margens escarpadas, onde as moitas de alcaçuz emergem das depressões cheias de detritos aluviais, fundindo os emburrados no verde predominante de sua folhagem; logo depois, correndo sempre entre as rochas nuas que atulham o leito áspero, vai precipitar-se numa queda escachoando no lombo de grandes lajedos côr-de-rosa, para alcançar por fim o amplo areão onde se espraia, a caminho da mata, banhando o casario branco do povoado (1951: 17).*

É feita a contextualização da área como área de transição: *vale de margens escarpadas para o amplo areão onde se espraia*. Comentando a leitura do romance em 2000, João da Jia, garimpeiro de Lençóis, lembrou que Isaias Pereira tinha um serviço, no *Baixio*, que também funcionava na mesma época de seca. A diferença apontada pelo garimpeiro era que Isaias só trabalhava com *alugados*. O que indica um contexto de super oferta de força de trabalho que viabiliza uma grande exploração.

Cícero, que foi gerente deste garimpo, argumenta que naquele momento *o preço do diamante não estava tão ruim, agora a falta de recurso... faltava fornecedor... e Isaias para não ficar a cidade nesta situação abriu este garimpo no Baixio... com o decorrer de uns noventa dias já tinha uns setenta homens e chegou uma época, no tempo da seca, de ter duzentos homens... Alugados, na diária, era o tempo do mil reis... o diamante é pouco, mas você tira uma grande quantidade de serviço, aumenta muito, dava um diamante relativo... é um garimpo muito grande, não um garimpo rico, é aquele que você tira um pouquinho e junta... .*

A fala de Cícero, que procura explicitamente ser simpática a Isaias, não deixa de afirmar a abundância relativa de garimpeiros sem *fornecimento* como motivo que os leva a aceitar a posição de *alugado*. Além disso, o aumento da oferta de alugados na seca é mencionado pelos dois pontos de vista no mesmo sentido; trata-se da inviabilização dos serviços de *serra* que a seca provoca.

Se Isaias só trabalhava com alugados, o Coronel Germano, *em virtude da própria concorrência de braços, podia organizar suas sociedades em grupos de quatro garimpeiros, sendo que a metade desses lugares era reservada aos simples alugados ou diaristas, fugindo a praxe dos demais serviços, só muito raramente eram ali admitidas sociedades fornecidas por estranhos, preferia garimpar só, ressaltando seu duplo direito de dono de serra e de fornecedor* (1951: 21-2).

A diferença entre as duas situações é a organização do trabalho. No caso do *coronel Germano*, a garimpagem tinha como módulo de produção a sociedade de *meias-praças*, sendo os *frentes de serviço* responsáveis pelo processo de trabalho. No garimpo do *Baixio de Isaias* isso ocorria em grande escala. Segundo a **Transcrição do Resumo Feito por Caio Prado Júnior**, *a extração dos diamantes é ocupação dos garimpeiros. Dada a distribuição esparsa dos diamantes, é impossível a exploração em larga escala; todas empresas organizadas para isto fracassaram. Só a exploração individual e em pequena escala do garimpeiro é possível* (1935: 3). Como parece querer argumentar o autor, o fornecimento teria como um de seus pressupostos a *distribuição esparsa dos diamantes*. Do meu ponto de vista é um argumento válido. Resta discutir a observação segundo a qual *é impossível a exploração em larga escala; todas empresas organizadas para isto fracassaram*.

Para o caso do garimpo do *Baixio de Isaias*, havia uma parte do serviço que era adequada à extração em grande escala. Como o cascalho encontrava-se a uma profundidade que, por vezes, chegava a ser de 15 metros, havia uma grande quantidade de material a ser transportado para fora da catra (Ad. 10). Formava-se uma longa fila de trabalhadores, todos com *carumbés* (uma bacia de madeira) nas cabeças. O mesmo tipo de *serviço*, chamado na área de *garimpo de draga*, foi posteriormente realizado com auxílio de motores a diesel, o que reduziu decisivamente a quantidade de trabalhadores necessária. Nos tempos de Isaias, *ainda nos tempo dos réis* (antes de 1942), segundo Cícero, havia uma bomba movida a água, mas que tinha somente a função de secar a catra (Cícero. 2000).

Diferente deste tipo de serviço, a segunda garimpagem de **Cascalho**, *as grupiaras na Serra de Seu Teotônio*, é um serviço a seco. A primeira sociedade a garimpar a frente de serviço foi a de *Peba e Silvério* sob o fornecimento de *Zé de Peixoto*. Com o assassinato do fornecedor e a fuga de *Peba*, o serviço é interrompido. *Zé de Peixoto*, um jagunço do

coronel Germano que cuidava de seu barracão na *Passagem*, ajudou *Peba* a dar uma *purga* em *Silvério*, por suspeitarem que o sertanejo havia engolido um diamante. No entanto, o motivo que levou ao assassinato do jagunço foi ter desacatado o coronel em meio a uma bebedeira. A *frente de serviço* será finalizada por *Filó Finança*, *Neco* e *Silvério*, fornecidos pelo proprietário da *serra* e sua mulher.

O processo de trabalho é dividido com o *sócio*. Inicia-se *roçando o serviço esquadrejado e dando início ao trabalho de alavancas e carumbé*, *Peba fofando a terra e Silvério carregando-a* (1951: 103). Removida a camada superior da terra, *começaram a tirar o cascalho e amontoar Peba enchendo e Silvério carregando*, depois passam a *ralar o cascalho, como as forquilhas já estavam cortadas, amarraram em seguida a granjeira, espécie de tripé no centro do qual penduram o ralo grande para rebaixar o cascalho, fazendo esmeril a seco* (1951: 113). Essa primeira etapa da garimpagem ocupou três semanas e não deu nada além da *purga* aplicada por *Peba* e *Zé de Peixoto* em *Silvério*. Esta segunda garimpagem termina em um sábado, com os garimpeiros reunidos, discutindo se a pedra que pegaram é ou não um carbonato.

As condições desta segunda garimpagem são que mais correspondem ao trabalho dos *meias-praças*, um processo de trabalho pesado e incerto em uma *frente de serviço* limitada. Os serviços nos *terrenos pertencentes a Armando Pereira aos herdeiros* parecem corresponder a estas características, a começar pela listagem de nomes dos vendedores de diamantes. Alugados recebem em dinheiro ou em gêneros no barracão.

O elemento significativo na separação das áreas em relação à primeira garimpagem é o tamanho do serviço. Esta é uma diferença especialmente em relação à garimpagem do Baixo, comentada por Cícero (2000). A diferença significativa é a época das águas, na qual a garimpagem da serra fica muito facilitada. Perceba-se que o trabalho concreto no *serviço* na *serra de seu Teotônio* era, afinal, o de *desmontar* e retirar o material que cobre o cascalho, retirar o cascalho, *ralá-lo* para depois *lavá-lo*. A água só é usada na *lavagem*. A situação social favorece o trabalhador, por viabilizarem os *cascalhões, serviços que eram trabalhados com o aproveitamento das águas nos regos e nas corridas* (1951: 18). Neste contexto, os trabalhadores serão *meias-praças*. Os elementos significantes, para determinar as formas de mobilizar o trabalho, serão os tipos de depósitos e a época das chuvas.

A terceira garimpagem é a *gruna do Pega-Peito* do coronel Germano: lá os *alugados* removiam o cascalho da boca da gruna. Os *enxadeiros* enterravam o *carumbé* no paiol, e com dois golpes de *enxada* o enchia. Erguiam-no à altura do peito, deixando cair o cabo da *enxada* sobre a coxa esquerda, e entregavam-no em seguida aos *carumbézeiros*. Estes não tinham tempo nem para cuspir: mal iam chegando com o *carumbé* vazio, já encontravam outro a sua espera. À distância, nem pareciam seres humanos: eram como *formigas* se movimentando sob um comando invisível – *mas matemático* (1951: 311).

Esta descrição do trabalho dos *alugados*, provavelmente, poderia ser repetida para os trabalhos da garimpagem de Isaias no *Baixio*. O ritmo do trabalho assalariado é matemático, no qual tempo é dinheiro, abstração real. No caso do fornecimento, o problema do tempo tem a escala da semana, mas o produto interessa ao trabalhador. No *alugado* a escala é diária, e debaixo dos olhos do gerente.

A *gruna do Pega-Peito*, do coronel Germano, era um *antigo serviço* muitas vezes abandonado em virtude da dificuldade de se encontrarem *garimpeiros* que estivessem dispostos a trabalhar nêle: embora muito rico era um serviço temido pelos inúmeros perigos que oferecia. Mas com a falta de fornecimentos ocasionada pela baixa, os *garimpeiros* tiveram de mudar de idéia (1951: 301).

Os riscos de acidentes, já mencionados desde o capítulo inicial do livro (quando as águas tomam o serviço da *Passagem* e matam *Raimundo*, um *frente de serviço*), são muito maiores nos serviços de *gruna*. Além dos riscos do *garimpeiro* ser vítima dos movimentos das pedras e barrancos que ele mesmo provoca em busca do cascalho, nas *grunas* o *garimpeiro* poder ser pego de surpresa pelas trombas d'água, ou cobras. Chuvas que podem cair nas nascentes dos rios enchendo seus leitos subterrâneos, as *grunas*.

As *grunas* são os serviços que podem ser chamados de ricos. Ao menos é o que leva a crer a comparação feita por Cícero para explicar que o serviço do *Baixio* é um *garimpo* muito grande, não um *garimpo* rico é aquele que você tira um pouquinho e junta. O exemplo de *garimpo* rico da comparação feita pelo *garimpeiro* foi a *gruna* trabalhada por *Seu Miúdo* no *Ribeirão*.

Sendo serviços ricos, são em muitos casos trabalhados com *alugados*, o que justifica a queixa do *garimpeiro* *Neco Rompedor* de **Cascalho**: *esses donos de grunas só tem serviço para eles mesmos* (1951: 20). No entanto, quando o serviço é arriscado, é mais difícil

encontrar quem aceite a condição de *alugado*. No caso da *gruna do Pega-Peito*, mesmo como *meias-praças*, os garimpeiros só aceitaram dadas as condições de falta de *fornecedores*.

Esta garimpagem é o fim do romance, mas ela retoma o início: um garimpeiro morto na cheia da gruna, embora o cascalho desta vez seja salvo pelo trabalho dos *alugados*. O livro de Herberto Sales começa no garimpo e termina no garimpo. A ordem de apresentação do ciclo de reprodução da acumulação regional do capital só termina na cidade com a vendagem. Mas antes de descer a serra é necessário recapitular um ponto. Com a entrada do *alugado* no processo de trabalho, o trabalhador vende sua força de trabalho e, portanto, perde o direito ao produto. Isto ocorre no momento em que a oferta de força de trabalho cresce a ponto dos trabalhadores se submeterem a trabalhar nestas condições. Nos três serviços de **Cascalho**, as diferentes situações de oferta de trabalho implicam na inserção de diferentes formas do trabalho no processo. No primeiro serviço, tempos de seca, o garimpeiro *Salu* é forçado a aceitar o lugar de *alugado*; no segundo, tempo das águas, somente *meias-praças*; no terceiro serviço, com a baixa, *alugados*, além disso *meias-praças* trabalhando em uma *gruna* perigosa.

As alternâncias dos tipos de relação de trabalho sugerem retomar a questão clássica proposta por Marx sobre a *Teoria Moderna da Colonização*, em **O Capital**. A questão ali tratada é a das condições necessárias para impor o trabalho assalariado tendo em vista a disponibilidade de terras nas quais o trabalhador *enriquece a si mesmo por seu trabalho em vez de enriquecer o capitalista* (1985:295).

As três formas como trabalho e capital se apresentam diante do dono da serra para acessar os serviços expressam as condições de expropriação dos garimpeiros. Na sociedade entre garimpeiros autônomos, os trabalhadores dividem a *praça* inteira, que é o valor da *vendagem* da pedra abatido o *quinto*, que fica para o dono da serra, expropriação originária. Na sociedade com fornecedor, os trabalhadores dividem a *meia-praça*. Os *alugados* recebem a diária e por isso não têm a menor chance de enriquecerem a si mesmos. Não que não exista outra possibilidade de inserção, ela existe: a roça. As migrações entre as roças do sertão e o garimpo têm grande importância na configuração da região. *Filó* apresenta seu ponto de vista ao roceiro *Silvério*:

- Vocês do sertão são assim mesmo. Estão sempre dizendo que não vêm vantagem no garimpo. – Acendeu o cigarro no binga, cuspiu e continuou todos o escutavam com atenção: - Mas eu conheço essa conversa de sobra. No sertão, vocês vivem agarrados no cabo da enxada de sol a sol, sofrendo mais que sovaço de aleijado, e nunca botam os olhos numa capa-de-cangalha, Vivem guardando tostão feito esmoler sem ir pra diante, e quando chegam aqui estão contando história. É verdade que o garimpo não é grande coisa. Mas aqui, pelo menos, é onde o pobre pode ver uma nota de 500 depressa (1951: 77).

O diálogo entre o garimpeiro e o roceiro revela as opções que estão à disposição do pobre neste momento, ou seja, configuram as possibilidades de inserção social dos despossuídos na região. A vida do roceiro no sertão é apresentada como sendo marcada pelo trabalho *de sol a sol*, sem ver dinheiro. *Silvério* acha que *não tem nenhuma vantagem em procurar dentro do chão aquilo que a gente não guardou* (1951: 77), mas procura ganhar *cinco contos* para comprar uma terra no sertão. Na prática, *Silvério* dá razão a *Filó*, o lugar do sonho de enriquecer é a serra. Estando na serra, é necessário conseguir trabalhar como *meia-praça*. Em relação ao argumento de *Filó*, a posição de *alugado* é igualada a do roceiro: os sem chance de ver *500 depressa*. Esta condição de mobilização vertical que oferece o sonho de enriquecimento é um pressuposto desta formação social regional.

Apresentadas as posições sociais nestes termos, poder-se-ia propor o seguinte esquema: a super população relativa exigida pela acumulação de capital regional dependeria da possibilidade, ainda que ilusória, de enriquecimento. Enquanto a fama da serra continua atraindo sertanejos e segurando os lavristas, os garimpeiros seguem se apresentando para o trabalho. Os contextos (o que envolve a forma como roceiros, garimpeiros, proprietários de terra e fornecedores percebem estes contextos) definirão as relações de trabalho.

A sociedade autônoma é apenas uma situação, a rara possibilidade de que o garimpeiro consiga um dono de serra que se contente com o *quinto* e, ao mesmo tempo, consiga fazer o *saco* ciclo após ciclo. A primeira condição é normal, desde que as chances de sucesso não sejam percebidas como muito grandes pelo dono da *serra*. A segunda depende da primeira. Cedo ou tarde, o garimpeiro que trabalha em um lugar pobre acabará precisando abrir mão da *meia-praça*. Desta forma, a relação de trabalho de uso extensivo na

serra é o *meia-praça*, como argumenta Luiz Flores de Moraes Rego: *dada a distribuição esparsa dos diamantes, é impossível a exploração em larga escala; todas empresas organizadas para isto fracassaram. Só a exploração individual e em pequena escala do garimpeiro é possível* (1935: 3).

No entanto, existem contextos em que a percepção de uma super oferta de trabalho, ou de grande segurança sobre a riqueza do serviço, possibilitam ao proprietário de terra contratar *alugados*. Em **Cascalho**, há uma passagem ilustrativa sobre este cálculo que poderia ser feito pelo dono da serra. Trata-se da situação do garimpeiro *Vítor Hugo*, que teria descoberto um serviço muito rico. Terminada a primeira apuração, o garimpeiro teria levado os diamantes para *Seu Teotônio*, o dono da terra, que comprou os diamantes desta primeira apuração e dispensou o garimpeiro. Tendo segurança do achado, suspendeu o garimpeiro, contratou *alugados* e ficou com o resultado do resto do *serviço* (1951: 67).

O garimpeiro João da Jia, comentando esta passagem do romance, afirmou que nunca havia ouvido falar em uma atitude como esta, denotando ser uma quebra séria de um dos acordos estruturantes da relação. O *fornecedor*, ainda segundo João, pode quebrar a relação e parar de fornecer o *saco*, mas neste caso, o garimpeiro teria direito ao resto do *serviço*.

De qualquer forma, a própria gravidade da quebra da norma informa a importância desta característica na oferta de trabalho para o garimpo. O trabalhador quer enriquecer, só trabalha de *alugado* se estiver à espera de uma oportunidade de trabalhar de *meia-praça*, ou seja, se não tiver outra opção. Como foi mostrado acima, este era o caso de *Salu* que se lembrou da advertência da mulher: *'se arrume por lá de qualquer maneira, porque senão seus filhos vão pedir esmola'* (1951: 20).

Sobre este trecho, João da Jia fez observações que eram compreensivas com as razões do patrão, o que indica que João assumia a perspectiva do que era a norma. Parece que a idéia do pesquisador de submeter o romance ao ponto de vista de um garimpeiro, fez com que o garimpeiro assumisse esta perspectiva. Além de divertir-se com as histórias narradas no romance, João explicitou seus pontos de vista sobre a norma. Se as condições eram as apresentadas no romance, então *a diária é boa, se não tem melhor na rua, em Andaraí, então é boa*.

Desta forma, como a roça é uma opção para o trabalhador, a possibilidade de utilizar trabalhadores *alugados* é uma oportunidade para o patrão, somente possível em conexão

com a virtualidade de trabalhar de *meia-praça*. Chegou a formar-se um processo de migração sazonal, acompanhando o ciclo das águas. Os roceiros que se fixaram nas áreas dos Marimbus iam garimpar nas serras nos tempos de chuva⁵². Estas eram as alternativas durante as secas, trabalhar de alugado ou ir para a roça.

As possibilidades de inserção social para os trabalhadores na região são, portanto, roça e garimpo. A forma das relações com que o trabalho se insere na região de mineração é marcada pela alternativa da vida na roça. O diálogo entre *Silvério* e *Filó* é um debate no interior de uma classe social, trabalhadores expropriados negociando com os proprietários da terra parte do produto que retiram dela. Estando no interior de uma mesma classe, os personagens se diferenciam na visão da riqueza. Enquanto *Silvério* sabe que precisa de *cinco contos* para comprar uma terra para sua família, *Filó* tem como horizonte, no máximo, a trajetória de *seu Teotônio*, garimpeiro que se tornou dono da serra com um carbonato que vendeu por *vinte contos* (1951: 67), senão simplesmente o desfrute absoluto da riqueza.

Para transformar diamantes e carbonatos em riqueza é necessário vendê-los, e para vendê-los é necessário ir à cidade. É a partir da cidade que se é rico e é neste ponto que a diferença entre garimpeiro e roceiro, observável nos personagens, é obscurecida pelas relações regionais de trabalho: pertencem à mesma classe social, os expropriados, livres como pássaros.

5.3. De volta a cidade: o conceito de capital regional

A riqueza para os garimpeiros aparece como uma enorme coleção de bamburros. O bamburro é um processo que começa na lavagem, na visão da pedra valiosa, continua no processo de metamorfose da pedra em dinheiro. É com esse dinheiro que o garimpeiro vivencia a condição da riqueza. As diferentes formas de vivenciar a riqueza e a forma particular como esta riqueza mostra-se meio de acumulação do capital regional são os objetos deste final de capítulo.

⁵² Relato do guia Crispim sobre seu pai e ele mesmo, que, morando no Pau de Colher, trabalhavam na serra durante o período das águas.

O bamburro da sociedade *Filó*, *Neco* e *Silvério* rendeu um conto e seiscentos para cada um (Sales, H. 1951:327). Isso seria suficiente para que eles se mantivessem como autônomos, gastando os 10\$000 equivalentes ao *saco*, por 160 semanas – mais de três anos! No entanto, *Filó* e *Neco* gastam, cada um a sua parte, em apenas uma noite. *Filó* sentia uma *alegria animal*. *Bateu no bolso onde guardara o dinheiro e disse:*

- *Isto aqui é a chave de destrancar dificuldade* (1951: 238).

No romance, o autor apresenta alguns dos gastos do bamburro. Representando o estado de humor de um garimpeiro bamburrado, *Neco* sai distribuindo poder de compra. E quando pede para pagar ainda é roubado na conta. O *negociante* (*usava chapéu de couro*) *fêz a conta rapidamente num pedaço de papel; ia dizendo, enquanto escrevia:*

- *Teve o quilo de requeijão que você mandou dar àquela mulher... teve mais vinte garras de Si-Si... teve mais dez cachaça que você mandou dar ao povo... teve o quilo de bolacha Marieta que aquela mulher lhe pediu... Quer dizer que são cinco, nove fora dez, com vinte trinta e cinco, com trinta setenta e cinco, com quatro oitenta e dois – repetiu, verificando que na realidade eram cinquenta e nove: a escola sempre lhe servira para alguma coisa* (Sales, H. 1951:252).

A forma como *Neco* vivencia sua condição de rico é marcada por uma atitude de generosidade, atendendo pedidos das mulheres e pagando cachaça a quem queira compartilhar de sua alegria. Não destranca somente as suas necessidades, mas realiza desejos de outras pessoas. Essa generosidade é apresentada como uma irracionalidade que caracterizaria o comportamento do garimpeiro. Pode-se dizer que esta forma de vivenciar a riqueza se opõe à idéia da riqueza que se valoriza como capital.

A seguir, em um leilão de festa religiosa, *Filó* compra por cinquenta mil-réis um sabonete de dez tostões com um laço de fita azul em volta. Ao fazê-lo lembrava-se *que seu Tarcilo embasbacara a cidade inteira arrematando um cravo por oitocentos mil-réis no leilão da festa do Divino: aquilo é que era macho!* A atitude de *Filó* atraiu a prostituta *Helena*. O significado simbólico de *Helena* está relacionado ao fato de ter saído com seu *Quelezinho*, o irmão do coronel, de quem teria recebido um conto de réis entregues pelo *escrivão civil*, como se fosse um *ofício para o juiz*. Neste caso, a riqueza é vivenciada como forma de manifestar o acesso às mesmas mulheres que se prostituem para a classe dominante. A passagem mostra também alguma indiferença da prostituta com relação à

posição de classe do freguês, mas também mostra que a historieta com o irmão do coronel ajuda a atrair clientes.

A forma de vivenciar a riqueza dos garimpeiros na narrativa de Herberto Sales tematiza o bamburro como momento fugaz, um uso imediato do dinheiro até o último tostão, a negação do dinheiro como reserva de valor, às vezes até como unidade de conta. Voltando para casa na madrugada, sem nenhum tostão, *Neco* já tinha a consciência de que seria necessário encontrar uma nova frente rica (Sales, H. 1951:254-5).

A apresentação parece caricata, como costumam ser as histórias contadas pelos garimpeiros. A hipótese que explica o bamburro como dissipação festiva do excedente que reconduz os garimpeiros à sua condição de expropriados precisa ser vista com suspeita. O garimpeiro pode aumentar o bamburro. Envergonhado de sua condição de pobreza, muitas vezes prefere narrar sua trajetória como de riqueza desfrutada no passado do que como pobreza constante. O personagem símbolo desta vaidade de rico gastador é *Pedro Almofadinha* de **Cascalho**, que cultivava a fama de bamburrista e é acusado pelos demais garimpeiros de ficar na serra comendo *mandioquinha descalqueado sem pegar* e só voltar quando bamburra (1951:100). Neste caso, não basta a vivência da situação de riqueza, nem mesmo mostrar a forma que se é quando se está rico. Para Pedro Almofadinha, é necessário mostrar-se como sendo rico, mesmo que tenha que fazer isso suprimindo seus momentos de pobreza dos olhos da cidade.

O elemento de incerteza que caracteriza o trabalho do garimpeiro, a inexistência de uma proporcionalidade entre tempo de trabalho e preço do produto, faz com que a atividade seja comparável a um jogo de azar. A sorte e o azar aparecem como atributos subjetivos do garimpeiro e não da distribuição variada dos diamantes pelo cascalho e do cascalho pela serra. *Pedro Almofadinha* aparece, aos olhos de *Silvério*, como mais que aberto para o garimpo. As explicações do sucesso ou fracasso podem ser subjetivadas e o garimpeiro é que é bamburrista ou infusado.

Como dizem os garimpeiros, o diamantes têm três “d’s”: diamante, dia e dono. De fato, o diamante é sempre achado em um dia determinado e por um garimpeiro determinado. Ronaldo Salles Senna afirma, em sua pesquisa de doutorado **Jarê – uma face do candomblé: manifestação religiosa na Chapada Diamantina** (1998):

Com a visão de mundo que tinha, a população garimpeira passou, então, a viver em função deste mito [enriquecimento - CAT], cega ao fato de que aquele grupo invejável possuía riquezas acumuladas pelo valor de milhares de pedras e que, com o achado de uma ou duas, por maiores que fossem, jamais conseguiria vencer aquela distância. Como os bambúrrios não aconteciam com muita frequência e cada vez mais escasseavam, criou-se a lenda do diamante infusado, que se escondia do garimpeiro por obra de uma realidade mágica ou religiosa (a sorte bloqueada pelo encanto do diamante ou o garimpeiro sofrendo de ‘encosto’ originário de forças sobrenaturais, por exemplo) que com ele andava e que dele era necessário retirar.

Mesmo acontecendo um garimpeiro bamburrar, os acessos ao segmento mais alto não se abriam. Entretanto, segundo prática então corrente, não lhe restava opção senão gastar o resultado da venda da pedra, a pequena fortuna amealhada, em farras ‘homéricas’ (talvez, em parte, por necessidade de imitação dos salões dos pedristas), voltando, então, para a serra, tão pobre como saiu ou, muitas vezes, ainda mais miserável.

*Assim o ‘infusado’, por esse motivo e em alguns casos, saía à procura daquele que podia ser sua ‘tábua de salvação’: o curador (Senna, R. 1998:47-48). No argumento do autor, o enriquecimento seria o mito que organizaria a visão de mundo dos garimpeiros. A relação de produção do diamante, o encontro do diamante com seu dono, em seu dia, ocorre sempre como produção de mercadoria, ou seja, seu sentido é o valor, não o valor de uso. Por isso, a cura de *infusamento*, assim como a *livosia*, alma que revela o local onde existe um diamante, além de outros saberes religiosos regionais, referem-se ao contexto da produção da mercadoria diamante. Não é uma simples reprodução de uma tradição pré-colonial. É, talvez, uma leitura do contexto por lentes formadas sob influência de tradições africanas, indígenas e mesmo da cultura popular européia⁵³.*

Junto ao processo histórico de formação da região, forma-se também uma visão de mundo que naturaliza as relações sociais de uma forma particular e parece se refletir nas práticas religiosas. A importância da instabilidade que caracteriza a relação entre trabalho e valor na região parece moldar não apenas as diferentes formas dos rendimentos do capital, como também as formas de entendimento, que se expressam nas práticas religiosas. Na

⁵³ Um dos livros que os freqüentadores dos círculos místicos da região dizem ler é o livro de São Cipriano, que segundo se comenta, parece ser uma coleção de receitas mágicas para fins variados.

explicação do autor, a dissipação poderia ser vista *talvez* como *imitação dos salões dos pedristas*, mas tendo como explicação o fato de que *não lhe restava opção*. Para problematizar este argumento é útil acompanhar o caminho do dinheiro do bamburro dos garimpeiros.

Pelo que já foi analisado, pode-se dizer que o dinheiro dos garimpeiros é disputado pelos amigos, ou desconhecidos que bebem juntos, prostitutas, comerciantes. Além do desejo de *Filó* de ficar com a prostituta que se relaciona com o irmão do coronel, nada parece ser reprodução do comportamento da classe dominante. O uso dado por esta classe à riqueza é o de capital, da riqueza que aumenta a riqueza, que forma os filhos no ensino superior, que investe em fazendas de gado, como se verá abaixo.

Cícero, ao comentar, na entrevista acima citada, o que era um garimpo rico, usara como exemplo a gruna explorada por *Seu Miúdo*. O garimpeiro *pouco usufruiu dessa produção, pois bebia muito e tinha muito puxa-saco*. Cícero trata de se diferenciar de Miúdo, se apresentando mais estável e racional. No entanto, o desfrute imediato da riqueza não é irracional, é a própria racionalidade do uso da riqueza que é contraditória.

Vale a pena refletir sobre os significados da riqueza. A fala de Cícero apresenta a riqueza em uma perspectiva que compreende e aceita a visão da classe dominante. Neste caso, a riqueza é pensada como fonte de rendimentos, ou seja, a riqueza que sustenta seu proprietário, que assim não dependeria mais de seu próprio trabalho. A riqueza como valor de uso é qualitativamente diferente disso, ela é realização de desejos de consumo, como bebidas importadas e roupas caras. O dinheiro também é meio de aproximação às mulheres desejadas. Sendo ou não prostitutas, as mulheres não são indiferentes à situação de dinheiro do garimpeiro. O que pode ser um pagamento direto por um serviço também pode ser uma porta de entrada para uma abordagem que expressa diferentes formas de interesse.

A generosidade do garimpeiro bamburrado com seus amigos – ou na expressão de Cícero *puxa-sacos* - também parece ser mais uma marca do bamburro. *Pedro Almofadinha trepado na mesa, no auge do porre, gritava para o povo: - Pode comer água, minha gente! E o litro de conhaque passando de mão em mão* (1951: 96). A camaradagem entre os garimpeiros é permeada por este elemento lúdico da disputa pela admiração dos outros, no interior de um grupo de pessoas que, em geral, se conhecem. Vale a pena comparar com a

sociedade do espetáculo dos dias de hoje, na qual se fala sobre pessoas espetaculares (as celebridades), conhecidos dos espectadores desconhecidos.

Na região, as relações são menos marcadas pela indiferença. Todos sabem quem é quem. Uma moça de Lençóis, que já morara em São Paulo, me disse certa vez, que a diferença é que em São Paulo, *se eu tiver dinheiro, posso ir a um restaurante chic e ninguém sabe que sou pobre, em Lençóis sou sempre filha de meu pai*. Vale a pena observar os garimpeiros, quando bamburravam, freqüentavam os estabelecimentos caros da região, portanto, a observação remete menos à impossibilidade de ir a um lugar *chic* e mais à situação social da reconhecida pobreza de seu *pai*.

Nesta sociedade de pessoas conhecidas, ser bamburrista é poder mostrar o que se é quando rico, em relação aos amigos, o que envolve reciprocidade nos bamburros dos outros. O momento emblemático é o leilão, a lembrança de como *seu Tarcilo* era *macho*, *embasbacara a cidade inteira arrematando um cravo por oitocentos mil-réis*. É inegável que se trata de uma cena para a cidade *inteira*, trata-se de uma cena de *macho* e como tal atrai *Helena*. A representação de masculinidade implicada com o poder de compra gerado pelo bamburro; não pode causar estranhamento em uma sociedade como a atual, em que o automóvel caro tem apelo sexual explicitado até nas propagandas.

Numa sociedade de gente conhecida não se pode parecer ser sempre rico, é necessário lidar com os momentos urbanos de pobreza. Sobre a cena de *Pedro Almofadinha*, que fica na serra *comendo mandioquinha, ostentando fama de garimpeiro endinheirado entre as mulheres-damas, Peba* questiona se adianta passar *uma semana com Helena, Cleonice, ou com qualquer outra mulher da prateleira-de-cima se depois ele vai ficar dois ou três meses tocando a gloriosa em cima da serra. Se êle não agüenta a tese, para que essa besteira de querer passar pelo que não é? Filó é que tem razão – observou. Bem que ele disse que Pedro Almofadinha devia procurar sua baixa posição e se encaixar* (1951:100).

Almofadinha parece uma caricatura. No livro é apresentado à distância, não tem voz. *Filó* se diferencia dele, pois percebe a farsa da riqueza do outro como ridícula. *Filó* apresenta-se no diálogo como quem sabe de sua baixa posição. Esta é a diferença, pois quando está bamburrado mostra seu modo de ser rico: vaidoso de sua masculinidade e de sua generosidade. Confiando sempre na próxima *frente de serviço*.

Esta forma de se relacionar com a riqueza coloca estes garimpeiros em tensão com suas famílias. Na reprodução destas famílias, homens e mulheres trabalham em busca de dinheiro. As mulheres têm rendimentos como os das freguesias de *lavação* de roupas, como dizem. Esta tensão se manifesta na fala de Valdelice dos Santos Oliveira, que ostenta com orgulho sua posição de arrimo de família. Sobre a relação com o marido garimpeiro, afirma: *António era 20 anos mais velho que eu. Passei namorar com ele moça nova e ele já trabalhava no garimpo. Ele teve uma porção de sócios, teve vários fornecedores. Eu mesma cortando lenha para vender já forneci António e tive sorte! Ele pegou um diamante tão grande que com minha parte eu comprei duas casas: esta que eu moro e a que dei para Eliene. A parte dele era só para gastar com mulher-dama, por isso que ele viu o que mulhe- dama fez com ele: morreu na pior.*

A passagem mostra a situação ambígua do garimpeiro. *António* bamburra e possibilita que as duas casas sejam compradas, mas com a parte dela, de *fornecedora*. A dele teve destino certo: gastar com *mulher-dama*. A forma como Valdelice narra o destino de *António* não é estranha a muitos garimpeiros. Em geral, a pobreza da velhice é explicada pela imprevidência, na juventude e na maturidade. Esta explicação não deixa de mostrar de novo a mesma ambigüidade refletida da auto-imagem do garimpeiro: o orgulho do garimpeiro bamburrista do passado sustenta uma postura altiva de quem tem histórias para contar, as longas histórias que os garimpeiros trocam em suas longas caminhadas, e durante as tarefas na serra, sem falar nas rodas nas cidades.

É bom lembrar que cada um conta a história como quer, não só o garimpeiro bamburrista. Esta aparência meio caricata do garimpeiro bamburrista é uma das chaves ideológicas da reprodução das relações de produção na região. Isto porque o desperdício iguala ilusoriamente os homens em oportunidades, neutraliza suas histórias de desigualdade. O bamburro revela a forma como a riqueza é praticada pelas diferentes subjetividades do processo.

No debate entre *Filó* e *Silvério*, este último recusa as formulações ideológicas regionais mais grosseiras. Defende, de seu ponto de vista de roceiro, uma espécie de teoria do valor trabalho:

- *Mas se não fosse a gente...*

- *O que é que tinha?*

Silvério vacilou:

- ... a gente... você... eu... *Quer dizer... se não fosse agente... que pega no pesado... que escava o chão pra ir tirar os diamantes e os carbonatos lá de dentro...*

- *Sim. O que é que tinha?* - insistiu Filó.

Silvério concluiu precipitadamente:

- *Nós é que não passamos disso: vivemos sempre com uma mão atrás e outra adiante. Nunca temos nada...*

- *O bocado não é pra quem faz* - disse um garimpeiro que tinha chegado por último. - *E ajuntou: - Pobre na festa, pau na testa.*

- *Deus já fêz o mundo assim* - opinou Joaquim Bôca-de-Virgem. - *Ninguém pode consertar o que Deus fêz. Cada qual já nasce com seu destino traçado.*

- *E se chorar é pior* - observou outro garimpeiro.

- *E se torcer* - ajuntou outro - *o buraco é maior. Desde o começo do mundo que existem ricos e pobres. É da vida. Em todo lugar é assim.*

E Bôca-de-Virgem completou:

- *Se não fôssem os pobres, os ricos não existiam. Mas também, se os ricos não existissem, de que os pobres iam viver?*

- *O sócio tem cegueira de ficar rico* - explicou Filó com ironia.

Silvério protestou francamente:

- *Eu não tenho cegueira de nada...*

Depois num ímpeto, pensou em argumentar com a imprevidência dos companheiros, os quais na sua opinião, não se podiam queixar da sorte: todos êles já haviam pegado em bom dinheiro e jogado fora. Mas continuou calado, admitindo que seu caso era diferente: tinha planos e ambições. Ia voltar para o sertão e comprar seu pedaço de terra (1951: 217-8).

O debate é muito ilustrativo das visões da riqueza. De um lado, a ideologia regional da classe garimpeira, apesar de desejar a riqueza, não crê na possibilidade de que haja mudança de posição social ou de transformação. *Deus* funda a naturalização: *Ninguém pode consertar o que Deus fêz*. De outro, a ideologia – geral – capitalista, que funda no trabalho o valor, suprime suas negações estruturantes que repõe a classe trabalhadora como objeto

de exploração: trata-se de uma questão de sorte, *êles já haviam pegado em bom dinheiro e jogado fora*; e iniciativa, *que seu caso era diferente: tinha planos e ambições*.

O desejo de Silvério de romper com a sua condição de expropriação coloca-o nesta situação de estranhamento, permitindo a crítica da região do ponto de vista do capital em geral, mas não o leva à crítica do capital. No melhor dos casos, ele pode comprar uma terra no sertão por cinco contos e lutar o resto da vida para não ser expropriado de novo. Uma luta que não pode ser compreendida sem que se leve em conta sua visão de família.

O bamburro é pensado pelo sertanejo como riqueza para a família. É pela família que *Silvério* deixou a sua no sertão. *Enquanto amarrava o saco com o seu de-comer de uma semana, o sertanejo não pode deixar de considerar a vantagem de estar só. Se a família estivesse em sua companhia, esperando por êle no Ribimba [bairro pobre de Andaraí – CAT], e não no sertão distante, teria de fazer como Benedito Bispo e outros garimpeiros: subir a serra como um esmoler, com um pedaço de rapadura e um punhado de farinha para que a mulher e os filhos não morressem de fome. Sem saber mesmo por quê, lembrava-se particularmente de Benedito Bispo, de quem se dizia que andava com o estômago pregado nas costas. “Já comeu, Benedito?” – perguntavam os companheiros. – “Que nada rapaz !” – respondia êle – “só fiz distrair a barriga”. Agora, porém, por fôrça mesmo do contraste, Silvério se lembrava era do garimpeiro Leobinão, que passara cinco anos sem comer manteiga. Um dia, contavam, tendo bamburrado na Massa de Sinhá Adriana, chegou à venda de Lolota e fêz um filipão dêste tamanho, um saco reforçado para quatro homens, e mandou embrulhar dois quilos de manteiga. Depois, pensaram até que êle tinha ficado doido, chegou ao rancho e tome manteiga nas pernas, nos pés, nos braços – até ficar lustrando (Sales, H., 1951:94-95).*

A chance do bamburro pode sempre ser contraposta ao infusamento. Esta possibilidade, de bamburro, pode manter o trabalhador submetido a condições que não seriam suportáveis sem ela, é a *chave de destrancar dificuldade* de *Filó* (1951: 238). O bamburro permite a suspensão das limitações que levam estes homens a trabalhar: para *Silvério* é voltar para o sertão como proprietário, para *Leobinão*, *manteiga até ficar lustrando*, para *Filó*, que sem bamburro não conseguia namorar *Vitalina* por 3\$300 (1951: 86), *Helena...*

Silvério, mantendo seu plano de comprar uma terra no sertão por *cinco contos*, foge para *Palmeiras*, *lá está saindo muito diamante e ninguém sabe que eu bamburrei* (1951: 249). A idéia de riqueza do sertanejo tem como forma concreta: a terra. A apresentação do enredo mostra o deslocamento a uma alternativa para salvar o dinheiro, que mal chegava a um terço de suas necessidades imaginadas. Como a riqueza não é uma forma de percepção subjetiva, se ficasse, *Silvério* não conseguiria manter o dinheiro guardado. As cidades da região não só eram sustentadas pelos garimpeiros, elas fazia com que eles a sustentassem. De um ponto de vista atual, que convive com a autonomização de astúcia comercial na forma da publicidade, não pode parecer estranho que nas cidades da região se formem estratégias para explorar a fragilidade da subjetividade do consumidor empurrando-lhe goela abaixo mais do que ele precisa ou consegue pagar. A diferença é a forma particular como isto é feito.

Silvério é assediado por *Vitalina* mesmo antes de chegar em casa com o dinheiro do bamburro. Tem sérias dificuldades para escapar. *Vitalina*, que passara o resto do romance esnobando *Filó*, sabia que *era absolutamente necessário se arranjar com um dos três bamburristas* (1951: 241). *Neco* percebe que *é capaz de Silvério estar se escondendo pra não gastar o dinheiro. Essa suposição fazia-o tomar a ausência do companheiro como uma espécie de fuga a um compromisso do dever. Filó deu com os ombros.*

- Não adianta – disse – Se êle não aparecer hoje, a farra de amanhã vai ser por conta dele. Pode ficar descansado (1951: 251).

Escondido pela fuga, o dinheiro é uma fração da terra, e, ainda que possa ser juntado, repõe o sertanejo como garimpeiro, mas em *Palmeiras*, onde ninguém sabe que ele bamburrou. Na prática, o sertanejo segue se reproduzindo como garimpeiro. A expectativa do bamburro também o comanda, ele vê a riqueza como meio de produção para romper com sua condição de expropriado.

A observação de *Silvério* sobre as condições das famílias na passagem acima, mostra a relação ambígua estabelecida pelo migrante com as lavras. A região é lugar de enriquecer, ganhar dinheiro, e não de ser rico, desfrutar do dinheiro. Inclusive, porque, para muitos, o garimpo pode ser uma experiência migratória com perspectiva de volta, como a pretendida por *Silvério*. Alguns personagens do romance, como *Filó Finança* e *Neco* não aparecem em

situações de pais de família, e isto não pode ser ignorado na interpretação sobre o personagem.

Sobre a família *Filó*, a fala da mãe dá o tom da situação: *bem, meu filho, eu podia mandar você pra o garimpo, mas acontece que eu não quero que você tenha mesma sorte de seu pai, que ficou amarrado a vida inteira no cabo a enxada, e acabou sumindo no mundo porque não podia mais nos sustentar. Você vai é pra escola, pra aprender a ler e ser gente* (1951: 114). A escola é sempre vista como a possibilidade de livrar o filho da vida de garimpeiro, estratégia adotada pelos garimpeiros com pelo menos um dos filhos, quando não com todos. Os garimpeiros não sonham com seu ofício como futuro para seus filhos. Como no caso de *Filó*, a escola dura somente quatro anos, depois só saindo da cidade, além do que os bamburros e a vida do garimpo seduzem aos meninos.

É interessante notar que o papel que a escola pode cumprir é o de deslocar o filho de garimpeiro de seu destino fatídico. A escola é tratada como humanização, mas, agarrados à enxada, os garimpeiros não são gente? Não são *gente da praça*⁵⁴, *grandes capangueiros, portadores de patentes da Guarda Nacional*, as famílias ricas. Mas o critério da mãe de *Filó* é menos ambicioso, basta não *acabar sumindo no mundo porque não poder mais sustentar* a família. Vale lembrar que, assim como a riqueza pode significar a projeção pessoal do bamburrista típico, ela também pode significar uma conquista de relativa estabilidade para a família.

Ceciliano, pai de João da Jia, teria chegado a Lençóis em 1914. Era filho de um escravo alforriado do Recôncavo, que teria ganhado um pedaço de terra em Rio de Contas. De Rio de Contas foi para Chique-Chique do Iगतú para garimpar diamantes, e de lá para Lençóis. Levou consigo sua família e instalou-se em uma toca, fora da cidade, o que era bastante comum (Ad. 11). Foi um bamburro que permitiu ao garimpeiro levar sua família para uma casa que comprou na cidade, casa onde João nasceu. A estratégia da mãe de *Filó* foi usada por Ceciliano com João, que sabia ler e fazia contas com agilidade. João também acabou escolhendo o garimpo.

A casa de Ceciliano e Ernestina era cercada, tinha galinhas, uma mangueira, um pé de jaca-de-pobre (graviola) e uma pequena horta de temperos. A casa está situada no Alto da

⁵⁴ A expressão é usada por Walfrido Moraes no quarto capítulo de sua obra **Jagunços e Heróis**, *A Sociedade Lavrista* (1997: 41).

Estrela, um dos bairros dos garimpeiros de Lençóis. Ainda hoje a família de João vive na casa (Ad.11 a). O fato de um bamburro de Ceciliano ter comprado uma casa e ter mantido sua família em condições razoáveis não impediu que tivesse lá seus conflitos com Ernestina por seu gosto pelas festas de garimpeiros.

Em **Cascalho** há um breve relato sobre o processo de formação de um bairro pobre, a *Ribimba*. Nele, as práticas de reprodução da família garimpeira podem ser notadas, e por isso insinuam um padrão de urbanização que difere dos sobradões da praça Horácio de Matos e as casas com amplos quintais dos capangueiros, ou das pequenas casas da rua das Pedras (Ad. 12).

A rua da Ribimba era continuação da do Rapa-Tiçã. Antigamente a cidade acabava naquela casa grande da ladeira. Mas depois foram chegando homens que procuravam trabalho, homens pobres que vinham atraídos pelas notícias dos garimpos ricos, e o Ribimba nasceu e foi crescendo. Com seus casebres trepando pelo barranco como um rebanho de cabras. De tão grande, já constituía agora um bairro. Foi adquirindo novos nomes nos seus vários desdobramentos, um beco aqui, uma ruazinha ali, mas sempre com seus ranchos que eram como casinholas de cachorros, de três cômodos no máximo, onde viviam garimpeiros com suas mulheres que eram fatalmente lavadeiras e com os filhos que eram fatalmente futuros garimpeiros. O bairro ia crescendo e invadindo a mata em torno. Os casebres se multiplicavam nas armações de camboatá com coberturas de palhas de pindoba, e entrevam pela estrada dos Bichinhos ou desciam pelo areão que margeava o rio, num agrupamento de presépio. Os homens chegavam, roçavam um pedaço de terreno, levantavam as paredes feitas de sopapo com o barro do próprio terreno, cobria-as de palha e, se mais tarde bamburravam, davam uma mão de tabatinga na fachada da nova morada. As mulheres se incumbiam do resto. Cercavam os quintais pequeninos, plantavam suas coisas, as suas bananeiras, os seus pés de urucu, os seus mamoeiros, as suas mangueiras e enfiavam cascas de ovos nas varas das cêrcas, por causa do mau olhado das vizinhas. Tôdas elas costumavam ter suas quatro ou cinco cabeças de galinhas, o que lhes dava algum rendimento (1951: 71).

A seqüência do capítulo conta uma história de expropriação: a mulher de *Salu*, um garimpeiro *infusado*, que perde suas galinhas. As condições de reprodução das famílias dos garimpeiros são apresentadas como muito difíceis. As galinhas não botam ovos sem comer

milho, que o garimpeiro tem que comprar. Sem os ovos para trocar, a mulher de *Salu* não recebe mais o leite de cabra para os meninos. A apresentação do papel social das mães de família da classe trabalhadora, no romance, mostra a diferenciação em relação ao dos pais. Elas *se incumbiam do resto*, este *resto* é apresentado rapidamente. Tais incumbências são as tarefas da reprodução da vida familiar na casa, sem falar no trabalho por dinheiro, representado na passagem pela função de lavadeira. Nas condições de expropriação em que vivem as famílias, a alimentação dos filhos é um dos problemas mais sérios, filhos dos garimpeiros são qualificados como *famintos* (1951: 74).

O autor apresenta a família dos *garimpeiros com suas mulheres, que eram fatalmente lavadeiras*, e cuidavam do pequeno espaço de produção dos quintais. Os *filhos, que eram fatalmente futuros garimpeiros*, passavam seus dias livres a procurar comida, no simbólico *Chalé mal assombrado*, onde havia um pomar abandonado. A família pobre aparece em sua dinâmica de reprodução, reprodução como classe dos *garimpeiros e lavadeiras* (categorias regionais abertas aos expropriados), com seus *filhos famintos e nus*. Ressalte-se que esta é uma pobreza em que há o acesso ao pomar abandonado, ao rio e às pequenas roças nos garimpos das quais não se cobra renda.

Neste contexto, as mulheres, mães de famílias, contam com o apoio e a solidariedade de outras famílias, especialmente das avós e vizinhas para cuidar de seus filhos enquanto trabalham. As crianças, que parecem soltas nas ruas, na verdade, são objeto de vigilância dos conhecidos, sempre sob o mote, *vou contar para sua mãe*. A liberdade que as crianças costumam ter na região não se confunde com a indiferença da grande cidade.

Nas oportunidades que as mães têm de trabalhar como lavadeiras, a situação pode ser mais tranqüila. O rio é um ambiente de trabalho compatível com a presença dos filhos, especialmente os menores. Enquanto as mães lavam a roupa, as crianças brincam nos poços ao redor. Logo as meninas começam a ajudar as mães, e os meninos seguem os pais no garimpo. O processo de separação de gênero é marcado pelas perspectivas de trabalho, ainda que houvesse mulheres garimpeiras, como Dona Alzira de Igatu, que fez em sua casa um pequeno museu do garimpo; ou Chica de Lençóis, mulher de seu Miúdo, que entrava na gruna e achava diamantes mesmo depois da morte do marido.

Às lavadeiras, mães dos futuros garimpeiros, opõe-se às prostitutas. As primeiras falam em nome das famílias dos garimpeiros, as últimas aparecem autonomizadas das

famílias, como se não fossem partes delas, ainda que algumas destas lavadeiras possam ter sido putas em algum momento. As prostitutas são coisificadas, como no comentário sobre *Helena* feito por Ziu ao prefeito: - *Aquilo é que é fêmea, Seu Marcolino. É uma babaca de juízo!* (1951: 96). Ou no pensamento de *Filó* sobre *Vitalina*: *Ah, sujeita bêsta! Você só presta mesmo pra gente descarregar o corpo* (1951: 87).

Uma das cenas de degradação social de **Cascalho** é a história da *rapariga chamada Lindaura* que chega à cidade como uma *fêmea de primeira, negrinha lisa de peitinhos duros, petisco fresco, uma menina quase, que amou então debaixo das pontes, gemeu de prazer nos braços de homens diversos nas noites de sábado, quando os garimpeiros regressavam da serra. Um dia, porém, a negrinha deu para andar de pernas abertas e como a notícia de sua chegada, a de sua doença circulou rapidamente entre os homens. Outros males foram aparecendo e dentro em pouco ela ficava completamente esquecida – os antigos frequentadores correndo às léguas. Em vão procurou curandeiros, tomou garrafadas e tudo o que lhe ensinaram as companheiras mais experientes – mamão serenado, banho de pó de cedro e cachaça com óleo de copaíba. Quando menos se esperou, não pôde mais levantar-se da esteira onde dormia, na loca que lhe servia de morada, perto da cãs de Maria Caga-na-Telha. Estava entrevada, as pernas endurecidas, sem movimento, inúteis. Teve de ir para a rua pedir esmolas, e arrastava-se pelas calçadas como um trapo, os homens tapando o nariz quando ela passava. Numa noite de temporal, como a loca ficasse distante, ela se viu obrigada a procurar abrigo nas ruínas da igreja, onde já dormiam outros mendigos – flagelados vindos do sertão: eles também vinham para as Lavras com esperança de ganhar dinheiro. Foi dar ali também o bêbado Cara-Ôlho, para quem Lindaura ainda era uma mulher, e que nesta mesma noite a disputou com um dos mendigos. Pela madrugada, numa cena de ciúme, amassou-lhe a cabeça com uma pedra, desaparecendo em seguida* (1951: 253).

Note-se que a prostituição aparece neste caso como marcada pela experiência migratória: as prostitutas são autonomizadas das famílias. A trajetória de destruição pessoal da mocinha poderia ser apresentada como exemplo do argumento que Caio Prado Jr. formula a partir de um extrato do texto de Hércules Florence.

Para Florence, a *facilidade* dos *costumes* faria com que os brasileiros, *inclinados como são aos prazeres, nem pensassem em se deixar prender pelos laços do matrimônio.*

Quanto às *moças filhas de pais pobres*, estas *nem sequer pensariam em casamento; não lhes passa pela cabeça a possibilidade de arranjar um casamento sem o engodo do dote e como ignoram os meios de uma mulher poder viver do trabalho honesto e perversamente, são arrastadas à vida licenciosa*. Tratar-se-ia do *mais alarmante sintoma da geral indisciplina de costumes que reina na sociedade colonial: a larga disseminação da prostituição* (1965: 353).

Caio Prado Jr. atribui o desregramento dos costumes no Brasil-colônia à emigração de indivíduos isolados e que *mesmo tendo família, deixam-na atrás a espera de uma situação mais definida e segura do chefe que emigrou. Espera que se prolonga, não raro se eterniza, porque o nôvo colono, mesmo estabilizado, acabará preferindo a facilidade de costumes que lhe proporcionam as mulheres submissas de raças dominadas que encontra aqui, às restrições que a família lhe trará. E quando não, já estará tão habituado a tal vida que o freio da mulher o e dos filhos não atuará nêles senão muito pouco* (1965: 353).

O leitor do século XXI não deixará de notar a condenação à liberdade sexual e o uso do termo *chefe*, referindo-se à *família* ou ainda a *raças*. Porém, é inegável a proximidade do texto de Caio Prado Jr. ao comentário, citado, de Valdelice dos Santos Oliveira: o patrimônio da família tem de ser acumulado pela mulher, pois a *meia-praça* do marido foi gasta com prostitutas, *o freio da mulher o e dos filhos não atuará nêles senão muito pouco*. Ainda que não se possa deixar de observar que o bamburro de Antonio tenha sido fundamental para esta acumulação.

Para a região em questão, a presença significativa da prostituição parece ser um dos elementos fundamentais da reprodução da ideologia do bamburro. A situação de expropriação das filhas de pobres seria também uma forma de realimentar a oferta desta modalidade de trabalho. Vale dizer que a prostituição disseminada na colônia é a face feminina da proletarização. Isto não pode ser visto, de forma alguma, como *facilidade de costumes*, não para as mulheres expropriadas. A prostituição revela a forma específica da dominação da sociedade produtora de mercadorias. Aquela que permite ao consumidor da mercadoria ser indiferente a seu processo social de formação.

O dinheiro comanda o trabalho das pessoas de acordo com sua situação; sua falta implica a condição de necessidade de ir ao mercado. Em **Cascalho** há uma história de expropriação de uma família rica que redonda na prostituição das filhas. Quem narra é

Sinhá do Ouro, que *nunca fez segredo de - sua vida: me botaram este apelido por causa dos anéis de ouro que eu trouxe de Rio de Contas. Seu Durães era o maior capangueiro das Lavras e pagava os melhores preços. Até hoje não sei como foi que aquele dinheiro pôde acabar tão depressa. O homem ficou sem crédito no comércio, os vales dele eram rejeitados, e até fome a família passou. Mais horrível foi quando encontraram êle duro no quarto, com o copo de veneno caído de junto, e o paletó de alpaca sujo de vômito. A família botou a boca no mundo.*

- *Eu ainda conheci uma filha dêle fazendo a vida na Rua das Barricas – declarou Zé do Fumo.*

- *Era Elvirinha - explicou a velha do Ouro. - A que tocava piano. As outras também se perderam, mas foram pra Feira de Santana com a D. Almira - esclareceu. - Não quiseram se passar pra garimpeiro (1951: 87-8).*

Note-se que, em Caio Prado Jr., o *desregramento de costumes* e a *prostituição* são apresentados lado a lado. Essa associação direta é criticada como moralista por Gilberto Freire (1987), que situa o ponto de vista de Caio Prado Jr. como estritamente *católico-romano*. Freire argumenta com os numerosos crimes motivados por dramas passionais para mostrar o *sentimento de honra do homem com relação à mulher (esposa ou companheira) e às filhas moças* e, portanto, a existência de uma *formação regional agrário patriarcal*. Além do que, argumenta o autor, *o familismo no Brasil compreendeu não só o patriarcado dominante – e formalmente ortodoxo do ponto de vista católico-romano – como outras formas de famílias: parapatriarcais, semipatriarcais, e mesmo antipatriarcais.*

O *ponto de vista católico-romano* terá de *desprezar* estas formas de organização de famílias, mas, ataca Freire, *do ponto de vista sociológico temos que reconhecer o fato de que desde os dias coloniais, vêm se mantendo no Brasil, e condicionando sua formação, formas de organizações de famílias extrapatriarcais, extracatólicas que o sociólogo não tem, entretanto, direito de confundir com prostituição e promiscuidade.* O exemplo citado por Freire é o *despique*, uma espécie de troca de mulheres, em que se *refletia influência, deformada, de costume ou instituição indígena ligada a deveres de hospitalidade.* Ao nosso ver seria erro considerá-lo *'promiscuidade' ou 'prostituição'* (Freire, G. 1987: 65 nota 55). A crítica de Freire pede que se faça distinção entre a *'promiscuidade' ou 'prostituição'* e as formas diferentes de organizar as famílias. Parece fazer sentido para o caso estudado. De

fato, as famílias garimpeiras da região não podem ser vistas como ortodoxas, do ponto de vista *católico-romano*. No entanto, têm um papel central na reprodução das relações de produção: o de reproduzir parte da classe trabalhadora do futuro, além de gerir a transferência do patrimônio porventura acumulado. Além de representar uma pressão que força o garimpeiro e a lavadeira a trabalharem. Esta é a forma que se naturaliza na família: trata-se da instituição que, ao se reproduzir como família, reproduz o patrimônio familiar que envolve a força de trabalho vendável do pai, da mãe e dos filhos. Os filhos são objeto de um processo de formação. Tendo em vista as condições sociais, a família elabora estratégias de modo a tentar favorecer sua inserção social futura.

Em oposição à região escravista, a reprodução das relações de produção tem aí seu momento chave: a região precisa reproduzir internamente a parte fundamental de sua classe trabalhadora. No entanto, esta função é da própria família trabalhadora, pois a oferta de trabalho se autonomizou do capital. Trata-se da formação da família da classe trabalhadora na região. Havendo oferta suficiente da mercadoria força de trabalho, o capital pode apresentar-se como indiferente aos problemas de reprodução da classe trabalhadora.

É preciso fazer uma observação neste momento. Alguns autores têm mostrado que não é correto afirmar a inexistência de relações familiares entre os escravos. Trata-se de uma escolha conceitual que se baseia, como em Robert Slenes (in Arantes, A. A. 1994), nos registros de casamentos entre escravos. Slenes se opõe àqueles que, como Gilberto Freire e Roger Bastide, caracterizavam a vida sexual dos cativos como uma vasta *prostituição primitiva*: seria *um fardo sociológico bastante pesado* (1994: 44, citando Bastide [1971]). A defesa do argumento não é conclusiva, já que o texto termina sugerindo que embora a representação da *vida sexual e familiar dos escravos* seja apresentada pelas fontes destes autores como *patológica, eles também registraram detalhes que são passíveis de uma interpretação diferente* (1994: 59).

Isto porque Slenes esbarra em um elemento incontornável para pensar o processo de formação da família da classe trabalhadora no Brasil. Assim, *o problema da transição do trabalho escravo ao trabalho livre, que levantava o espectro de uma mudança profunda nas práticas disciplinares, provavelmente fez com que parecesse especialmente necessária a adoção de estratégias de tutela da burguesia e do Estado. Certamente, no final do período escravista e na década de 1890, a ‘vadiagem’ do negro liberto tornou-se uma*

preocupação constante nos debates políticos e nos jornais; e é significativo que a suposta recusa deste personagem ao trabalho era comumente atribuída a sua degeneração moral, revelada por um complexo de características negativas, entre elas a lubricidade e a falta de instituições familiares estáveis (1994:58-9).

Pode-se sugerir que, enquanto se assumir a família como marcador de humanidade de grupos sociais separados com processos históricos distintos, a própria noção de família não terá historicidade, necessitando ser adjetivada para que se possa falar em processo de formação. No entanto, é possível criticar como ideológica a apresentação da humanidade como a característica de uma espécie entre as outras da natureza. A humanidade precisa ser vista como uma ideologia de uma formação social em processo⁵⁵, o capitalismo. Assumindo esta perspectiva, a família deixa de ser formulada como prova de humanidade do grupo social que necessita ser revelada e passa a poder ser discutida como instituição historicamente determinada que é ideologicamente naturalizada no capitalismo.

A importância deste argumento, sob meu ponto de vista, é mostrar que a família é um elemento constituinte da ideologia da igualdade no capitalismo. Sua existência polêmica no escravismo colonial revela sua função estrutural na formação da classe trabalhadora. Antes era o capital comercial do território do Atlântico Sul (Alencastro, L. F. 2000), ou o bandeirante, que resolvia o problema do, assim chamado, fator de produção trabalho. Desde a abolição, isto precisa ser resolvido pela reprodução regional (endogenização) da força de trabalho. O processo de formação da família trabalhadora na área passa a dar conta desta função. Este é o processo que caracteriza a região como diferente da escravista. Diferente também de um espaço econômico homogeneizado do sistema capitalista brasileiro, dado que as relações de trabalho não se autonomizaram na forma salarial. No entanto, as famílias dos trabalhadores mostram o processo de autonomização em curso.

Em pelo menos duas ocasiões em **Cascalho**, ambas já citadas, se explicita o descompromisso naturalizado da sociedade regional com a reprodução das famílias dos garimpeiros. O primeiro é o diálogo entre o *coronel Germano* e *Salu*:

- Eu tenho oito filhos, coronel – alegou Salu.

⁵⁵ Um argumento similar pode ser encontrado em *Humanismo e anti-humanismo em Marx*, de Ruy Fausto (1983), em **Marx: lógica e política. Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética**. Para uma crítica à argumentação de Ruy Fausto, ver o terceiro capítulo de **Contribuição**

- *E o que eu tenho com isso? – retrucou êle, voltando a sua aspereza habitual: sentia necessidade dela. – Sou culpado de suas fornicções? – E ajuntou, num tom de rude gracejo: - Quem fez teus filhos eu ou você?*

O garimpeiro era prêto. Ficou branco (1951: 20).

Em outro momento, é *Pebe* que comenta que *ninguém mandou a mulher de Adolfo ter menino* (1951: 117). A visão da família como instituição, que naturalmente deve dar conta da formação das crianças, parece ser consolidada no contexto regional.

A defesa da honra da família é também algo fundamental. Vale lembrar o comentário de *Alípio*, também já citado: *como é que se manda um pai de família lavrar bosta!* No mesmo diálogo, *Alípio* informa *Silvério* de que *o coronel costuma fazer justiça é com as próprias mãos do queixoso* e conta a história de um pai que queria que o coronel vingasse o desvirtuamento de sua filha. O orgulho da família deve ser defendido pela própria família. Mas também é a família que é alegada pelo sertanejo para não fazer justiça com as próprias mãos: - *Eu tenho quatro filhos para criar, Seu Alípio. Não vou sujar minhas mãos com o sangue daquele negro* (1951: 141-2).

Os ecos malthusianos são por demais óbvios, a começar pela explicação da pobreza pela irresponsabilidade dos pobres fornicadores, que têm mais filhos do que deviam. Trata-se de um processo de formação ideológico que responsabiliza os pais pelas famílias, independentemente das condições sociais⁵⁶. Analisando este viés, a exploração dos significados dos prefixos freireanos e de como eles informam os aspectos patriarcais do objeto, perde relevância.

ao estudo do sistema de crédito em *O Capital de Karl Marx* (2007) de Caio Roberto Bourdieu de Mello.

⁵⁶ A professora Amélia Luisa Damiani, em seu livro **População e geografia** (1991), faz uma apresentação crítica do malthusianismo que, em termos gerais, é a mesma sugerida nesta tese. Tomo como ponto de partida um problema sugerido pelo texto da autora, recuperando um argumento de Marilena Chauí, sobre a difícil definição da família no período escravista (1991: 87). Moisés Postone sugere que a naturalização do processo social associado à forma mercadoria teria como consequência que a história humana seja vista simplesmente como processo de formação do capitalismo. Por isso evito dar à categoria família um estatuto que não se transforme historicamente e busco sua historicidade somente no processo de formação do capitalismo. Neste sentido, passo a considerar provocativamente que família seja, sob sua aparência de instituição livre das relações capitalistas, um momento fundamental de sua reprodução, reprodução das classes, na qual as estratégias mobilizadas orientam-se para situar socialmente as novas personificações de capital e trabalho.

Mais importante parece observar que as famílias participam da reprodução das relações de produção, não só fazendo de filhos de garimpeiros novos garimpeiros e novas lavadeiras, mas também impondo necessidades extras às condições de vida dos garimpeiros e tencionando a visão de riqueza associada ao bamburro. Os múltiplos significados da riqueza, uns mais próximos ao desejo por valores de uso, outros mais voltados para sua acumulação como capital, reclamam a crítica da própria família como instituição social historicamente formada. No debate entre *Filó* e *Silvério*, o primeiro defende a reprodução da produção do bamburro como dissipação festiva do excedente que o reconduz à sua condição de expropriação. Já o segundo está em busca da formação de um patrimônio que retire sua família da sua condição de expropriação.

Apresentando as coisas desta forma pode-se notar o papel central que a família tem como parte da reprodução das relações regionais de produção. A inexistência de uma superpopulação relativa – que possibilite que o trabalho seja inserido no processo de produção de forma autonomizada, ou seja, como a mercadoria força de trabalho – é o próprio elemento empiricamente significativo que separa a região das relações de produção capitalistas.

Pode-se retomar uma questão proposta por Marx, agora de forma afirmativa: *desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais* (Marx, K. 1985: 277). Sem forçar muito o argumento, pode-se dizer que o par ideológico representado pelo bamburro, como dissipação ritual do excedente que reconduz o garimpeiro à sua condição de expropriação, é a família garimpeira e roceira como objeto exclusivo do chefe de família, cuja organização, no que se refere à relação com mulher filhos e dependentes, parece ser também autônoma em relação ao modo de reprodução social.

Acima foi apresentada uma observação de **Cascalho** na qual a cidade aparecia sustentada pelos garimpeiros. A primeira observação crítica sobre esta posição voltou-se ao *saco*, ou seja, de onde vem o produto consumido pelos garimpeiros no processo de trabalho. Uma resposta que se atém à superficialidade das relações sociais aponta para o crédito (capital comercial), mediado pelo *barracão*, que ganha a forma do fornecimento. O aprofundamento da análise mostra a existência de uma classe social que oferta o trabalho na região: *garimpeiros autônomos, meias-praças, alugados e roceiros*.

O objetivo dos trabalhadores no interior desta classe social é ter direito ao produto. Forma-se uma dinâmica regional que quanto mais expropriados são os trabalhadores mais as relações sociais regionais se aproximam das relações capitalistas, que remuneram o trabalho, independente do valor do produto, pelo valor da mercadoria força de trabalho. Entretanto, como o processo de expropriação não se completa antes dos anos 80 do século XX, o trabalhador exige acesso ao jogo do enriquecimento, característica essencial do garimpo. As diferentes formas de usufruir o bamburro revelam diferentes formas de ver a riqueza. As manifestações destas diferentes formas de vivenciar a riqueza revelam não só diferenças de classe, mas um sistema ideológico que sustenta a visão positiva do trabalho em uma região de trabalhadores que se apresentam socialmente como bamburristas ou infusados.

Isto permite reformular a questão mais uma vez: os garimpeiros das lavras se reproduzem como *uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais*, ou seja, não precisam ser submetidos sistematicamente pela *violência extra-econômica* (Marx, K. 1985: 277). Estes trabalhadores são formados em uma estrutura familiar em tensão com a ideologia do bamburro numa estrutura urbana que disputa com estas mesmas famílias o produto do trabalho dos garimpeiros. Ainda que o uso da violência não tenha se autonomizado do capital, trata-se de um processo contraditório. A violência cotidiana é econômica, a extra-econômica é velada.

Neste contexto a formação da família mostra sua historicidade. Trata-se de um processo de autonomização da reprodução da classe trabalhadora formando uma nova região em oposição à região do tráfico de escravos. A existência concreta desta possibilidade sugere que esta seja a chave para o clássico problema da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o que não pode ser discutido sem que se faça a crítica da naturalização da família como núcleo da reprodução de uma espécie natural.

Capítulo 6: A falta de autonomia da classe dominante regional em relação ao Estado, e a falta de autonomia do Estado em relação à classe dominante regional.

6.1 O bamburro como aquisição dos meios de produção e o significado social da classe dominante

Retomando o debate sobre o uso da riqueza entre os personagens de **Cascalho**, *Silvério* e *Filó*, percebe-se que o primeiro garimpeiro organiza suas estratégias para realizar o patrimônio necessário à família, buscando estabelecer um processo de acumulação garimpeira voltada para a superação desta condição, ou seja, almejando a formação de uma família proprietária. Já sobre o segundo personagem, o romance não dá pistas da forma como se relaciona com sua família. Sabe-se apenas que Filó nasceu em Lençóis e mora em Andaraí. Em **Cascalho**, uma história de superação da condição de expropriação aparece concretizada por *Seu Teotônio*. A apresentação da mobilidade vertical, neste caso, tem um potencial *democratizador* duvidoso⁵⁷. A mudança de classe revela que estas posições relativas pressupõem práticas para reprodução das mesmas, que mesmo assim não garantem sua manutenção.

O personagem *Seu Teotônio* teria passado de *meia-praça* a *dono de serra* depois de ter achado um carbonato que vendeu por *vinte contos* (1951: 67). Um bamburro que mostra a possibilidade da transformação desta riqueza em fonte de rendimentos futuros. Em oposição, *seu Durães*, o grande capangueiro, é vítima de uma baixa, empobrece e se suicida (1951: 87-8). *Seu Teotônio* se adapta à condição de proprietário: a própria disposição de seu escritório, protegido dos olhares externos por um *tabique*, bem como o *cofre*, as *pinças*, *lentes* e *balanças*, mostrando o ambiente como estranho aos olhos dos garimpeiros, um território do capangueiro (1951:231). O mal-estar dos trabalhadores neste ambiente é evidenciado por sua atitude de respeito temeroso, em que se embaraçam por não se ter tirado o chapéu ao entrar.

⁵⁷ Gilberto Freire apoia-se no conceito de Sorokin para afirmar que *o regime brasileiro, em vários sentidos sociais, é um dos mais democráticos, flexíveis e plásticos* (1987:52).

A *Seu Teotônio*, porém, sua *experiência de antigo meia-praça lhe dava uma imperturbável segurança no trato com garimpeiros: nunca eram suficientemente astutos com relação aos patrões*. Sabedor de suas vantagens, o capangueiro utiliza-se de todas as estratégias a sua disposição: embriaga os vendedores que se sentem *lisonjeados* com seu *conhaque*, mente sobre a qualidade da pedra, *mas era sincero à sua maneira: vivia do comércio de pedras preciosas e tinha uma família numerosa a sustentar* (1951: 233). A construção do enredo de Herberto Sales chama atenção para este personagem por ser ele incongruente, mostra a mentira ao passo que afirma a sinceridade. No entanto, faz lembrar um enunciado que João da Jia repetiu algumas vezes em nossas conversas. A construção era mais ou menos assim: *eu não tolero mentira, só a do comércio, porque não tem jeito, no comércio o povo mente mesmo*.

O jogo de astúcia envolvido na comercialização não se restringe evidentemente ao comércio de pedras preciosas. A mentira, neste caso, sustenta-se pela *objetividade fantasmagórica* (Marx, K.[1867] 1985:47) do valor das mercadorias. Sua presença como coisa útil esconde o processo social de constituição de seu valor. No caso dos diamantes, a *mão invisível* da concorrência, que segundo Adam Smith, acabaria conduzindo o *preço de mercado* ao seu valor – ou *preço natural*, que é o termo usado pelo autor – é totalmente neutralizada pelas condições de separação entre produção e consumo. Os lucros são invisíveis aos olhos dos garimpeiros, as operações neste mercado internacional mostram-se como um outro contexto ligado pelo processo de valorização das pedras.

Este processo é característico das sociedades produtoras de mercadoria. As relações sociais de produção são mediadas por coisas, pela coisa diamante, pela coisa dinheiro. As partes envolvidas neste processo têm visões parciais do mesmo. O garimpeiro desconhece o processo de comercialização da pedra depois de sua venda ao capangueiro, que pode desconhecer o processo de exportação da mesma.

Em **Cascalho**, em uma conversa de garimpeiros sobre grandes carbonatos, *Filó* fala de um carbonato que fora vendido por *cem contos*. *Mas o carbonato valia mais. Os garimpeiros deitaram balinha*.

- *É o destino da gente – aparteou Joaquim Bôca-de-Virgem. – Nós sempre deitamos balinha. Só quem sabe o preço verdadeiro dos diamantes e carbonatos são os capangueiro* (1951: 216).

Mesmo no interior da região, a concorrência encontra-se em tensão com a condição insuficiente de expropriação do garimpeiro. O garimpeiro usa a concorrência como moeda de troca para acessar a *serra* e o *saco*. Seu Teotônio defende seus privilégios de proprietário e fornecedor, diante do questionamento do preço oferecido por um carbonato:

- *Correr a praça? Você se esquece que trabalha na minha serra? – Ao proferir as últimas palavras sentiu a necessidade imperiosa de repeti-las: elas tornavam mais convicto o seu tom desabrido. – Em minha serra? – continuou. – Então você acha que vou consentir que diamante ou carbonato saído em minha serra vá parar nas mãos de outro comprador?*

Filó interferiu: não compreendia como Neco tinha feito uma pergunta tão estúpida.

- Veja se o senhor pode dar mais alguma coisa – disse.

Mas o capangueiro prosseguiu:

- É por essas e outras que eu estou suspendendo muitos garimpeiros que trabalham em minha serra. Nem todos sabem cumprir com sua obrigação.

- Eu falei por falar... – explicou Neco.

- Pois andou muito mal – observou Seu Teotônio – Além de dono da serra, eu sou o único fornecedor da sociedade, pois a outra meia-praça é minha mulher; sou o patrão. Tenho preferência sobre o carbonato, e essa preferência só Deus me tira.

- Sei disso... – murmurou ainda Neco (1951: 236).

A defesa da *sagrada preferência* por parte do patrão deixa bem claro que quem decide o preço dos diamantes na negociação com o garimpeiro é o capangueiro. Compreende-se, assim, outra forma de retenção de parte do excedente regional na mineração de diamantes nas lavras. Essa vantagem fica evidente, principalmente nos momentos em que há um ambiente de desconfiança, relacionado à comercialização do diamante. Este é o clima em que atua o *mosquitador*, porém sua vantagem na comercialização é a da negociação em segredo contra o proprietário de terras, o fornecedor ou os sócios⁵⁸.

Cícero argumenta, em entrevista realizada em 2000, que *o patrão tinha controle sobre a comercialização. Aqueles mais honestos botavam o preço deles e soltavam para o mercado, para rodar a praça, quando chegava lá adiante, mostrava: - olha este diamante...*

⁵⁸ *Mosquitador* é o pequeno comprador de diamantes, que costuma beneficiar-se da astúcia dos garimpeiros que vendem diamantes sem pagar o quinto.

Por comum todos já sabiam, esse é o garimpeiro de fulano, o garimpeiro de cicrano, então eles diziam: - quanto fulano deu, o pobre do trouxa dizia, deu tanto, e ele tinha que basear por ali, não chegava mais. Ele voltava, elas por elas, entregava ao patrão. Novamente a questão da característica deste meio urbano da sociedade regional, onde as pessoas se conhecem, conta muito para o entendimento do argumento. Afinal, se o *pobre do trouxa* fosse pego mentindo, podia perder o fornecedor.

É evidente que nada mais inútil para um garimpeiro do que um diamante que não pode ser vendido – vender não é uma opção. Além disso, a avaliação de um diamante não é nada trivial. A rigor, no caso de diamantes bons, seu valor é dado por seu potencial de lapidação.

A lapidação é um processo bastante difícil e técnico, sendo ao mesmo tempo, um processo polêmico, visto que um mesmo diamante é passível de ser lapidado de diversas formas, correndo-se inclusive o risco de perda de valor, dada uma lapidação mal executada. José Martins Catharino relata em seu livro, **Garimpo, Garimpeiro, Garimpagem**, a história do diamante Grão Mogol, que teria sido visto por europeus no século XVIII, na Índia, com cerca de 787 e 1/2 quilates quando bruto e que na lapidação teria sido reduzido a 279 e 9/16, o que teria custado a vida de seu lapidador (1986: 94).

Já no caso dos carbonatos, mesmo o reconhecimento da pedra é difícil. Em **Cascalho**, Herberto Sales apresenta esta dificuldade mostrando que, no retorno de *Filó, Silvério e Neco* da garimpagem na serra de *Seu Teotônio*, trazem consigo uma pedra que não sabem se é ou não um carbonato. Filó acha que se trata de uma ferragem, enquanto *Joaquim Bôca-de-Virgem* afirma ser um carbonato:

- Ouçam o que eu estou dizendo – voltou a insistir Bôca-de-Virgem. – Vocês estão com um carbonato seguro.

Um garimpeiro recém-chegado de Palmeiras entrou na conversa.

- Carbonato é um trem misterioso... – disse. – Até os capangueiros estão sujeitos a se enganar com êle. Parece até que tem encanto...

- Não viu o caso de Agulhão? – lembrou outro.

- Qual foi o caso? – perguntou Silvério, sem desviar os olhos da pedra que Filó conservava entre os dedos.

- *Agulhão encontrou um dia um ferrajão – foi contando o outro – e levou de presente para Seu Bacelar. Seu Bacelar achou a pedra muito bonita, e deu um mil réis a êle pra comprar charuto. Fêz um pausa como se procurasse recordar algum detalhe importante, e continuou: - A pedra ficou mais de um mês em cima da mesa de Seu Bacelar, servindo de pêso de papel. Quando foi um dia, Seu César de Mucugê entrou lá e disse: ‘Mas compadre, commo é que você tem coragem de deixar à toa um carbonato deste tamanho?’ Seu Bacelar quase cai pra trás (1951: 219).*

Assim, quando *Seu Teotônio* com sua *atitude pretensiosamente calma de quem vai rasgar um tumor*, começou a depreciar a pedra, os garimpeiros tiveram um alívio:

- *O carbonato é muito ruim – disse em tom convicto.*

Embora não se falassem, os três meias-praças podiam entender em sua essência o pensamento um do outro. À declaração do patrão, entreolharam-se. Sentiram-se, em seguida tocados de uma espécie de tranquilizadora emoção: tratava-se de um de fato.

A desvantagem dos garimpeiros na comercialização é relevante, não só pelas sutilezas envolvidas no conhecimento do diamante, mas acima de tudo, pela formação de uma estrutura monopolista de mercado⁵⁹. Trata-se de uma estrutura típica do capital: o acordo entre os compradores de diamantes da cidade faz com que – mesmo quando se permite ao garimpeiro *correr a praça* – as diferenças de preço sejam insignificantes. Assim, o trabalhador acaba vendendo quase sempre ao fornecedor, sendo melhor dar a vantagem por quem lhe concede crédito.

Configura-se algo que pode de fato ser chamado de dominação de classe. Perceba-se que não se trata simplesmente de uma forma de dominação direta, porque ainda que as relações estejam carregadas do poder pessoal, são mediadas por coisas. No entanto, essa forma de dominação não se encerra na relação de classe.

A forma de dominação em questão submete os dominadores regionais. A relação estabelecida entre a classe dominante regional e seu diamante na hora de vendê-lo tem algo em comum com a situação do garimpeiros. Interrompi acima um diálogo, em que *Joaquim Bôca-de-Virgem* comentava: - *Nós sempre deitamos balinha. Só quem sabe o preço*

⁵⁹ O uso do termo estrutura refere-se à estrutura de mercado, o termo caracteriza o mercado como não concorrencial.

verdadeiro dos diamantes e carbonatos são os capangueiros. A resposta de Filó Finança é a seguinte:

- Nem eles. Os gringos é que sabem. Esse carbonato foi vendido depois por cento e oitenta contos.

- Aos gringos? – interrompeu-o Silvério.

- Sim – continuou o outro. – Os gringos sabiam que êle valia quatrocentos.

- Quatrocentos contos?

- Sim.

- Como é que você sabe disso?

- Todo mundo sabe. Os gringos têm o comércio de diamantes e carbonatos nas mãos. Êles é que sabem dos preços verdadeiros (1951: 216).

O ceticismo de *Silvério* mostra seu potencial crítico em relação à forma como os garimpeiros da região percebem o processo. Esta forma sustenta a fala de *Filó*: *Como é que você sabe disso?* É notável que o que *todo mundo sabe*, ou acredita, torna-se parte da reprodução das relações sociais. *Os preços verdadeiros* são um produto do jogo de manipulação de oferta e demanda passível de ser feito por uma estrutura concentrada de mercado, o que é o caso do produto regional.

Neste sentido, cada preço é o resultado deste jogo intransparente de forças, portanto a própria verdade sobre as relações sociais é obscura. Por isso, a pergunta de *Silvério* mantém seu potencial crítico: como um garimpeiro pode saber os preços praticados na comercialização de uma determinada pedra? Se é que sabe, sabe pelo capangueiro, alguém que pode apresentar esta estrutura invisível ao ponto de vista regional como justificativa aos preços que pratica. Por isto, o verdadeiro preço do diamante é aquele pelo qual é vendido, seu valor teria de ser dado pela média social de trabalho necessário à sua produção. Uma média pouco significativa dado que seu desvio padrão é enorme⁶⁰.

No entanto, o diamante também não é o sentido do processo para a classe dominante regional. É interessante ressaltar que a palavra bamburro não faz sentido fora do contexto do garimpo. Tudo se passa como se o garimpeiro que bamburrou e o capangueiro que comprou a pedra não tivessem nenhuma relação com a pessoa que usufrui o valor de uso da

⁶⁰ Sobre o valor do diamante, vale a pena lembrar as observações de Marx feitas no primeiro capítulo do *Capital*. Seus preços talvez jamais tenham pago seus valores (1985: 48-9).

mercadoria, por exemplo, alguém que ostente o belo diamante no dedo. Entre o bamburro e a ostentação do brilhante, a coisa diamante segue sendo um símbolo de riqueza, mesmo que nos contextos diferenciados de produção e consumo esta riqueza possa ter usos diferentes.

Trata-se do caminho da obtenção de um valor de uso até sua realização. Um percurso marcado pela diferenciação de contextos, o que é característico da sociedade regional, parte de uma sociedade produtora de mercadorias de origem colonial. As relações sociais entre as áreas são mediadas por coisas, e podem causar impressões subjetivas distintas, não só pelas origens de classe, mas acima de tudo pela situação social e seu ponto de vista imbricado.

Louvando sua terra, Afrânio Peixoto escreveu: *Depois de ter andado pelo mundo, já o disse, e gosto de repetir, Lençóis, seus carbonados, exclusivos nossos, seus diamantes, mais duros que os outros, são 80% das pontas de aço de energia mecânica que rompe as pedras dos túneis e dos subsolos e faz a alma dos canhões, os monstros de guerra, que vomitam projecteis e ruínas... Lençóis colabora com o mundo no melhor e no péssimo, sem que o mundo o diga, se acaso o sabem os que dizem... Minoria serão as gemas que esmaltam colos, punhos, dedos, em colares, pulseiras, barretes, arrecadas, anéis, os diamantes de 'primeira água', a 'fazenda boa' que vai às lapidações e aos ourives: arte para exaltar a mulher, a gema da natureza. Lençóis colabora com a indústria, a guerra, os serviços públicos, as artes de joalheira... Quando o vejo, pelo mundo, a tudo isso, digo comigo... tudo isso é meu, se é de minha terra. E me orgulho de Lençóis* (Peixoto, A., 1947: 338).

Afrânio Peixoto, com seu ponto de vista de cidadão do mundo, sente-se dono do *melhor e do péssimo*, ao reencontrar-se com os valores de uso produzidos por diamantes. Trata-se de uma idéia de participação, contribuição e, por que não dizer, sociedade? Sociedade é uma palavra que não cansa de aparecer encobrando as mais diversas relações mediadas por coisas. O usuário do metrô de Paris e o gruneiro de Lençóis relacionam-se. Mas a coisa carbono não existe mais, gastou-se enquanto o túnel era furado. A sociedade em questão é a dos produtores de mercadorias. O fato de ambos andarem pelos subsolos é coincidência.

A demanda de diamantes e carbonatos aparece na região como uma força que, ao comprá-los, reproduz relações às quais é indiferente. O mundo pagou pelas pedras que o trabalho da região retira da terra. As coisas que a região compra são disputadas em seu

interior. Esta disputa reproduz a região, cuja autonomia só existe como aparência em relação a esta sociedade mais ampla. Depois que a indústria substituiu os carbonatos por diamantes sintéticos, a sociedade produtora de mercadorias deixou de demandá-los. Hoje os garimpeiros voltaram a ser praticamente indiferentes aos carbonatos.

A autonomia regional é, portanto, uma dimensão de aparência do sistema produtor de mercadorias. Ela aparece explicitamente na auto-proclamação de Lençóis como capital do sertão. Afrânio Peixoto, em seu romance *Bugrinha*, escreve o seguinte diálogo sobre as relações entre Lençóis, a Bahia (Salvador) e Paris:

- *Qual Paris, nem meio-Paris... Vocês têm aqui a mania de viver em Paris... Há a Capital, de permeio Capitão!*

-*De passagem... Você sabe que apenas nos serve de porto de embarque... Lençóis corresponde-se com Paris: tudo nos vem de lá, e para lá vai o nosso diamante... Que nos importa a Bahia?*

- *Não é assim, ou não deve ser assim, a Capital é o centro...*

- *Lençóis é a Capital do Sertão, Pereira & Miranda... Vocês da Bahia, é que nos vêm procurar* (Peixoto, A. 1947: 30-31). O interlocutor, o caixeiro-viajante *Pereira & Miranda* de Salvador, em sua condição de bajulador da classe dominante regional, abandona o debate sem estar convencido da ligação direta entre a mítica Paris e a sertaneja Lençóis.

Entre os documentos guardados por Mestre Osvaldo há uma série de correspondências entre o coronel Armando Spinola Pereira e Barretto Araújo & Cia, exportadores de carbonatos e diamantes da Bahia (Ad.13, Fig. 6), como mostra o papel timbrado, no qual são escritas as cartas. Trata-se de uma correspondência que parece ser freqüente, da qual só teriam sido guardadas sete cartas: 19, 21 e 31 de janeiro, 07 de março, 18 de abril, 6 de julho e 25 de novembro de 1921. Mesmo no próprio período que se referem às cartas guardadas, existem indícios de cartas recebidas a que não tive acesso, possivelmente por terem sido perdidas.

Três delas são somente extratos da conta corrente de Armando Spinola Pereira, tratadas em uma das missivas por: sua estimada conta (Ad. 13: 238). As outras cartas são textos dando notícias do mercado internacional e relatando procedimentos. Os dois aspectos, certamente relacionados entre si, são relevantes para a compreensão da reprodução regional a partir desta documentação: a determinação dos preços pelo

exportador, sempre creditada às condições do mercado internacional e a oferta de crédito por parte do exportador ao coronel.

O primeiro aspecto aparece claramente nas orientações dadas pelo exportador ao coronel sobre como agir e que preços praticar nas compras na região, além dos comentários sobre as implicações do contexto do mercado. Por exemplo, em vista da má situação dos negócios de carbonatos, não nos foi possível lhe dar algum lucro n'esta remessa, o que muito sentimos. As compras que estamos fazendo quer para diamantes ou carbonatos são a título de especulação, podendo tornar-se mau negócio, mais a frente afirma: sendo conveniente não demorar nas remessas. O mercado está péssimo, as compras são arriscadas, mas são feitas. O aperto do lucro do coronel é um fato reconhecido, não obtendo nenhum lucro na remessa (Ad. 13: 238).

Neste ponto, é necessário fazer uma observação para que não seja mal compreendida a situação problematizada. Armando é um proprietário de terras, o que o credenciava a receber o quinto (20%) pelos diamantes encontrados em sua serra. Além disso, ele talvez seja o fornecedor, recebendo a metade do valor da vendagem dos diamantes encontrados por seus meias-praças, abatido o quinto: sobram 40%. Ele, alternativamente, é o patrão dos alugados que contrata e, neste caso, a receita da vendagem é inteiramente sua, descontados os custos. Por isso, o excedente da classe dominante regional não é igual ao lucro, não a este lucro que não foi possível dar nesta remessa. Mas o que seria o tal lucro?

Uma outra correspondência de *Barretto Araújo*, de 27 de agosto de 1930, esta para ao *Snr Manoel Alcantara de Carvalho*, é bastante elucidativa deste aspecto. A carta informa os *LIMITES para compras de diamantes e carbonatos*. Trata-se de uma tabela que identifica os tipos de *diamantes* em sete categorias⁶¹ e os *carbonatos* em nove. Os diamantes são: *fundos*, a 3\$000 o grão; *Fazenda Fina* a 15\$000 o grão; de 1 grão a 18\$000; de 2 grãos a 25\$000; de 3 grãos a 35\$000; de 4 grãos a 45\$000; e *Fundos bons* a 4\$000. (Barretto). Os carbonatos são: *menos de 1 grão* 20\$000 por quilate; 1 grão 80\$000 por quilate; 2 grãos 160\$000 por quilate; 3 grãos 450\$000 por quilate; 4 grãos 680\$000 por quilate; 5 grãos 760\$000 por quilate; 6 grãos 840\$000 por quilate; 7 grãos ??????? por quilate; 8 grãos 1.000\$000 por quilate.

⁶¹ Estas categorias podem variar. Uma outra tipologia pode ser encontrada no Arquivo de Mestre Osvaldo em duas tabelas. A única categoria em comum entre estas tabelas e as usadas por Barretto Araújo acima é da de *Fundos*.

A enorme variação de preços entre as categorias – nos *carbonatos* é de 50 vezes, nos *diamantes* de 15 vezes – reforça o elemento de incerteza associado à relação entre o preço do diamante e o tempo de trabalho necessário à sua obtenção, que é imprevisível. Afinal, do ponto de vista da dificuldade, é muito mais fácil perder, seja na bateia seja na peneira, um carbonato de *menos de 1 grão*, do que um de 2 quilates, ou seja, 8 *grãos*, que é muito mais visível por ser maior.

A carta é encerrada com uma observação grifada e escrita em vermelho: *Carbonatos de 3 grãos acima temos muito interesse. Avisar sempre a quantidade comprada. Tudo especial, o que não agrada devolver com 10% de diferença* (Ad. 13: 237). Como se pode observar, os limites fixados garantem o preço mínimo que o exportador oferece ao comprador regional, orientando-o na compra. A observação final sobre o grande interesse já poderia ser subentendida pelo diferencial de preço. Entre 2 e 3 grãos, o preço por quilate quase triplica. O destaque que é feito pode ser visto como sinal de melhores possibilidades de negociação.

Existem algumas observações anotadas a mão ao lado do texto, que é datilografado. Uma das anotações diz: *18/9/30, Abílio comprou um carbonato de 5g por 980*. Segundos os valores datilografados, *carbonatos de 5 grãos poderiam ser comprados a 760\$000 por quilate*. A relação entre o quilate e o grão é de um para quatro, portanto, um carbonato de 5 grãos, pesa 1,2 quilates, valendo 912\$000. Neste caso, haveria um prejuízo de 68\$000. Este resultado não se confunde com o excedente retido pela classe dominante local na pedra, que esquematicamente corresponderia a: 20% dos 980\$000, 196\$000, somado à *meia-praça*, 40% dos mesmos 980\$000, ou seja, 392\$000, subtraído do prejuízo de 68\$000, este excedente seria igual a 520\$000, restando abater os custos de gerenciamento da serra e do *saco*. Se o trabalho fosse o do *alugado* pelo dono da serra, a receita seria integral, 912\$000, e a somatória das diárias pagas substituiria o *saco* como custo, além do gerenciamento da serra, e o valor de 980\$000 nem seria explicitado.

Evidentemente, o uso destas formas alternativas de comandar o trabalho, *meia-praça* e *alugado*, tem implicações decisivas para a reprodução regional. No entanto, para compreendê-las é necessário recorrer à dinâmica, já discutida, de reprodução das famílias garimpeiras. A família garimpeira reproduz parte da força de trabalho, que pode ou não permanecer nela.

Como foi discutido no capítulo quatro, o contexto de oferta e demanda de trabalho, e de sua percepção por parte da sociedade, explica que o trabalhador possa ou não exigir a participação no produto. É a oscilação da oferta e da demanda de trabalho que explica a existência do *meia-praça*, o que não pode ser compreendido sem que se leve em conta a existência de uma dinâmica mais ampla da mobilidade garimpeira. Conforme foi discutido, os garimpeiros só em último caso aceitam trabalhar como alugados. Desta forma, os contextos de mineração que não permitem a perspectiva de enriquecimento perdem trabalhadores, assim como, naquelas regiões em que os garimpeiros parecem enriquecer, formam as chamadas influências.

É emblemática a figura de *Silvério*, o roceiro sertanejo que passa por Andaraí, constrói as condições sociais para tornar-se *meia-praça* trabalhando de *alugado*, bamburra como *meia-praça* e foge para Palmeiras, onde terá de reconstruir sua condição de *meia-praça*, talvez como *alugado* de novo. Além das cidades da região, existem os garimpos do Mato Grosso, do Piauí, de Goiás. Diante destas possibilidades, o papel da família e das relações pessoais em geral precisa ser levado em conta. Antes, é preciso deixar claro que há a necessidade da classe dominante local se manter comprando pedras e fornecendo garimpeiros. Sem fornecedores e compradores, os garimpeiros, especialmente os jovens, seguem os itinerários da mobilidade garimpeira⁶². Tal classe tem seu capital preso à serra e às propriedades agropecuárias da região.

Os capitais regionais podem extrair excedente nas relações com os roceiros e vaqueiros que produzem das áreas subsidiárias à região, para onde se dirige também parte da acumulação de seu capital. Em **Cascalho**, há uma referência à relação mineração-fazenda, no que se refere às propriedades do *Coronel Germano*: a primeira propriedade é em *Passagem*, serra rica em diamantes; a segunda, a *fazenda São Pedro*, a somente três léguas da cidade, margeando a serra, em relevo plano, e vegetação original de floresta. No capítulo I, da 4ª parte do livro, o Coronel, em suas reflexões sobre um momento de crise no comércio de carbonatos divagava: *Passara a vida a tirar do garimpo para meter na fazenda e a tirar da fazenda para meter no garimpo, recomeçando sempre, e agora, o que iria fazer? Talvez fosse demasiado tarde para decidir por uma coisa ou outra. Durante*

⁶² A apresentação do conceito de mobilidade garimpeira é feita na tese de Helion Póvoa Neto, **No caminho das pedras: itinerários na formação da mobilidade garimpeira em Goiás** (1998).

toda a sua existência, tentado por resultados mais imediatos, nunca soubera resistir à atração do diamante: tudo seria realizado a seu tempo, e por isso ia pondo à margem muitos dos projetos relacionados com a São Pedro, tendo a atenção incessantemente desviada para um novo cateamento (1951: 285).

A alternativa principal de acumulação de capital para a classe dominante regional é a fazenda de gado, visto que dirigir investimentos ao garimpo envolve riscos. A forma de menor risco foi formulada por Mestre Osvaldo, filho de Armando: certa vez, em uma conversa, os termos são mais ou menos os que se seguem.

O garimpo na região não acabava, porque se mantinha com custos muito baixos. Havia um *exército de pesquisadores*, os garimpeiros, que, até encontrarem uma *frente de serviço* em que vissem potencial, não custavam nada. Identificada a *frente*, custavam somente o *saco*. Ao mesmo tempo, a área ao redor da serra produz alimentos que não tem para onde vender e precisa viabilizar as mínimas trocas para sua manutenção, o que barateia o *saco*. Não raro a terra pertence a algum coronel, que cobra a meia, ou a terça. O efeito conjunto atuaria como uma contra tendência de crise regional, já que a redução da demanda causada por uma redução do investimento na mineração resultaria em uma redução da demanda de alimentos e, portanto, em uma queda no custo do *saco*. As roças ao redor, seguindo o argumento de Mestre, sofreriam uma falta de mercado constante, de forma a manter o custo do *saco* em níveis muito baixos.

O argumento implica em uma baixa necessidade de investimento por parte do capital regional, que pode dirigir-se à acumulação pecuarista. Isto permite inverter a apresentação do problema proposto pelo coronel Germano no trecho citado. A possibilidade de ***tirar do garimpo para meter na fazenda e tirar da fazenda para meter no garimpo***, que em um momento de crise de acumulação do diamante pode parecer ser o problema, na verdade, revela-se a chave de acesso a um capital menos imobilizado que o da pecuária. Ao mesmo tempo, permite o acesso ao crédito dos exportadores que pode ser um apoio em uma situação de crise, embora aumente a dependência junto ao exportador.

Na primeira correspondência do exportador, citada acima, sempre em linguagem cordial, o preço é forçado para baixo: se achar que demos calculo muito baixo nos carbonatos de 86 grãos, e que pode obter ahi melhor preço, telegrape-nos para lhos devolver, não nos fazendo a menor diferença (Ad. 13: 238). No entanto, um mês e meio depois, na carta de 7/3/1921, afirma: a-pesar do bom portador que hoje segue para ahi, o Sñr. Octacilio Senna, achamos de bom alvitre não remetter os s/ carbonatos aguardando-nos para fazel-o mais oportunamente. Ou seja, a negociação continua.

O argumento constante nas cartas é o de o mercado internacional estar parado, sempre usado para recomendar cautela e arrocho nos preços, o que se reflete em uma pressão sobre a economia regional: o tal mercado internacional está fora do controle dos vendedores regionais. O mercado concentrado, que permite a pressão de baixa, provoca uma situação similar às relações entre conhecidos das cidades da região, como mostra um comentário de Barretto Araújo, na carta de 25 de novembro de 1921. O remetente insinua que o coronel Armando teria se equivocado por ouvir um concorrente. *Sentimos que o digno amigo influenciado pelas notícias mais animadoras transmittidas daqui por outro comprador tivesse desta vez facilitado um pouco mais nas suas compras, sendo depois levado a vendel-as com prejuízo. Foi somente com o fim de lhe ser agradável e minorar seus prejuízos que ficamos com os seus diamantes aos nossos limites anteriores, pois mesmo em Andarahy antes da partida de nosso socio Manoel Aguiar já ofereciam mercadorias com 20% menos dos preços que lhe fizemos.*

Poderá o amigo acreditar na nossa sinceridade, certo de que lhe transmittimos sempre os maiores limites possíveis. O negócio no momento está difícil, carecendo de muito cuidado, apesar disto continuamos no mercado e esperamos que em breve possa nos fazer uma remessa de diamantes de acordo com as nossas intrucções (Ad. 13: 244).

Ainda que seja razoável supor que o ano de 1921 tivesse sido um ano especialmente difícil, a simples existência deste *limites* mostra quem faz o preço. A mesma situação possivelmente se repete na relação de *Barretto Araújo* no comércio exterior com o mercado internacional de diamantes. Essa dinâmica faz com que a concentração do excedente esteja nas mãos dos comerciantes estrangeiros.

Essa afirmação é sustentada por um dos personagens de **Cascalho** – o *promotor Oscar Soure* se refere à situação como *a máquina de rapinagem e trapaça: Por outro lado, há entre os capangueiros os privilegiados, que mantém negócios diretamente com as firmas estrangeiras monopolistas. Com êles se reproduz, embora em outras proporções e com outras variantes, o mesmo caso dos mosquitadores transformados em agentes. Por esse motivo, orientados pela tabela especial que lhes é fornecida pela firma estrangeira com que negociam também força, à margem dela, seus preços individuais, e até mesmo desastrosas baixas no mercado* (1951: 262).

Outro aspecto da relação entre o coronel e o exportador é o crédito. No período de um ano a que se referem as cartas, a dívida do coronel Armando com Barretto Araújo jamais é zerada. Em janeiro de 1921, a estimada conta é de 57:488\$000. Em novembro do mesmo ano, 50:507\$000. Em um ano em o que o coronel vendeu pelo menos 166:307\$000 em diamantes e carbonatos sua dívida se mantém; esta proporção já dá idéia da importância do crédito na relação.

Além disso, Barretto Araújo presta alguns serviços ao coronel em Salvador. Paga suas contas aos estabelecimentos comerciais e permite saques dos emissários do coronel, mesmo com a conta em situação negativa. Quando nega os saques, Barretto Araújo argumenta que o mercado de carbonatos e diamantes continua completamente paralisado no estrangeiro. O nosso stock está acima de nossas forças, sem ceder aos esforços que temos empregado pára obter uma oferta rasoavel. Devido a isto temos nos encontrado sem numerário forçando-nos a suspender as ordens de saque e ultimamente as compras. Esperamos que tudo isto passará mas não sabemos a data. Logo possamos dispor de numerário lhe telegrapharemos mandando continuar as compras.

Pedimos de não demorar nas remessas do que tiver comprado, pois a demora, mesmo sem sahida poderá nos acarretar de grandes prejuízos. A mercadoria estando aqui podemos remetter e fechar câmbio das mesmas, ficando somente os riscos de perdermos nos preços e não em jogo de cambio (Ad. 13: 239).

O exportador se remete ao coronel como aliado. Neste quadro, o referido risco do *jogo de cambio*, ao estipular regras pretensamente exteriores torna-se mais uma forma de pressão sobre o coronel, revelando, mais uma vez, a falta de autonomia da classe dominante regional. Afinal, quando se trata de informar ao coronel sobre sua dívida, Barretto Araújo

cobra a dívida sobre a qual não cobra juros, afirma: *pedimos que nos diga algo a respeito* (Ad. 13: 243).

Desta forma, é de se supor que a concessão do crédito pelo exportador funcione em seu contexto da mesma forma que no armazém, ou seja, a concessão do crédito visa garantir que o coronel venda a este exportador e não a outro, da mesma forma que o *fornecedor*, dono do armazém tenta garantir-se como comprador das pedras encontradas pelo garimpeiro. Evidentemente que os lucros comerciais devem cobrir com relativa folga, em ambos os casos, os juros que deixam de ser cobrados.

Outro elemento que pode ser notado é a constante presença de parentes como portadores de diamantes ou dinheiro. O que indica a interação entre os negócios e a família. O sobrenome Senna, da esposa de Armando Spinola Pereira aparece várias vezes. São eles: *Octacilio Senna*, citado como o cunhado por *Barretto Araújo* em uma das cartas, *F. Senna Britto*, *Renerio Senna*, *Ademar Senna*, e *Francisco Senna* (Ad. 13). Esta interação sugere a necessidade de discutir a diferença do papel da família nesta classe social em relação à família garimpeira já problematizada, bem como sua forma diferenciada de reprodução.

Do ponto de vista da reprodução das relações de produção, como foi sugerido, a família dos trabalhadores da região tem a função social da reprodução da classe. A classe, no sentido atribuído no capítulo 5, era formada por garimpeiros e roceiros. O elemento empiricamente significativo é a expropriação que leva estes trabalhadores a buscarem o garimpo. Neste sentido, o que define a posição de classe é a condição objetiva de expropriação e subjetiva de buscar trabalho no garimpo.

Esta observação tinha por objetivo questionar o entendimento da família como instituição social sem história. Partindo da apresentação feita por Herberto Sales, o argumento tentava mostrar a disputa da família com outras personificações do capital nas cidades da região. Haveria uma forma de ver a riqueza implicada ao seu desfrute pelo garimpeiro bamburrado que se manifesta na própria sociabilidade desta sociedade urbana particular.

No caso da família da classe dominante, o que aparece é a contraditória sinceridade – à maneira de Seu Teotônio que *vivia do comércio de pedras preciosas e tinha uma família numerosa a sustentar* (1951: 233). A *família numerosa* faz da mentira do comércio uma espécie de sinceridade prática, bem compreendida pelo modo de ver a reprodução das

relações sociais na região. Formada sobre a crueza das relações escravistas, a falsidade do capital comercial mostra-se fundamental para reprodução das relações de produção.

Seu Teotônio confronta-se com a natureza exterior do mercado e busca garantir a diferenciação social à sua família. Aparentemente existia a possibilidade de mulheres ocuparem posições de comando⁶³, como parece ser o caso da mãe do *coronel Germano de Cascalho*. Nas lembranças do coronel aparece *uma mulher de luto em Andaraí, com uma balança de pesar diamantes no bôlso da bata, dando ordens a dois garimpeiros, de pé na calçada da casa; era sua mãe, e êle tinha dez anos: brincava com um carneiro que o pai lhe dera de presente, pouco antes de morrer. De súbito, porém, tudo se lhe apagou na memória, como se a porta se fechasse diante dele; quando ela de novo se abriu, um homem saiu de dentro do quarto abotoando-se, e sua mãe apareceu muito pálida em seguida. – ‘Não mandei você ficar no quintal?’* (1951: 286)

Deve-se destacar que a propriedade é transmitida por herança. Além disso, a família forma, até certo ponto, seus herdeiros, e isto que se chama de formação não pode ser compreendido sem que se leve em conta a reprodução das relações de reprodução. Assim, *Seu Teotônio* pôde ser apresentado no romance como um ex-meia-praça, muito à vontade no lugar de proprietário de terras, impondo aos garimpeiros a mentira necessária do capital comercial e isso com a maior sinceridade, pois o fazia em nome de sua *numerosa família*. A mãe do coronel, assumindo, com a morte do marido, a responsabilidade pela família, criou seus filhos, *Germano* e *Quelèzinho*, para o exercício da reprodução de sua posição no *patriarcado dominante* dos proprietários da terra.

Mesmo nas famílias das classes trabalhadoras, caracterizadas por sua situação de expropriação, a reprodução de seu patrimônio aparece como comportamento racional. As condições de expropriação que forçam a venda da força de trabalho não excluem a propriedade, muitas vezes de uma casa como no caso já discutido da família de Ceciliano. O que define a situação de expropriação é a reposição da condição de membros da família forçados a trabalhar para viver. Define-se, portanto, em oposição à classe dominante, que vive de seu capital.

⁶³ Marisa Correa, no artigo *Repensando a Família Patriarcal Brasileira*, publicado em **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil** (Arantes, A. A. 1994) critica a centralidade do modelo patriarcal de família nas análises sobre o período colonial, indicando outras formas coexistentes.

Este viver de seu capital, conforme foi argumentado anteriormente, envolve a imposição de uma forma determinada da reprodução das relações de produção. O controle sobre as terras produtoras de diamantes, cuja propriedade foi formada no momento em que a região era escravista, é questão central no argumento. A manutenção da propriedade da terra formada no período escravista revela a naturalização desta relação com a terra – patrimônio transmitido de pai para filho. Ressalte-se que a questão é especialmente polêmica, dado que a terra foi distribuída como concessão de lavra.

A formação da propriedade da terra sobre bases escravistas foi o assunto do terceiro capítulo. Sua manutenção associada à própria crise que caracteriza aquele momento histórico regional, tendo em vista a inexistência de separação entre as personificações da propriedade da terra, Estado imperial e capital comercial, implicou a manutenção da grande concentração da propriedade da terra. A reprodução das relações de produção passa por uma transição na qual a existência da relação de meia-praça desempenha um papel importante.

O quarto capítulo partiu da apresentação da mediação feita pela propriedade da terra. A falta de autonomia entre a gestão da propriedade da terra e da violência não implicava a restrição de acesso do trabalhador à terra, mas o pagamento do quinto como meio de acesso. Foi problematizado, no quinto capítulo, a existência de famílias de trabalhadores livres expropriadas. A expropriação, neste caso regional, não implicou que estas famílias não tivessem algumas oportunidades de acessar os meios de produção não produzidos, à exceção do diamante. Por isto, em diferentes contextos, os trabalhadores conseguiam reivindicar a participação na renda gerada pelo produto de seu trabalho.

Observa-se que esta forma de remunerar o trabalho revela a ausência da aparência de autonomia que caracteriza a relação de compra e venda da mercadoria força de trabalho. O valor da mercadoria força de trabalho se forma em um mercado autônomo em relação ao valor do que é produzido pela pessoa do trabalhador.

As condições de reprodução das personificações do trabalho na região dão conta de estabelecer a diferença entre estas duas formas de acumulação de capital. A região não pode prescindir de formas de relação de trabalho que, por não possuírem a aparência de autonomia do trabalho assalariado, apresentam-se como pré-capitalistas. No entanto, é importante observar que as próprias condições críticas da mineração de diamantes, depois

das descobertas da África do Sul, implicaram tanto a mobilização de contingentes de trabalhadores para outras regiões quanto de capitais.

Ambos os movimentos reduzem a pressão sobre os meios de produção não produzidos e restringem as possibilidades de extração de excedentes. As estratégias de acumulação precisaram reorganizar-se de forma a restringir-se aos trabalhadores livres. Neste contexto, a renda da terra torna-se uma forma de rendimento chave, enquanto o lucro passa para segundo plano. Ao mesmo tempo, a mediação do crédito ganha importância, por isto faz sentido falar em acumulação de capital comercial. Isto significa que o excedente social deixa de ter a aparência de empreendimento privado puro e precisa ser mediado pela violência e pelos sobre-lucros comerciais garantidos pela separação dos contextos de produção e consumo. A aparência pré-capitalista não pode ser entendida como ausência da mediação da mercadoria – ela é o sentido do processo. Neste sentido, é preciso compreender que o coronel não é um senhor feudal, mas uma forma particular de capitalista.

6.2 Um comentário sobre o coronelismo depois do estudo da região

Para encerrar a análise da reprodução das relações de produção na região das Lavras Baianas é necessário mostrar duas formas de ser coronel. O coronel Horácio de Matos e o coronel Armando Spinola Pereira. Horácio corresponde à visão de senso comum sobre o coronel, algo entre um líder carismático e um ditador regional. Era certamente um chefe no comando de grupos de jagunços, que poderia ser interpretado como o defensor de uma estrutura arcaica contra a modernização do Brasil urbano e democrático. Armando, assim como seu filho Isaias, não cabem tão facilmente nesta caricatura. As poucas aparições de Armando Pereira nos textos que relatam os tempos das lutas de Horácio, estão sempre associadas às posições de empresário e prefeito, portanto, formulando estratégias de composição com o poder regional ou estadual, dependendo do contexto.

Um momento importante das disputas coronelistas na Bahia são os *convênios* de *Lençóis*, da *região do São Francisco* e de *Castro Alves*. Estes convênios são algo como tratados de paz que encerram um movimento chamado de *Revolta Sertaneja*, ocorrido na virada de 1919-20, como reação à eleição de J. J. Seabra ao governo da Bahia. Segundo o

historiador do estado da Bahia, Luís Henrique Dias Tavares, o fato aparentemente novo daquela disputa eleitoral foi que *políticos anti-seabristas tomaram a iniciativa de oferecer armas e munições a coronéis da Chapada Diamantina e região sanfranciscana rompidos com Seabra e o governador Antônio Moniz* (2001: 341).

A análise das nove cláusulas do *Convênio de Lençóis*, um dos termos da paz estabelecida, revela as questões que levaram ao movimento sertanejo:

Primeira – Absoluta isenção de responsabilidades civis ou criminais, por atos praticados pelos revolucionários desta zona ou fatos decorrentes das ações dos mesmos.

Segunda – Para provimento dos cargos de nomeação nos municípios revolucionários, o Governo ouvirá os seguintes chefes políticos: em Lençóis, o Coronel Manuel Alcântara de Carvalho; em Brotas de Macaúbas, o Major João Arcanjo Ribeiro; em Wagner, o Major João de Souza; em Remédios, o Coronel Leonídio Ambrósio de Abreu; em Guarani, o Coronel José de Souza Guedes; em Macaúbas, o Coronel Francisco Borges Figueiredo Filho; em Brejinhos, o Coronel Francisco Teixeira; cabendo aos diretórios políticos a indicação dos nomes para cargos eletivos.

Terceira - O Governo promoverá, por todos os meios ao seu alcance, a supressão do município de Barra do Mendes e a sua incorporação ao município de Brotas de Macaúbas.

Quarta - Retirada absoluta de Manuel Fabrício da política do município de Campestre, fazendo-se, depois, a reunião dos habitantes do mesmo município para escolha de seus representantes.

Quinta - Nos município de Itaberaba, Orobó e Capivari, fazer-se uma política de aproveitamento dos melhores homens, sem distinção de parcialidade política.

Sexta - O Governo envidará todos os meios para tornar efetiva a permanência das autoridades judiciárias nas sedes das comarcas e termos.

Sétima - Nas próximas eleições estaduais, o partido situacionista recomendará para as cadeiras à Assembléia um Senador e um Deputado indicado pelos chefes constantes da cláusula segunda.

Oitava - Ficará debaixo das garantias e do patrocínio do Senhor General-Comandante da Quinta Região Militar o cumprimento de todas as cláusulas apresentadas.

Nona – Confiantes nas garantias de completa justiça e equidade, oferecidas pelo Senhor General Alberto Cardoso Aguiar, Comandante da Quinta Região Militar, o Coronel Horácio de Matos e seus amigos dos municípios citados, em sendo aceitas as cláusulas deste acordo, prestarão pleno apoio ao futuro governador da Bahia, reconhecido e proclamado pelo poder competente (Moraes, W. 1997: 98-9 e Tavares, L. H. D. 2001: 345).

Sobre as cláusulas do convênio, pode-se dizer que a *primeira*, a *oitava* e a *nona* referem-se simplesmente às condições imediatas da pacificação, sendo que as demais parecem concentrar as reivindicações dos sertanejos. A *segunda* define os chefes aliados e seus municípios de influência, que teriam de ser reconhecidos pelo poder estadual. A *terceira* exige a supressão de um município. *Desmembrado de Brotas de Macaúbas pelo governo estadual, Barra do Mendes* era o reduto de um dos maiores inimigos de Horácio Matos, o coronel Militão Rodrigues Coelho (Moraes, W. 1997: 102). A *quarta* cláusula exila outro adversário de Horácio, o coronel *Manuel Fabrício*. A *quinta* destitui os chefes de *Itaberaba, Orobó e Capivari* e pede outros *homens melhores*. A *sétima*, que reivindica que os *chefes constantes da cláusula segunda* possam escolher um *Deputado* e um *Senador*, força o reconhecimento dos líderes vitoriosos na política estadual. A sexta cláusula, que parece estranha no meio desta lista, será problematizada a seguir.

Raimundo Faoro analisa o convênio tendo como fonte textos de Rui Barbosa. Neste momento, Rui Barbosa já havia sido candidato da oposição à Presidência da República, tendo vencido nos maiores centros urbanos e na região das Lavras. Posteriormente, Rui Barbosa havia também apoiado a campanha de Paulo Fontes ao governo do estado, estopim do levante sertanejo (Tavares, L. H. D. 2001: 338-46).

Tendo como fonte um autor simpático aos sertanejos, Faoro afirma que o *movimento restabelece o equilíbrio de forças entre os coronéis e o governador, no momento perturbado. A intervenção federal restitui à Bahia o vínculo entre a base e a cúpula, de cuja fratura nasceu a sedição* (2000: 269). Este vínculo entre base e cúpula é a chave para entender sua fratura.

A fratura teria sido dada pela *nomeação de intendentes, eletivos apenas os conselheiros municipais, resultou em criar, à margem dos honoratiorens, uma teia governamental autônoma* (2000: 267). Para Faoro, *a decantação dos traços empíricos,*

*historicamente filtrados, dos coronéis permite a tipificação sociológica. Eles são essencialmente **honoratioren**, pessoas que, graças a sua situação econômica, podem dirigir um grupo como profissão acessória não retribuída, ou mediante a retribuição nominal ou honorária (2000: 258).*

A definição do tipo, ainda que se refira a características dos coronéis, naturaliza a posição do político remunerado, trata como exceção uma característica que é oposta à autonomização da política como trabalho remunerado, como se a taxa de salário dos políticos fosse formada no mercado. A posição do político como profissional remunerado é um desdobramento do processo de autonomização entre capital e estado. O coronelismo é um momento deste processo.

Faoro sabe que se trata de dois momentos de um processo de autonomização da política. Esta é sua tese, mas aquilo que o autor usa para caracterizar o coronel é exatamente aquilo que confere especificidade à política no capitalismo, ou seja, sua aparência de uma profissão como qualquer outra, na sociedade dos iguais, onde tanto faz ser lixeiro ou senador, sendo que, cada um supostamente faz sua parte. Não se trata, portanto, de uma diferença de tipos, mas de momentos do processo de modernização, que autonomiza suas partes, aprofundando a mediação naturalizada da mercadoria.

Em outro trecho, Faoro comenta o momento da crise com a divulgação da vitória de Seabra: *os ressentimentos do interior rompem em protestos suscitados pela aliança inesperada com as classes conservadoras em oposição ao governo estadual apropriado por um grupo restrito, graças aos tradicionais instrumentos de controle sobre os municípios (2000: 267).*

Não resta dúvida que as formas de controle do estado sobre o município estão entre as razões da crise. Alguma coisa muito parecida poderia ser dita partindo do argumento de Victor Nunes Leal, desenvolvido em **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil** (1997): *seria errôneo identificar o patriarcalismo colonial com o 'coronelismo', que alcançou sua expressão mais aguda na Primeira República. Também não teria propósito dar este nome à poderosa influência que, modernamente, os grandes grupos econômicos exercem sobre o Estado (1997: 276).* O autor estabelece as distinções entre três momentos da formação nacional.

O argumento central da tese desenvolvida pelo autor consiste em afirmar o *'coronelismo'* como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa herança colonial. Para o autor não é possível compreender o fenômeno sem referência a nossa estrutura agrária, por isso, a estrutura agrária fornece base de sustentação das manifestações do poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (1997:40).

Tendo percebido o processo contraditório da formação institucional do Estado brasileiro, o autor parte da oposição público-privado sem criticá-la como historicamente determinada pelo processo de modernização. Neste processo, o Estado – face pública – autonomiza-se, até certo ponto, da acumulação do capital; e o capital autonomiza-se, de maneira relativa, do uso direto da violência por sua face privada. O autor parece crer na possibilidade de uma esfera pública legalmente regulada, apesar da menção à *poderosa influência que, modernamente, os grandes grupos econômicos exercem sobre o Estado*.

Para o autor, o *coronelismo pressupõe a decadência do poder privado e funciona como processo de conservação de seu conteúdo residual, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente senhores de terras* (Leal, V.N. 1997: 40). O argumento geral identifica o coronelismo como um momento do processo histórico que amplia o poder público em detrimento do poder privado dos senhores de terras. A questão da representação ganha destaque, compreende o coronelismo como marcado pela tensão entre a autonomia municipal, cuja moeda de troca era o controle exercido pelos coronéis sobre os eleitores, e o poder estadual, que controlava a violência. O elemento novo no argumento de Faoro é a *aliança de classes*, mas ela não é explicada, é *inesperada*.

Assumindo a perspectiva de quem narra a **História da Bahia** (2001), o convênio de Lençóis também é apresentado por Luis Henrique Dias Tavares. A análise do convênio começa com uma observação sobre a falsa impressão de autonomia dos coronéis que poderia ser oferecida pelos termos do convênio: *é fato que tinham poder, e não era pequeno, mas não isolado e sim geminado a um sistema socioeconômico em que os grandes proprietários de terras ocupavam posição dominante e o sistema político-eleitoral republicano funcionava como legitimador dos interesses de grupos sociais que*

englobavam famílias, compadres, amigos, aliados e agregados. Mandonismo local para assegurar mão-de-obra submissa e relações de trabalho em que só raramente havia pagamento de salários e a formas primárias da terça, da meação e do dia de trabalho gratuito se mantinham e cresciam (2001: 345).

O argumento sobre o coronelismo tenta fundamentar o poder dos coronéis no sistema eleitoral e nas relações de trabalho não-assalariadas, salvo engano, próximo à perspectiva de Victor Nunes Leal. A perspectiva da história estadual acaba por descrever relações de trabalho mais próximas da roça do que da mineração. Ainda assim, o autor percebe as relações como não-assalariadas, aquém do assalariamento.

Para o caso da região estudada, o argumento desenvolvido tentou mostrar que se de fato as relações não são as salariais, isto não se dá em prejuízo da posição do trabalhador, visto que o direito ao produto é um elemento central para atrair o trabalhador para a mineração. No entanto, os meandros da mediação da forma mercadoria permitem a extração do excedente do trabalho.

A negociação com a propriedade da terra é feita na forma da mercadoria. Reparte-se o valor da pedra encontrada. A violência contrapõe-se à astúcia do garimpeiro que tenta bater o quinto. O capital comercial fornece o garimpeiro e depois compra seu produto, impondo o preço, e faz mais que isso: em sua forma difusa, disputa o rendimento do garimpeiro com o trabalho vendido pelas prostitutas, com a indústria regional da cachaça, com as roças e com a formação do patrimônio das famílias dos trabalhadores. Cada um destes contendores depende de dinheiro para reproduzir sua condição social e mesmo para transformá-la. O coronel personifica tanto a propriedade da terra, quanto o capital comercial e o Estado na região, e é para manter-se nesta posição que precisa ter o poder de violência.

Este poder de violência não pode ser compreendido sem que se leve em conta as relações com o poder territorial estadual, ou provincial nos tempos do Império. Como foi argumentado no capítulo três, quando a área promete riquezas significativas à classe dominante estadual, naquele momento provincial, esta exige sua fatia, numa espécie de guerra dos emboabas.

Com isso, é possível voltar à relação entre o governo estadual e o coronel na versão de Victor Nunes Leal. É o apoio do governo do estado que, muitas vezes, decide o

enfrentamento daqueles que disputam o poder nos municípios. É o poder municipal que pode solicitar o apoio da polícia estadual. Desta forma, a posição do mando municipal é estratégica para definir a retenção do excedente regional por parte dos coronéis.

Em **Cascalho**, Herberto Sales descreve a tomada do poder municipal de Andaraí pelo *coronel Germano* nos seguintes termos: *A frente de duzentos homens armados, o coronel acabava de alijar a tiros seus adversários eleitorais, assumindo a chefia do município com amplas garantias do govêrno, cuja política, em relação ao interior, era baseada na lei do mais forte* (1951: 63-4).

O argumento parece coerente com o de Tavares, que apresenta como a rede de apoios ao coronel no município, assegurando vitórias eleitorais a cada quatro anos, estaria assegurando seu mando: *o delegado de polícia e os soldados da PM ajudando-os a ‘manter a ordem’, com apoio do juiz, do promotor, dos coletores federal e estadual de impostos, do padre da Igreja Católica e da professora nomeada. Para a normalidade do sistema, o governador, os senadores e deputados federais e estaduais precisam estar igualmente atentos para garantir ao coronel amplo circuito de favores e trocas em que entram o nepotismo, clientelismo, corrupção, impunidade e violência* (2001: 346).

Em oposição a este quadro está a apresentação de Horácio Matos feita por Walfrido Moraes, que permite retomar a estranha sexta cláusula do convênio de Lençóis, na qual o coronel exige que o *Governo efetive a permanência das autoridades judiciárias nas sedes das comarcas e termos*. Esta reivindicação do funcionamento do poder judiciário acompanha o coronel desde o início de sua trajetória de lutas, ao menos é o que sugere a versão apresentada por Walfrido Moraes. Para o autor, *Horácio se revela, desde cedo, com tendências absolutamente pacifistas*.

Em dezembro de 1914, Vitor Matos, irmão do coronel foi assassinado no *Povoado de Olhos d'Água do Seco*. Horácio teria buscado resolver a questão na justiça, tendo escrito um *Manifesto ao Governador do Estado* no *Diário de Notícias* da capital. Diante da ausência de resposta, o coronel parte para a *tradição brasileira da vingança privada* e decide sitiar *Campestre*, onde se *homiziam* os criminosos, obrigando o *coronel Manoel Fabrício*, chefe local a se render (1997: cap. 6 e 7).

O livro de Walfrido Moraes apresenta a trajetória do coronel com indisfarçável simpatia. Mas o argumento do *Manifesto* dá força à defesa do coronel. Horácio é

apresentado como um coronel anticoronelista, o homem pacífico que luta contra a injustiça da família Sá e seus aliados. O grande aliado da família Sá e do bloqueio à justiça seria o governo do estado, que nomeia os intendentess municipais.

O enredo de **Jagunços e Heróis** ([1963]1997) leva o leitor a reconhecer justiça nas violências praticadas pelo coronel Horácio Matos, que aparecem como estando sempre limitadas ao estritamente necessário. A tensão entre a justiça formal e o desejo de vingança da família da vítima não é um problema que se restringe ao período coronelista.

A versão de Walfrido de Moraes apresenta a formação familiar do coronel como aspecto relevante, e esta família como uma organização social mais ampla que a família conjugal. O autor narra a passagem do comando da família do chefe Clementino Matos, para seu sobrinho Horácio de Matos. Falando da morte heróica de parentes e amigos, e de seu *Código de Honra*:

Não humilhar ninguém - mas também nunca se deixar humilhar, por quem quer que seja;

Não roubar, jamais, sejam quais forem as circunstâncias – nem permitir que alguém roube e fique impune;

Ser leal com os amigos e parentes protegendo-os sempre;

Ser leal com os inimigos, respeitando-os em tempos de paz e enfrentando-os em tempos de guerra;

Não provocar nem agredir – mas se for ofendido colocar a honra acima de tudo, e reagir na melhor extensão da palavra, porque de nada adianta a vida sem dignidade.

A seguir, Clementino faz o sobrinho apanhar a palmatória e dar *meia dúzia de bolos bem puxados, em todos os demais sobrinhos, primos e afilhados, a fim de que passem a obedecê-lo daquela hora em diante* (1997: 58-9).

Tanto a apresentação que coloca Horácio como a caricatura do coronel e defensor do atraso, quanto a que transfere a caricatura para o coronel Felisberto Sá e apresenta Horácio como anticoronelista, rejeitam a posição contraditória do coronel. Mesmo aceitando a versão de Walfrido Moraes, o poder de Horácio dentro da família é apresentado simbolicamente na palmatória.

Tais discursos retiram o coronel de seu contexto, pois ora apresentam a possibilidade do coronel romper com condições sociais que, como coronel, ele não pode

transformar, ora responsabilizam o coronel por esta ordem de coisas, como se seu desaparecimento resolvesse a questão. A resposta para a questão do convênio de *Lençóis*, *região do São Francisco* e de *Castro Alves*, possivelmente, passa por outra trilha.

O levante dos coronéis foi motivado pela criação de *uma teia governamental autônoma*, à *margem dos honoratiorens*, os coronéis, articulados por uma *aliança de classes inesperada*, conforme as formulações de Faoro. É preciso deixar claro que as disputas políticas de Horácio foram conquistadas no campo de batalhas, assim como na passagem de **Cascalho** acima citada.

A posição de chefe regional de Horácio voltou a ser atacada pelo governo estadual e seus adversários articulados pela liderança do senador Cesar Sá. A luta ocorre em 1925 e Horácio é acusado de apoiar o movimento tenentista contra a oligarquia dominante. Depois disso, persegue a Coluna Prestes até as fronteiras da Bolívia. Em 1930, Horácio de Matos e seus jagunços entregam as armas à Revolução. A índole pacífica do coronel aparece novamente no relato de Walfrido Moraes, que mostra o apoio de Horácio à *medida do desarmamento geral, como segurança da paz e a prontidão da justiça realiza um seu antigo ideal e merece seu franco apoio*. Para reforçar o argumento, o autor cita em nota dois outros momentos em que o coronel teria se manifestado pelo desarmamento do sertão: em *artigo publicado na imprensa baiana em 1918*, no qual se proporia a dar o primeiro passo, entregando seu material bélico como exemplo, e depois de *1920, quando delegado regional*, teria renovado suas sugestões (Moraes, W. 1997: 175).

A continuidade do processo revolucionário de trinta, decidido a eliminar o coronelismo baiano leva à prisão de Horácio de Matos, além de vários outros coronéis do sertão. Em 1931, já libertado por um *habeas-corpus*, o coronel é assassinado pelas costas em Salvador (Tavares, L. H. D. 2001: 387).

A história de Horácio de Matos interessa a este argumento pelas seguintes razões: a interpretação da ambigüidade do coronelismo, isto é, a personificação do poder ainda não autonomizado da violência no Estado nacional; e a persistência das formas de acumulação de capital na região depois da entrega das armas. Em outras palavras, é necessário explicar a sobrevivência política de Armando Spinola Pereira e seu filho Isaias, depois da morte do coronel.

Como conclui Erivaldo Fagundes Neves, *o poder oligárquico local, de sólidas raízes sociais, abalara-se, mas não desmoronou na Bahia. Reestruturou-se e adequou-se aos novos tempos. Tão bem se articulou que absorveu o Tenente-Interventor. Juracy Magalhães foi um líder Tenentista que rompeu com o getulismo. Em 1945, integrou a UDN, tornando-se um dos expoentes nacionais, com sólidas raízes nas oligarquias baianas* (1997: 50).

O argumento de Erivaldo Fagundes Neves sobre a forma como as sólidas raízes sociais do poder oligárquico local se reestruturaram, apenas dá uma pista do processo de transformação entre estas gerações. Os filhos da oligarquia regional passam a ser, nos termos do autor, uma *aristocracia academizada*. De fato, a estratégia, valorizada pela mãe de Filó Finança do romance **Cascalho**, de Ceciliano, de Cícero e de tantos outros garimpeiros, de incentivar os filhos a diplomar-se é semelhante a das famílias da elite. É fato que os filhos de garimpeiros acabaram não conseguindo seguir esta trilha de sucesso: a escola terminava cedo demais nos municípios da região.

Segundo o **Pequeno Álbum de Lençóis**, o coronel *Felizberto* Augusto de Sá *vive ainda nas pessoas de sua grande descendência- filhos, netos e bisnetos. Dos filhos vivem ainda os Coroneis Cesar e Carlos de Andrade Sá, diamantários autorizados, sendo vários os netos que ahi estão de nomes firmados, muitos diplomados em diversas carreiras, outros pontificando no alto comércio* (Lençóis. 1945: 50-51a).

A aristocracia, que podia fazer os filhos estudarem fora da região, *academizou-se*. O capital usado pelas famílias para realizar suas estratégias pode autonomizar-se da região como um processo de formação de quadros para o *estamento burocrático* identificado por Faoro. Contraditoriamente, o capital regional destas famílias perdeu sua personificação necessária, foi se perdendo, centralizando-se nas mãos dos poucos coronéis que se mantinham na região, como Armando Pereira e seu filho Isaias, em Lençóis.

Esta centralização do capital regional refere-se especialmente às terras. As sociedades com herdeiros da família Viveiros, analisadas no quarto capítulo, são uma das formas desta centralização. Sendo que a questão central é manter a propriedade da terra e os direitos a seus produtos, por isto é interessante observar uma carta escrita pelo *coronel Manoel*

*Alcântara de Carvalho ao coronel Marcolino Forte Guigó*⁶⁴, em 2 de setembro de 1935. O remetente afirma que, *sabendo que as terras onde existem consideráveis quantidades de minérios argentíferos lhe pertencem, para lhe dar uma prova da minha amizade, dirijo-lhe a presente para lhe avisar que o Governo Federal criou uma lei que obriga a todos os proprietários de minas e jazidas registrá-las, no ministério da agricultura sob pena de perderem, sob as mesmas, todo o direito, - se não fizerem o que a lei determina. Há também uma lei estadual que obriga os proprietários de terras legalizá-las. Eu legalizei todas as minhas terras daqui e do Assuruá* (2002: 192).

A carta apresenta como os proprietários regionais defendiam seus direitos de proprietários frente ao avanço do Estado, mostrando-se atentos às mudanças nas leis federais e estaduais. José Martins Catharino, que realizou uma revisão bibliográfica sobre o *ordenamento jurídico das jazidas e minas* em seu livro **Garimpo, garimpeiro, garimpagem** (1986: cap. 6), afirma: *Toda esta parafernália legislativa, que vem desde as Ordenações, para disciplinar querimas e querimônias, proprietarista exclusivamente, na Bahia, como em Minas - mais no passado que no presente, sempre esteve ao sabor dos mais poderosos - é ter poder. Na Bahia, por exemplo, na época dos coronéis, dos quais Horácio de Mattos foi o pontífice, com corte na cidade de Lençóis, 'Capital da Chapada Diamantina', por muitos anos, a lei efetiva era a que impunham, com força militar própria, constituída de jagunços. Os coronéis, nas suas respectivas áreas, eram, de fato, os legisladores, juízes e o Governo, e alguns paternalistas humanitários* (1986: 217-8).

Note-se que entre a carta do coronel Manoel Alcântara de Carvalho e a observação de Catharino há uma tensão: o coronel que conhece e busca adaptar-se à lei e a lei imposta pelos coronéis. Esta apresentação do problema coloca o coronelismo como um poder de mando autônomo em relação à lei. A tese aqui defendida sugere enfrentar o problema de forma diferente. São as condições de acumulação de capital na região que criam, ou não, as condições necessárias e possíveis para a autonomização da lei em relação ao mando, conferindo-lhe forma de trabalho.

Tanto o aparato estatal de violência direta, policial, quanto o aparato jurídico que promete o cumprimento objetivo da lei precisam ser formados. Este processo de formação

⁶⁴ Delmar Alves Araújo, em seu texto *Realidade imaginária e concretude representada: garimpendo as trilhas do cotidiano*, publicado no livro **Bambúrrios e quimeras (narrativas de**

não ocorre desvinculado do processo de acumulação de capital. Tal aparato necessita formar força de trabalho e sustentá-la em seu território. No caso da região, este aparato, passa por um momento importante de autonomização em 1930 sem que a acumulação de capital regional possa sustentá-lo de forma autônoma.

Para que se possa criticar a visão que atribui às regiões um atraso que traduziria as mentalidades de suas elites é importante recapitular rapidamente o processo de formação do território nacional brasileiro desde suas origens coloniais. Neste processo, a escravidão não foi resultado de nenhuma tradição. Foi a forma possível de acumulação de capital naquele contexto.

O ponto de partida deste processo, na interpretação de Gilberto Freire, seria resultado de um tipo de *iniciativa particular*. É deste tipo de *iniciativa particular*, que segundo Gilberto Freire, teria se disposto *a vir povoar e defender militarmente, como era exigência real, as muitas léguas de terra em bruto que o trabalho negro fecundaria* (1987: 18). É um pouco incômoda a idéia de considerar uma iniciativa particular escravista, mas ela acaba por revelar o segredo da *iniciativa particular* arrancar mais-produto dos trabalhadores.

Cabe uma observação no sentido de reduzir o anacronismo como o objeto de estudo é necessariamente olhado. No fim do século XVIII, Adam Smith formula uma especificação do tipo de poder que a riqueza seria. Ela seria poder de compra, pois os poderes político e militar não se trocam necessariamente por dinheiro. Sobre as observações de Smith pesa sempre a acusação de naturalização, o que precisa ser qualificado, pois Ricardo, este sim, argumenta que as sociedades humanas operam por uma lógica trans-histórica. Há em Smith um dualismo que separa a sociedade primitiva da sociedade evoluída. Nunca é demais lembrar que o título do capítulo sobre o processo de formação das relações de produção no capitalismo escrito por Marx em **O Capital** é uma ironia com o dualismo smithiano. A observação de Smith é feita como uma crítica à associação de riqueza e poder enunciada por Hobbes em um momento histórico em que a violência autonomizava-se processualmente na passagem do Estado absolutista para o Estado nacional.

O Estado nacional permitiu que a burguesia acumulasse sem ter de portar a violência e constituiu as esferas de mediação da luta de classes, que levou, no centro do sistema, à constituição da social democracia. A autonomização do Estado nacional implicou no

estreitamento do campo de ação da política. O campo de ação da política passou a ser limitado por direitos naturalizados, como o da propriedade. Implicou na definição do objeto da política e levou o Estado nacional à sua crise atual, na qual sua falta de autonomia pôde ser mostrada: a democracia espetacular de massas cuja pirotecnia disfarça mal o colapso da modernização em processo⁶⁵.

A inversão ideológica de Freire, ao usar o termo *iniciativa particular*, acaba por ressaltar, tentando fazer apologia, a associação entre capital e violência, entre o *patriarcado dominante* colonial e o Estado metropolitano. Perceba-se que a inversão ideológica precisa suprimir a relação fundamental entre o Estado metropolitano e o *patriarcado dominante*: que é parte do segredo da estratégia de acumulação deste Estado, como a centralidade do tráfico negreiro revela (Novaes, F.A. 1995: 98).

A reprodução das relações de produção não é explorada, o discurso esconde a importância do tráfico. Quanto ao escravo da grande lavoura, sua posição *instrumental* é inquestionável, como mostra Caio Prado Jr.. Se o *patriarcado dominante*, inicialmente, não pode deixar de dominar diretamente a reprodução dos escravos, depois da abolição, a iniciativa particular do *patriarcado dominante* pode apresentar-se como estrutura autônoma em relação à família dos expropriados, desde que estes se coloquem voluntariamente a serviço do capital. Sem que isto ocorra, o assalariamento não permite a acumulação do capital.

Perceba-se que não se trata somente de uma política deliberada pela classe dominante para impor uma nova ideologia à classe dominada. A existência do escravismo não excluía a venda da mercadoria força de trabalho. Trata-se de um processo contraditório que impõe uma transformação nas práticas da reprodução das relações de produção. A propriedade do trabalho deixa de ser do capital.

Nunca é demais lembrar que esta separação ocorre antes da formação de uma superpopulação relativa no Brasil, de modo que a violência não pode autonomizar-se da propriedade da terra e nem do capital comercial. Os rendimentos deste capital regional são disputados de forma contraditória tanto pelos roceiros, garimpeiros, lavadeiras, putas e

⁶⁵ Sobre este assunto ver o ensaio: *A falta de autonomia do Estado e os limites da política*, em **Os últimos combates** (1997), de Robert Kurz.

coronéis, como pela província, império e pelos mercados internacionais. Assim, o ponto de partida colonial revela o sentido do processo, sempre a acumulação de capital.

As condições para que a classe dominante possa viver de seu capital estão associadas ao desenvolvimento da relação capital, ou seja, da autonomização dos rendimentos de terra, trabalho e capital. Isto só pode acontecer a partir do momento em que a violência tenha se autonomizado do capital e passe a ser monopólio do Estado. A tentativa de aplicar ao Brasil as fases apresentadas por Marx em **O Capital** representa um esquematismo inaceitável, especialmente por não perceber a história específica do mundo colonial como peça chave no processo de formação do capitalismo na Europa (Novais, F. A. 1995: Cap. 2).

No entanto, a igualdade formal se impõe desde a abolição, mesmo que, do ponto de vista das práticas, o Estado não possa exercer o monopólio da violência. A Guarda Nacional, antes de ser a permanência de uma mentalidade arcaica, é a instituição que permite compreender a tensão de um processo de modernização mundial, cujo sentido é a acumulação de capital. A Guarda Nacional assume as tarefas de forçar as condições regionais no sentido de produzirem excedentes produtivos. A forma como isto é feito é o objeto de estudo da região. Não explorar estas formas de organização social levando em conta seu sentido de acumulação de capital implica em naturalizar este sentido. Esta naturalização autonomiza a região da totalidade capitalista permitindo compreendê-la como território, formado por relações sociais específicas à área.

Pode-se sugerir que o processo de modernização, na medida em que autonomiza as esferas de poder político, personifica as práticas de seus momentos de reprodução. Assim, não só coronéis, mas governadores e presidentes da federação, são apresentados socialmente como sujeitos do processo. Não por acaso, o próprio J. J. Seabra, contra o qual formou-se a revolta sertaneja, apresenta-se como crítico das oligarquias, entusiasmando os universitários de Salvador, os jovens oficiais do exército e da marinha. No poder, sentencia Tavares, *nada o credencia como anti-oligárquico, ele próprio um político que combinou concessões e facilidades para grupos socioeconômicos e financeiros poderosos* (2001: 332).

Interessante notar que o discurso *anti-oligárquico* parece sucumbir à condição de oligarca, como se os revolucionários sempre trássem a causa. Na formulação de Victor Nunes Leal, *a estrutura econômica e social não era inadequada ao regime representativo*.

Do ponto de vista deste autor, a mudança segue sendo necessária em 1949, quando publica seu livro. *Não podemos negar que o ‘coronelismo’ corresponde a uma quadra da evolução política do nosso povo, que deixa muito a desejar. Tivéssemos maior dose de espírito público e as coisas se passariam de outra forma. Por isso, todas as medidas de moralização da vida pública nacional são indiscutivelmente úteis e merecem o aplauso de tantos quantos anseiam pela elevação do nível político do Brasil. Mas não tenhamos demasiadas ilusões. A pobreza do povo, especialmente da população rural, e, em consequência, o seu atraso cívico e intelectual aparecem como sério obstáculo às intenções mais nobres* (1997: 287).

A formulação parece contraditória. Primeiro há: *tivéssemos maior dose de espírito público e as coisas se passariam de outra forma*, o que seria coerente com o pedido de *moralização*, mas isso não basta, pois o problema é outro, é a *pobreza do povo, especialmente da população rural*. Chama a atenção que o sujeito oculto ‘nós’ (de *tivéssemos...*) pode referir-se à nação, mas parece referir-se à classe dominante. Seu próprio enunciado é da classe dominante, afinal por *mais nobre* que o sujeito oculto seja, os pobres atrasados seguirão sendo um obstáculo. Na mesma linha vão os discursos anti-oligárquicos de Rui Barbosa pregando a organicidade de capital e trabalho e pedindo para *despoliticalharem* (Faoro, R. 2000: 230).

Sobre os problemas políticos enfrentados pela República Raimundo Faoro argumenta que *as inquietações urbanas, as angústias européias da elite, a sede de mando de civis e militares, a demanda inquieta e impaciente – tudo se amortece e paralisa diante de uma muralha apagada e inerte. O senhor da soberania, o povo que vota e decide, cala e obedece, permanece mudo ao apelo à sua palavra. O bacharel reformista, o militar devorado de ideais, o revolucionário intoxicado de retórica e de sonhos, todos modernizadores nos seus propósitos, têm os pés encharcados pelo lodo secular. Os extraviados sedem o lugar, forçados pela mensagem da realidade, aos homens práticos, despidos de teorias e, não raro, de letras. No campo, no distrito, no município, o chefe político, coronel tardo e solene, realista e autoritário, amortece, na linguagem corrente o francês mal traduzido e o inglês indigerido. Ele municipaliza a expressão erudita, comunicando-lhe, de seu lado, sentido e conteúdo, converte o freio jurídico do governo no buçal caboclo* (2000: 240 grifo meu).

Assim, o coronelismo pode ser visto como uma adequação prática para uma situação que teria sido criada pelo desconforto com o *lodo secular*, pela impossibilidade de acumular capital sem recorrer à violência. Os coronéis, homens *práticos*, seguem acumulando capital e fazendo sua síntese autoritária local. No argumento de Faoro, a *inadequação*, referida por Victor Nunes Leal, também é identificada, aparecendo como *tradução* mal feita do *francês* e do *inglês*. O povo não estaria preparado para a democracia representativa. A democracia representativa em si parece não ter problemas; o problema é o despreparo das populações rurais, ou *rurbana*, como argumenta o autor (2000: 240-1).

Percebendo o processo de autonomização do Estado em relação à acumulação de capital, o autor analisa a questão como relação entre política regional e estadual. O argumento de Faoro naturaliza a mediação da forma mercadoria, por isso sustenta a autonomia do *estamento burocrático*, que *desenvolve sua política superior e autônoma remediando as crises com as revoluções bonapartistas* (2000: 371). Sem negar a percepção de autonomia, nem a possibilidade que o Estado tem de enfrentar as crises do capital por esta via de transformação administrada, nem a existência daquilo que o autor chama de *estamento burocrático*, é necessário ressaltar que a burocracia medeia suas relações no interior de uma forma de racionalidade especificamente capitalista: a forma mercadoria, que como mediação social impõe o sentido do processo, a acumulação de capital.

Por isso, a possibilidade da reprodução de um *estamento*, como apresentado pelo autor, depende da reprodução das relações de produção. A eficácia daquilo que Faoro chama de *revoluções bonapartistas* depende da habilidade do referido *estamento* acomodar-se no interior da reprodução crítica das relações de produção. Para o caso da crise que leva ao convênio de *Lençóis*, a explicação oferecida por Faoro percebe a maleabilidade do *estamento burocrático* nacional e estadual diante de uma crise entre base e cúpula, na qual a cúpula parece ceder para *restabelecer o equilíbrio*.

Este reestabelecimento do equilíbrio não pode se dar nos mesmos termos dos tempos de Horácio Matos. O próprio coronel sabia disto e por isto era favorável ao desarmamento do sertão. Por outro lado, ainda era possível acumular capital na região, porém isto não poderia ser feito na mesma escala de capital da influência de 1844. Ocorre um processo de centralização do capital que se inicia ainda antes da abolição dos escravos, com a

descoberta das minas da África do Sul. Os rearranjos posteriores que se deram no auge do período coronelista tinham sua chave na acumulação de violência e capital comercial.

Na região, a crise continuou. No entanto, o poder do Estado nacional acumulou-se. Este acúmulo transformou-se também em acumulação provincial e depois estadual. O convênio de Lençóis marca, talvez, o último momento em que o capital regional pode confrontar-se com o estado de armas na mão. O resultado disto redundou na morte de Horácio. Esta morte caracterizada como a morte simbólica das Lavras, por Walfrido Moraes, não significou o fim daquela dinâmica regional.

As estratégias estudadas nos capítulos anteriores e neste mostram a forma como Armando sobreviveu a Horácio. Não se pode negar que a morte de Horácio anunciava, no entanto, a crise final da região. As redes de itinerários da mobilidade garimpeira continuaram a levar os garimpeiros para novas influências.

Expressa nas estratégias familiares de formação, a educação revela as novas possibilidades da mobilização do trabalho. Alfabetizados ou não, estes trabalhadores acabariam por possibilitar a formação da superpopulação relativa que possibilitaria a autonomização do capital nacional nos grandes centros urbanos do centro-sul. Mais uma vez, a dinâmica anti-cíclica da redução da pressão sobre os meios de produção não produzidos possibilitaram que as poucas famílias que ficaram se reproduzissem, conformando um modo de vida com a aparência de tradição garimpeira.

Considerações finais:

A reprodução das relações regionais de produção foi apresentada ressaltando-se a submissão da região à sociedade produtora de mercadorias. A regionalização, no entanto, é marcada por particularidades importantes, que conferem à área uma aparência de autonomia em relação ao todo. Na tese de Victor Nunes Leal (1997), o atraso da região seria causado por uma espécie de patologia da elite regional, que não consegue distinguir o público do privado.

O argumento da tese aqui defendida percorreu o processo de formação da região desde o período colonial, discutindo a concessão e desenvolvimento das sesmarias do sertão, relacionado-a com o controle metropolitano. Com a independência, a autonomia aparente aumenta. Segundo Faoro, *a autonomia do potentado rural fez proliferar o dependente agrícola, o colono de terras aforadas e arrendadas*. Com a *Resolução de 17 de julho de 1822, a evolução do instituto chegou ao fim: de concessão administrativa ao domínio, do domínio à posse, até o novo estatuto promulgado em 1850* (2000: cap. IV item 5, 144). A terra assume a forma da mercadoria, passa a ser objeto de compra, venda e arrendamento.

Uma distinção importante para abordar este problema refere-se à formação colonial da região. Discutindo a *gênese da renda fundiária capitalista*, Marx observa que no *sistema mercantilista o que decide é a produção de mais-valia, a partir, no entanto, do ponto de vista não conceitual da esfera da circulação*. *Ao mesmo tempo, porém, o que caracteriza corretamente os interesses dos comerciantes e fabricantes daquela época, bem como o período de desenvolvimento capitalista que eles representam, é que, na transformação das sociedades agrárias feudais em industriais e na correspondente luta industrial entre nações pelo mercado mundial, o que realmente importa é o desenvolvimento acelerado do capital, que não pode ser alcançado pelas assim chamadas vias naturais, mas só por meios coercitivos* (1985-6: 247).

Como se pode perceber, trata-se de um discurso que pensa o momento histórico como de *transformação das sociedades agrárias feudais em industriais*. No que se refere

aos Estados nacionais de origem colonial, não havia sociedades agrárias feudais. Havia, sim, regiões que, se podiam ser chamadas de agrárias, não tinham sentido feudal. Os meios coercitivos, neste caso, são desde logo utilizados, e a forma como se mobiliza o trabalho é desde logo forçada, escancaradamente forçada. Conforme argumenta Faoro, sobre a concessão das sesmarias, *a realidade americana torce o conteúdo da lei, transformando a terra, de instrumento régio de colonização e povoamento, em garantia permanente de investimento agrícola* (2000: 144).

Nestas condições, *o ponto de vista não conceitual da esfera da circulação se impõe*. A formação da região é o que dá sentido à territorialização. Terra sem trabalho e sem capital não produz mais-valia, não forma mercado para *o desenvolvimento acelerado do capital*. Além disso, para o Estado nacional brasileiro do século XIX, a transformação destas sociedades agrárias em industriais parece um projeto distante. A acumulação de capital em seu momento colonial não se apresenta como relação de troca voluntária de equivalentes. Os escravos não têm a autonomia de sujeitos que personificam suas mercadorias. O interesse em discutir o escravo de ganho vem daí. Ser escravo de ganho é uma forma de personificar o trabalho e, ao mesmo tempo, reconhecer seu proprietário nesta mesma posição. O sujeito do trabalho concreto entra em contradição com o sujeito remunerado pelo trabalho abstrato. É pelo direito de viver sobre si que o escravo de ganho paga. É como se alugasse seu direito à liberdade formal.

Na região escravista, discutida no capítulo três, o grande proprietário de escravos tem acesso à terra. A propriedade de escravos é o pressuposto da Lavra. Neste caso, terra, trabalho e capital encontram-se sob um mesmo sujeito personificador, que não por acaso personifica a lei, a justiça e a violência do Estado. Ele, que parece ser o poder por excelência, é um produtor de mercadorias. A produção dos escravos não se limita a suprir a capacidade de consumo do seu senhor. Produz-se sempre o máximo possível. A forma de repartição do produto não é pautada pela mobilidade do trabalho em busca de melhores condições de reprodução, nem pela taxa de lucros. A terra não é um bem de capital como qualquer outro, mas uma concessão do Estado que implica a gestão do território em troca do pagamento de um imposto sobre o trabalho - as captações, pagas pela empresa do coronel. Esta empresa personifica a produção regional como um todo.

A gestão do território tem que dar conta da regionalização estabelecida previamente. Não será sem conflitos e acordos mediados pela forma mercadoria que este processo se desdobrará. É neste ponto que o argumento de Faoro mostra seu sentido, segundo o qual a *autonomia do potentado rural fez proliferar o dependente agrícola, o colono de terras aforadas e arrendadas*. Perceba-se que na região estudada nesta tese não há *autonomia do potentado rural*. Ele é obrigado a negociar com os garimpeiros livres, roceiros, o Estado imperial, os demais capitais comerciais, tanto o regional como o internacional.. Trata-se de uma autonomia relativa, mas terra, trabalho e capital têm seu momento de maior centralização. O faturamento desta empresa resume-se à receita de venda de diamantes, que engloba rendimentos de terra concedida e trabalho adiantado como capital constante a ser depreciado.

Marx afirma que *o título de certo número de pessoas sobre a propriedade do globo terrestre que lhes capacite a se apropriarem, como um tributo, de parte do mais-trabalho da sociedade e, com o desenvolvimento da produção, se apropriarem em escala sempre crescente, é encoberto pela circunstância de a renda capitalizada, portanto esse tributo capitalizado, aparecer como preço do solo e por isso esse pode ser vendido como qualquer outro artigo comercial*. E mais à frente compara: *Da mesma forma, um senhor de escravos, que comprou um negro, sua propriedade sobre o negro não lhe parece obtida pela instituição da escravidão enquanto tal, mas pela compra e venda de mercadoria. Mas o próprio título não é criado pela venda, apenas transferido. O título precisa existir antes de poder ser transferido e, tanto quanto uma venda, uma série de vendas, sua repetição constante, não pode gerá-lo. O que efetivamente o gerou foram as relações de produção. Assim que chegarem a um ponto em que tem de mudar de pele, desaparece a fonte material do título, econômica e historicamente justificada, emana do processo de geração social da vida, e de todas as transações nele fundadas* (1985-6: 239).

Assim, com a renda de monopólio dos solos diamantíferos e o capital centralizado nas mesmas mãos, as Lavras, não fosse a inesperada concorrência da África do Sul, teriam continuado a atrair capitais e disputado escravos com a cafeicultura no fim do século XIX. A crise deste capital centralizado revela a falta de autonomia, não do mando do coronel, mas da região em relação aos mercados externos de diamantes e escravos.

O quarto capítulo, já no contexto pós-abolição, discute os *onos*, ou *quinto*, como renda da terra. Trata-se de uma renda em dinheiro, mas como proporção do produto, o que não era o caso do imposto cobrado pelo Estado na região escravista: por captações. Esta forma de renda exige o controle da produção de um trabalhador que se apresenta inicialmente como autônomo. A abolição autonomizou o trabalho e o capital da terra e, neste caso, a renda da terra aparece como a única forma de excedente regional. Pode-se dizer que o trabalhador nestas circunstâncias encontra-se expropriado apenas da terra. A posição do proprietário de terras, olhada por esta perspectiva é a de senhor absoluto, sua renda é, portanto, tributo. Tributo pago, não só ao monopólio das terras, como também ao monopólio da violência.

Esta conclusão, porém, não é suficiente. Estes trabalhadores consomem em seu processo de reprodução uma quantidade significativa de mercadorias que eles mesmos não reproduzem, necessitando comprá-las no mercado a cada ciclo de produção. Neste sentido, somente aparentemente a propriedade da terra representa uma fonte de renda autônoma. A propriedade da terra resulta do poder de seu proprietário em impor o controle sobre estas terras. A figura do gerente é somente um sinal disso. O controle da violência transcende a área da propriedade da terra e chega à cidade. Na cidade, o capital do proprietário envolve o controle do comércio e da violência, em certas situações, em oposição às preferências do presidente da província.

Por isso, a dinâmica regional não pode ser compreendida sem que se discuta o ciclo de reprodução da região: a cidade, onde se faz o *saco*; a serra, onde se desdobra a garimpagem, e, de volta à cidade a venda dos diamantes e o desfrute da riqueza. É só na cidade que se pode ver o garimpeiro como expropriado e submetido ao fornecimento do *saco*. Na serra, o *frente de serviço* dirige o trabalho. Trata-se do capital comercial autonomizado do processo de produção. O fornecimento é a reprodução da necessidade de crédito do trabalhador. E é, certamente, o proprietário de terras quem ocupa o lugar de controle deste capital comercial regional, comprando e vendendo não só do garimpeiro, como também do roceiro. Acumula seu capital também sob as bases da dinâmica pecuária e a parceria com esses roceiros.

Em oposição ao roceiro, o garimpeiro apresenta-se como o pobre que corre o risco de receber uma grande quantidade de dinheiro de uma vez. A inexistência de uma relação de proporcionalidade segura entre trabalho e produto confere ao garimpo a aparência de um jogo. A sedução do enriquecimento atrai trabalhadores por diversas razões, por isso o quinto capítulo discutiu as estratégias e práticas adotadas pelos garimpeiros em sua relação com esta riqueza. Em primeiro lugar, o garimpeiro precisa conseguir trabalho como *autônomo* ou *meia-praça*. Fora dessa posição, é obrigado a trabalhar como *alugado*, ficando em condição similar ao *roceiro*, sem chance de alcançar a riqueza. Em segundo lugar, o garimpeiro vivencia a oscilação entre o *bamburro* e o *infusamento*.

Todo esse contexto não pode ser compreendido sem que se discuta a formação das famílias na região. Os trabalhadores se reproduzem como tais nas famílias. A reposição quantitativa dos garimpeiros pelas famílias possibilita ao capital estabelecer uma separação aparente. O valor da mercadoria força de trabalho se autonomiza do valor do produto. Havendo oferta de trabalho suficiente, o patrão não contrata *meias-praças*, só *alugados*. Quanto menos garimpeiros apresentam-se para o trabalho, melhores são suas chances de exigir direito sobre o valor do produto.

As relações entre garimpeiros e suas famílias têm relevância para a forma como o garimpeiro vivencia a situação do bamburro. A família está decisivamente ligada à condição de expropriação dos garimpeiros, de suas mulheres e filhos. A família aparece como receptáculo do patrimônio, que se transmite em seu interior. Quanto mais expropriados são os garimpeiros, mais são obrigados a se submeter a trabalhar como *alugados*. Em seus melhores momentos, os garimpeiros conseguem trabalhar como autônomos e não precisam repartir o produto. Pagam somente o *quinto*.

A mudança de classe na sociedade regional abriu o sexto capítulo, mostrando ainda suas relações com a família. A família justifica a forma como a classe dominante exerce seu poder, tanto no controle da terra e do capital comercial, quanto do exercício do poder regional. A dificuldade da manutenção desta posição e a responsabilidade da reprodução da família em sua posição de possuidora de patrimônio apresentam-se como as razões para tais práticas. As famílias que têm capital formam os filhos, que, profissionalizados, deixam a região.

A fragilidade da posição do coronel diante do exportador reforça o argumento. Aquilo que parece ser uma patologia da elite regional, justificado de tal forma, parece incomodamente racional. O coronel Horácio de Matos quer desarmar o sertão, mas não deixa de lançar mão das armas para manter sua posição de chefe. O coronel é morto em Salvador, mas a desarticulação da região ainda demora.

Propriedade da terra e capital comercial articulam-se de forma a dar continuidade ao processo de acumulação de capital regional. As condições de expropriação, a rigor, não permitem a acumulação de capital nas formas que caracterizam o capitalismo. O trabalho não se autonomiza na mercadoria força de trabalho. O capital comercial descompromete-se do risco da garimpagem. O proprietário da terra usa trabalho assalariado, *alugado*, somente onde tem segurança de encontrar pedras.

O equilíbrio restabelecido por esta dinâmica regional ainda não pode abrir mão do momento coronelista da autonomização do capital. Este momento, no entanto, começa a dar sinais de esgotamento. A oferta de trabalho urbano e as mercadorias que chegam à região pelas mãos dos migrantes que voltam para visitar as famílias e, ao retornar aos grandes centros urbanos, levam consigo mais e mais trabalhadores. Aos que permanecem na região restam cada vez menos fornecedores: a roça, a caça, a pesca e a coleta passam a ocupar cada mais tempo dos garimpeiros. Os donos das serras seguem mantendo seus gerentes, que estão lá até hoje, apesar do Parque Nacional criado em 1985.

A autonomização do Estado avança. Restam grandes ilusões quanto ao potencial de modernização da catastrófica democracia brasileira. Especialmente resta a constante reafirmação do atraso do mundo rural como razão última de uma catástrofe que já é, no mínimo desde os anos oitenta, evidentemente um fruto da impossibilidade de integração dos expropriados na vida urbana. Em função disto, os garimpeiros passam a personificar a culpa pela catástrofe ambiental em curso. Formados na experiência urbana, grupos de ecologistas, sentindo-se os vingadores da natureza, depredam as tocas dos garimpeiros na serra. Depois, voltam para as suas casas nas cidades da região - de Toyota, é claro.

Os garimpeiros personificam os *atrasos cívico e intelectual*, que, colocados lado a lado, continuam a justificar níveis de desemprego que já deixaram de ser simplesmente funcionais para o capital há mais de uma década. O baixo nível da formação dos cidadãos continua a ser pensado como falta de formação para o trabalho. A pobreza continua a

justificar as políticas voltadas ao desenvolvimento econômico, que segue seu caminho de exploração e expropriação. Enunciam: *o Brasil precisa criar riqueza...*

Por estas razões, não parece ser aceitável olhar para o coronelismo como ausência da inteligência civilizada capaz de distinguir o público do privado. Quem lê jornais encontra este preconceito, mas não pode deixar de perceber as mais modernas formas da corrupção. A autonomização do Estado é só aparente. O estamento burocrático (Faoro) não tem acesso a outra forma de ação que não seja a acumulação de capital. Seu revolucionarismo bonapartista é sempre a farsa da revolução e o trabalho que realiza segue sendo a gestão da violência necessária contra os expropriados.

A autonomização da política, da informação, da cultura, do sistema financeiro, da educação, da saúde, enfim, do trabalho em relação ao capital seguem sendo as ilusões necessárias à *nostra* reprodução, como meios de acumulação de capital. A sociedade do espetáculo nacional segue afirmando que a nação se moderniza. Prova disso são os telefones celulares, os recordes da indústria automobilística, o números de medalhas nas olimpíadas, os filmes brasileiros indicados para o Oscar, etc. Um Estado nacional supostamente livre de interesses privados não muda seu sentido: a acumulação de capital. A coisificação da riqueza como ampliação da liberdade humana não resiste ao aprofundamento da crítica: riqueza em processo é capital.

Bibliografia

AGUIAR, Durval Viera de. **Descrições práticas da Província da Bahia**. Rio de Janeiro: Cátedra. Brasília: Ministério da Educação e Cultura (Instituto Nacional do Livro). 1979.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

ASSIS, Machado de. **O Conto de Machado de Assis** Organização de Sônia Brayner, Ed Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. [1882] 1980.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. **A inserção da Bahia na Evolução Nacional 1º Etapa: 1850 – 1889**. Salvador, Fundação de Pesquisas, s/m, 1978.

___. _____. **A compatibilização dos usos do solo e a qualidade ambiental na região central da Bahia**. Salvador, Centro de Planejamento e Estudos, nº5, s/m, 1981. (Recursos Naturais).

___. _____. **Informações básicas dos municípios baianos região Chapada Diamantina**. Salvador, Centro de Estatística e Informações – CEI, s/m, 1994.

___. _____. **Chapada Diamantina: perfil regional; Programa de desenvolvimento regional sustentável**. Salvador, Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, n. 6, out. 1995. (Cadernos).

___. _____. **Programa de desenvolvimento regional sustentável, PDRS Chapada Diamantina**. Salvador, Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, s/m, 1997.

__. _____. **Subespacialização regional: Chapada Diamantina; Programa de desenvolvimento regional sustentável.** Salvador, Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, n. 21, s/m, 1997. (Cadernos).

__. _____. **Cidades da Bahia.** Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais, nº35, out. 1997. (Estudos e Pesquisas).

BAHIATURSA. **Plano de manejo. Área de proteção ambiental Marimbus – Iraquara síntese.** Salvador: Prefeitura Municipal de Lençóis, 1998.

BAUMFELD, Carlos Minc. **Immobilization et mobilite: formation du travail dans les campagnes bresiliennes.** Tese (Doutorado em Ciência Econômica) – Faculdade de Paris I, Universidade de Sorbonne, Paris. 1984.

BARROS, Abdias Flauber Dias. **Manuscrito 512.**
<http://www.geocities.com/abdiasflauber/512.pdf>

BECKER, Bertha K. Os deserdados da terra. **Ciência Hoje**, São Paulo , v.3, p.25-32, mar/abr. 1985.

BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos.** São Paulo: Livraria Pioneira. 1968.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Valor e Capitalismo: um ensaio sobre a Economia Política.** São Paulo. Editora Brasiliense. 1980.

BRITO, Francisco Emanuel Matos. **Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina.** Salvador. EDUFBA, 2005.

CALMON, Francisco Marques de Góes. **Vida econômico-financeira da Bahia. Elementos para a história de 1808 a 1889.** Salvador: Governo do Estado da Bahia, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Fundação de Pesquisa – CPE. 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional** 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. [1962]1977

CATHARINO, José Martins. **Garimpo – Garimpeiro – Garimpagem (Chapada Diamantina, Bahia)**. Rio de Janeiro: Philobiblion. 1986.

CHAGAS, Américo. **O Chefe Horácio de Matos**. 2. ed. Salvador: Secretaria da Cultura e do Turismo da Bahia. 1996.

_. **Montalvão**. 2. ed., Salvador: Secretaria da Cultura e do Turismo da Bahia. [1952] 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

COSTA, Regina Coeli Ribeiro da (Coord.). **Diagnóstico geoambiental e sócio-econômico da bacia do Rio Paraguaçu – BA**. Rio de Janeiro: IBGE, Diretrizes Gerais para a Ordenação Territorial. 1993. (Estudos e Pesquisas em Geociências, n.1).

CUNHA, Euclides. **Os Sertões: (campanha de Canudos)**. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado. [1902] 2002

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. São Paulo. Contexto, 1991.

FALCÓN, Gustavo Aryocara de O. e DULTRA, Célia Maria M. **A inserção da Bahia na evolução nacional. 1ª Etapa: 1850-1889**. Salvador. Governo do Estado da Bahia, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. 1978. (Fundação de Pesquisas – CPE).

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo; Publifolha. 2000.

FAUSTO, Ruy. **Marx. Lógica e política**. Tomo I. São Paulo: Brasiliense. 1983.

FERREIRA, Francisco Inacio. **Diccionario Geographico das Minas do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1885.

FERREIRA, Lúcio Menezes **História, ciência, saúde-Manguinhos** vol.13 no.2 Rio de Janeiro Apr./June 2006

FERREIRA, Lúcio Menezes **Revista de História regional** vol.4 no.1 :9-36, Verão 1999 (<http://www.uepg.br/rhr/v4n1/lucio.htm#45>).

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4^a ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, [1969] 1997.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 25 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora S.A. 1987.

FUNCH, Roy. **Um guia para o visitante da Chapada Diamantina: o circuito do diamante**. Salvador: Secretária da Cultura e do Turismo da Bahia. 1997.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 23 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1989.

FURTADO, Junia Ferrira. **O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito Diamantino no período da real extração**. São Paulo: Annablume. 1996.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilité du travail et accumulation du capital**. Paris: Librairie François Maspero. 1976.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal e HOLTEN, Brigitte. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Real Sociedades dos Antiquários do Norte e o Dr. Peter Wilhelm Lund: a suposta presença escandinava na Terra de Santa Cruz e a ciência**. Texto preparado para entrega no Encontro de 1997 da Latin American Studies Association, Continental Plaza Hotel, Guadalajara, Mexico, 17-19 de abril de 1997 (<http://168.96.200.17/ar/libros/lasa97/guimholten.pdf>)

HARTSHORNE, Richard. **Questões sobre a Natureza da Geografia**. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1969.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. 1958.

JESUS, E.F.R.; FALK, F.H.; RIBEIRO, L.P.; MARQUES, T.M. **Caracterização geográfica e aspectos geológicos da Chapada Diamantina – Bahia**. Salvador: Editora da UFBA. 1985.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 5 ed. Tradução Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1999.

LENÇÓIS, **Pequeno Album de Lençóis**. Gráfica de O Sertão. Lençóis. 1945

LIMA, C.C.U.; NOLASCO, M.C.. **Lençóis, uma ponte entre a geologia e o homem**. Feira de Santana: Editora da UEFS.1997.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **Arraial do Tijuco Cidade Diamantina**. 3 ed. São Paulo: Itatiaia/EDUSP. 1980. (Reconquista do Brasil).

__ . **O negro e o garimpo em Minas Gerais**. São Paulo: Itatiaia/EDUSP. 1985.
(Reconquista do Brasil).

MACHADO NETO, Zahidé; BRAGA, Célia Maria (Coord.). **Garimpos e garimpeiros na Bahia**. Relatório de Pesquisa: Mestrado em Ciências Humanas - UFBA. Salvador. 1974. (mimeo)

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 6 ed. São Paulo: Hucitec. 1996.

MARX, Karl. **Manuscritos económicos-filosóficos**. Tradução Artur Morão da versão inglesa de T.B. Bottomore 1963 e E. Fromm 1964, original alemão. Lisboa: 70. 1975.

__ . **O capital**. 2 ed. Tradução Régis Barbosa e Flávio R. Koth. São Paulo: Abril. 1985.

__ . **A miséria da filosofia**. 2 ed. Tradução e Introdução José Paulo Netto da versão francesa M. Rubel 1965. São Paulo: Global. 1989.

__ . **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. Tradução Maria Flor Marx Simões da versão francesa s/t 1948. São Paulo: Mandacaru. 1990.

__ . O Manifesto do Partido Comunista. Tradução Marcus Vinicius Mazzari. **Estudos Avançados** – Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo, n. 34, v. 12. 1998.

MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da escravidão. O ventre de ferro e dinheiro**. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1995.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira.** 9ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense. 1995.

MELLO e SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII.** 2 ed. Rio de Janeiro: Graal. 1986.

MENEZES, Gustavo Adolpho. Memória descritiva e estatística da riqueza mineral da província da Bahia. 1863. In: FERREIRA, Francisco Ignacio **Dicionário geographico das minas do Brazil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1885.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI.** São Paulo: Hucitec. 2000.

MORAES, Walfrido. **Jagunços e Heróis. A civilização do diamante nas Lavras da Bahia.** 5 ed. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia. 1997.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Dimensão histórico-cultural: Chapada Diamantina; Programa de desenvolvimento regional sustentável.** n. 20, Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR. 1997. (Cadernos).

__. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local).** Salvador: Editora da UFBA. e Feira de Santana: Editora da UEFS. 1998.

NEVES, Laert Pedreira. O crescimento de Salvador e das demais cidades baianas. **Estudos Baianos,** n. 15. Salvador: Editora da UFBA. 1985.

NOVAES, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).** 6 ed. São Paulo: Hucitec.[1979] 1995.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. Tradução Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Brasiliense. 1989.

OHATA, Milton **Pacto colonial e conjuntura atlântica – São Paulo, século XVII**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo. 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

PASSOS, Walter de Oliveira **Bahia: Terra de Quilombos**. Salvador: <http://realidadebrasileira.com/modules.php?op=modload&name=News&file=article&sid=23&mode=thread>.1996

PEDREIRA, Pedro Tomás. Os quilombos baianos. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 1, ano XXIV, p.79-93, out./dez., 1962.

PEIXOTO, Afrânio. **Bugrinha**. v. IV. São Paulo: W.M.Jackson Inc. 1947. (Afrânio Peixoto).

PELIANO, José Carlos. **Acumulação de trabalho e mobilidade de capital**. Brasília: Brasiliense. 1990.

POSTONE, Moishe. **Time, labor and social domination: A reiteration of Marx's theory**. Cambridge. Cambridge University Press. [1993] 1996.

PÓVOA NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho do Brasil atual. Novos desafios para análise. **Experimental** - Revista do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, ano 1, nº2, São Paulo: Humanitas. 1997.

__ . **No caminho das pedras: itinerários na formação da mobilidade garimpeira em Goiás.** Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo. 1998.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** 8ed. São Paulo: Brasiliense. 1965.

__ . **História econômica do Brasil.** 9ed. São Paulo: Brasiliense. 1965a.

PRADO JUNIOR, Caio. **Transcrição do resumo feito por Caio Prado Júnior para a Ata da 10ª reunião da AGB – da Fala de Luiz Flores Moraes Rego sobre a Chapada Diamantina – Bahia, em 18 de março de 1935.** Livro de Atas da AGB do Dossiê AGB do Arquivo Caio Prado Jr. 1935.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720.** São Paulo, UCITEC, Edusp, Fapesp, 2002.

RABELLO, David. **Os diamantes do Brasil na Regência de Dom João (1792-1816): um estudo de dependência externa.** São Paulo: Arte e Ciência/UNIP. 1997.

RAVENSTEIN, E. G. The law of Migration. **Journal of the Royal Statistical Society.** v. LII. 1889.

RICARDO, David. **Principles of political economy and taxation.** New York: Prometheus Books. 1996. (Great Minds).

ROCHA, Lindolfo. **Maria Dusá.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. 1969. (Cultura Brasileira).

ROSA, Dora Leal. **O mandonismo local na Chapada Diamantina.** Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1972.

SAMPAIO, Theodoro. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas. 1906.

SALES, Herberto. **Cascalho**. 2 ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro. 1951.

SALLES, Fernando. **Revista do Livro**. número 39, ano XII, 4º Trimestre de 1969.

SEABRA, Giovanni de Faria. **Do garimpo aos ecos do turismo: O Parque Nacional da Chapada Diamantina**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo. 1998.

SEABRA, Manoel & GOLDENSTEIN, Lea. **Divisão territorial do trabalho e nova regionalização**. Sep. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo. 1980.

SENNA, Ronaldo de Salles. **Lençóis: um estudo diagnóstico**. Feira de Santana: Editora da UEFS / Prefeitura Municipal de Lençóis. 1996.

__ . **Jarê – uma face do candomblé: manifestação religiosa na Chapada Diamantina**. Feira de Santana: Editora da UEFS. 1998.

SILVA, Claudia Rocha da **Diversidade Lingüística e Desempenho Escolar de Quilombolas na Bahia: O Caso de Barra do Brumado**.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense / Cebrap. 1975.

SCHWARZ, Roberto. **Duas meninas**. São Paulo: Companhia das Letras. 1997.

__ . **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades / 34. 2000. (Espírito Crítico)

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural. 1996.

SPIX, Johann Baptist Ritter von Adam e MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von **Através da Bahia**. São Paulo – Rio – Recife – Porto Alegre: Companhia Editora Nacional. 1938.

TOLEDO. Carlos de Almeida. **A mobilização do trabalho nas Lavras Baianas**. (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. 2001

VAINER, Carlos. **Trabalho, espaço e estado: questionando a questão migratória**. Rio de Janeiro: PUR / Editora da UFRJ. 1984.

VASCONCELOS, Albertina Lima. **Ouro: Conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão – Bahia século XVIII**. (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1998.